

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MARCELO ANTONIO CONTERATO**

**DINÂMICAS REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ESTILOS DE**  
**AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**

**Porto Alegre**

**2008**

**MARCELO ANTONIO CONTERATO**

**DINÂMICAS REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ESTILOS DE  
AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Rural da Faculdade de  
Ciências Econômicas da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor em  
Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider

Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

**Série PGDR - Tese N°**

**Porto Alegre  
2008**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS

**MARCELO ANTONIO CONTERATO**

**DINÂMICAS REGIONAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ESTILOS DE  
AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Rural da Faculdade de  
Ciências Econômicas da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor em  
Desenvolvimento Rural.

Aprovada, *com louvor*, em: Porto Alegre, 30 de junho de 2008.

---

Prof. Dr. Sergio Schneider (Orientador - Presidente)  
Departamento de Sociologia / UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil (Co-orientador)  
Departamento de Ciências Econômicas / UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi  
Departamento de Ciências Econômicas / UFRGS

---

Prof. Dr. Pedro Bandeira  
Departamento de Ciências Econômicas / UFRGS

---

Prof. Dr. José Marcos Fröhlich  
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural / UFSM

---

Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva  
Departamento de Ciências Sociais / UFRN

Dedico esta Tese a cinco pessoas

*minha mãe, Isolda (in memória), que me gerou,  
me deu vida e muita luz para vencer mais esta estapa;*

*meu pai, Roque Conterato, que me ensinou o valor das pequenas coisas  
e pelo apoio constante mesmo quando “deixei” de ser agricultor;*

*madrasta Lúcia,  
por sua coragem e determinação;*

*Ionara, minha irmã, pelo seu exemplo de perseverança,  
otimismo e força de vontade;*

*Neridiana, minha noiva, que irradia alegria, paz de espírito e  
amor pela profissão de educadora. Obrigado por fazer parte  
da minha vida e pelos incontáveis momentos de  
reflexão e descontração que compartilhamos juntos.*

## AGRADECIMENTOS

O momento de registrar os agradecimentos é um tanto espinhoso. Há, mesmo involuntariamente, o risco presumido do esquecimento. Assumido o risco, convém registrar minha gratidão aos que acompanham minha trajetória.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela oportunidade de doutoramento em uma instituição de excelência no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) que não me ofereceu outra coisa senão portas abertas ao conhecimento.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa.

Aos colegas de Doutorado Turma 2004, Eliane, Tanice, Adriano, Emanuel, Marcio Mello, Mauro e tantas outras pessoas com quem dividi momentos da aflição e alegria nos últimos quatro anos.

Ao GEPAD, pela consolidação de grandes amizades e incontáveis e ricos momentos de discussão sobre teorias, metodologias, temas e projetos de pesquisa.

Aos professores que compuseram a banca responsável, pelo exame deste trabalho.

Ao professor, orientador e amigo Sergio Schneider, por sua incansável dedicação e exemplo de professor e pesquisador. Obrigado pelo incentivo constante.

Ao professor Paulo Dabdab Waquil, pela co-orientação.

Aos agricultores familiares de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões pela disponibilidade de tempo e acolhimento em seus lares durante o trabalho de campo.

Ao PLAGEDER, pela oportunidade de iniciar minha carreira docente e de contribuir para a formação de pessoas preocupadas com o desenvolvimento rural.

Ao meu pai, Roque, e à Lucia, que apesar da distância geográfica, sempre estiveram sentimentalmente próximos. Muito obrigado pelo incansável apoio em relação às minhas escolhas.

À minha irmã, Ionara, que desde a graduação acompanha esta trajetória acadêmica, pelo incentivo constante e companhia. Por isso, esta tese também é dela.

À Neridiana, minha noiva, pessoa fascinante, fundamental para tornar esta tarefa menos difícil e mais prazerosa. Obrigado pelo apoio, respeito, companheirismo e, acima de tudo, pela alegria. Nada resta a não ser dizer que *esta tese é tanto minha quanto dela*.

## RESUMO

Este trabalho de Tese tem como tema a problematização das interfaces, relações e determinações que podem vir a afetar as transformações da agricultura familiar e, em que medida, esse processo traz repercussões e/ou influenciam as dinâmicas de desenvolvimento rural e de formação de estilos de agricultura familiar. As regiões e os respectivos municípios representativos de cada uma delas objeto da investigação foram: Serra – Veranópolis; Alto Uruguai - Três Palmeiras e; Missões - Salvador das Missões. O objetivo consiste em investigar, comparativamente, as semelhanças e diferenças no que concerne aos processos de mercantilização da agricultura familiar e suas implicações, em termos de diversificação das estratégias produtivas e reprodutivas, dos padrões de autonomia e dependência e seus desdobramentos acerca das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural e de estilos de agricultura familiar. Quatro hipóteses norteiam o trabalho. A primeira aponta dois tipos de mercantilização da agricultura familiar que auxiliam na explicação do tipo de desenvolvimento: um mais endógeno e autônomo (gerando economias de escopo e diversificação) e outro mais dependente e especializado (gerando economias de escala e especialização). A segunda hipótese postula que, para entender e explicar as diferenças entre as dinâmicas de desenvolvimento rural, é preciso identificar e analisar as estratégias de reprodução empregadas na agricultura familiar. A terceira assevera que a dinâmica de desenvolvimento de uma região é tributária de sua capacidade efetiva ou em potencial de integração intersetorial da economia local, na medida em que esta permite a combinação de atividades produtivas e a diversificação das fontes de renda por meio da consolidação de um mercado de trabalho não-agrícola. A quarta hipótese aponta que, para se ter um desenvolvimento rural endógeno e estilos de agricultura familiar mais autônomos e diversificados setorial e intersetorialmente, o que se produz não pode ser drenado para fora da região e acumulado por atores que não reinvestem o capital onde ele foi gerado, pois acarreta uma economia e agricultura muito vulneráveis e dependentes. Através do tratamento estatístico atribuído aos dados secundários utilizados para a construção do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) e aos dados primários originados da aplicação de 59 questionários padronizados em Veranópolis; 59, em Três Palmeiras; e 58, em Salvador das Missões foi possível testar a validade das hipóteses. Os dados atestaram que a mercantilização engendrou processos de desenvolvimento rural particulares. Em regiões onde a mercantilização permitiu que outros setores da economia se tornassem dinâmicos, de forma a desencadear economias de escopo e diversificação, e a inserção mercantil da agricultura para além do mercado de produtos agropecuários, observou-se que o desenvolvimento rural é mais harmônico, com a predominância de estilos de agricultura familiar, mais diversificados, autônomos e amplamente mercantilizados. Já nas regiões onde a mercantilização não foi capaz de desvincular a economia da produção de *commodity* agrícolas, criando economias de escala e de especialização, o desenvolvimento rural possui um viés agrícola pautado pela desarmonia, de tal modo que prevalecem estilos de agricultura familiar mais especializados, tanto em termos setoriais quanto intersetoriais, e dependentes no que tange ao grau de externalização, embora com variações espaciais importantes. Por fim, e quíça de forma surpreendente, o universo familiar não se demonstrou tão diverso e heterogêneo, com exceção de alguns indicadores que expressam o grau de externalização, de capital imobilizado, de remuneração (terra e trabalho) e renda, o que implica no constante aperfeiçoamento metodológico da perspectiva dos *estilos de agricultura* para captar a diversidade da agricultura familiar.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Estilos de Agricultura.

## ABSTRACT

This thesis has as theme the problematization of the interfaces, relations and determinations that may effect the transformations in household agriculture and, in to which extent that process may cause and/or influence rural development dynamics and the formation of household agriculture styles. The regions and the municipalities which represent them, which were object of investigation, were respectively: Serra – Veranópolis; Alto Uruguai - Três Palmeiras e; Missões - Salvador das Missões. The objective of this work is to comparatively investigate the similarities and differences concerning to the trading process of the household agriculture and its implications in terms of the diversification of reproductive and productive strategies, dependency and autonomy patterns and its development concerned the territorial dynamics of rural development and household agricultural styles. Four hypotheses nurture this work: i) **the first** points for two types of trading in household agriculture that help in explaining two development types: one that is more endogenous and autonomous (generating scope and diversification economies) and other that is more dependent and specialized (generating scale and specialization economies); ii) **the second hypothesis** postulates that, in order to understand and explain the differences in rural development dynamics it is necessary to identify and to analyze the reproduction strategies that are used in household agriculture; iii) **the third** affirms that the development dynamics of a region is tributary of its effective capacity or in the potential of inter-sector integration of local economy, in the extent in which it allows the combination of productive activities and diversification of income sources by means of the consolidation of a market of non-agricultural work; iv) **the forth hypothesis** indicates that, in order to have an endogenous rural development and more autonomous household agricultural styles that are sector and inter-sector diversified, what is produced cannot be directed out of the region in which is produced and accumulate by agents that are not going to reinvest the capital where it was generated, which implies in a very vulnerable and dependent economy. Through the statistical treatment of the secondary data that were used to build the Rural Development Index (IDR), and to primary data that consist on the answers of 59 **patterned questionnaires** in Veranópolis; 59 in Três Palmeiras; 58 in Salvador das Missões that made possible to test the validity of the hypotheses. Data attested that the trading engendered particular rural development processes. In regions where the trading allowed other sectors of the economy to become dynamic, causing scope and diversification economies to occur, the trading agriculture insertion beyond the market of agropecuary products, one observed that the rural development is more harmonic, with the predomination of household agriculture styles, more diversified, autonomous and widely traded. However, in regions in which it was not possible to part production economy from the agriculture commodities, creating scale and specialized economies, rural development has an agricultural feature set by disharmony, in a way that prevails more specialized household agricultural styles in terms of sector as well as inter-sector that are dependent concerning to the degree of externalization, with important space variations, though. Finally, and maybe surprisingly, family universe was not as diverse and heterogeneous, excepted by some indicators that express the degree of externalization, de immobilized capital, remuneration (land and work) and income, which implies in continuous methodological improvement of the perspective on agricultural styles to catch the diversity of the household agriculture.

Key-words: Rural Development, Household Agriculture, Agricultural Styles.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01-	Localização dos universos empíricos da pesquisa.....	25
Figura 02-	Rio Grande do Sul: grupos homogêneos de municípios com base em indicadores socioeconômicos e produtivos.....	121
Figura 03-	Rio Grande do Sul: grupos homogêneos de microrregiões com base em indicadores socioeconômicos e ambientais.....	121
Gráfico 01-	Microrregião Caxias do Sul: representação gráfica do IDR, por dimensão.....	132
Gráfico 02-	Microrregião Frederico Westphalen: representação gráfica do IDR, por dimensão.....	132
Gráfico 03-	Microrregião Cerro Largo: representação gráfica do IDR, por dimensão.....	132
Gráfico 04-	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Distribuição das famílias, por condição de atividade (2001/02).....	147
Gráfico 05-	Grupos homogêneos e número de casos em cada um dos <i>clusters</i> .....	198
Gráfico 06-	Microrregião Caxias do Sul – Representação Gráfica do Índice de Desenvolvimento Rural, por indicador.....	206
Gráfico 07-	Microrregião Frederico Westphalen – Representação Gráfica do Índice de Desenvolvimento Rural, por indicador.....	206
Gráfico 08-	Microrregião Cerro Largo – Representação Gráfica do Índice de Desenvolvimento Rural, por indicador.....	2067
Gráfico 09-	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo – Representação Gráfica dos Índices do Desenvolvimento Rural, por dimensão.....	220
Gráfico 10-	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Distribuição percentual dos estabelecimentos pluriativos e pluriativos de base-agrária (2001/02).....	223
Gráfico 11-	Setores de inserção laboral (%) dos indivíduos pluriativos em Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões (2001/02).....	227
Gráfico 12-	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões – Distribuição do valor médio das rendas anuais das famílias monoativas (2001/02).....	231

Gráfico 13-	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões – Distribuição do valor médio das rendas anuais das famílias pluriativas (2001/02).....	232
Gráfico 14-	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões – Distribuição do valor médio das rendas anuais das famílias pluriativas de base-agrária (2001/02).....	233
Quadro 01-	Dimensões e variáveis do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)...	126
Quadro 02-	Principais mudanças que impulsionaram o crescimento da pluriatividade.....	142
Quadro 03-	Contribuições da pluriatividade para o desenvolvimento rural.....	143
Quadro 04-	Descrição dos tipos de famílias segundo a condição de atividade.....	147
Quadro 05-	Composição dos principais fatores extraídos.....	188
Quadro 06-	Caracterização dos grupos homogêneos com base em variáveis selecionadas.....	242

## LISTA DE TABELAS

1 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Índices de Desenvolvimento Rural, por dimensão.....	134
2 -	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões – Idade dos indivíduos, segundo a condição de atividade das famílias (2001/02).....	150
3 -	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Anos de estudo médio dos indivíduos, segundo a condição de atividade das famílias (2001/02).....	153
4 -	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Pessoas residentes e disponibilidade de mão-de-obra familiar, segundo a condição de atividade das famílias (2001/02).....	156
5 -	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Área total e superfície agrícola útil, % das explorações, segundo a condição de atividade das famílias (2001/02).....	158
6 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - População total, urbana e rural, segundo situação do domicílio - 1970, 1980, 1991 e 2000.....	163
7 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Evolução da estrutura do Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setor de atividade em anos selecionados (%).....	164
8 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (PIBpc) e estrutura do PIB.....	165
9 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Classes de rendimento nominal mensal em salários mínimos, por situação de domicílio, 2000 (%).....	167
10 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Número de estabelecimento por setor de atividade econômica, em 31 de dezembro de 2006.....	168
11 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Ocupações com maiores saldos positivos, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2007.....	170

12 -	Estatísticas básicas das variáveis selecionadas.....	182
13 -	Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - número de estabelecimentos familiares distribuídos em cada <i>cluster</i> .....	200
14 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Social.....	208
15 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Demográfica.....	210
16 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Político-Institucional.....	212
17 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Econômica.....	215
18 -	Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Ambiental.....	218
19 -	Médias das 19 variáveis segundo os grupos homogêneos de unidades agrícolas familiares.....	235

## LISTA DE SIGLAS

AFDLP: Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul:  
a emergência de uma nova ruralidade

ADH: Atlas do Desenvolvimento Humano

CA: Censo Agropecuário

CD: Censo Demográfico

CD: Capital Disponível

CI: Consumo Intermediário

CIm: Consumo Intermediário Médio

CNDRS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coredes: Conselhos Regionais de Desenvolvimento

CP: Contagem Populacional

DATASUS: Banco de dados do Sistema Único de Saúde

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

FINBRA: Finanças do Brasil

GEPAD: Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

IDR: Índice de Desenvolvimento Rural

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

MF: Ministério da Fazenda

ORT: Outras rendas do trabalho

PMB: Perfil dos Municípios Brasileiros

PBt: Produto Bruto Total

PBv: Produto Bruto Vendido

PGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PPM: Pequena Produção de Mercadorias

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSM: Produção Simples de Mercadorias

RA: Renda Agrícola

RñA: Renda não-agrícola

RAP: Renda de aposentadorias e outras transferências sociais

ROF: Renda de outras fontes

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

RS: Rio Grande do Sul

SAU: Superfície Agrícola Útil

SPSS: Statistical Package for Social Sciences

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UFPEL: Universidade Federal de Pelotas

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

VAB: Valor Adicionado Bruto

VBP: Valor Bruto de Produção

VTP: Valor Total da Produção

UTH: Unidade de Trabalho Homem

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO RURAL, DIVERSIDADE E ESTILOS DE AGRICULTURA.....</b>	<b>38</b>
2.1.	DESENVOLVIMENTO RURAL.....	45
2.1.1	Desenvolvimento Rural: um debate em construção.....	46
2.1.2	Desenvolvimento rural em uma perspectiva de diversificação.....	55
2.2	MERCANTILIZAÇÃO, DIVERSIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR.....	61
2.2.1	A mercantilização da agricultura: heterogeneidade de práticas e processos.....	62
2.2.2	Reprodução e estratégias de reprodução da agricultura familiar em ambientes mercantilizados.....	67
2.3	DIVERSIDADE DE ESTILOS DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	74
2.3.1	Estilos de agricultura familiar em um viés de diversificação.....	75
2.3.2	Estilos de agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno.....	81
<b>3</b>	<b>A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO RURAL DESIGUAL.....</b>	<b>88</b>
3.1	O LUGAR DA DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	89
3.1.1	A agricultura familiar e as dinâmicas desiguais do desenvolvimento regional.....	90
3.2	AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: SUAS MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS E REPERCUSSÕES TERRITORIAIS.....	96
3.2.1	Encosta Superior da Serra e Veranópolis: desenvolvimento (rural) endógeno e diversificação econômica.....	98

3.2.2	Alto Uruguai e Três Palmeiras: desenvolvimento (rural) exógeno, monocultivos comerciais e vulnerabilidade social.....	106
3.2.3	Missões e Salvador das Missões: o viés agrícola do desenvolvimento (rural).....	113
3.3	O DESENVOLVIMENTO RURAL EM UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL.....	119
3.3.1	O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).....	123
3.3.2	Metodologia do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).....	124
3.4	AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SEUS ÍNDICES REGIONAIS.....	129
3.4.1	Índices e dimensões do desenvolvimento rural.....	131
<b>4</b>	<b>DIMENSÕES E PERSPECTIVAS DA PLURIATIVIDADE NAS REGIÕES DE ESTUDO.....</b>	<b>137</b>
4.1	A RURALIDADE E A IMPORTÂNCIA DA PLURIATIVIDADE.....	138
4.2	A PLURIATIVIDADE SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	145
4.2.1	Perspectiva Endógena da Pluriatividade.....	146
4.2.1.1	Pluriatividade e idade dos agricultores.....	149
4.2.1.2	Pluriatividade e nível de instrução.....	152
4.2.1.3	Pluriatividade, número de residentes e disponibilidade de mão-de-obra.....	155
4.2.1.4	A pluriatividade, as dimensões e a intensidade de exploração da unidade familiar.....	157
4.2.2	Perspectiva exógena da pluriatividade.....	160
4.2.2.1	Aspectos econômico-demográficos das economias regionais.....	162
4.2.2.2	Mercado de trabalho e empreendedorismo regional.....	168
<b>5</b>	<b>ESTATÍSTICA MULTIVARIADA APLICADA AO ESTUDO DA DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>176</b>
5.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE FATORIAL E DE <i>CLUSTER</i> .....	180
5.1.1	As fontes de dados e os universos pesquisados.....	180
5.1.2	Método da Análise Fatorial e Análise de <i>Cluster</i> .....	184



5.2	APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS PARA O UNIVERSO.....	187
5.2.1	Caracterização do universo agrícola familiar com base nos componentes e variáveis.....	190
5.3	OS GRUPOS HOMOGÊNEOS: IDENTIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL.....	197
5.3.1	Identificação e distribuição geográfica.....	197
<b>6</b>	<b>DESENVOLVIMENTO RURAL DESIGUAL, TIPOS DE PLURIATIVIDADE E ESTILOS DE AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>203</b>
6.1	VARIÁVEIS E DIMENSÕES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	204
6.2	CONTRIBUIÇÕES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS.....	219
6.3	TIPOS DE PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	222
6.3.1	Pluriatividade intersetorial e pluriatividade de base-agrária.....	226
6.4	OS ESTILOS DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	234
6.4.1	Estilo 1: Agricultura familiar altamente descapitalizada e economicamente vulnerável.....	236
6.4.2	Estilo 2: Agricultura familiar capitalizada, altamente especializada e mercantilizada.....	237
6.4.3	Estilo 3: Agricultura familiar voltada para o autoconsumo e dependente das transferências sociais.....	239
6.4.4	Estilo 4: Agricultura familiar descapitalizada e dependente da produção de <i>commodity</i> .....	239
6.4.5	Estilo 5: Agricultura familiar diversificada na perspectiva não-agrícola e altamente capitalizada.....	240
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>245</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>257</b>
	<b>APÊNDICE – Questionário aplicado aos agricultores familiares.....</b>	<b>275</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A década de 90 marcou a retomada dos estudos rurais através da renovação analítica dos enfoques até então privilegiados. Isso ocorreu devido ao esgotamento das discussões sobre a modernização agrícola e sua pretensa capacidade indutora do desenvolvimento rural. Avançou-se consideravelmente na direção da renovação e/ou ampliação do interesse pela(s) ruralidade(s) e suas interfaces com outros temas, especialmente a questão do uso do espaço rural para outras finalidades além da produção agropecuária, como é o caso do turismo rural, da preocupação com questões ambientais e também da agroecologia e por que não dos impactos produzidos localmente e regionalmente pelas agroindústrias familiares.

Indo além do reconhecimento das mudanças eminentemente técnico-produtivas e seus desdobramentos em termos dos resultados mais imediatos – rendimentos da terra e do trabalho – e seus reflexos em termos de renda agrícola, a renovação analítica alargou o leque de identificação dos mecanismos de perpetuação da agricultura familiar e como isso se traduz em diversidades e novas formas de regulação e uso do espaço rural. Talvez a principal diferença em relação aos estudos anteriores resida no esforço em reconhecer que a reprodução da agricultura familiar no interior do capitalismo não pode ser interpretada à luz da divisão social do trabalho clássica e nem à luz dos estudos sobre sociedades parciais orientadas por relações autárquicas, mas pelo reconhecimento de que nem todas as esferas ou elementos da vida social e econômica foram mercantilizados.

As interpretações no campo dos estudos socioeconômicos ainda são suficientemente consistentes e apresentam-se como as principais fontes de inspiração teórica, embora outras disciplinas têm aportado importantes reflexões no âmbito dos estudos do “mundo rural”, reforçando a perspectiva de que as temáticas rurais requerem um esforço que vai além dos marcos disciplinares para sua compreensão. Convém ressaltar que, a renovação analítica deu-se graças à aproximação de áreas do conhecimento que tradicionalmente não dialogavam sobre uma mesma temática ou, quando faziam-no não o era de forma multidisciplinar. Por isso o debate atual sobre a agricultura familiar<sup>1</sup> e, mais recentemente, sobre o “rural” tem sido

---

<sup>1</sup> Cabe registrar, já de antemão, que neste trabalho não avançaremos no debate conceitual sobre agricultura familiar, tentando atribuir qualquer tipo de conceito a esta categoria social. Não que isso seja um pormenor, mas sim em função de que o foco deste trabalho é uma tentativa de avançar no debate sobre desenvolvimento rural. Mesmo no Brasil, existe um acúmulo de trabalho, dentre os quais destacam-se Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche (1993, 1999), Carneiro (1998), Wanderley (1999), Schneider (2003) e Anjos (2003), apenas para citar alguns, mais contemporâneos.

mediado por diferentes disciplinas (Economia, Sociologia, Geografia, Antropologia, etc.) na busca da identificação dos mecanismos de perpetuação da agricultura familiar e o seu papel para o desenvolvimento de inúmeras regiões brasileiras.

O tema de pesquisa desta tese constitui-se no estudo dos processos de transformação e diferenciação da agricultura familiar e na análise de suas implicações e efeitos sobre o desenvolvimento rural das respectivas regiões. Em termos mais gerais, trata-se de uma investigação sobre quais os fatores e os mecanismos que estimulam ou restringem os processos de mudança social e o desenvolvimento econômico e o papel da agricultura familiar neste processo. Em particular, pretende-se estudar as interfaces, relações e determinações que podem afetar a dinâmica de evolução e transformação da agricultura familiar e verificar em que medida esse processo traz repercussões e/ou influencia o desenvolvimento rural como um todo.

O objetivo geral que orienta a tese é analisar as semelhanças e diferenças, no que diz respeito à organização do trabalho e da produção, entre os agricultores familiares das regiões da Serra, Alto Uruguai e das Missões e as suas implicações para as dinâmicas de desenvolvimento rural, estratégias de reprodução social e estilos de agricultura familiar.

Foram estabelecidos quatro objetivos específicos. O primeiro é analisar o desenvolvimento rural em uma perspectiva multidimensional através de um indicador sintético (índice) gerado com base em variáveis sociais, econômicas, demográficas, ambientais e político-institucionais, tornando possível a comparação entre suas dinâmicas. O segundo objetivo é identificar a heterogeneidade em termos de estratégias produtivas e reprodutivas e seus impactos na formação da renda familiar. O terceiro objetivo é demonstrar que o exercício de atividades não-agrícolas e da pluriatividade se inscreve em uma perspectiva muito mais ampla em relação à unidade familiar e seu exercício é o resultado também das características das economias locais e da dinâmica do mercado de trabalho. O quarto objetivo é identificar e examinar como o processo de mercantilização diferencial, quando associado à heterogeneidade de práticas e processos (estratégias), consolida estilos distintos de agricultura familiar.

Este é o esforço do debate recente sobre o desenvolvimento rural e a diversidade da agricultura familiar. Isso significa reconhecer que a agricultura familiar possui diversidade territorial, independente do recorte empírico adotado, em termos de estilos, bem como pelo seu papel indutor do desenvolvimento rural, seja em termos microssociais, através da elevação do padrão de vida das famílias rurais, seja em termos de dinâmica econômica local e regional. Nesse sentido, o desenvolvimento rural poderia ser interpretado como um

movimento ininterrupto, alimentado pela construção e consolidação de práticas agrícolas e não-agrícolas que levam em consideração os atributos e recursos existentes na família e na unidade de produção e sua complementariedade quando do estabelecimento de relações de troca com o ambiente social e econômico seja via mercado de produtos e serviços ou mercado de trabalho. Desse processo é que se forjam os estilos locais e regionais de agricultura, entendidos aqui como o resultado da maneira pela qual os agricultores utilizam os recursos produtivos existentes e estabelecem relações com os agentes externos e o resultado disso em termos de fortalecimento da autonomia, da dependência e maior ou menor diversificação das práticas agrícolas e não-agrícolas. Mudanças em relação à quantidade, qualidade e formas de utilização dos recursos endógenos tendem a reorientar a intensidade e a forma pela qual são estabelecidas as relações com os agentes externos, como também o ambiente externo pode determinar rearranjos internos. Isso implica no reconhecimento de que um estilo de agricultura familiar não é algo estático, mas sim uma realidade em constante mudança.

Isto contribui e leva à uma discussão renovada e diferenciada sobre o papel da principal categoria social presente no meio rural brasileiro, que são os agricultores familiares, e sua relação com o desenvolvimento rural. Entre outros aspectos, pode-se destacar os avanços no que tange à relação ou o lugar da agricultura no capitalismo (formas capitalistas *versus* formas não capitalistas, mercados de insumo, etc.) pela via exclusivamente produtiva e os estudos sobre a mercantilização do trabalho (atividades não-agrícolas e pluriatividade) e do próprio espaço rural (bens não tangíveis – Natureza). Este constante rearranjo da agricultura e do meio rural fomenta atualmente amplo debate sobre as dinâmicas territoriais e regionais de desenvolvimento rural.

Especificamente em relação ao Brasil, e mais pontualmente em relação aos estudos sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar, estes vêm se ampliando e consolidando tais temas, embora possam ser considerados escassos os estudos que investigam e percebem o quanto uma esfera é dependente da outra. É comum se encontrar estudos que demonstraram o quanto a agricultura familiar é disseminada no meio rural.

Na esteira dessa discussão, tomou forma o debate sobre desenvolvimento rural. No entanto, no Brasil ainda são escassos os estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento rural em uma perspectiva multidimensional, sobre a diversidade de estratégias produtivas e reprodutivas da agricultura familiar e seus estilos enquanto manifestação das distintas trajetórias históricas das mais diferentes regiões do país. Invariavelmente os estudos acabam reproduzindo os mesmos dados e informações: o tamanho da produção agrícola familiar no Brasil e o desenvolvimento rural como sinônimo de desenvolvimento agrícola. Neste trabalho

pretende-se avançar na compreensão de que a agricultura familiar também abrange a produção agrícola familiar, mas não se restringe à ela, da mesma forma que o desenvolvimento rural compreende formas de agricultura exclusivamente agrícolas, mas não se restringindo à elas.

Foi substancial a contribuição de estudos, tais como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Food Agriculture Organization - INCRA/FAO (2000), para o reconhecimento da importância e distribuição territorial da agricultura familiar no Brasil. No entanto, a diversidade da agricultura familiar foi identificada em uma perspectiva normativa<sup>2</sup> (familiar, e todos os subtipos, *versus* patronal), pouco contribuindo para o reconhecimento da diversidade interna da própria agricultura familiar. É nesta lacuna que se inscreve este trabalho, em uma tentativa de contribuir para demonstrar que o universo agrícola familiar é diversificado e estabelece estratégias de maneira diferenciada de região para região.

Uma questão fundamental constitui-se em identificar e explicar as diferenças quanto à diversificação da agricultura familiar. Neste trabalho, o estudo das dinâmicas da agricultura familiar será desenvolvido com base em metodologias que permitam identificar as diferenças entre as regiões, bem como porque essas diferenças existem e suas implicações em relação à diversidade de práticas de cultivo e criações e de exercício de atividades não-agrícolas. Da mesma forma, as dinâmicas da agricultura familiar são identificadas por meio do conjunto de relações (trocas) que a agricultura estabelece com os agentes econômicos e não-econômicos, na sociedade da qual faz parte e interage. O ponto de partida é o de que não há nenhuma espécie de determinação, seja endógena ou exógena, na constituição das dinâmicas da agricultura familiar investigadas. Embora diferenciem-se em relação aos produtos e sistemas de cultivo, é na relação com o mercado, entendido aqui como o ambiente/espço onde se estabelecem as relações de troca entre os agricultores e os demais agentes e atores sociais, que se pode identificar o importante aspecto da diferenciação espacial e territorial da agricultura familiar e do próprio desenvolvimento rural.

No Brasil, em decorrência disso, a discussão sobre o desenvolvimento rural ou a dimensão espacial do desenvolvimento ainda é relativamente embrionária. A carência de debate mais amplo está diretamente vinculada à falta de estudos que incorporem uma perspectiva mais aberta sobre a mercantilização e seus impactos sobre a agricultura e o meio rural. A modernização agrícola era, e em muitos casos continua sendo, a chave para explicar

---

<sup>2</sup> Nesta perspectiva consultar o estudo INCRA/FAO (2000). Outro exemplo da perspectiva normativa é o adotado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que utiliza como critério principal de classificação dos tipos de agricultores familiares a renda bruta anual.

as dinâmicas de desenvolvimento rural e diferenciação em termos de estratégias e estilos regionais de agricultura. Ainda há o entendimento de que basta que a agricultura seja moderna e competitiva para sair de uma suposta condição de atraso e pobreza para alcançar condições de autonomia e melhoria das condições de vida.

Desse debate analítico e da diversidade empírica que recobre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural é que emerge a problemática desta pesquisa. Vários autores já levantaram questões sobre os descompassos em relação ao desenvolvimento de regiões coloniais amplamente mergulhadas no processo de mercantilização. Com base nesta lacuna, também apontada por Veiga (2005a), busca-se responder às seguintes questões: 1) por que regiões que atravessaram processos históricos tão semelhantes acabaram, ao longo do tempo, traçando trajetórias e itinerários tão distintos quanto às dinâmicas de desenvolvimento rural e à construção de estilos de agricultura? 2) A mercantilização explica os descompassos internos das grandes regiões coloniais, em termos de dinâmicas, práticas e processos associados à agricultura e ao meio rural?

Conduzir uma investigação nesta perspectiva é um desafio, emergindo assim os primeiros apontamentos a respeito da problemática deste trabalho. Como explicar as dinâmicas distintas de desenvolvimento rural a partir da análise da agricultura familiar? Ou, ao contrário: é possível explicar a diferenciação e a diversificação das estratégias de reprodução empregadas pelos agricultores familiares a partir das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural? Em que medida os estilos de agricultura familiar refletem as dinâmicas locais de potencialização ou restrição da diversificação e da autonomia, bem como as estratégias individuais ou familiares de reação ou adaptação aos condicionantes endógenos e exógenos? A agricultura familiar é diversificada e heterogênea em função da dinâmica regional ou a dinâmica regional tem como causa a heterogeneidade da agricultura familiar?

Estes questionamentos levam à discussão da diversidade da agricultura familiar e suas interfaces com os processos históricos locais e regionais. A realidade da agricultura familiar e do desenvolvimento rural das regiões investigadas permite estabelecer dois discernimentos básicos. O primeiro é o de que a modernização da agricultura representa apenas parcialmente o processo de mercantilização e seus desdobramentos, constituindo-se como um dos pontos de partida para se lograr êxito na compreensão da diferenciação territorial da agricultura e seus estilos, e do desenvolvimento rural. O segundo é a necessidade de reconhecer que a mercantilização transcorre historicamente de maneiras e intensidades distintas, implicando em processos parciais de múltiplos efeitos empíricos.

O extenso debate em relação aos processos de modernização da agricultura<sup>3</sup> obscureceu a ampla heterogeneidade social, econômica e técnico-produtiva que permaneceu e em muitas situações se fortaleceu, incrustada nos processos de mercantilização da vida social e econômica. Isso ocorreu em regiões onde a modernização da base tecnológica da agricultura foi intensamente incorporada, como é o caso do Alto Uruguai e das Missões, bem como de regiões onde a incorporação foi menos intensa no que tange ao padrão tecnológico, como na Serra Gaúcha, porém com resultados distintos. De uma perspectiva teórica, como é possível analisar essas desconexões empíricas?

De um ponto de vista teórico, chegou-se a essa problemática a partir do diálogo entre a teoria orientada aos atores de Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg com a perspectiva da economia política de Terry Marsden. Isso porque, o ponto em comum dessas perspectivas teóricas é a mercantilização enquanto processo social generalizado. No entanto, enquanto a teoria orientada aos atores dá conta da mercantilização como processo não linear em que mudam os atores e estes, ao exercerem sua autonomia, criam estilos de agricultura heterogêneos que se expressam regional e territorialmente, a perspectiva da economia política sustenta que a mercantilização produz dinâmicas desiguais no meio rural, desconsiderando o papel exercido pelos atores, agentes e instituições locais.

O ponto de partida deste trabalho, que é a questão comum que aproxima a perspectiva orientada ao ator da economia política, é o “debate da mercantilização” (*The commoditization debate*), (LONG, *et al.*, 1986). Essa perspectiva teórico-metodológica oferece ferramentas de grande utilidade na compreensão de que a “mercantilização da vida social e econômica<sup>4</sup>” não é linear e/ou evolutiva e resulta em trajetórias e itinerários distintos de inserção nos circuitos mercantis. A transição das formas de reciprocidade para as formas de intercâmbio junto a sociedade analisada por Polanyi (2000), em que o mercado passa a assumir papel preponderante, inclusive na agricultura, também oferece ferramentas à análise dos impactos do processo de mercantilização, já que os laços de reciprocidade, apesar de corroídos, não desapareceram, mas ganharam novos contornos. A mercantilização, ao mesmo tempo em que elimina padrões de relacionamento social, também inscreve novos.

---

<sup>3</sup> Neste extenso debate podem ser destacados os trabalhos de Martine e Garcia (1987), Gonçalves Neto (1997) e Silva (1999).

<sup>4</sup> Navarro (2001, 2002) traz importante contribuição para este debate analisando as transformações da agricultura do Sul do Brasil e como isso resultou em realidades agrárias distintas, reforçando a necessidade de um olhar mais cuidadoso para as múltiplas facetas da mercantilização em regiões de agricultura familiar dinâmicas. Os estudos de Schneider (1994, 1999) também contribuem para analisar o conjunto das transformações da agricultura e do mundo rural no Rio Grande do Sul. No entanto, contrariamente a Navarro (2001, 2002), a modernização da agricultura tem papel importante, mas não determinante, na mercantilização, visto que a transição de uma agricultura colonial para uma agricultura familiar possui raízes historicamente constituídas.

De qualquer forma, as relações de reciprocidade foram deslocadas progressivamente para um conjunto de relações sociais nas quais passou a predominar as trocas mercantis, de forma a provocar mudanças sociais significativas, passando a motivação para o lucro substituir gradativamente, mas não totalmente, a motivação para a subsistência. As análises a respeito das implicações da mercantilização em termos de (re)orientação das estratégias de reprodução empregadas pelos agricultores e da (re)construção dos estilos de agricultura ganha status de *framework* analítica nas pesquisas desenvolvidas na *Wageningen University* (Holanda) via teoria orientada ao atores em que despontam os trabalhos empreendidos e coordenados pelo professor Jan Douwe van der Ploeg.

Marsden (1995, 2003), valendo-se das contribuições da economia política, ressalta que a mercantilização é um fenômeno diversamente construído que se estende a outras dimensões da vida social. Dessa forma, é importante ter claro que para Marsden a mercantilização não transforma apenas o trabalho na agricultura, mas se generaliza e regula as práticas sociais dos agricultores e determina as desigualdades em relação ao desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário, resultando em dinâmicas desiguais de desenvolvimento rural, processo genuinamente multidimensional.

Dessa forma, destaca-se que, para conceber o desenvolvimento rural enquanto processo multidimensional e multi-nível, é necessário reconhecer as expressões da diversidade da agricultura através de seus estilos enquanto produtos da complexa relação entre os agricultores e os demais agentes ou atores sociais no âmbito da mercantilização e seus reflexos em termos de estratégias. Isso implica esforço de combinar diferentes enfoques teóricos e metodológicos. Assim, há um conjunto de autores e enfoques que orientam este trabalho de tese, dentre os quais pode-se destacar Frank Ellis e suas contribuições sobre a diversificação das estratégias de vivência e desenvolvimento rural; Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg e a tentativa de institucionalizar o debate neomarxista sobre a mercantilização, constituindo-se inclusive como uma espécie de crítica aos primeiros trabalhos desenvolvidos no âmbito da Sociologia da Agricultura por Harriet Friedmann e Henry Bernstein; o enfoque dos estilos de agricultura e desenvolvimento endógeno de Jan Douwe van der Ploeg e ainda as dinâmicas territoriais e desiguais do desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário aportada por Terry Marsden. Houve a preocupação em mobilizar trabalhos que apresentam uma perspectiva crítica em relação à opção teórica privilegiada nesta investigação.

No Brasil, apesar dos avanços, são poucos os estudos que se detiveram a noção de estilos de agricultura como base teórica e metodológica de pesquisa para apreensão das



realidades investigadas e traduzir isso numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2003; NORDER, 2004; MIOR, 2005; NIEDERLE, 2007; PERONDI, 2007). As questões introdutórias desta tese em termos de problemática de pesquisa são frutos do amadurecimento do debate no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Além da indicação sobre a orientação teórica que oferece suporte a este trabalho é importante indicar os universos empíricos onde a pesquisa foi realizada. A escolha da Serra, do Alto Uruguai e das Missões e, respectivamente, de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões como municípios representativos (FIG. 01) insere-se no âmbito das discussões travadas no projeto “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Sul do Brasil: a emergência de uma nova ruralidade” (AFDLP/2003) coordenado pelos professores Flávio Sacco dos Anjos (UFPeL) e Sergio Schneider (UFRGS) e conta com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Inicialmente marcado pelo estudo aprofundado de casos<sup>5</sup>, avançou-se em relação aos estudos comparativos<sup>6</sup>, proposta metodológica que orienta esta investigação.

É importante registrar que este estudo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo cujo objetivo é analisar a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Sul do Brasil, e contou com diversas formas de apoio do GEPAD e de organizações de fomento à pesquisa. Além dos recursos no âmbito do projeto AFDLP, é mister registrar o apoio financeiro dos projetos intitulados “Emprego e Renda no Meio Rural: estudos sobre estratégias de redução da vulnerabilidade social e diversificação econômica” e “Rurbano IV: estudos de caso sobre pluriatividade e diversificação dos modos de vida em áreas rurais no Brasil”. O primeiro, financiado com recursos do CNPq e o segundo, pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD).

---

<sup>5</sup> Vide Conterato (2004), Gazolla (2004) Radomsky (2006)

<sup>6</sup> Vide Grisa (2007).

**FIGURA 01 - Localização dos universos empíricos da pesquisa.**

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2001.

Com o propósito de avançar no estudo da diversidade da agricultura familiar e na compreensão de suas relações com o desenvolvimento rural foi possível realizar uma pesquisa comparativa com base em dados e informações referentes às três regiões (Serra, Alto Uruguai e Missões) e os três municípios<sup>7</sup> (Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões) acima identificados. Historicamente, essas regiões e esses municípios são identificados pela presença hegemônica de estabelecimentos rurais administrados e geridos pelas próprias famílias. Exclusivamente, em relação à representatividade do universo agrícola familiar, conforme os critérios adotados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -

---

<sup>7</sup> A utilização do número de estabelecimentos agropecuários existentes nos municípios como critério para sua escolha apoiou-se única e exclusivamente no fato de que este dado representava uma aproximação razoável em termos do conjunto dos agricultores familiares ali existentes. A escolha dos municípios de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões (e das respectivas microrregiões de Caxias, Frederico Westphalen e Cerro Largo) ocorreu em função da semelhança do número de estabelecimentos agropecuários entre ambos e pelo fato de que representam, em cada caso, uma realidade aproximada da agricultura familiar nestas microrregiões. Esta última apreciação é largamente tributária das informações qualitativas levantadas sobre a dinâmica local e territorial da agricultura familiar por distintas instituições sociais e políticas.

INCRA (2004), com base no Censo Agropecuário 1995/96, em Veranópolis, 96,5% dos estabelecimentos eram familiares, dos quais 93,8% tinham até 50 hectares de área total. Em Três Palmeiras, o percentual de estabelecimentos familiares era ainda maior (97,8%), sendo que 95,2% tinham até 50 hectares. Em Salvador das Missões, 98,2% foi classificado como estabelecimentos familiares, sendo que 98,7% destes tinham área inferior a 50 hectares.

A predominância do universo de agricultores familiares, que também se dá em âmbito regional, traz consigo um conjunto de similaridades sociais, econômicas, técnico-produtivas e culturais que permitem a comparação. Não obstante, a comparação também destitui a aparente homogeneidade local e regional da agricultura familiar através de estilos de agricultura que se constituem como respostas em termos de resistência à modernização da agricultura como também de adesão a ela. Isso porque, práticas como a internalização de recursos produtivos, des-mercantilização, co-produção, atividades não-agrícolas e pluriatividade, agroindustrialização, constituição de mercados alternativos, produção para autoconsumo entre outras, constituem-se cada vez mais como dimensões explicativas dos universos agrários contemporâneos, cada vez mais complexos na determinação de suas dinâmicas.

Em função disso, mesmo em regiões onde os processos de ocupação e povoamento ocorreram de maneira relativamente homogênea através da instalação de uma agricultura de base familiar, como é o caso das aqui investigadas, não é suficiente tomar a representatividade empírica (o tamanho da agricultura familiar) e o processo de modernização agrícola, isoladamente, como os principais fatores explicativos das distintas trajetórias de desenvolvimento rural. Mais importante do que buscar na forma de ocupação e parcelamento do solo e na incorporação de tecnologias modernas a dimensão explicativa da diferenciação entre a agricultura familiar das regiões, é fundamental eleger a mercantilização e sua natureza multifacetada enquanto processo social amplo que transforma não só a agricultura e o meio rural como também a sociedade como um todo.

É notório registrar que onde as mudanças na base técnica da produção foram mais intensas, tanto mais intensas foram as mudanças nos modos de produzir e de viver dos agricultores familiares. Destarte, as mudanças ensejadas pela mercantilização e pela modernização da agricultura implicaram em diferenças significativas quanto à intensidade e ao modo pelo qual a agricultura passou a vincular-se aos mercados. Se “novos estilos de agricultura” foram forjados ao longo dos últimos 30 ou 40 anos nos três universos empíricos estudados, não é possível afirmar que esse processo foi homogêneo e produziu os mesmos resultados quanto ao desenvolvimento rural.

Em linhas gerais, ainda que a colonização permitisse inicialmente a formação de uma “sociedade regional”, ancorada nos vínculos parentais, na etnia e na religião, edificando modos de vida semelhantes, o desenvolvimento econômico de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões e das regiões as quais pertencem ganhou contornos distintos ao longo do tempo. Em Veranópolis, as relações de reciprocidade e de interconhecimento estruturaram formas de trabalho e ocupação as quais foram fundamentais para diversificar a base produtiva e fomentar a industrialização local e regional, como bem comprovaram Schneider (2002) e Radomsky (2006). Já nas demais regiões cobertas por este estudo, a velocidade das transformações operadas pela mercantilização impôs às economias locais e regionais a condição de se inserirem nos circuitos de produção de *commodity* de uma forma extremamente dependente e subordinada de forma a torná-las simples regiões produtoras de grãos para abastecer mercados consumidores distantes, com baixíssima capacidade de agregar valor e poucos resultados em termos de desenvolvimento rural e regional. No Alto Uruguai e nas Missões, conforme comprovado por outros trabalhos (CONTERATO, 2004; GAZOLLA, 2004; GRISA, 2007; NIEDERLE, 2007), a mercantilização, em quase correspondência com a modernização agrícola, reduziu sobremaneira a “margem ou espaço de manobra” em função da necessidade de adoção de práticas agrícolas modernas e sua correspondência em termos de aumento da produtividade por área explorada e pessoa ocupada. Nestas regiões, a mercantilização da agricultura teve forte viés de externalização de importantes fases dos processos produtivos agrícolas, intensificando-se ao longo do tempo. Invariavelmente, o movimento (supostamente) “contestatório” se dá por práticas que reforçam o padrão econômico hegemônico, com algumas variações regionais.

Ao contrário de Veranópolis e da região da Serra, onde as condições históricas favoreceram a acumulação e reinvestimento do capital no próprio território, em Salvador das Missões e região das Missões; e Três Palmeiras e Alto Uruguai, as condições históricas impuseram que o capital acumulado tivesse ao menos dois destinos, menos nobres do ponto de vista da economia regional: o primeiro constitui-se em uma necessidade constante de atualização tecnológica, aprofundada pela modernização da agricultura e recorrente até os dias atuais, impedindo que os já poucos recursos potencializassem maior diversificação econômica local e regional; o segundo traduz-se no investimento na compra de terras em outros estados, particularmente na região Centro-Oeste, impulsionada pelas políticas oficiais de avanço da fronteira agrícola e pela pressão social em torno da reforma agrária ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 (SANTOS, 1993). Nesse caso, observa-se regiões onde a colonização impôs “regras” gerais de formação e desenvolvimento das sociedades locais

muito semelhantes, mas não tardou no aparecimento de suas particularidades e implicações em termos de diferenciação social e econômica e das formas contemporâneas que assume a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, na maioria das regiões, consolidou-se um padrão produtivo ancorado no receituário técnico e agrônomo da Revolução Verde, via criação de condições “ótimas” para introdução de novas variedades de plantas, contribuindo para a consolidação de dinâmicas de desenvolvimento rural e estilos de agricultura marcadamente exógenos e cada vez mais determinadas pelos mercados globais de *commodity* agrícolas, embora variações locais e regionais fossem observadas. Apesar desta proposta de uniformização técnico-produtiva, em algumas regiões do Rio Grande do Sul onde a mercantilização permitiu que a agricultura se vinculasse não só aos mercados de produtos e serviços agropecuários, os impactos da modernização não representaram uma desvinculação radical na forma de produzir e viver dos agricultores ou, nos termos de Ploeg (1985), na “arte de fazer agricultura”.

Nestas regiões, como é o caso da Encosta Superior da Serra, tanto a agricultura como o desenvolvimento rural há muito mais tempo deixaram de ser exclusivamente agrícolas, permitindo a emergência de um leque cada vez mais amplo de estratégias produtivas e reprodutivas e a possibilidade de estabelecer e construir projetos e trajetórias relativamente autônomas de estilos de agricultura conformando, com base em Marsden (2003), uma “dinâmica de desenvolvimento rural”.

Retomando a referência às três regiões investigadas, houve a estruturação de diferentes mercados, sendo o de produtos agrícolas o primeiro e o que envolveu mais diretamente a agricultura familiar. Nas Missões e no Alto Uruguai, o mercado de produtos agrícolas ainda é o mais importante e o responsável por organizar a vida social e econômica da maioria das famílias. Nestas regiões, a agricultura policultora de forte orientação ao autoconsumo, com baixa integração aos mercados e incipiente nível de monetarização das primeiras décadas do século XX, deu lugar a uma agricultura especializada, monocultora e altamente integrada aos mercados mundiais de *commodity*.

Por outro lado, a mercantilização ensejou a construção social de situações bastante variadas na Serra Gaúcha, onde a diversidade da economia local permitiu que a pluriatividade passasse a refletir uma dinâmica econômica local própria. As oportunidades em atividades industriais foram oportunizadas pela melhoria dos meios de acesso e de informação e, contribuindo para manter (ou até ampliar) os níveis de renda, as formas de ocupação das

famílias rurais e mesmo contrabalançando a perda de rentabilidade da atividade agrícola<sup>8</sup>. Enquanto nas Missões e no Alto Uruguai as transformações na agricultura parecem ter ocorrido de “fora para dentro”, na medida em que o próprio trabalho na agricultura foi mercantilizado; na Serra Gaúcha, as transformações parecem ter ocorrido mais de “dentro para fora”, de modo a permitir uma maior autonomia<sup>9</sup> por parte dos agricultores nos processos decisórios.

Nesse caso, houve um “descompasso” quanto à intensidade, os graus e os resultados da mercantilização. Isso foi determinante para a constituição de processos de desenvolvimento e formas particulares de acumulação, os quais impulsionaram ou restringiram a diversificação das economias locais como um todo. Essas questões têm alimentado reflexões recentes sobre os descompassos e as possibilidades de aferição do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001; KAGEYAMA, 2005, 2006; CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2007).

Neste trabalho, há a preocupação em evidenciar e ressaltar que a importância e os traços essenciais da diversidade da agricultura familiar e dos espaços rurais se expressam nas mais diversas dimensões. Pretende-se, à diferença de alguns estudos de caso (CONTERATO, 2004; NIEDERLE, 2007; PERONDI, 2007), analisar, comparativamente, a diversidade da agricultura familiar e o processo de diversificação e diferenciação, cotejando o que se passa no interior das propriedades rurais familiares com os efeitos que o ambiente socioeconômico regional exerce sobre as mesmas. Por mais simples e despretensiosa que possa ser uma análise com este enfoque, esta não pode desconsiderar o ambiente socioeconômico em que estão imersos os agricultores. Apenas vinculando a agricultura familiar (os agricultores e suas estratégias) com o tecido social e econômico (as relações com o ambiente externo) é possível ter uma compreensão mais ampla das suas transformações, trajetórias e dinâmicas. Isso pressupõe a necessidade de se examinar a natureza desta diversidade e problematizar a sobrevivência da agricultura familiar face à dinâmica do modo de produção capitalista.

As diferenças entre as trajetórias de desenvolvimento rural das regiões e da agricultura familiar não podem ser explicadas exclusivamente pela estrutura fundiária, pelos aspectos

---

<sup>8</sup> Veja-se os trabalhos de Schneider (2002) e Navarro (2001).

<sup>9</sup> Neste trabalho, não estamos referindo-se a autonomia tal como feito por Mendras (1978) através das construção da identidade pelas coletividades camponesas fundadas nas relações de autarquia e interconhecimento. O entendimento de autonomia está muito mais próximo daquilo que Ploeg (2006) definiu como espaços de manobra, entendidos como a capacidade e as possibilidades que os agricultores possuem de tomar determinadas decisões em ambientes marcados pela competição e relações assimétricas de poder. Neste sentido, a autonomia pode se apresentar, por exemplo, na capacidade de reproduzir internamente um conjunto de recursos produtivos, sem recorrer aos mercados de produtos e serviços, como também através da inserção em nichos de mercados, agregando valor aos produtos, etc.

étnicos, pelos tipos de solos, ou qualquer aspecto que se aproxime de algum tipo de determinismo geográfico ou natural. A explicação para as dinâmicas de desenvolvimento rural diferenciadas e para qual o papel da agricultura familiar neste processo está na forma como se dá a mercantilização e seus impactos; na forma como as famílias agricultoras reagem e criam novas estratégias mediante a modernização, algumas especializando ainda mais a produção, outras diversificando e potencializando práticas de agroindustrialização e; nas características das economias locais e sua capacidade de potencializar a diversificação produtiva e o desenvolvimento rural endógeno. Com base nessa assertiva foi possível delinear a hipótese geral e as quatro hipóteses específicas. A hipótese geral formulada é de que há uma relação entre a diversificação das estratégias das famílias de agricultores familiares e as dinâmicas territoriais de desenvolvimento e de desenvolvimento rural. Hipoteticamente, quanto mais diversificadas forem as possibilidades de ingresso dos agricultores em mercados agrícolas e de trabalho não-agrícola, mais dinâmicas serão as economias locais e maior será a diversidade de estilos de agricultura. Por isso, as características históricas comuns (estrutura fundiária, etnia, etc.), não dão conta de explicar os processos de diversificação e diferenciação experimentados ao longo do tempo.

A primeira hipótese específica deu conta de que a passagem do que se convencionou chamar de “agricultura colonial” para a “agricultura familiar mercantilizada” operou-se em graus variados em cada região, gerando processos de desenvolvimento particulares. Em alguns casos, mais diversificado e autônomo endogenamente (Serra Gaúcha) e, em outros mais, especializados e dependentes (Missões e Alto Uruguai). Este descompasso gerou “estilos de agricultura” próprios em cada uma das regiões, pois a capacidade de diversificação está baseada no processo de mercantilização e sua natureza multifacetada. Portanto, o tipo de mercantilização da agricultura familiar explicaria o tipo de desenvolvimento: mais endógeno e autônomo (gerando economias de escopo e diversificação) ou, mais dependente e especializado (gerando economias de escala e especialização).

Através da segunda hipótese tratou-se de explicar as diferenças nos processos de desenvolvimento rural de cada região a partir da identificação e análise das estratégias de reprodução empregadas pelos agricultores familiares. Quanto mais dependente de um produto ou setor da economia ou mais especializada for a economia de uma região, mais restritas serão as possibilidades de diversificação das estratégias. Quanto mais diversificadas e heterogêneas forem as possibilidades das famílias de viabilizar sua inserção em atividades produtivas agropecuárias ou mercados de trabalho não-agrícolas, mais heterogêneo e multifacetado será o processo de mercantilização.

A terceira hipótese avançou no entendimento de que a dinâmica de desenvolvimento de uma região é tributária – dependente – de sua capacidade ou das potencialidades de integração intersetorial da economia local. A criação de economias locais diversificadas (escopo) depende da criação de oportunidades em mercados de trabalho agrícola e não-agrícola capazes de absorver endogenamente o excedente econômico gerado e potencializá-lo por meio da inovação e diferenciação constante. Mais do que uma estratégia individual ou familiar, a combinação de atividades produtivas e a diversificação das fontes de renda favorecem a diversificação das economias locais e a consolidação de um mercado de trabalho para os moradores do meio rural.

A quarta e última hipótese buscou reforçar a perspectiva de que para se ter um desenvolvimento rural endógeno deve-se analisar a forma de acumular e reinvestir o capital, que se associa aos produtos/mercadorias produzidos em cada região. Para se ter um desenvolvimento rural caracterizado como endógeno é preciso que o que se produz não seja drenado para fora da região e acumulado por atores que não reinvestem o capital onde ele foi gerado. Em regiões de desenvolvimento agrícola, observar-se a ocorrência de estilos de agricultura familiar mais especializados tanto endógena como exógenamente, restringindo a autonomia e a diversificação e tornando sua agricultura mais vulnerável socialmente. Por outro lado, em regiões de desenvolvimento rural mais harmônico e dinâmico, a tendência é que prevaleçam estilos de agricultura familiar mais diversificados tanto setorial como intersetorialmente, fortalecendo a autonomia dos agricultores e a diversificação agricultura.

Operando com duas unidades de análise, *família* e *economias locais*, foi possível avançar na compreensão de que os processos decisórios estabelecidos no âmbito do universo agrícola familiar não levam em conta única e exclusivamente a capacidade de alocação dos recursos produtivos por parte dos agricultores familiares, como se o universo microsocioal fosse o espaço por excelência na tomada de decisões individuais ou familiares, desconsiderando o ambiente externo. No entanto, com base na família, foi possível dar conta das estratégias individuais e familiares e construir a tipologia dos estilos de agricultura familiar. A integração entre propriedade, trabalho e família (LAMARCHE, 1993) mantém vivos os valores e as tradições que estabelecem e mantêm vivos os valores e as condutas sociais e econômicas no interior do grupo familiar (ALMEIDA, 1986). Por isso a unidade familiar e a unidade de produção são esferas distintas que se complementam, sendo difícil que qualquer uma delas funcione autonomamente em relação à outra, malgrado o crescente processo de individualização das tarefas observado no interior da família. Não sendo possível tratar empiricamente o agricultor familiar como um camponês ou e tampouco como um



empresário capitalista (BRUMER, 1994), foi fundamental reconhecer as interfaces entre a família, os indivíduos e as estratégias deliberadamente adotadas no âmbito da unidade familiar (CARNEIRO, 2000; MATTEI, 2005) e construir as tipologias de estilos de agricultura familiar.

Com base nas economias locais, foi possível identificar as dinâmicas de desenvolvimento rural<sup>10</sup> e as limitações e potencialidades em termos de diversificação produtiva e de fontes de renda, avançando em relação aos estudos tipicamente chayanovianos que tendem a eleger a família como unidade privilegiada e mesmo exclusiva de análise da agricultura familiar. Desta forma, foi possível fugir de explicações exclusivamente micro ou macro sociais dos processos que influenciam as situações de diferenciação social e econômica em contextos agrários distintos.

De acordo com Saraceno (1994a, 1994b), as estratégias, as escolhas, as tendências, as dinâmicas e a diversidade da agricultura familiar e do meio rural não podem mais ser estudadas de forma isolada e desconexa em relação ao que está fora do rural. A análise das dinâmicas da agricultura e do rural requer cada vez mais o reconhecimento do que não for agrícola para identificar o que se apresenta como entrave ou como potencial para diversificação no que se refere à práticas e estratégias. Segundo Kageyama (1998), para a compreensão da capacidade de diversificação interna e externa da agricultura, há a necessidade de ultrapassar a unidade produtiva e reconhecer as formas de integração com o exterior, com o território e sua correspondência quanto ao que pode ser identificado interna e externamente como limites e potencialidades da unidade familiar e das economias locais e regionais.

Esses são os pressupostos analíticos que orientaram Kageyama (2004a; 2004b) a construir o Índice de Desenvolvimento Rural para os municípios do estado de São Paulo e que, juntamente com outros trabalhos mais recentes (KAGEYAMA, 2005, 2006; WAQUIL *et. al.*, 2007), contribuíram decisivamente para consolidar a proposta desenvolvida neste trabalho de aferir o desenvolvimento rural, neste caso como um ponto de partida que permite avançar no entendimento das desigualdades quanto à intensidade e o formato que adquire a diversidade de estratégias e de estilos na agricultura familiar.

---

<sup>10</sup> Em relação à utilização da noção de economia locais cabe uma explicação metodológica. Nos trabalhos de Saraceno (1994a, 1994b) e Kageyama (1998), não há qualquer definição da abrangência espacial de uma economia local, dos seus limites territoriais. Não obstante, reconhece-se que a não atribuição de uma escala geográfica decorre justamente do reconhecimento e do esforço por parte dos autores em avançar em uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural. Esta perspectiva é amplamente endoçada pelo autor deste trabalho. Porém, em função dos dados secundários se referirem às microrregiões homogêneas definidas pelo

Cabe destacar que, em razão das diferentes técnicas de análise e de tratamento dos dados e informações, adotou-se como critério identificá-las e detalhá-las no início de cada capítulo em que se operou com tais procedimentos, a fim de evitar repetições ao longo do trabalho. Nesse sentido, no capítulo 3, será detalhada a metodologia utilizada para a construção do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), no capítulo 4, a metodologia utilizada na geração dos dados que permitem comparar as famílias monoativas com as famílias pluriativas e, por fim, a metodologia desenvolvida no capítulo 5, para a identificação dos estilos de agricultura familiar.

A contribuição desta tese para os estudos que se propõem investigar a diversidade da agricultura familiar apóia-se também no tratamento estatístico dos dados, particularmente os primários. Salvo falha do autor deste trabalho em garimpar na literatura, desconhece-se trabalhos na literatura nacional que tenham se valido da análise fatorial e de *cluster* para analisar, comparativamente, a diversidade econômico-produtiva e social da agricultura familiar<sup>11</sup>. Isso foi um desafio na medida em que todo o ferramental analítico da tese presumia que a existência da diversidade da agricultura familiar fosse empiricamente e amplamente comprovada. Esta sempre foi uma preocupação no âmbito do GEPAD, ainda que nenhum dos trabalhos tivesse sido produzido através da aplicação de técnicas de análise estatística multivariada, embora o grupo tivesse em mãos um banco de dados que oferecia os parâmetros mínimos de representatividade, em termos de observações e variáveis. Desse modo, acredita-se estar contribuindo significativamente para o debate brasileiro preocupado com os temas rurais, especificamente em termos de diversidade e diferenciação da agricultura familiar.

Para desenvolver a proposta de um estudo comparativo<sup>12</sup>, foi de fundamental importância a utilização compartilhada de banco de dados em SPSS (*Statistical Package Social Science*) consolidado ao longo dos últimos seis anos e alimentado por informações de 238 questionários semi-estruturados, também aplicados no município de Morro Redondo, na

---

IBGE, o caráter “local” das economias se aplica as microrregiões, numa perspectiva regional e não local enquanto sinônimo de município.

<sup>11</sup> A exceção pode ser feita aos trabalhos que se inscrevem no âmbito dos sistemas de produção através do entendimento de como os meios de produção e a força de trabalho disponíveis em uma unidade de produção agropecuária são combinados para a exploração do ecossistema, resultando numa análise exclusivamente endógena. Porém, esses trabalhos tendem a levar em consideração apenas as variáveis econômico-produtivas. Como exemplo, pode-se consultar Lima et al., (2007), em um trabalho produzido a partir dos sistemas de produção encontrados em Salvador das Missões.

<sup>12</sup> Em relação às potencialidades e limites dos estudos comparativos e sua aplicação nas Ciências Sociais, ver os trabalhos de Ragin e Zaret (1983), Barrington Moore (1983), Targa (1991), Sartori e Morlino (1994), Schneider e Schmitt (1995), Abramovay (1992) e May (2004).

Serra do Sudeste, mas que não integra este trabalho<sup>13</sup>. O SPSS ofereceu condições de suporte para formação de um amplo banco de dados como também de ferramentas estatísticas, como foi o caso da análise fatorial e análise de *cluster*. A consolidação de um banco de dados dessa magnitude associada às ferramentas disponíveis em SPSS foram fundamentais para a validação estatística dos dados e a posterior construção das tipologias da agricultura familiar.

A escolha das regiões e posteriormente dos respectivos municípios representativos não foi aleatória. Para que os dados fossem comparáveis entre si, o principal critério de seleção das regiões foi a presença histórica e hegemônica da agricultura familiar no cenário social e econômico local e regional após consulta a literatura e dados secundários. Contemplado este critério, passou-se para a escolha de um município em cada região. A semelhança no número de estabelecimentos agropecuários entre os municípios foi o principal critério, visto que estes representam, em cada caso, uma realidade aproximada da agricultura familiar, também no que tange às dinâmicas regionais. Cabe enfatizar que a escolha dos municípios se deu também a partir de informações qualitativas levantadas sobre a dinâmica local e territorial da agricultura familiar junto a instituições locais envolvidas com esta categoria social, como foi o caso dos escritórios municipais da EMATER e das Secretarias da Agricultura.

O questionário semi-estruturado (ver Apêndice) foi a principal instrumento de pesquisa. Isso significa que se operou com 176 questionários, distribuídos do seguinte modo: 59 em Veranópolis, 59 em Três Palmeiras e 58 em Salvador das Missões, com informações referentes ao ano agrícola 2001-2002. Através do questionário estruturado foi possível identificar o estudo das estratégias de reprodução social da agricultura familiar e tratá-las como resultado das relações que se estabelecem entre a unidade familiar e o ambiente social e econômico em que esta se encontra inserida. Todavia, é importante registrar que as relações sociais, econômicas, políticas, culturais dentre outras, que os agricultores familiares estabelecem com os processos sociais mais amplos e que lhe são externos, não são homogêneos, variando de acordo com as características de cada unidade familiar e segundo o território em que estas relações acontecem. Dito de outra forma, parece condizente aceitar a premissa de que as famílias agricultoras adotam estratégias diferenciadas para viabilizar sua reprodução social. Contudo, tais diferenças não são produzidas somente pelas distintas estratégias ou escolhas que essas unidades adotam, pois há outros fatores, alheios à vontade

---

<sup>13</sup> As etapas metodológicas descritas quanto à escolha das regiões, dos municípios, da família enquanto unidade de análise e do formato e foco do questionário também fazem parte do projeto de pesquisa AFDLP/2003 (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

dos indivíduos, que devem ser levados em consideração, tais como dotação de recursos produtivos, grau de escolaridade e características do mercado de trabalho não-agrícola.

Estes números representam aproximadamente 10% dos estabelecimentos familiares de cada universo pesquisado. A escolha dos estabelecimentos ocorreu segundo o método de amostragem sistemática por comunidade, pois havia a preocupação de garantir a representatividade na pesquisa de cada uma das comunidades rurais dos municípios. Desta forma, a determinação de quais estabelecimentos comporiam a mostra deu-se através de sorteio para cada comunidade, e o intervalo sistemático válido refere-se a este universo, diferindo conforme seu tamanho.

Para identificar as diferentes formas pelas quais se estabelece o funcionamento de cada uma das unidades familiares foi preciso estabelecer um mesmo ponto de observação sobre cada uma delas. Nesse sentido, o questionário, que resultou em um banco de dados com mais de 1.200 variáveis, foi organizado percebendo-se as famílias como unidades compostas por duas partes que interagem e funcionam de modo indivisível: a unidade doméstica e a unidade produtiva.

Os blocos e as questões privilegiadas foram os seguintes:

Bloco 1: a unidade doméstica: abordando questões sobre o número de membros da família, escolaridade, idade, etc.;

Bloco 2: unidade de produção: abordando questões sobre os fatores de produção – terra, capital e trabalho; tamanho da propriedade, forma de obtenção, capital disponível, etc.;

Bloco 3: os processos produtivos: com questões sobre tipos de cultivo, forma de alocação do trabalho da família e do contratado, uso de tecnologias, o autoconsumo, etc.;

Bloco 4: o ambiente social e econômico: questões sobre compra e venda de insumos e produtos, tipos de mercados que são acessados, localização, formas de pagamento, uso de crédito, etc.;

Bloco 5: a produção propriamente dita: questões sobre volumes de produção, geração de renda, proporções das rendas agrícolas e não-agrícolas, beneficiamento da produção, agregação de valor, proporção da produção vendida em relação à produção total, etc.;

Bloco 6: a racionalidade do agricultor: questões sobre como são realizadas operações de investimento, planejamento, alocação dos fatores de produção, etc. e

Bloco 7: representações sociais, culturais e simbólicas: questões relativas a opiniões, valores, práticas sociais, comportamentos, sociabilidade, etc.

O questionário vincula-se, necessariamente, à unidade de análise família e nem todas as informações foram exploradas no âmbito desta tese.

Convém registrar a utilização de infinidade de dados derivados de inúmeras fontes secundárias<sup>14</sup> (IBGE, FEE, MTE, IPEADATA, DATASUS, MDS, etc.) os quais foram fundamentais para este trabalho na medida em que permitiram, mesmo dentro de determinados limites, operacionalizar a segunda unidade de análise, as *economias locais*. Por isso, o levantamento das informações provenientes de fontes secundárias constituiu etapa importante deste trabalho. A busca e a seleção de variáveis secundárias propiciaram não só o contato com as variáveis através das quais se identificou as dinâmicas de desenvolvimento rural constituídas regionalmente como também, estas assumem papel fundamental no entendimento dos dados gerados da pesquisa de campo e a posterior construção das tipologias. Justifica-se, desse modo, a generalização às vezes indistinta feita ao município, região, microrregião e território ao longo do texto como se fossem ou representassem uma mesma unidade de análise. Sabidamente não o são, seja em termos normativos ou em termos analíticos.

Ainda como justificativa de se estabelecer um estudo comparativo e não um estudo de caso, pode-se reforçar o potencial do primeiro na identificação das regularidades e diferenças quanto às formas através das quais as unidades familiares estabelecem sua reprodução social, permitindo a constituição de pontos de observação e comparação entre cada uma delas. Isso não seria possível em um estudo de caso, no qual a comparação se estabelece exclusivamente entre indicadores, variáveis e estratégias, impossibilitando a comparação entre situações territorialmente distintas. A análise comparativa construída com base na análise fatorial e de *cluster* demonstrou a diversidade entre as regiões investigadas, como também internamente em cada uma delas, de forma a produzir resultados consistentes no que se refere a regularidades e diferenças endógenas e exógenas territorialmente.

Ao se adotar uma metodologia comparativa entre unidades de análise de distintos recortes empíricos, é possível descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças e explicitando as determinações mais gerais que regem os processos sociais em discussão em uma escala mais ampla do que a família. De acordo com May (2004), a análise comparativa possui algumas vantagens em relação aos estudos de caso. Uma delas é que a análise comparativa consegue demonstrar e explicar as

---

<sup>14</sup> Convém ressaltar aqui a gama de dados secundários disponíveis gratuitamente e de fácil acesso existentes no Brasil. Esses dados estão disponíveis nos mais variados formatos e níveis de agregação, cabendo ao pesquisador agregá-los ou desagregá-los da maneira que melhor lhe convier. Graças à disponibilidade e a qualidade dos dados secundários produzidos e disponibilizados pelos mais diversos órgãos foi possível estabelecer um diálogo entre as unidades de análise recortadas neste trabalho.

diferenças e semelhanças capacitando o pesquisador a considerar os fatores macro que influenciam as mudanças sociais e políticas e os fatores micro que são peculiares a cada situação social, na medida em que são levados em conta tanto os caracteres endógenos como os exógenos, uma das principais perspectivas na qual inscreve-se este trabalho.

Para Abramovay (1992), mesmo que a comparação possa expor-nos a determinados riscos teórico-metodológicos (fundamentalmente pela excessiva generalização, na maioria das vezes, baseada em variáveis pouco confiáveis), ela tem o mérito de **induzir questões**, porque incessantemente busca-se o confronto entre teoria e empírico, exigindo não o abandono, mas, ao contrário, o aprimoramento do esforço de elaboração teórica para dar conta de realidades empíricas em constante transformação. Certamente uma grande questão a ser respondida diz respeito à validação empírica do esforço teórico depreendido ao longo dos últimos anos, particularmente em nível internacional e apenas tangencialmente em nível nacional, sobre a diversidade da agricultura familiar e da necessidade de avançar para além da identificação e descrição das suas estratégias. A possibilidade de generalização baseia-se justamente em se levar em consideração as especificidades estruturais e históricas das formas sociais as quais são referidas em cada um dos casos.

Além da introdução, mais cinco capítulos e as considerações finais constituem os elementos textuais deste trabalho. O segundo capítulo é eminentemente teórico e nele encontra-se a perspectiva teórica que orienta este estudo. O terceiro capítulo apresenta os marcos históricos de formação da agricultura familiar nas três regiões investigadas e os primeiros resultados obtidos com base no índice de desenvolvimento rural, em uma perspectiva multidimensional. O quarto capítulo analisa as diferenças territoriais quanto à intensidade da pluriatividade e a necessidade de analisá-la sob dois ângulos: endógeno e exógeno. O quinto capítulo contempla os primeiros resultados da análise fatorial e de *cluster*, a formação dos grupos homogêneos, a representatividade de cada grupo em relação ao universo agrícola familiar investigado e quais variáveis possuem maior poder explicativo na formação dos estilos de agricultura e da tipologia que daí decorre. O sexto e último capítulo contempla os avanços mais importantes da pesquisa, pois nele apresenta-se e as principais diferenças em relação ao desenvolvimento rural representadas pelo IDR, as formas (tipos) que assume a pluriatividade e como isso pode ser captado à luz de estilos regionais de agricultura familiar. Finalmente, as considerações finais possuem a dupla função de apresentar os principais resultados do estudo como também expor os avanços e limites das questões teóricas e metodológicas desenvolvidas ao longo do trabalho.

## 2 DESENVOLVIMENTO RURAL, DIVERSIDADE E ESTILOS DE AGRICULTURA

Nas últimas décadas, os estudos de sociologia e economia rural, não apenas no Brasil, mas em todos os países onde se operaram mudanças estruturais no meio rural, enfocaram de forma ampla e incisiva como o processo de modernização da estrutura produtiva agrícola ofereceu guarida para compreender as mudanças e suas implicações em relação às populações e às economias locais e regionais. De uma maneira geral, as análises privilegiaram as transformações tecnológicas sobre a agricultura e os efeitos da Revolução Verde sobre os processos produtivos. O debate em nível internacional, fonte de inspiração para muitos estudiosos brasileiros, avançou consideravelmente no que diz respeito às suas matizes e filiações teórico-metodológicas, principalmente na década de 1990, quando ganham corpo discussões que procuram superar o maniqueísmo que dava o tom do debate sobre o processo de mercantilização da agricultura e do meio rural. Este “novo” debate foi fundamental para consolidar temáticas de pesquisa antes tratadas como residuais em função da percepção equivocada, da impossibilidade de validação empírica daquilo que a generalização analítica estava propondo.

Analiticamente, por meio deste capítulo, pretende-se estabelecer um diálogo entre as concepções contemporâneas de desenvolvimento rural enquanto um conjunto de práticas e processos e suas determinações no que diz respeito às estratégias e estilos de agricultura. O ponto de partida é o processo de mercantilização, que tem na modernização da agricultura uma de suas faces mais evidentes, porém não única e, por vezes, nem a mais importante no que concerne à diversificação da agricultura familiar. Tomando a mercantilização como ponto de partida é possível encontrar guarida para interpretar empiricamente e teórico-metodologicamente de que forma a agricultura familiar logra êxito quanto a sua reprodução em ambientes mercantilizados, porém de intensidades e formas variadas.

Na esteira do amplo debate sobre mercantilização da agricultura e do meio rural, em que despontam, entre outros, os trabalhos de Long et al. (1986), Marsden (1989, 1995) e Ploeg (1990, 1992) são apontados importantes elementos para interpretar a diversidade da agricultura e do meio rural antes invisíveis face à rigidez e engessamento das perspectivas analíticas anteriores. Cabe destacar que o debate “inaugurado” na década de 1980 foi crucial na medida em que permitiu a ampliação do leque de interpretações sobre o que de fato

determina a reprodução social da agricultura familiar e seu fortalecimento no interior do capitalismo. O que antes era tratado como residual passou, gradativamente, a ser tratado como legítimo enquanto manifestação empírica e passível de explicação e generalização analítica, muito embora não seja possível validar para todas as regiões ou países os padrões de reprodução social da agricultura familiar. As particularidades históricas impõem tratar com ressalvas o que critérios normativos e operacionais, como os adotados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de cunho normativo e operacional, tendem a tratar homogeneamente para fins de enquadramento. Isso requer do pesquisador constante atualização analítica e também empírica.

No início da década de 1990, os trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992), bem como os organizados por Lamarche (1993) lançaram importantes questões que só mais tarde foram introduzidas pelo campo brasileiro das Ciências Sociais através do reconhecimento de que era necessário ampliar o leque de perspectivas teóricas acerca do “mundo rural” e de temas para além dos até então desenvolvidos e privilegiados. Em nível internacional, o trabalho de Buttel et al. (1991) é referência fundamental para a compreensão de como a Sociologia da Agricultura emerge como uma nova abordagem teórico-metodológica para analisar as formas sociais do meio rural e o próprio meio rural como um todo, não apenas na dimensão econômico-produtiva, mas valorizando um amplo espectro das dimensões. Este espectro de relações sociais não era suficientemente abordado pela Sociologia Rural<sup>1</sup> funcionalista norte-americana.

O campo de estudo da Sociologia da Agricultura foi inicialmente demarcado como “a estrutura da agricultura”, passando aos poucos à incorporação de maior pluralidade de temas e de perspectivas teórico-metodológicas (SCHNEIDER, 1997). De acordo com Buttel (2001), ao longo da década de 1990, assistiu-se a uma verdadeira explosão/fragmentação de orientações/perspectivas teóricas, permitindo que o debate em torno da Sociologia da Agricultura incorporasse novos temas, como é o caso dos “estilos de agricultura” da Escola de Wageningen, na Holanda.

No campo das inovações teórico-metodológicas que buscam fugir da rigidez do debate anterior, destaca-se parte da literatura internacional em que desponta o debate sobre diversificação das estratégias de vivência e desenvolvimento rural (Frank Ellis), mercantilização (Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg), estilos de agricultura e

---

<sup>1</sup> No Brasil, o trabalho de Tourinho e Cruz (1986) pode ser considerado o pioneiro no debate brasileiro sobre a necessidade de inovação temática frente às opções oferecidas no escopo da Sociologia Rural. Além deste



desenvolvimento endógeno (Jan Douwe van der Ploeg) e as dinâmicas territoriais e desiguais do desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário (Terry Marsden). O debate nacional não é tão “vigoroso” como o debate internacional, mas assiste-se à consolidação de estudiosos e grupos de pesquisa que cada vez mais aportam importantes contribuições temáticas.

Neste trabalho de tese, será privilegiado o debate internacional sobre desenvolvimento rural. Não obstante, será feita referência a alguns pesquisadores brasileiros<sup>2</sup> que nos últimos anos têm desenvolvido importantes contribuições no campo das ciências sociais, como é o caso das atividades não-agrícolas de da pluriatividade e a formação do novo rural brasileiro (José Graziano da Silva e equipe do Projeto Rurbano) e a da valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais (José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay).

No entanto, só atualmente se observa um movimento de incorporação de temas já consolidados no debate internacional, particularmente o europeu, por parte de estudiosos brasileiros. Para Buttel (2001), em nível internacional, as mudanças já estavam sendo postas nas décadas anteriores, sinalizando para a necessidade de maior pluralidade de fontes de inspiração teórica para identificar e analisar as transformações que ocorriam no meio rural.

Os autores supracitados não comungam, necessariamente, do mesmo referencial teórico e epistemológico e seria demasiado longo reconstituir as afiliações teóricas do conjunto de autores. Desse modo, prioriza-se identificar, nos trabalhos de cada um dos pesquisadores, suas contribuições mais recentes e que vão ao encontro dos objetivos deste trabalho. O que importa neste capítulo é o potencial analítico dessas teorias para explicar as distintas dinâmicas de desenvolvimento rural face à diversidade e heterogeneidade dos processos de mercantilização da agricultura familiar e como isso pode ser captado pela pluralidade de estilos de agricultura<sup>3</sup> e a sua manutenção perante a generalização das relações mercantis<sup>4</sup>.

---

trabalho, Schneider (1997) traz uma excelente retrospectiva dos impasses encontrados pela Sociologia Rural e a emergência da Sociologia da Agricultura.

<sup>2</sup> Além dos dois enfoques brevemente desenvolvidos neste trabalho, há outros pesquisadores brasileiros que tem aportado importantes questões. Entre estes é possível identificar ao menos três importantes enfoques. É o caso dos trabalhos de Navarro (1999, 2000) e Martins (1999, 2003) e os condicionantes de natureza sócio-cultural que impedem os processos de mudança social no meio rural do Brasil. É possível encontrar em Wilkinson (1999, 2000, 2003) o que se poderia denominar de enfoque agroalimentar para o desenvolvimento rural. Além destes, destaca-se as contribuições de Guanziroli et al. (2001) e o viés agrícola do desenvolvimento rural, em que a pluriatividade seria uma situação transitória e o desenvolvimento das áreas rurais viria do fortalecimento da agricultura familiar fundamentalmente via reforma agrária essencialmente agrícola e maior oferta de crédito aos agricultores familiares.

<sup>3</sup> Aqui nos apoiamos em Chayanov (1974, 1981) que não negou a existência dos processos de diferenciação no campesinato, denominada por ele de diferenciação horizontal. Chayanov (1974) considerava que a mudança mais importante era a diferenciação vertical, não uma diferenciação de classes. Isso se justificaria pela

Long et al. (1986) são incisivos ao considerarem que os estudos sobre a mercantilização deveriam considerá-la como um aspecto influente sobre as estratégias individuais e familiares e não como uma força externa que vai unicamente de encontro aos agricultores, no sentido da sua desaparecimento ou expropriação. De acordo com Ploeg, isso fez com que por muito tempo os graus distintos de mercantilização fossem uma espécie de *tabu* para as perspectivas mais tradicionais. Ainda há, nesse sentido, certa tendência, nos estudos sobre mercantilização, em acentuar as determinações externas em uma visão linear de desenvolvimento agrário, desconsiderando o papel dos atores e as variações empíricas do fenômeno. Novamente, reporta-se aqui às particularidades regionais. Como ficarão evidentes ao longo do trabalho, os mecanismos estabelecidos pelos agricultores familiares não são completamente distintos ao ponto de caracterizar apenas diferenças. O mais importante é a forma como esses mecanismos são construídos e os resultados obtidos em termos de disponibilidade de recursos produtivos, diversificação das estratégias e de fontes de renda.

De acordo com Long et al. (1986), esta visão parcial do meio rural se deve, fundamentalmente, à fragilidade teórica que padecem tanto os modelos teóricos propostos pela sociologia da modernização quanto às análises marxistas tradicionais. Em acordo com essa compreensão, Wolf (2003), analisando os tipos de campesinato latino-americanos, considera fundamental reconhecer os efeitos da Revolução Industrial e do crescente mercado mundial sobre os segmentos camponeses de todo o mundo, pois estes mudaram tanto as características culturais quanto o caráter de suas relações mais específicas com outros segmentos da sociedade. Na visão de Wolf (2003), da qual se compartilha, os camponeses do mundo inteiro se envolveram em relações de mercado de magnitudes muito distintas e hoje são o produto desse crescimento multilinear.

De qualquer forma, é fundamental observar que o meio rural de hoje não é mais pensado como um bloco coeso, formado por uma única categoria social disseminada territorialmente. De acordo com Afrânio Garcia (2003), a representação do mundo agrícola, que ao longo do último século tendeu a reforçar a imagem de unicidade, é hoje atravessada pela oposição dos agentes abarcados por categorias como “agricultura familiar”, “complexo agro-industrial”, “agricultura empresarial”, “agricultura tradicional”, “agronegócio”,

---

complexidade dos processos de trabalho na agricultura. Essa diferenciação vertical residia justamente no fato de o campesinato estar enfrentando a divisão e a especialização das tarefas, ou seja, em vez de ser também carpinteiro, o camponês procura os serviços de um profissional; em vez de confeccionar, ele compra as roupas; em vez de usar sementes oriundas de sua propriedade, ele adquire sementes certificadas; em vez de utilizar esterco animal, usa adubação química e etc. Ou seja, um conjunto de tarefas antes desempenhadas pelos camponeses estão cada vez mais concentradas apenas na agricultura. Uma excelente leitura sobre a obra de Chayanov pode ser encontrada em Shanin (1989).

demonstrando competição por terra, recursos financeiros, força de trabalho e, sobretudo, legitimidade de designar o futuro das relações no mundo rural e das configurações cidade-campo. Nesses termos, concorda-se com Schneider (2006) a respeito da construção de ferramentas teórico-metodológicas adequadas ao entendimento da heterogeneidade do meio rural sem caracterizar confrontos ideológicos que invariavelmente estão subjacentes ao debate sobre agricultura camponesa, agricultura familiar e agronegócio:

É preciso ir além desta simplificação e do maniqueísmo ideológico que lhe corresponde, pois a mera contraposição entre campesinato e agricultura familiar e, às vezes, agronegócio, pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais de diferenciação social. Na realidade, o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero, etc.), assim como os múltiplos meios de exercício da ação política (SCHNEIDER, 2006, p. 9).

Ainda que o confronto de idéias permita avançar em relação às reais condições acerca da mudança social e suas implicações para a reprodução das formas familiares de trabalho na agricultura, é preciso consolidar o debate tomando como referência as teorias que oferecem as ferramentas analíticas, mas também valorizar a realidade empírica, os fatos sociais enquanto exemplos para a confirmação ou refutação de determinadas perspectivas teóricas. A realidade social encontra-se em constante mudança o que, da mesma forma, requer uma renovação dos quadros teóricos para o seu entendimento, conforme demonstra Buttel (2001). Nesses termos, os aspectos relacionados à autonomia e à dependência das diferentes formas de produção de mercadoria possuem implicações importantes no entendimento dos estilos de agricultura que, por sua vez, decorrem do ininterrupto processo de negociação entre os agricultores, os mercados, o Estado e as instituições. Tomando como exemplo o caso europeu, Ploeg (2006) afirma que atualmente os agricultores em praticamente toda a Europa estão diante de um verdadeiro e intenso processo de aperto (*squeeze*) na agricultura. É um indício forte de que, do ponto de vista produtivo, a modernização da agricultura tem sido bem sucedida, mas com resultados parcos no âmbito social, não raro, resultando em decréscimo das condições de vida dos agricultores.

A clássica resposta do aumento de escala de produção não parece ser efetiva e possui cada vez menos capacidade de sustentar o argumento de que o desenvolvimento rural viria

---

<sup>4</sup> Cf. Long, et al. (1986).

pelo aumento da renda agrícola e, conseqüentemente, condicionaria a melhoria das condições de vida dos agricultores. O enfrentamento do ambiente hostil criado pelo aprofundamento da liberalização e globalização do mercado mundial de produtos agropecuários tem sido cada vez mais um importante aliado na constatação de que o desenvolvimento agrícola não necessariamente leva ao desenvolvimento rural. Em países ou mesmo regiões onde o padrão tecnológico dominante ainda é aquele associado às práticas tecnológicas modernizantes, observa-se a continuidade do despovoamento do meio rural e redução do valor agregado gerado na agricultura.

Em um primeiro momento, é importante enfatizar que os autores aos quais se faz referência ao longo deste trabalho comungam da concepção de que a rigidez do debate desenvolvido até a década de 1980 levou à compreensão parcial e incompleta da mercantilização enquanto fundamento analítico para explicação das realidades empíricas. A superação desses limites proporcionou, entre outros aspectos, o alargamento dos temas e enfoques até então privilegiados nas pesquisas. Em um segundo momento, foi possível validar empiricamente o que esta perspectiva teórica imbricada às variantes sociais estava propondo. Desta generalização empírica, com algumas ressalvas, emerge na Europa o debate sobre diversidade e estilos de agricultura, uma derivação analítica da mercantilização em relação à perspectiva do ator-orientado (LONG, 1992, 2001; LONG; PLOEG, 1994).

Neste sentido, a mercantilização, conforme reitera Long (2001), está imbricada a valores sociais. Por isso é um tema recorrente e central na sociologia do desenvolvimento e desempenha papel fundamental no entendimento dos processos mais gerais de transformação social. Se, por um lado, o debate e o modelo mais clássico de mercantilização têm suas origens na proposta de Marx (1985) de explicar como mercadorias de valor de uso assumem valor de troca e a expansão das trocas leva à produção mercantil generalizada, também é importante registrar que esse processo ganha contornos distintos quando se toma como universo privilegiado ou categoria social a agricultura familiar. Por isso, neste momento se toma de empréstimo as contribuições de Long et al. (1986) e Long (2001) na medida em que por mercantilização se entende os processos pelos quais a noção de valor de troca ou intercâmbio, não necessariamente à custa ou a partir do valor de uso, desempenha um crescente papel normativo no curso da vida econômica de uma determinada unidade ou categoria social. Há, nesse sentido, uma longa trajetória de estudos e interpretações teóricas a respeito da reprodução das formas familiares no interior do capitalismo. A perspectiva teórica mais “ortodoxa” em relação a esse debate, também conhecida como marxista “clássica”, em que despontam autores também clássicos como o próprio Marx, juntamente com a noção de

incapacidade dos “produtores parcelários”; Lênin e a incapacidade dos “camponeses” e Kautsky e a “incapacidade dos pequenos proprietários”, é o que configuraria a perspectiva conhecida como a do desenvolvimento agrário. No entendimento desses autores, a condição das formas familiares de agricultura seria o resultado de uma luta constante entre uma situação de diferenciação/decomposição *versus* persistência. De outro lado, aparece a contribuição do economista russo Alexander Chayanov através do balanço entre produção e consumo, atribuindo à variável demográfica papel preponderante sobre a reprodução individual e familiar na agricultura.

Por sua vez, o debate estabelecido ao longo das décadas de 1970 e 1980 a respeito da incapacidade do capitalismo em transformar o processo de produção **natural** próprio da agricultura (GOODMAN et al., 1990), pela pouca atratividade da atividade agrícola ao **capital** e a não simultaneidade entre tempo de trabalho e tempo de produção (MANN; DICKINSON, 1987), na perspectiva do **trabalho** enquanto dimensão explicativa da persistência da agricultura familiar no sistema capitalista (FRIEDMANN, 1978; BERSTEIN, 1979), foi um passo importante mas que ganhou novos contornos a partir da década de 1990.

Tanto os trabalhos de Long como os de Ploeg se constituem em importantes esforços no sentido de desafiar as análises estruturais da mercantilização<sup>5</sup>, com particular atenção aos trabalhos desenvolvidos por influentes pesquisadores dedicados ao estudo do rural e da agricultura, como é o caso de Berstein (1979, 1986), Friedmann (1978, 1986) e Goodman e Redclif (1985). Esses autores aportaram relevantes contribuições sobre a persistência das formas familiares no interior do capitalismo, à luz do debate sobre Produção Simples de Mercadoria (PSM), ainda que por vezes com algumas variações importantes. Nem negando, nem endossado, Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg partem das limitações do debate sobre PSM e adotam a perspectiva orientada ao ator (LONG, 2001; LONG; PLOEG, 1994).

---

<sup>5</sup> Convém destacar, no entanto, que a perspectiva encabeçada por Friedmann (1978) e Berstein (1986) era, antes de mais nada, uma crítica à perspectiva da *commercialization* (comercialização), que tinha como principal expoente Theodor Schultz e seu trabalho intitulado *Transforming Traditional Agriculture*. A ênfase recaía basicamente sobre os entraves à completa racionalidade por parte do agricultor no uso dos fatores de produção e a inserção nos mercados era medida pela quantidade de produção levada aos mercados *vis-a-vis* o volume total produzido. Acusada de dar muita ênfase à teoria e de ter uma visão linear do desenvolvimento e da agricultura, emerge a perspectiva da *commoditization* (comoditização) a partir dos trabalhos de Friedmann e Berstein que tentam superar o impasse marxista sobre a permanência das formas familiares de agricultura. Nessa perspectiva, *grasso modo*, havia o entendimento de que mais mercado significa maior dependência e o capitalismo destrói a economia moral e material do agricultor familiar. Este debate ganhou fôlego principalmente nas décadas de 1970 e de 1980. No entanto, da crítica à perspectiva da *commercialization*, nasce a perspectiva da mercantilização, uma derivação analítica daquela da *commoditization*, em que despontam como principais influentes Norman Long, Jan Douwe van der Ploegs e Terry Marsden e o reconhecimento da mercantilização enquanto um processo multifacetado que permite às formas familiares de agricultura se reproduzirem e se fortalecerem no interior do capitalismo sem que isso resulte em destituição de seu caráter não-mercantil. O debate entre as duas primeiras perspectivas pode ser acompanhado em Vandergeest (1988).

Diferentemente do debate acerca da concepção ou noção de comercialização que ganhou força nas décadas de 1970 e 1980, em que os produtos adquirem valor de troca exclusivamente mediante relações com os mercados, a mercantilização tem um alcance mais amplo, pois se aplica a todas as fases de produção e reprodução. A mercantilização não cobre apenas as práticas e processos através dos quais os bens são valorados apenas pela impessoalidade dos mercados, mas também os que moldam o consumo, a produção, distribuição, trocas, circulação, valores e condutas culturais. É nessa perspectiva que se insere a proposta deste capítulo, ou seja: apontar os contornos contemporâneos do debate sobre o desenvolvimento rural em ambientes mercantilizados e suas ferramentas analíticas para investigar universos empíricos determinados.

A outorga ao agricultor familiar de realizar com base nos recursos disponíveis as escolhas que melhor lhe convierem é uma das principais, senão a principal, ferramenta na construção do desenvolvimento rural. Essa capacidade de resposta frente a situações determinadas, invariavelmente originada por pressões mercantis, é a que substantia as leituras mais contemporâneas sobre a reprodução social da agricultura familiar e o seu papel no desenvolvimento rural.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

Da mesma forma que observado em relação à mercantilização, a diversidade teórica dá o tom do debate internacional, e também brasileiro, sobre desenvolvimento rural. Não há consenso e muito menos qualquer espécie de grande teoria sobre o tema. Alimentado por múltiplas perspectivas analíticas, não há qualquer espécie de metateoria sobre o desenvolvimento rural e suas bases teóricas ainda estão por ser construídas. Todos os pesquisadores citados ao longo deste trabalho de alguma forma comungam isso, pois é cada vez mais difícil negar a crescente preocupação com o desenvolvimento dos espaços rurais e as temáticas correlatas a esse processo. As considerações elaboradas até o momento tiveram o propósito de retomar brevemente algumas importantes questões que não poderiam ser deixadas de lado quando da análise das dinâmicas contemporâneas da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. O debate é muito mais amplo e rico em seus contornos, mas seria impossível desenvolvê-los no escopo deste trabalho, até mesmo por não se tratar do objetivo desta investigação. Mais importante do que retomar uma temática exaustivamente debatida, é tomá-la como um ponto de partida. Isso não significa que conceitos e noções correlatas não sejam retomadas e mesmo aprofundadas ao longo do trabalho, como ocorre na seção 2.2 deste

capítulo em que se parte da mercantilização diferencial da agricultura familiar para explicar a sua diversidade enquanto categoria social predominante nos recortes territoriais analisados.

Em nível internacional, o debate sobre desenvolvimento rural ganha contornos emblemáticos a partir da constatação da profundidade das transformações sociais, econômicas e ambientais operadas pela modernização da agricultura. Nos termos de Ploeg (1995), ambos o sucesso e a crise da agricultura são resultado de um deliberado projeto de modernização formulado durante as décadas de 1940 e 1950 e instituído nas décadas seguintes. Desenvolvimento estrutural era o termo chave nesse projeto. No Brasil, a problemática do desenvolvimento rural passou a ser uma preocupação relevante principalmente a partir da década de 1990, quando a agricultura familiar passou a centralizar os esforços para fortalecimento dos processos de desenvolvimento em áreas rurais. Entre outras motivações para tal, encontram-se os limites do desenvolvimento agrícola e o debate sobre a importância das atividades não-agrícolas e da pluriatividade. Por isso, principalmente a última década do século XX e os primeiros anos do século XXI têm sido períodos pródigos em apontar temáticas que orbitam as possibilidades e mesmo os limites do desenvolvimento rural. Entre as possibilidades, além das citadas acima, aposta-se na necessidade da diversificação das estratégias de vivência, na democratização dos espaços rurais e na incorporação das questões ambientais. Entre as limitações, estão os próprios limites dos processos democráticos, a subordinação dos agricultores às cadeias agroalimentares mundiais e as oscilações dos preços das *commodity* agrícolas mundiais.

### **2.1.1 Desenvolvimento Rural: um debate em construção**

Uma noção em construção. Este é o principal consenso entre aqueles que se debruçam para construir e consolidar um referencial teórico-metodológico acerca do desenvolvimento em áreas rurais. Se até recentemente era sob o escopo das teorias da modernização que se buscava explicar os processos de mudança social, inclusive em relação aos padrões tecnológicos e suas implicações para as populações rurais em termos de qualidade de vida, atualmente é cada vez mais notória a necessidade de alargar o leque de opções explicativas, tornando as generalizações empíricas menos factíveis. Porém, em nenhum momento o debate esteve tão ancorado, como na contemporaneidade, na perspectiva de que não há desenvolvimento rural sem agricultura, não há agricultura sem agricultor e de que, cada vez mais, o agricultor, por necessidade ou opção, trilha o caminho da diversificação produtiva e

de estratégias. Em que medida a teoria tem conseguido incorporar essas questões e construir um entendimento sobre o desenvolvimento rural ao longo do tempo?

Em trabalho recente, Ellis e Biggs (2001) apresentam a trajetória do desenvolvimento rural ao longo do tempo. Os autores identificaram que, na década de 1950, o desenvolvimento rural esteve fortemente associado às políticas de modernização, com base em modelos dualistas que rotulavam os agricultores de “modernos”, em contraposição aos “atrasados”. Nos anos 60, ganhou fôlego o debate sobre a modernização da agricultura e a transferência de tecnologia via Revolução Verde. Nos anos 70, intensificaram-se as políticas agrícolas, com forte adoção de tecnologias por parte dos agricultores, via proposição de um desenvolvimento rural integrado com intensa participação das entidades de extensão rural. Durante os anos 80, com a crise do Estado desenvolvimentista, intensificam-se as políticas de alívio à pobreza rural, atribuindo ao debate dos anos 90 forte apego às políticas de redução da pobreza, via micro-crédito, redes de segurança rural, como extensão dos recursos previdenciários, etc. A virada do século marca um momento histórico nessa problemática graças à introdução de novas temáticas, como as questões ambientais, de gênero, da pluriatividade, do empreendedorismo e da inovação, do papel das instituições, das redes agroalimentares, entre outros focos, permitindo inclusive tratar essas mudanças no escopo de um novo paradigma de desenvolvimento rural, tal como afirmam Ploeg et al. (2000).

Para Ellis e Biggs (2001), se um novo paradigma de desenvolvimento rural está para emergir, este certamente estará vinculado ao potencial que as atividades não-agrícolas podem oferecer, juntamente com as agrícolas, para a construção de modos de vida rurais viáveis e diversificados. O sucesso deste novo paradigma depende também de sua capacidade de redução das situações de pobreza e ampliação de políticas de desenvolvimento que levem em consideração a diversidade de modos de vida rurais.

Há, nesse sentido, uma busca por novas interpretações do desenvolvimento no meio rural através da superação do paradigma do desenvolvimento agrícola como imperativo exclusivo. Por conta disso, não deixa de ser surpreendente a velocidade com que ganha espaço público e legitimação a assertiva de que é preciso repensar o modelo de desenvolvimento atualmente vigente para inúmeras regiões rurais. Assiste-se à consolidação da necessidade de reorientar as formas de intervenção do Estado para que o foco das políticas públicas não seja exclusivamente o caráter produtivista da agricultura, particularmente a de base familiar, reduzindo-a a sua capacidade de produzir alimentos em abundância e a baixos preços.



No que diz respeito ao Brasil, o debate, apesar de recente, é bastante controverso<sup>6</sup>. No entanto, diferentemente do que se processa no cenário europeu, onde há mais de duas décadas são observados avanços significativos em relação à superação das dicotomias rural *versus* urbano, agrícola *versus* não-agrícola e familiar *versus* empresarial ou capitalista, consolidando uma compreensão de que o desenvolvimento rural é o somatório de pequenas inovações que não se restringem às formas familiares de agricultura, o debate brasileiro ainda é pautado pela visão dicotômica. No Brasil, foi a partir das discussões sobre agricultura familiar que se avançou para aquelas relativas ao desenvolvimento rural, quase impossibilitando fazer qualquer tipo de dissociação temática.

Neste trabalho, observa-se o debate brasileiro a partir das contribuições de José Graziano da Silva e das interpretações aportadas pelo Projeto Rurbano em torno do novo rural brasileiro e de José Eli da Veiga, fundamentalmente por meio dos estudos deste autor no que tange aos documentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) e aos trabalhos mais recentes. Justifica-se: o primeiro autor oferece importantes subsídios ao entendimento da emergência e importância das atividades não-agrícolas; o segundo, contribui para a análise de algumas das limitações para a diversificação da agricultura familiar.

No caso das contribuições de José Graziano da Silva e de outros pesquisadores reunidos em torno do Projeto Rurbano<sup>7</sup>, mesmo que não necessariamente consensuais, o fundamental a reter é que, cada vez mais, o desenvolvimento de inúmeras regiões rurais e, por consequência, o próprio desenvolvimento rural destas regiões, passa pela importância das atividades não-agrícolas na geração de emprego e renda e seu potencial na mitigação da pobreza rural. O eixo norteador que motivou um conjunto de estudos sobre o meio rural brasileiro foi a constatação de que a ‘modernização conservadora’ e excludente e os Complexos Agroindustriais (CAIs) resolveram o problema da oferta agrícola, mas não resolvem o problema agrário (excedente populacional). O emprego e a renda agrícola estariam em declínio em função da mecanização das atividades de colheita dos principais produtos. Em outras palavras, o progresso técnico, e sua irreversibilidade, limita o crescimento do emprego agrícola, levando parcela crescente da população rural a buscar outros mercados de trabalho fora da agricultura. Para Silva (2001), a *performance* da agricultura familiar no Brasil

---

<sup>6</sup> Nos trabalhos de Mior (2005, 2006), pode-se encontrar também um profícuo debate sobre as dicotomias nas teorias e interpretações sobre o desenvolvimento rural em âmbito internacional e interpretações sobre o rural brasileiro.

<sup>7</sup> Informações detalhadas sobre projetos, pesquisadores e trabalhos podem ser consultadas no site [www.eco.unicamp/projetos/rurbano](http://www.eco.unicamp/projetos/rurbano).

depende tanto dos mercados de produtos, como das condições do mercado de trabalho. Essa assertiva é tanto verdadeira do ponto de vista analítico quanto empírico, dado que as estratégias e os estilos de agricultura familiar tendem a variar tanto em intensidade quanto em seu formato, visto que os mercados de produtos e de trabalho agrícola e não-agrícola possuem variações e diversidades territoriais tão heterogêneas quanto as dinâmicas de desenvolvimento rural.

Haveria um *novo rural* formado basicamente por três grupos de atividade: (1) uma agropecuária moderna (agronegócio) baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; (2) um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer, e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e (3) um conjunto de *novas* atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado. Ao lado desta faceta *moderna*, persistiria o lado *atrasado* do rural, graças à manutenção da pobreza e da vulnerabilidade de ampla gama da população, os “*sem-sem*” – sem terra, emprego, educação, saúde e renda e uma forte incapacidade de organização social (SILVA, 2001). De todo modo, o aspecto mais representativo desse novo rural seria o das famílias pluriativas, que são aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e promovem a integração intersetorial (agricultura com comércio e serviços) e interestespacial (rural com urbano).

Sucintamente, para Silva (2001), a pluriatividade das famílias rurais no Brasil não resulta em um crescimento da produtividade do trabalho agropecuário, como ocorreria nos países desenvolvidos. O pesquisador entende que, ao contrário, a pluriatividade é em grande parte uma estratégia de sobrevivência de famílias agrícolas mais pobres que, assoladas por perdas substanciais de sua renda agrícola em função da queda dos preços de nossas principais “*commodity*” passam a se ocupar em atividades não-agrícolas. Dito de outra forma, a pobreza é um empecilho aos processos de desenvolvimento local, basicamente por duas razões: (1) porque drena parte substancial dos recursos despendidos localmente para bens de consumo corrente que têm pouco efeito indutor para a formação de circuitos virtuosos de geração de emprego e renda; (2) porque limita o tamanho dos mercados locais em função do baixo nível de renda *per capita* da maioria da população. Por isso, mais importante do que uma estratégia específica de desenvolvimento para o Brasil rural, é uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil como um todo, pois quem determina a demanda por produtos e serviços é o nível de renda da população urbana.

Por fim, a própria diversidade da produção agropecuária é algo secundário, pois as opções para “diversificação” ficariam restritas aos “nichos” articulados aos mercados urbanos de maior renda. Não resolveria “diversificar” apenas a produção agropecuária de uma dada

região porque isso traria pouco incremento à renda das famílias agrícolas mais pobres que dependem dos mercados locais de trabalho. Este é o outro grande fator limitante do nosso desenvolvimento: os elevados índices de concentração e os baixos níveis de renda da maioria da população fazem com que os mercados regionais sejam muito reduzidos *vis-à-vis* ao tamanho da população potencialmente consumidora.

Passemos à contribuição de José Eli da Veiga, à qual se soma a contribuição de outro importante pesquisador brasileiro sobre os temas rurais, Ricardo Abramovay. Esses pesquisadores institucionalizaram no Brasil os temas em torno do desenvolvimento rural sob o manto das instituições, da inovação (empreendedorismo) e da sustentabilidade. Diferentemente da perspectiva de José Graziano da Silva, ambos, Veiga e Abramovay, insistem na importância da agricultura familiar e no reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais através da criação de externalidades positivas.

Para Veiga (2001a, 2001b, 2002b) e Abramovay (2001, 2003), os níveis de emprego e renda na agricultura familiar estariam associadas às formas de inserção de cada região nos circuitos econômicos. A reduzida diversificação da agricultura familiar de inúmeras regiões é uma decorrência da predominância da especialização agropecuária, visto que nas áreas mais favoráveis às grandes plantações especializadas não existem mobilidade e articulação social suficientes para engendrar a criação das redes de pequenas e médias empresas, fundamentais para potencializar formas de empreendedorismo e diversificação produtiva. Por isso, o entendimento de que as heranças institucionais de uma economia baseada na agricultura familiar diversificada são condições necessárias, mas não suficientes para dinamizar os territórios. Para que empresas e empregos possam ser criados em regiões com predomínio da agricultura familiar, também é preciso que elas disponham de um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços e, sobretudo, de condições que estimulem o “empreendedorismo”.

O argumento central é o de que a capacidade empreendedora e inovadora dos agricultores familiares possui implicações diretas na diversificação social e produtiva das regiões rurais. O que permite formular a seguinte pergunta: que possibilidades de inovação produtiva e institucional possui a agricultura familiar em regiões de pleno desenvolvimento agrícola? Nessas regiões, as (supostas) inovações não serviriam para reproduzir e fortalecer o padrão de desenvolvimento desigual já consolidado? As respostas a essas questões não serão respondidas em sua plenitude no escopo deste trabalho. A hipótese é a de que, enquanto nas especializadas economias regionais e de escala ocorre uma vinculação a apenas um ou a poucos mercados, nas diversificadas economias regionais e de escopo, observa-se uma

importante flexibilidade de produtos e de mercado de trabalho, permitindo às economias e à agricultura regional inserção em mercados variados. Nesses termos, os territórios mais propícios ao processo de inovação e empreendedorismo são aqueles em que as economias locais são capazes de gerar uma demanda agregada por produtos e serviços, que é estimulada pela circulação em âmbito local da riqueza acumulada.

Tanto Veiga (2001a, 2001b, 2002b) como Abramovay (2001, 2003) sustentam que a reprodução da agricultura familiar depende cada vez mais de sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades face aos desafios que lhes são colocados pelo ambiente social e econômico em que vivem. Enquanto que, para Silva (2001), as economias de escala e especialização, apesar da exclusão social e econômica que geraram, foram as que permitiram que milhares de agricultores se inserissem nos mercados, para Veiga e Abramovay, a diversificação é a palavra chave, pois entendem que é a única condição capaz de fomentar economias de escopo e diversificação. Com base nesses e em outros argumentos, Veiga (2001a) percebe a necessidade de superar a dicotomia rural x urbano, tornar a mão-de-obra excedente empreendedora, fomentando sua capacidade de inovação. Entre outras consequências, isso faria com que aumentasse a produtividade do trabalho agropecuário e mais pluriativas se tornassem as famílias, implicando diretamente na redução das migrações de origem rural. Diversificar as economias locais, começando pela agropecuária, seria uma posição relevante na reafirmação da agricultura familiar, impondo a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil rural.

O fundamental a reter do bosquejo sobre o desenvolvimento rural no Brasil pode ser formulado do seguinte modo: o denominando “novo enfoque do desenvolvimento rural” é uma abordagem apoiada no alargamento da abrangência espacial, ocupacional e setorial do rural. Para Schneider (2003), os múltiplos níveis da nova abordagem do desenvolvimento rural estariam e formuladas em termos de mudanças nos seguintes termos, todas elas relacionadas aos limites e problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista: (1) o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade; (2) uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola, que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas; (3) um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, atribuindo-se um novo papel aos centros urbanos e à combinação de atividades multi-ocupacionais; (4) um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais; (5) um desenvolvimento rural que leve em conta a necessidade de novas

ações de políticas públicas e o papel das instituições e (6) levar em consideração as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos.

Nessa nova perspectiva, que no Brasil não necessariamente está atrelada a uma alternativa ao paradigma da modernização como ocorre na Europa, o desenvolvimento rural é interpretado como um conjunto de práticas que visa a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias, reorientando as ações para menor dependência dos agricultores em relação aos agentes externos, capaz de resultar em maior autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento do leque (*portfólio*) de ações e estratégias.

Já avançando no debate internacional, nos termos de Ploeg et al. (2002), o desenvolvimento rural se constituiu em uma verdadeira “agenda de pesquisa” pelo reconhecimento dos limites práticos do paradigma da modernização, levando pesquisadores a repensar seus focos de investigação acerca dos processos de mudança social no meio rural. Diferentemente do debate brasileiro, que parece ser mais “temático” (atividades não-agrícolas e pluriatividade, redes agroalimentares, democracia, instituições, agroecologia, etc.), o internacional, nomeadamente o europeu, parece estar assentado na dimensão espacial e territorial através do conjunto de relações entre agricultores, mercados e instituições e como isso se traduz em práticas mais ou menos sustentáveis, mais ou menos autônomas, mais ou menos rentáveis e os impactos que daí recaem sobre as famílias e as economias locais.

No bojo dessa problemática, emergem questões fundamentais, tais como diversificação, especialização, externalização e uma constante preocupação com a “arte de fazer agricultura” (Ploeg, 1995) e tudo o que isso pode representar, em termos culturais, ambientais, simbólicos e econômicos. O debate europeu, apesar de extremamente variado em seus enfoques analíticos, assenta-se no consenso em relação às transformações da agricultura, do meio rural e das economias regionais, operadas a partir da modernização da agricultura.

Ploeg et al. (2000) entendem que o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas ao longo de muitas décadas, entendido assim como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, paulatinamente, vem sendo substituído por um “novo paradigma”, o do “desenvolvimento rural”. Neste novo paradigma, incluem-se dimensões antes não contempladas, como a busca de um novo modelo para o setor agrícola, a produção de bens públicos (paisagem), a busca de

sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais<sup>8</sup>.

Face à multiplicidade de níveis, de dimensões e de agentes envolvidos, o desenvolvimento rural possui implicações importantes no novo arranjo espacial do rural. Em um primeiro plano, há a criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados; a procura de formas de redução de custos a partir de trajetórias tecnológicas diferenciadas; a reconstrução da agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Por isso, o desenvolvimento rural significa *“uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”* (PLOEG et al., 2000, p. 395). Isso implica tomar o desenvolvimento rural como um processo multi-nível porque deve-se considerá-lo também em um nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade. Em um nível intermediário, deve ser construído como um novo modelo para o setor agrícola, com preocupação constante com as sinergias entre ecossistemas locais e regionais. Por fim, o terceiro nível é o do indivíduo, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade. É um processo multi-ator porque demonstra a multiplicidade das instituições envolvidas na sua construção, fazendo com que o desenvolvimento rural dependa de múltiplos atores, e das redes entre estes atores. É multifacetado porque se revela em um conjunto de novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, produção de especialidades regionais, entre outras, fazendo com que propriedades que haviam sido consideradas “supérfluas” no paradigma da modernização possam vir a assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com empresas e com os setores urbanos.

De acordo com Kinsella et al. (2000), na reforma da Política Agrícola Comum (PAC) europeia de 1999, a Comissão Europeia reconheceu a natureza multifuncional das áreas rurais, estabelecendo os pilares da reforma através da criação de uma agricultura competitiva, sustentável, orientada para a qualidade, o respeito ao ambiente e a elaboração de um novo quadro para o desenvolvimento rural. Juntos, esses pontos estabelecem o contexto para uma política rural europeia baseada nos preceitos de que não se tem desenvolvimento rural sem agricultura; não se tem agricultura e nem agricultor sem outras atividades; e não há outras atividades sem o desenvolvimento de vilas e cidades de pequeno e médio porte.

---

<sup>8</sup> No trabalho de Kageyama (2004), pode-se encontrar uma importante revisão sobre o rural e o desenvolvimento rural. Tal estudo pode ser considerado como um dos pioneiros e mais importantes trabalhos publicados no Brasil sobre o novo enfoque do desenvolvimento rural.

Haveria, nesse caso, distintos níveis de entendimento, de respostas e de ações concernentes ao desenvolvimento rural enquanto práticas e processos mais endógenos ou exógenos, mas sempre emergentes do paradigma da modernização; de acordo com Ploeg et al. (2002), seriam os seguintes: (1) um conjunto de inter-relações globais entre agricultura e sociedade, na medida em que o meio rural não é apenas o local por excelência de produção de alimentos para uma população urbana crescente, constituindo-se cada vez mais como um espaço de produção de bens públicos, de reconexão com a Natureza, sem contar sua importante contribuição para geração de emprego e renda em níveis regionais; (2) desenvolvimento rural como um novo modelo de desenvolvimento para o setor agropecuário, dado o crescimento das desigualdades regionais, da permanência dos níveis de êxodo rural e comprometimento da qualidade dos alimentos por conta dos níveis de intensificação, especialização e mesmo de industrialização da agricultura; (3) o desenvolvimento rural em nível familiar ou individual, emergindo como uma redefinição de identidades, estratégias e práticas inter-relacionados em redes. A coordenação e realocação do trabalho familiar entre diferentes ocupações e atividades (agrícolas e não-agrícolas) seria um dos mais fortuitos exemplos deste nível de entendimento; (4) políticas e instituições e as variações entre os países em termos de falta de correspondência entre diferentes políticas e programas de caráter públicos, de sinergia entre estas políticas e programas e das desigualdades e particularidades regionais e seus efeitos nos processos e práticas de desenvolvimento rural e; (5) a natureza multifacetada do desenvolvimento rural, permitindo interconectadas práticas (produção orgânica, agroturismo, qualidade dos produtos) associadas a regiões específicas, agregação de valor e atribuição de novos papéis e funções ao rural e ao agrícola.

Todos esses níveis representariam, portanto, novas configurações territoriais do desenvolvimento rural face às práticas estabelecidas pelos agricultores, em uma perspectiva microsocial, e pelas mudanças societárias numa perspectiva macrosocial. Esse novo paradigma poderia ser resumido a três pontos: a) criação e consolidação de novas ligações entre agricultura e a sociedade mais ampla; b) criação de respostas diferenciadas ao *squeeze* (aperto), reconstruindo tanto as práticas agrícolas como as economias rurais; c) reconstituição dos recursos locais com vistas a modelos e práticas agrícolas mais sustentáveis e novas relações entre o rural e o urbano.

No escopo deste trabalho, houve significativo esforço em identificar as dinâmicas de desenvolvimento rural basicamente em três níveis, sem distinção em termos de importância dentre eles. O primeiro nível foi o das economias locais identificado por meio de um conjunto de indicadores e variáveis que juntos determinaram dinâmicas regionais; o segundo foi o da

família ou indivíduo, identificado por meio de um conjunto de práticas, estratégias e ações em termos de atividades agrícolas e não-agrícolas; o terceiro nível foi operacionalizado através da análise fatorial e de *cluster*, visando à identificação e análise de estilos regionalizados de agricultura familiar na compreensão de que eles configuram o reflexo ou a manifestação territorial das possibilidades e limites de diversificação e integração intersetorial da agricultura.

### 2.1.2 Desenvolvimento rural em uma perspectiva de diversificação

Nesta seção propõe-se a tentativa de evocar alguns autores que fornecem pistas importantes a partir do entendimento de que, à concepção e dinâmica contemporânea do desenvolvimento rural, associam-se novas práticas, modos de vida e uma ampla gama de aspectos relacionados à sua diversificação e heterogeneidade territorial. Se, conforme destacado até o presente, o desenvolvimento rural deve significar a busca de um modelo alternativo para o setor agrícola, é um processo multifacetado, multi-nível e multi-ator e sua construção depende tanto das características endógenas como exógenas dos ambientes onde vivem as populações rurais, emerge a necessidade de se pensar e de se reconhecer o rural como *locus* para o seu desenvolvimento e não apenas como base material ou funcional de ampliação da produção e da produtividade da agropecuária.

A estruturação de formas de vivência “alternativas” àquelas fortemente apoiadas em práticas modernizantes tem sido crescentemente incorporada ao debate atual sobre desenvolvimento rural e sua perspectiva sustentável<sup>9</sup>. É isso que faz Reis (1992) afirmar que os modos de vida constituem um dos campos em que mais se tem refletido sobre a tensão entre os fatores que aconselham a enfatizar a uniformidade (homogeneização) das sociedades contemporâneas e aqueles que clamam pela persistência da diversidade. A análise acerca da natureza da evolução dos modos de vida constitui uma abordagem socioeconômica e sócio-histórica sustentada pela hipótese de que *os “modos de vida são produtos de uma história e de culturas e tradições locais, refletindo também um modo de produzir”<sup>10</sup> e, por isso,*

<sup>9</sup> O trabalho de Perondi (2007) faz uma interessante interlocução com esta perspectiva analítica.

<sup>10</sup> Esse debate remete ao que Marx (1986) definiu como ‘forma de produzir’, que diz respeito à organização do trabalho em um processo produtivo capaz de assegurar a subsistência familiar. Trata-se da maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução. À forma de produzir vincula-se uma forma de sociabilidade ou modo de viver, que no entender de Wanderley (1999) e Abramovay (1992) se dá pelas relações de parentesco, de solidariedade, religião, diferenciando-se de acordo com a diversidade e complexidade das relações estabelecidas, quer seja entre indivíduos com a própria família ou entre indivíduos com o ambiente externo.



*dependem da natureza das atividades econômicas e sua estrutura espacial”* (SCARDIGLI, 1987 *apud* REIS, 1992, p. 49).

Estas questões têm influenciado pesquisadores como Frank Ellis para quem o desenvolvimento rural é interpretado como um conjunto de práticas que visa a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias, reorientando as ações para uma menor dependência dos agricultores em relação aos agentes externos de modo a resultar em uma maior autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento do leque (*portfólio*) de ações e estratégias. Neste caso, é possível pensar como as estratégias e os modos de vida fornecem importantes elementos para se pensar a heterogeneidade do desenvolvimento rural e suas trajetórias em diferentes áreas rurais. Para Marsden (2003), a existência de dinâmicas territoriais e desiguais do desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário remete à compreensão de que a heterogeneidade desse cenário deva ser considerada a fim de que se possa, por meio de um instrumental teórico-metodológico consistente, chegar a um entendimento acerca da natureza multifacetada das trajetórias e dinâmicas do desenvolvimento rural. Por isso, para se entender as transformações dos espaços rurais, sua heterogeneidade e perspectivas de desenvolvimento é necessário levar em conta as múltiplas dimensões das suas mudanças.

Para Marsden (2003), é justamente a heterogeneidade das dinâmicas de desenvolvimento rural que deve ser priorizada. Essa heterogeneidade se expressa em três dinâmicas:

(1) agro-industrial – vincula a produção agroalimentar à dinâmica industrial, em que os agricultores necessitam estabelecer padrões mínimos de competitividade, condicionados à suposta diminuição de custos através do uso intensivo de novas tecnologias, como os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) que garantam o aumento das escalas de produção. Marsden denomina este modelo como ‘dinâmica gestada pela insustentabilidade’. É a velha formulação de que o desenvolvimento agrícola leva, necessariamente, ao aumento da renda agrícola e, portanto, ao desenvolvimento rural, conforme amplamente difundido no Brasil ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980;

(2) pós-produtivista - típica das regiões mais ricas da Europa, onde a produção agrícola tem pouca importância social e econômica, seja em relação à renda ou ao nível de emprego. O rural nesta perspectiva é visto como algo a ser consumido, uma mercadoria não tangível;

(3) desenvolvimento rural – emerge principalmente em nível local e regional, valorizando as economias de escopo, a diversidade dos modos de vida, os novos arranjos institucionais, agregação e industrialização de alimentos com qualidade, etc. Assenta-se

fortemente na agricultura, em um estilo próprio de agricultura e sua capacidade para gerar a diversificação e o desenvolvimento rural a partir da convergência de diversos fatores, como a natureza, o trabalho, as características dos territórios, o modo de organização e o papel das instituições.

Face às mudanças societárias e seus impactos sobre o meio rural, bem como da exposição aos condicionantes estruturais e conjunturais aos quais têm sido submetidos os agricultores, há a necessidade de repensar as abordagens analíticas e os enfoques para definir o desenvolvimento rural. A abordagem das estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida ou de vivência rurais<sup>11</sup> (*household strategies* and rural *livelihood diversification*), de Ellis (1998, 2000) aparece como uma alternativa interpretativa do desenvolvimento rural para além da dinâmica agro-industrial e pós-produtivista.

Levando em consideração as diferentes maneiras pelas quais a agricultura estabelece suas relações com os mercados, Ellis (1998, 2000), afirma que o desenvolvimento rural consiste em um conjunto de iniciativas que visam a gerar impactos significativos na melhoria das condições de vida dessas populações e ampliar suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica, o que se dá fundamentalmente via diversificação das ações estabelecidas pelos indivíduos e famílias. É fundamental se ter claro que, para Ellis, a diversificação não implica apenas em ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos monetários, especialmente rendas (quer sejam elas agrícolas, não-agrícolas, transferências, doações, ou outras), mas representa, sobretudo, uma situação em que a “*reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias*” (ELLIS, 2000, p. 25). Isso permite, entre outras coisas, reconhecer a importância que assume a produção para autoconsumo e a qualidade dos alimentos para a reprodução social da agricultura familiar.

Também entende-se que diversificar as estratégias não significa, necessariamente, diversificar as fontes de renda, mas configura uma tentativa de fortalecimento da autonomia, com reflexos importantes em termos de sustentabilidade. Há, no entanto, a necessidade de se reconhecer em que circunstâncias essas ações, iniciativas e estratégias são definidas, se de reação ou de adaptação aos condicionantes exógenos e endógenos, já que está se tratando de situações e dinâmicas da agricultura familiar cunhadas pela mercantilização.

---

<sup>11</sup> A opção pelas contribuições de Frank Ellis a respeito desta temática não significa que este seja o único autor a tratar dos modos de vida ou formas de vivência rurais. Os trabalhos de Chambers e Conway (1992) e Scoones (1998) são referência para esse debate. Para Chambers e Conway (1992), autores que inspiram os trabalhos de Ellis, um *livelihood* (um modo de vida ou forma de vivência) compreende pessoas, suas capacidades e seus meios de vida, incluindo alimento, renda e bens.

Em razão do exposto, Ellis (2000) afirma que a agricultura familiar utiliza-se basicamente de dois tipos de estratégias para viabilizar sua sobrevivência (denominadas pelo autor de estratégias de vivência). Por conta do elevado grau de interação e dependência das relações mercantis e das dinâmicas de desenvolvimento rural, em primeiro lugar, a agricultura familiar adota *estratégias de adaptação* ao contexto social e econômico em que esta se insere, buscando diversificar e incrementar as estratégias já estabelecidas. Em segundo lugar, há *estratégias de reação* ao contexto social e econômico, às crises e mesmo aos choques. Essas estratégias, que constituem os modos de vida ou formas de vivência, por sua vez compreendem um conjunto de ativos (como é o caso dos recursos produtivos disponíveis no estabelecimento e outros recursos), atividades, e o acesso a estes, determinando o ganho de vida dos indivíduos. Independente se de adaptação ou de reação, é importante se ter claro que as estratégias são o resultado negociado entre a disponibilidade e ordenação dos recursos produtivos – em quantidade e qualidade – e a sua diversificação vai depender fortemente das possibilidades e limites encontrados fora da unidade de produção.

O entendimento analítico é o de que a diversificação das estratégias de vivência liga-se a um conjunto de ações práticas adotadas pelos indivíduos e famílias que permeia a dinâmica social e econômica do ambiente em que estão inseridos bem como da disponibilidade de recursos, naturais, humanos e financeiros disponíveis em dado momento. A diversificação das estratégias de vivência é construída ao longo do tempo com o propósito de diversificar as formas de interação social e econômica. Os impactos da diversificação não raro se diluem na diversificação e fortalecimento dos próprios ativos disponíveis ao longo do ano.

Ellis (2000) define os ativos como estoques de capital<sup>12</sup> que podem ser utilizados de forma direta ou indireta com o objetivo de proporcionar meios de sobrevivência para a unidade doméstica, além de uma forma de sustento do bem-estar material. Neste processo, a diversificação passa a ser a explicação chave para o estabelecimento de modos de vida diversificados e mais sustentáveis, intensamente associada aos diversos capitais que os agricultores podem acessar.

---

<sup>12</sup> Para Ellis (2000), os principais capitais são: capital natural, físico, humano, financeiro e social. O capital natural compreende a terra, a água e os recursos biológicos que são utilizados pelas pessoas para gerar meios de sobrevivência, podendo ser renováveis ou não. Em relação ao capital físico, este compreende o que foi criado pelos processos econômicos de produção. A respeito do capital humano, este é o trabalho doméstico disponível na família, o qual é influenciado por variáveis como educação e saúde podendo crescer à medida que aumentam os investimentos em educação, permitindo a aquisição de habilidades em uma ou mais ocupações produtivas. O capital financeiro, por sua vez, refere-se ao estoque de recursos financeiros a que a família teve acesso. Por fim, o capital social é um “capital” acumulado e que se renova através dos vínculos dos indivíduos e do grupo doméstico estabelecidos com a comunidade e outros grupos, variando os graus de intensidade de acordo com as relações estabelecidas.

Para o entendimento das estratégias de vivência no meio rural, Ellis (1998, 2000) refere-se à existência de determinantes que influenciam a definição de tais estratégias, classificadas como por *necessidade* ou por *escolha*. Na primeira condição, por *necessidade*, as ações são tidas como involuntárias e adotadas como uma espécie de reação a outros condicionantes, como fragmentação da propriedade, degradação dos recursos naturais (ou capital natural), entre outros. Na segunda condição, por *escolha*, as ações são tomadas também como *voluntárias* e/ou *proativas*, estabelecidas para aumentar ainda mais a diversidade dos ativos ou capitais já existentes como, por exemplo, diversificação das fontes de renda, elevação dos níveis de ensino e investimentos para aumento do capital físico. Portanto, a fim de que se efetue uma análise e entendimento amplos em termos dinâmicas, estratégias e estilos de agricultura familiar, é necessário e justificável que os fatos empíricos sejam tomados em sua plenitude, destituindo o viés setorial que orienta a maioria dos estudos rurais na atualidade.

Pode-se considerar que esse esforço reflexivo tem conduzido ao entendimento de uma interpretação mais flexível e alargada do desenvolvimento rural, implicando na superação da idéia de que há um caminho único e imperativo ao fortalecimento do desenvolvimento em áreas rurais. Analisando a experiência Italiana, Saraceno (1994a, 1994b) destaca que as tendências e escolhas, suas dinâmicas e diversidade, não podem mais ser estudadas de forma isolada em relação ao que ocorre nas áreas não rurais. Uma análise da dinâmica rural apenas através da agricultura ou do que não for agrícola, não representa com fidedignidade as tendências de desenvolvimento rural recentes em termos de diversificação das estratégias e dos modos de vida. Esta foi, certamente, uma das principais motivações para se estabelecer, ao longo do capítulo 4, a caracterização e análise da diversidade e dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola nas regiões investigadas, permitindo avançar consideravelmente em termos da explicação dos processos de diferenciação social da agricultura familiar.

Dessa forma, se para Saraceno (1994a) as diferenças regionais explicam mais as mudanças espaciais da natureza competitiva do que a dinâmica urbano-rural, então o critério de diferenciação das áreas rurais precisaria considerar o fato de que áreas rurais e economias locais não se reproduzem isoladamente, pois fazem parte de um sistema econômico integrado e mais amplo. Nesse caso, desenvolvimento rural pode se basear em duas lógicas distintas, porém não necessariamente antagônicas, conforme poder-se-á demonstrar ao longo desta tese. A primeira é a da especialização produtiva setorial que visa basicamente às economias de escala, com forte peso de integração vertical externa. A segunda é a do desenvolvimento de múltiplos setores das atividades econômicas, que visa às economias de escopo e a

diversificação interna<sup>13</sup>, levando a um aumento da diferenciação territorial ao invés da homogeneização dos processos e atividades produtivas.

Face à profundidade das transformações societárias em curso, inclusive as que dizem respeito ao mundo rural, Saraceno (1994b) aponta que a *economia local*<sup>14</sup> é a melhor unidade de análise para compreensão dos processos de diversificação interna e integração externa das famílias e das economias locais. Este enfoque é baseado nos efeitos de heterogeneidade e contigüidade, não havendo, portanto, nenhuma espécie de determinismo nos processos de desenvolvimento. O que há são processos sociais distintos que se traduzem em níveis heterogêneos de desenvolvimento e de diversificação das economias, da agricultura e das estratégias individuais ou familiares. Por isso, a referência espacial passa a ser a “região”, os territórios, que conformam uma *economia local* (entendida como o conjunto de interações sociais estabelecidas entre os espaços urbanos e rurais). A análise da capacidade de desenvolvimento das áreas rurais - via diversificação interna e suas formas de integração<sup>15</sup> com o exterior - deve ter, portanto, dois pólos, que são as famílias rurais e o contexto ou economia local [território] em que se inserem (KAGEYAMA, 1998). Isso se justifica porque há a necessidade de ultrapassar a unidade produtiva, a família e os atores individuais em níveis micro e mesmo macro de análise.

Desta forma, não há como furtar-se da análise da mercantilização diferencial da agricultura e do meio rural enquanto aspectos que fundam os processos de diferenciação social e territorial em termos de estratégias e modos de vida e de processos mais endógenos ou exógenos de desenvolvimento rural. Por quê? Porque a diversidade e a diferenciação da agricultura familiar entre as regiões investigadas se dão mais pela qualidade dos vínculos mercantis do que pela sua intensidade. Dito de outro modo, sendo a mercantilização uma

---

<sup>13</sup> Veiga (2001a) afirma que as regiões que conseguem reter o excedente populacional gerado pelo processo de crescimento e de desenvolvimento econômico dos espaços rurais tendem a diversificar sua matriz produtiva, tornando-se capazes de absorver tal excedente em nível local/regional. Dessa forma, se fortalecem e se diversificam as economias locais, formando um ciclo virtuoso de acumulação que tende a alocar seus benefícios e resultados de forma diferenciada segundo a inserção dos indivíduos neste processo local de divisão social do trabalho. Isso permite às populações rurais o acesso a outros mercados de trabalho, diversificando as fontes de ingresso monetário.

<sup>14</sup> A pertinência do conceito de *economia local* deve-se ao fato de que este recorte é uma categoria espacial que independe da exclusividade ou predominância da atividade agrícola. É o contexto local que vai determinar a capacidade de desenvolvimento das áreas rurais, na presença ou não de centros urbanos importantes, dos impedimentos e potencialidades para diversificar a produção e as fontes de ingresso, etc.

<sup>15</sup> Em relação ao significado de *formas de integração*, analiticamente, tem-se como referência o estudo de Polanyi (2000) o qual aponta que formas de integração não representam, necessariamente, estágios de desenvolvimento. Embora o autor identifique as formas de integração através de relações de reciprocidade, redistribuição e troca, não impede que se possa utilizar o seu significado (de formas de integração) como um conjunto de relações conformadas por práticas de reciprocidade, de redistribuição e de troca no âmbito das estratégias de reprodução das formas familiares de trabalho na agricultura estabelecidas no âmbito restrito da família e no âmbito das relações estabelecidas com agentes externos, caracterizando ou não relações de troca.

realidade que historicamente acompanha a agricultura familiar das três regiões investigadas, mesmo que em intensidades variadas, há que se deter justamente nas dimensões da vida social e econômica em que esta mercantilização adentrou e seus resultados em termos de especialização e diversificação produtiva e de estratégias.

## 2.2 MERCANTILIZAÇÃO, DIVERSIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR

Mas, afinal, o que é e o que explica a diversidade da agricultura familiar? Convém buscar a sua relação com os processos de mercantilização da agricultura e como isso implica em formas heterogêneas de apreensão das realidades empíricas, tal como propõem Marsden (2003) e Long et al. (1986) e Long (2001) em uma alusão à institucionalização do debate sobre *commoditization* no seio dos estudos neomarxistas sobre a permanência das formas familiares de agricultura no interior do capitalismo. No âmbito deste trabalho de tese, a diversidade da agricultura familiar é analiticamente apresentada através da abordagem dos “estilos de agricultura” desenvolvida por Ploeg (1994, 2003). Estes, por sua vez, resultam de uma tipologização das formas familiares de agricultura operacionalizada ao final deste trabalho com base em indicadores e variáveis que expressam situações de maior ou menor diversificação, neste caso de práticas e estratégias. Neste sentido, enquanto a diversidade está mais associada a determinada abordagem teórica, a diversificação, esta sim, é uma expressão empírica.

Importa destacar que as formas de inserção social e econômica da agricultura familiar guardam particularidades quanto ao seu formato e intensidade. De uma maneira geral, historicamente, o processo de mercantilização através das *trocas* tendeu a se fortalecer em detrimento da *reciprocidade*, não significando, com isso, seu completo desaparecimento (POLANYI, 2000; BOTTAZZI, 1994) e sua importância para a reprodução social, econômica e organizacional da agricultura familiar (SABOURIN, 2005a, 2005b; RADOMSKY, 2006).

O fortalecimento da inserção mercantil é acompanhado de mudanças significativas nas formas familiares de agricultura, conservando porém a sua estrutura enquanto forma social de organização do trabalho e da produção (ABRAMOVAY, 1992). O modo de funcionamento e a reprodução das unidades familiares tendem, mesmo que não inexoravelmente, a interagir de forma mais intensa com a sociedade mais ampla na medida em que se multiplicam os modos de inserção mercantil. Dessa maneira, a mercantilização, conforme alude Ploeg (1993), implica tanto na externalização ou transferência de etapas do processo produtivo que antes eram realizados dentro da propriedade, como inserções individuais ou familiares em mercados

de trabalho não-agrícolas e outras ações e estratégias relativas à diversificação produtiva e reforço da autonomia. É no âmbito da diversificação produtiva e de estratégias que se inscreve a análise da diversidade enquanto manifestação empírica do processo de mercantilização empreendido diferencial.

### **2.2.1 A mercantilização da agricultura: heterogeneidade de práticas e processos**

A perspectiva de Polanyi (2000) de que os mercados, não necessariamente capitalistas, estavam quase sempre presentes em toda a história das diversas sociedades humanas parece alentadora no sentido de contribuir para o reconhecimento de que a agricultura familiar é uma forma social de organização do trabalho e da produção mercantilizada, porém não tipicamente capitalista. De tal modo que mercados, sociedade, parentesco e família fazem parte de um conjunto de relações sociais que não caracteriza uma esfera da vida social completamente separada ou integrada no capitalismo. Individualizar qualquer relação pode significar o estabelecimento de rótulos, no sentido da contradição como, por exemplo, capitalista x não-capitalista, camponês x familiar e autônomo x dependente. Por isso, as definições típicas ideais, conforme afirma Wolf (2003), devem ser tomadas como ferramentas do pensamento, e não verdades eternas, uma vez que se entende que a mercantilização não consegue suplantir a totalidade da relação social que não se reduz à esfera econômica (ABRAMOVAY, 2004; SABOURIN, 2005a, 2005b).

Se não há, n'Capital, qualquer reconhecimento teórico em relação às formas familiares de agricultura – tratadas como fenômenos contingenciais – não se pode esquecer ou mesmo negligenciá-las, pois não há inexorabilidade entre aprofundamento das relações capitalistas e desaparecimento da agricultura de base familiar, ou mesmo da agricultura enquanto atividade ligada à Natureza. O que há são muitas formas de mercantilização da agricultura as quais resultam em inúmeras outras formas ou estilos de agricultura, demonstrando que o desenvolvimento não é linear e tampouco tem caráter evolucionário – o aspecto temporal -, não ocorre com a mesma intensidade em âmbito espacial.

Ploeg (2006) afirma que, por um longo tempo, os debates sobre campesinato foram dominados pela tese do dualismo. Sob a perspectiva dualista, por muito tempo categorias como fazendeiros capitalistas e camponeses representavam a oposição no entendimento das categorias nos estudos rurais. No entanto, a velocidade das transformações no meio rural, particularmente aquelas operadas pelas práticas modernizantes da agropecuária (desintensificação do uso do trabalho familiar e manual, crescente uso de adubos, fertilizantes

e defensivos químicos, utilização de sementes geneticamente melhoradas, etc.) não resultou na consolidação de um estilo único de agricultura: a agricultura empresarial ou capitalista.

O tema da mercantilização – seja interpretado enquanto amplo processo de mudança social ou estritamente no campo dos processos agrários<sup>16</sup>, historicamente, é objeto de intensos debates, particularmente na perspectiva marxista. Não obstante a este esforço analítico, há uma tendência e uma preferência ao longo da história de se privilegiar os processos macro-estruturais aos processos microsociais. Esta preferência, conforme ressalta Navarro (2002), viesou a análise dos processos de mudança social no meio rural:

Em face da sempre presente oposição desta teoria (e suas preferências macro-estruturais) aos processos microsociais, as implicações de amplos processos de “desenvolvimento do capitalismo no campo” nas práticas sociais e, em particular, na subjetividade, ficaram freqüentemente à margem dos esforços de pesquisa empreendidos sob a ótica marxista. A literatura, tanto nacional como internacionalmente, desde os anos sessenta, tangencia o tema. Especialmente as análises inspiradas na tradição marxista, as quais destacaram o “processo de desenvolvimento capitalista no campo”, mas suas lentes analíticas, presas no geral ao dogmatismo economicista e à “inevitabilidade das leis do capital”, acabariam produzindo interpretações, quando muito, apenas aproximadas dos processos sociais agrários (NAVARRO, 2001, p. 10).

A mercantilização pode ser entendida como um amplo processo de mudança social, tal como definiram Marx (1985) e Polanyi (2000), não se restringindo, exclusivamente, à agricultura. No entanto, alguns autores contemporâneos, tais como Marsden (1995, 2003), Martins (1977, 2002), Long (1986) e Ploeg (1990, 1992), fizeram importantes esforços analíticos para a compreensão dos processos de mercantilização da agricultura e do meio rural. Mesmo de inspiração teórica marxista, “*muitos autores não utilizam o marxismo como leitura econômica que previamente define o “rumo dos acontecimentos”*” (NAVARRO, 2001, p. 10). É esta a principal contribuição destes autores para este trabalho.

Marsden (1995) propõe que o conceito chave para explicar a nova configuração sócio-econômica e espacial do rural é a *commoditization*, pois:

Representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos – neste caso – a objetos rurais e agrícolas e também ao artesanato e às pessoas. Ela não representa um processo único e universal o qual transforma, por exemplo, o processo de trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, pelo contrário, de um fenômeno

---

<sup>16</sup> Harriet Friedmann, Frederick Buttel, Jan Douwe van der Ploeg e Terry Marsden podem ser considerados os mais influentes pesquisadores dos mecanismos de mudança do capitalismo agrário atual através da elaboração de propostas consistentes em termos metodológicos e empíricos com vistas ao entendimento das mudanças paradigmáticas em relação ao desenvolvimento rural.



diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam (MARSDEN, 1995, p. 293)<sup>17</sup>.

Esta parece ser a mesma perspectiva de Long (2001) quando interroga sobre qual o papel da mercantilização nos processos mais gerais de transformação social. Para o autor, e concorda-se com ele, o debate sobre mercantilização deve ser interpretado como uma opção tanto à perspectiva leninista (da decomposição e diferenciação do campesinato enquanto categoria social), que privilegiava demasiadamente, senão exclusivamente, os aspectos estruturais como também à perspectiva chayanoviana, demasiadamente calcada na “autonomia” dos camponeses, despojados de qualquer vinculação com o capitalismo. Não cabe aqui resgatar esse debate, mas insistir e reforçar a perspectiva de que processos de diferenciação e maior autonomia ou dependência não necessariamente devam ser tomados como sinônimos de isolamento em relação aos mercados e tampouco que os mercados são sinônimos de vulnerabilidade.

Não há dúvidas de que o avanço das políticas de modernização agrícola provocou – e continua provocando – substanciais modificações nas condições de produção na agricultura familiar, mas isso não nos autoriza a generalizar um completo desaparecimento de certa autonomia estratégica na mobilização e conversão de recursos econômicos (e na utilização de saberes locais) no interior das unidades produtivas. Formas inauditas de resistência e de criação de espaços de manobra, de construção de uma autonomia mesmo que parcial e relativa, ocorrem paralelamente às situações de crescente aumento da dependência em relação aos agentes externos, as quais invariavelmente se constituem em função da fragilização ou precariedade dos meios de produção (terra, trabalho e capital).

Como o processo de mercantilização interfere na capacidade de diversificação das estratégias e dos estilos de agricultura? No entender de Ploeg (1990), o resultado mais geral do desenvolvimento capitalista no campo é produzir a *heterogeneidade estrutural* e não a especialização e a uniformidade produtiva como acentua recorrentemente a literatura marxista mais ortodoxa. A heterogeneidade estrutural permite desvelar a “monotonia da paisagem produtiva” que, analisada para além da aparência, possibilita visualizar infinitas possibilidades de racionalidade decisória no uso dos recursos por parte das famílias rurais. A diversidade emerge tanto em termos de padrões tecnológicos e opções produtivas, muitas

---

<sup>17</sup> Em outro trabalho, Marsden define a mercantilização como “o processo de *commoditization*, em linhas gerais, envolve a extensão da forma mercadoria a novas esferas de atividade ou, o que é mais usual nas economias avançadas, a superposição de novos tipos de relações mercantis” (Marsden, 1989, p.314).

vezes dentro do mesmo “setor de atividade”, como também nas formas heterogêneas de inserção em mercados que não sejam o agrícola<sup>18</sup>.

Dessa forma, os trabalhos de Long, Ploeg e Marsden evocam a mercantilização através das relações de trabalho e produção no interior das unidades familiares, porém não exclusivamente desde um ponto de vista macro-analítico ou microsocioal. O resultado desse processo de duas vias é a alteração de duas características centrais das unidades familiares de produção. A primeira refere-se à crescente, porém incompleta, separação entre o trabalho mental e o trabalho manual. Disso decorre a perda do controle direto sobre algumas etapas do processo de produção – a segunda característica. É sob este terreno que ganha força a externalização através de um rearranjo dos meios de trabalho e do controle dos recursos produtivos.

Na agricultura, a externalização se dá fundamentalmente nas fases de plantio, colheita e manejo das culturas. Os estudos de Arnalte Alegre (1987, 1997), Muller (1991), Bourgeois (1987) e Laurente (2001) são claros na compreensão sobre a externalização de fases do processo produtivo agrícola (preparo do solo, plantio, colheita, e outros) que deixam de ser desempenhadas pelos proprietários para serem executadas por agentes externos. Para os autores, há um conjunto de aspectos que influenciam essas práticas, como a implementação de determinados sistemas de cultivo, acesso a tecnologias, tamanho dos estabelecimentos, disponibilidade de mão-de-obra, entre outros. Llambi (1981) entende que os vínculos contraídos pelas unidades de produção familiar com outros agentes econômicos se dão fundamentalmente em nível da esfera da circulação de mercadorias, em que “*las relaciones de mercado expresan diferentes formas de inserción de las unidades productivas em el sistema del cual forman parte*” (LLAMBI, 1981, p. 129).

O processo de produção agrícola se dá pela mobilização de recursos adquiridos no mercado e recursos (re)produzidos internamente<sup>19</sup>, sendo que a intensidade das trocas depende da capacidade de mobilização dos referidos recursos (PLOEG et al., 2000). Isso implica a existência de graus de mercantilização e estes refletem o grau em que as relações mercantis penetram no processo de trabalho e de produção agrícola, não sendo, no entanto, passíveis de generalização para todas as atividades agrícolas no espaço e no tempo (PLOEG, 1986, 1992). No entanto, é importante ter claro que não há nenhum tipo de determinismo no que diz respeito à passagem de uma condição à outra – de total autonomia para total

---

<sup>18</sup> O trabalho de Perondi (2007) se inscreve nessa perspectiva de diversificação.

dependência, por exemplo – mas que os vínculos mercantis podem ser múltiplos e ter também reflexos distintos em termos de práticas, estratégias e estilos de agricultura.

Se, conforme expressa Ploeg (2003), há atualmente mais diversidade do que há quatro décadas no meio rural europeu e isso pode ser captado em termos de estratégias e estilos de agricultura, então não seria exagero pensar que essa diversidade também apresentaria padrões diferenciados. Nesses termos, é possível tratar da diversidade da agricultura familiar no que concerne às estratégias, conforme propõe Ellis (2000), como também aos estilos de agricultura, tal como propõe Ploeg (2003). A diversificação é, nessa perspectiva, o resultado dos padrões de negociação em que se inscrevem os agricultores familiares à luz dos recursos produtivos existentes que podem resultar em fortalecimento do leque de opções e estratégias. Podem resultar, na medida em que, conforme forem as situações particulares de cada agricultor em termos de disponibilidade e qualidade dos recursos e do ambiente mercantil e institucional que o rodeia, os limitantes podem ser mais decisivos e frear a diversificação. Não por acaso isso tende a ocorrer, associado à crescente externalização, em regiões onde a agricultura se dedica basicamente à produção de *commodity* impondo severas restrições institucionais e de mercado ao surgimento de práticas contestatórias ao modelo/padrão hegemônico de desenvolvimento rural.

Da mesma forma, é muito profícua para este trabalho a contribuição de Long (2001) ao postular que a mercantilização revela um relativo balanço entre atividades de subsistência e de mercado, e como essa relação pode ser importante para ponderar o nível de mercantilização da economia doméstica. Para mais, se existem de fato diferentes graus, intensidades e formas pelas quais as relações mercantis penetram no processo de trabalho e de produção, então a mercantilização enquanto processo universal permite analisar a diversidade praticada pelas sociedades agrárias mais ‘tradicionais’ até as formas familiares de agricultura altamente mercantilizadas, para quem o mercado de trabalho não-agrícola se inscreve como importante fator de diferenciação social e econômica – mas não de classe.

Há, implicitamente, nos trabalhos de Ploeg, a premissa de que práticas mais autônomas resultam em estilos de agricultura familiar mais diversificados e em padrões de desenvolvimento rural mais endógenos. A articulação entre aspectos técnicos e sociais resultaria, nesse caso, em padrões de reprodução social amplamente distintos (ver item 2.3.1). Nessa perspectiva, é possível considerar que o sentido do desenvolvimento rural enquanto

---

<sup>19</sup> Aqui fica sublinhada a influência de Chayanov nos trabalhos de Ploeg, uma vez que este último busca demonstrar em suas análises que a diferenciação social e econômica gerada pela mercantilização também não é linear ou evolutiva, mas de natureza multifacetada.

processo aglutinador da diversidade seja dado analiticamente a partir da perenidade de esforços de apreensão da diversificação, em que a pluriatividade emerge como apenas uma das manifestações empíricas a serem consideradas no amplo leque de estratégias. Contudo, não há como desconsiderar que os esquemas de reprodução social apresentados por Ploeg (2006) *relativamente autônoma e historicamente garantida e dependente do mercado*, são construídos exclusivamente através dos fatores ou recursos produtivos existentes e seus resultados em termos da produção comercializada, desconsiderando que a diversidade e a autonomia também são construídas graças à diversificação intersetorial, via mercado de trabalho não-agrícola.

Nesse sentido, tanto as estratégias como os estilos de agricultura familiar podem ser entendidos a partir das necessidades ou possibilidades de os agricultores organizarem suas relações sociais e produtivas via diferentes lógicas sociais e produtivas, intensificando ou extensificando o uso dos recursos produtivos já que, por exemplo, a disponibilidade de trabalho/mão-de-obra qualificada é uma característica estratégica e indispensável da necessária base de recursos que tanto pode se fortalecer como se debilitar face à intensidade e fundamentalmente à qualidade dos vínculos mercantis.

### **2.2.2 Reprodução e estratégias de reprodução da agricultura familiar em ambientes mercantilizados**

Além da trajetória de estudos e interpretações teóricas a respeito da reprodução das formas familiares no interior do capitalismo à luz dos clássicos (Marx, Lênin e Kautsky), há a importante contribuição do neomarxismo. Para os autores dessa perspectiva, o campesinato, enquanto forma familiar de organização do trabalho e da produção e seu modo de vida, deixa de existir e emerge a discussão sobre Produção Simples de Mercadoria (PSM), uma realidade empírica que a teoria não estava conseguindo explicar satisfatoriamente com base nos antigos critérios. Já assinalamos que os principais precursores deste novo enfoque, Henry Bernstein e Harriet Friedmann, influenciaram autores contemporâneos, entre os quais se destacam Normam Long, Jan Douwe van der Ploeg e Terry Marsden. Convém reforçar que estes autores também produziram importantes inovações teóricas a partir do debate sobre PSM inicialmente proposto.

Nesse sentido, é importante deixar claro a prioridade em se estabelecer um diálogo com aqueles autores que buscam a superação da dicotomia campesinato *versus* agricultura familiar ou mesmo o “antagonismo” sobre as relações da agricultura familiar com o sistema

capitalista, pois aquela não se trata de um anacronismo social que deve ser superado pelas próprias contradições do capitalismo, mas antes de enfatizar que ela pode se fortalecer no interior desse modo de produção.

De acordo com Llambi (1981), a estrutura econômica dos sistemas capitalistas contemporâneos está baseada em uma complexa trama de relações entre unidades de produção de diferentes tipos e tamanhos e outros agentes econômicos. No setor agrícola, essa heterogeneidade é bastante notável. Unidades de produção de diferentes dimensões econômicas e superfícies, diversificadas ou especializadas na produção de diferentes produtos, com padrões técnicos de produção diferenciados e, o que é mais importante, baseadas em relações de trabalho no interior do processo produtivo e relações de mercado com agentes econômicos externos diferentes, coexistem e produzem para um sistema baseado nas regras do jogo da circulação capitalista de mercadorias.

Se há ampla gama de formas de organização do trabalho e da produção da agricultura, há, necessariamente, uma infinidade de estratégias. São justamente essas estratégias que permitem identificar e estabelecer importantes parâmetros de homogeneidade e diferenciação entre as formas ou estilos de agricultura, mesmo quando o universo privilegiado é a agricultura familiar.

Re-introduzindo aqui o debate sobre a interpretação da persistência das formas familiares no interior do capitalismo, cabe apenas alguns apontamentos, pois é amplo o acúmulo sobre este tema<sup>20</sup>. O primeiro aspecto é a família através da forma de uso do trabalho preponderante familiar. O segundo critério refere-se aos aspectos ou condicionantes naturais que, apesar do progresso técnico, impedem que tempo de trabalho e tempo de produção coincidam. O terceiro aspecto são os condicionantes biológicos, respeitando-se a que há um tempo para plantar, outro tempo necessário para a planta crescer e outro tempo para colher. Um último aspecto, talvez agregador dos demais, refere-se à natureza familiar das unidades. Assentada em relações de parentesco e herança entre os residentes, as unidades familiares tomam decisões frente às condições materiais que determinam o sucesso ou fracasso na sua reprodução social, econômica, cultural e moral (SCHNEIDER, 2003).

O fundamental é reconhecer que a agricultura familiar contemporânea é uma forma social de trabalho e produção que se reproduz em um ambiente amplamente mercantilizado. Com base neste entendimento, Abramovay (1992) estabelece a seguinte proposição:

---

<sup>20</sup> A título de exemplo cita-se os trabalhos de Silva (1980, 1981, 1999) e Abramovay (1992).

O que se escamoteia sob o nome de pequena produção é o *abismo social* que separa camponeses de *agricultores profissionais* – que vêm se mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em vias mais ou menos de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea. Não se trata aqui, então, de explicar nada que se assemelhe à pequena produção, seja como sobrevivência do passado, seja enquanto setor capaz de realizar o jogo pelo qual o atraso técnico é supostamente compensado pelo fornecimento de trabalho abundante e sub-remunerado (ABRAMOVAY, 1992, 211-13. Grifos no original).

Nessa linha de raciocínio, retomamos as contribuições de Munton e Marsden (1991) citados por Schneider (1999) as quais nos parecem fundamentais para estabelecer os marcos teórico-metodológicos acerca dos estudos sobre a agricultura familiar em ambientes mercantilizados.

Precisamos enfatizar a contínua transformação da agricultura familiar, e não sua resiliência enquanto uma forma de produção. O esforço de investigação precisa se debruçar sobre oportunidades e limitações com as quais a unidade familiar se vê confrontada, e sobre as concessões que as famílias de agricultores constantemente se vêem expostas. As análises podem, então, incorporar as relações internas a unidade produtiva, principalmente no que se refere às questões geracionais e de gênero, bem como as relações que se estabelecem entre a unidade produtiva e os capitais externos. É este conjunto de interações, que se desenvolve em condições locais e históricas específicas, que deve servir de foco para o estudo da natureza e da dinâmica da agricultura familiar (MUNTON; MARSDEN, 1991 *apud* SCHNEIDER, 1999, p. 109-110).

Busca-se suporte em Schneider (2003), que define que a reprodução social é o resultado da interação dos indivíduos/membros com suas famílias e de ambos com o ambiente social (o espaço rural e o contexto econômico e produtivo) em que estão imersos. O objetivo da reprodução consiste em manter as condições e os recursos pré-existentes, assim como lhes acrescentar outros quantitativamente e qualitativamente diferentes. A reprodução não se limita aos aspectos objetivos e materiais, mas também se refere aos valores e as representações subjetivas. Não é um ponto de chegada nem uma medida de proporção, ela é um processo contínuo, heterogêneo e dialético. E como um processo diversificado e heterogêneo, a reprodução varia segundo fatores que dependem dos atores (indivíduos e famílias), da Natureza e da estrutura social. Entre os fatores que envolvem os indivíduos e as famílias estão as relações de parentesco que caracterizam as relações familiares, assim como o acesso coletivo aos meios de produção (terra, capital, etc.) que são transmitidos por herança. É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões

sobre as unidades familiares. A tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, possuem um referencial que na prática se materializa por meio das relações sociais, econômicas e culturais. Embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas do passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas (SCHNEIDER, 2003, p. 10).

Identificar as relações internas de tais unidades, quer dizer, as relações entre seus membros (parentes, amigos ou sócios), assim como as normas para distribuir o produto social entre seus membros, constituem matérias para investigação empírica. Da mesma forma, é objeto de investigação a análise das relações internas entre a unidade familiar e o restante dos agentes sociais como, por exemplo, aquelas instituídas no interior dos circuitos de acumulação de capital, e entre os membros da unidade familiar e outras categorias sociais.

A tomada de decisão e a definição das estratégias devem ser analisadas não considerando as unidades familiares como meros suportes passivos na estrutura social. Os processos de reprodução podem ser explicados mediante a análise simultânea tanto das decisões dos agentes em suas práticas cotidianas como dos condicionantes estruturais e conjunturais em que essas ocorrem. Por isso o recurso às contribuições de Ploeg e Long, que buscam analisar os atores e suas estratégias para exemplificar que a mercantilização não é um caminho de mão única de fora para dentro. É com base em argumentos dessa natureza que Llambi (1990) afirma que a análise da reprodução social das formas familiares permite relacionar o consumo produtivo (a renovação do processo produtivo) e o consumo pessoal (a renovação da força de trabalho).

Una característica peculiar de estas es que frecuentemente incluyen una completa combinación de reproducción orientada al mercado y producción orientada al consumo doméstico; además de diferentes tipos de servicios o trabajos domésticos y múltiples actividades de generación de ingresos al exterior de la unidad (LLAMBI, 1990, p. 221).

Isto é de tal forma verdadeiro que Schneider (2003) indica que as estratégias são definidas e ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Dessa forma, a reprodução social não está baseada unicamente na relação de equilíbrio entre consumo e produção, em que as necessidades de consumo do núcleo familiar são as que induzem aos agricultores a empregar um determinado volume de força de trabalho própria e

de seus ajudantes familiares no processo produtivo para satisfazer suas necessidades, conforme defendido por Chayanov (1974). Evidentemente isso não significa refutar a perspectiva chayanoviana, o que resultaria em uma investigação incompleta das formas familiares de trabalho e produção. O aporte chayanoviano será assim “re-adaptado” às condições atuais em que a agricultura familiar logra sua reprodução. A “incompatibilidade” da perspectiva chayanoviana reside principalmente no fato de que atualmente o progresso tecnológico na agricultura está disseminado de tal forma que a produção de alimentos, quer seja para consumo familiar ou voltada aos mercados, pouco depende do número de membros nas famílias ou sua capacidade para trabalhar.

Valorizar e retomar a análise sobre os diferentes graus e intensidade dos processos de mercantilização são aspectos fundamentais na conformação dos modos de vida rurais e sua diversidade. As formas relativamente autônomas de reprodução respondem a um processo de produção que se estrutura em torno de um alto nível de “artesanalidade” que tem por resultado uma intensificação crescente da produção, enquanto que a reprodução dependente do mercado conduz a estratégias de “empresarialidade”, levando a um padrão de ampliação de escala e a formas mais intensivas de produção. Isso não significa uma contradição entre artesanidade e inserção em circuitos mercantis, apenas um controle mais efetivo dos processos produtivos que, ao cabo, são desenvolvidos para levar aos mercados parte considerável da produção.

As estratégias sociais e produtivas voltadas, por exemplo, para a construção da autonomia – e sua particular interação com o processo de *mercantilização* e *externalização* da produção – podem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção de trabalho e na rentabilidade das atividades agropecuárias, a despeito e para além do poder de prescrição tecnológica e social (NORDER, 2004, 2006). Nesses termos:

A mercantilização, muito mais do que uma “política” de criação da homogeneidade pode sim reforçar e criar a heterogeneidade, que, por sua vez, está fundamentada na construção e reprodução de um conjunto altamente diferenciado de conexões micro-macro, entre outras coisas, pois algumas regularidades (ou ‘leis de ferro’) que emergem no nível macro podem muito bem ser desconstruídas ao se passar do nível macro para o nível micro, onde tendências contrastantes podem ser encontradas (HEBINCK; PLOEG, 1997 *apud* NORDER, 2006, p. 62).

A sociedade, conforme ressalta Martins (2002), assiste a um processo crescente de mercantilização das formas sociais de trabalho e produção no meio rural que não podem ser desconsideradas ou simplesmente tomadas como um fato “natural” das sociedades capitalistas. Esse processo implica no reconhecimento de que na sociedade capitalista o agricultor familiar deve ter algum vínculo com o mercado, com o dinheiro e, portanto, com o



capital. Há, nesse sentido, um conjunto de práticas e vínculos mercantis que orientam a reprodução social das formas familiares de agricultura.

Contudo, interessa ressaltar a existência de diferença entre Ploeg e Ellis quanto ao entendimento das estratégias e sua relação com o processo de diversificação<sup>21</sup> e mercantilização. Enquanto Ploeg parece estar mais preocupado em entender como a diversificação endógena, que ocorre dentro da unidade de produção, se associa às características do ambiente social e econômico, e quanto isso implica na possibilidade de diversificar as fontes de ingresso, diminuir a externalização e fortalecendo a autonomia, Ellis procura explicar a capacidade de diversificação e seus efeitos sócio-econômicos na redução das situações de vulnerabilidade social e econômica devido a sazonalidade das colheitas e as perdas na agricultura relacionados ao clima, pragas e variações de preços.

Os processos sociais e econômicos que estruturam determinados modos de produção (o conjunto das relações de produção e de trabalho) e formas de sociabilidade (o conjunto das manifestações culturais, tradições, étnicas, etc.), influenciam e conduzem a determinadas estratégias de reprodução social das famílias e dos indivíduos. Destaca-se que a definição e o conjunto dessas estratégias não são compreendidos apenas como efeitos refratários dos processos macroeconômicos e societários que afetam os locais de fora para dentro. Entende-se que as estratégias de reprodução também são resultantes das decisões e iniciativas dos próprios agricultores, ainda que muitas vezes por conta dos processos mais gerais.

Por isso, para se compreender que tipo de impactos diferenciados essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução social, Marsden (1995) atesta a necessidade de analisar as relações sociais internas das propriedades e os seus processos produtivos, minimizando o risco de supor que a pluriatividade seja um fenômeno impulsionado exclusivamente por fatores externos, desconsiderando qualquer aspecto exógeno, como idade, número de membros e escolaridade dos indivíduos.

Durante o fordismo<sup>22</sup>, o espaço rural foi limitado a cumprir funções produtivas agrícolas e alimentares. Atualmente, os espaços rurais vêm ganhando novas atribuições e aparecem como ambientes onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas.

---

<sup>21</sup> Nos trabalhos de Perondi (2007) e Peñafiel (2006), encontra-se um profícuo debate sobre diversificação das estratégias de reprodução social.

<sup>22</sup> Por fordismo entende-se um modelo econômico assentado em duas características essenciais. Uma diz respeito ao sistema tecnológico industrial e às grandes aquisições no âmbito da racionalização e da divisão do trabalho, à incorporação do *savoir-faire* em equipamentos especializados, ao aumento da dimensão das unidades de produção com vistas à obtenção de rendimentos de escala. A outra tem a ver com a relação salarial e traduziu-se em uma integração intensa e historicamente nova dos assalariados no consumo, especialmente no de bens

Das transformações sociais e econômicas no meio rural, emergiriam as famílias pluriativas, em contraposição às famílias monoativas, já que aquelas se caracterizariam pela combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas. O conjunto de transformações que se operam no tecido social e econômico da sociedade contemporânea e seus impactos sobre o meio rural é revelador do dinamismo e das metamorfoses que as formas ou categorias sociais que vivem nos ambientes rurais possuem e são submetidas. Tais mudanças, ao influenciarem os espaços rurais, re-configuram seus modos de vida, indicam a ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas e suas formas de interação social com a sociedade mais ampla.

Objetivamente, o desenvolvimento rural ganha contornos que procuram superar o *squeeze* do desenvolvimento agrícola através de um movimento vigoroso em direção à redução dos custos de produção e a diversificação das receitas orçamentárias. Dessa forma, boa parte dos agricultores teria iniciado um movimento em direção à diversificação de suas atividades e estratégias, em que se destacam: a) produção de novos produtos e serviços, associados a novos mercados e novos circuitos mercantis, com o claro objetivo de fortalecer a sua autonomia; b) um importante distanciamento em relação aos principais mercados de insumos e serviços, caracterizando uma agricultura (mais) econômica, ou seja, menos externalizada e menos controlada pelas agroindústrias; c) por consequência, certa reconexão da agricultura com a natureza; d) criação de novas formas de cooperação local, permitindo redução da dependência em relação ao capital financeiro e industrial e; e) a reintrodução da artesanidade, que se traduz em uma unidade orgânica entre trabalho intelectual e trabalho manual e um controle da totalidade (ou quase) do processo de produção. Neste caso, o movimento contestatório em relação a uma agricultura e um espaço rural voltados apenas para a produção de alimentos e fibras não necessariamente são gestadas fora da unidade de produção e tampouco fora do controle dos agricultores. A produção de inovações também ocorreria no interior das unidades produtivas e não apenas no interior das cadeias agroalimentares, conforme indicado na primeira dimensão dos processos de reestruturação econômica, produtiva e institucional e seus impactos na agricultura e no meio rural (PLOEG, 2006).

As estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção da autonomia – e sua particular interação com o processo de *mercantilização* – podem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção de trabalho e na rentabilidade das atividades

---

duradouros. Ao fordismo corresponde, assim, um compromisso original entre o capital e o trabalho, baseado numa nova lei de formação dos salários (REIS, 1992).

agropecuárias, a despeito e para além do poder de prescrição tecnológica e social. Nessa perspectiva, a heterogeneidade de práticas e processos está fundamentada na construção e reprodução de um conjunto altamente diferenciado de conexões micro-macro, pois algumas regularidades que emergem no nível macro podem ser desconstruídas ao se passar do nível macro para o nível micro, onde tendências contrastantes podem ser encontradas (NORDER, 2004, 2006). Desta percepção nota-se que deste modo as distintas concepções sobre o que realmente estaria provocando um movimento via diversificação de práticas, mais sustentáveis de desenvolvimento rural, há em certa medida o consenso de que a morfologia atual da heterogeneidade da agricultura não se explica exclusivamente pelos antigos critérios de diferenciação setoriais. Mais do que isso, é fundamental reter que o embate entre rural e agrícola, tão recorrente na literatura brasileira, faz com que esta multiplicidade de práticas e processos seja escamoteada por trabalhos que insistem na construção de critérios pouco consistentes no momento de diferenciar as diversas formas de agricultura existentes.

### 2.3 DIVERSIDADE DE ESTILOS DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

*...as definições são ferramentas do pensamento, e não verdades eternas.*  
(WOLF, 2003, p. 119)

O debate acerca da noção de estilo de agricultura (*styles of farming* ou *farming styles*) pode ser interpretado como uma espécie de derivação analítica do aporte teórico-metodológico desenvolvido por Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg em relação à perspectiva do ator. Na concepção de Long (1980), os estilos de agricultura emergem como ferramentas analíticas a partir do reconhecimento das fragilidades das teorias da modernização e suas derivações em explicar as mudanças sociais e os padrões de desenvolvimento, seja no âmbito da sociedade como um todo ou no âmbito dos estudos agrários.

Tanto as teorias da modernização como o marxismo estão fundamentadas na concepção de ‘integração’ ou ‘submissão’ do mundo rural e de seus atores na estrutura global do capitalismo. Em ambas, as tendências deterministas e centralistas prevalecem e são reificadas, obscurecendo assim a natureza e o potencial de indivíduos e/ou estratégias e respostas coletivas” (LONG; PLOEG, 1989). Nesse caso, pode-se depreender que as respostas coletivas são situações nas quais é possível alargar a margem ou espaço de manobra a partir de estratégias individuais ou familiares em situações em que a autonomia está comprometida

tanto pela precariedade dos recursos produtivos, ativos ou capitais disponíveis como também pela sua constante (re)ordenação como resposta endógena às imposições exógenas, requerendo dos agricultores constante atualização em termos de adoção de novas tecnologias, qualificação e diversificação, seja em relação aos sistemas de cultivo e criações como de inserção nos mercados de trabalho não-agrícola.

No âmbito da sociedade como um todo, Long (2001) atesta que a teoria da modernização visualiza o desenvolvimento da sociedade ‘moderna’ unicamente em termos de um movimento progressivo que vai das formas sociais mais simples – sociedades parciais – até as formas sociais mais complexas e amplamente integradas tecnológica e institucionalmente. Dito de outra forma, a sociedade ‘tradicional’ se lança ao mundo moderno e gradualmente seus padrões de comportamento econômicos e sociais incorporam os preceitos da modernidade. Nesse sentido, a referência analítica e teórico-metodológica dos estilos de agricultura é uma tentativa de superar alguns limites de outras perspectivas teóricas em explicar a existência da diversidade das formas de agricultura, mesmo em regiões aparentemente homogêneas, no que diz respeito às suas formas sociais no meio rural.

### **2.3.1 Estilos de agricultura familiar em um viés de diversificação**

Ploeg (2003) observa, em princípio, dois caminhos, nem sempre opostos, de desenvolvimento de diferentes estilos de agricultura e de como isso se associa às situações de maior autonomia ou dependência e, portanto, em situações de maior ou menor diversidade e diversificação. Nos termos de Ploeg (2003):

Os estilos de agricultura [...] podem ser considerados como algumas das muitas respostas para o projeto da modernização [...]. Alguns estilos representam e reproduzem a internalização do projeto de modernização (e são materialmente dependentes de sua continuação). Outros estilos, por sua vez, representam um distanciamento e uma desconstrução de toda limitação e controle impostos pelo projeto modernizador (PLOEG, 2003, p. 113).

De qualquer forma, isso significa que nem todas as respostas construídas pelos agricultores vão em contraposição ao projeto dominante, configurando situações de reação no sentido atribuído por Frank Ellis, ou seja, uma incapacidade de buscar alternativas, impondo desta forma a reprodução de estilos de agricultura marcados pela verticalidade das relações entre agricultores e mercados. Havendo a possibilidade de buscar certo distanciamento com vistas à construção de alternativas, configurando capacidade de adaptação no sentido

atribuído por Ellis (2000), é possível considerar que as motivações que levam os agricultores a constituírem determinados estilos de agricultura vinculam-se amplamente ao modelo ou padrão de desenvolvimento rural predominante em determinado recorte territorial. Nesse caso, existindo particularidades locais e regionais seria conveniente imaginar e propor que determinado estilo de agricultura familiar reflète as limitações e possibilidades encontradas pela agricultura familiar de fazer frente ou se adequar às exigências impostas pela dinâmica de desenvolvimento rural. Com a predominância de estratégias de reação, fica pressuposto o dinâmicas mais exógenas de desenvolvimento rural e padrões mais frágeis de autonomia e diversidade da agricultura familiar. Por outro lado, quando predominam estratégias de adaptação pressupõe-se a consolidação de estilos de agricultura familiar e de desenvolvimento rural mais endógenos e padrões mais consistentes de autonomia e diversidade. Contudo, o mais comum é a co-existência de estilos de agricultura, nem sempre antagônicos ou opostos, variando muito mais a capacidade de mobilizar e fortalecer os recursos produtivos do que a busca desenfreada por uma autonomia endógena “absoluta”, que impede a diversificação exógena.

É importante resgatar neste momento as contribuições de Long e Ploeg (1994) quando estes afirmam que apesar das inter-relações entre os estilos de agricultura e os conjuntos específicos de relações sociais de produção, é difícil construir tendências causais unilineares nas quais determinados estilos emergem como ‘efeitos’ diretos de causas particulares. Nas palavras de Long e Ploeg (1994):

O desenvolvimento de unidades de produção (*farms*) altamente mercantilizadas não é condicionado somente pelas relações de mercado, mas também emerge imediatamente determinado por estas relações. Assim que estilos específicos são enfim inseridos na lógica do mercado. Mas isto implica que os mercados sejam compreendidos como causas destes estilos específicos? E devem estes estilos ser compreendidos como produtos unilineares daqueles mercados? Evidentemente não é este o caso, desde que ao lado desta altamente mercantilizada forma de agricultura, outros estilos de agricultura existam baseados em avançada autonomia *vis-à-vis* os mercados (LONG; PLOEG, 1994, p. 76).

Dessa forma, é particularmente difícil que o nível de inserção nos mercados, a definição de estratégias e a conformação de estilos de agricultura tenham causalidades lineares. Como exemplo, é possível imaginar que, em determinadas regiões, pode existir condições endógenas (maior grau de instrução, mão-de-obra disponível) favoráveis ao exercício de atividades não-agrícolas e de diversificação produtiva, mas que não se tornam factíveis em função das restrições encontradas em relação ao (baixo) dinamismo das

economia locais. Embora seja desejável entre os agricultores, o fortalecimento da autonomia, não depende exclusivamente dos mesmos. Por vezes, não seria incoerente ou contraditório supor que a autonomia viria justamente de uma maior inserção mercantil através da diversificação de estratégias produtivas, da pluriatividade e dos nichos de mercado conquistados pela agregação de valor, produção agroecológica ou orgânica entre outras formas.

Não obstante, a heterogeneidade e a diversidade de práticas e processos não resultam, individualmente, em trajetórias antagônicas de viabilidade das unidades familiares. Ficará melhor formulado no capítulo final, visto que a diversidade da agricultura familiar é tanto o resultado de negociação interna para alocação dos recursos produtivos como da influência dos agentes externos. De um ponto de vista analítico, as diferenças entre os distintos modos ou formas de produção na agropecuária são dadas pela intensidade das trocas mercantis (tipos de relações com os mercados) e no ordenamento dos processos produtivos propriamente ditos (trabalho e outros recursos).

O conceito de estilos de agricultura é, em boa medida, uma proposta para definir operacionalmente a natureza da agricultura familiar através do tipo de tecnologia utilizada e do grau de inserção mercantil que esta possui. Por outro lado, constitui um elemento teórico central para medir o grau de mercantilização das explorações familiares e o desenho de métodos de desenvolvimento, sejam mais endógenos ou mais exógenos.

Buscando fugir das rígidas estruturas analíticas que predominaram nos estudos agrários até a década de 1980, Long (1984) elaborou o conceito ou concepção de “sistemas regionalizados de produção” o qual permite uma análise histórica detalhada das economias regionais. *A evolução de cada sistema regionalizado também está associada à emergência de distintos estilos e padrões culturais de vida com influência das estratégias individuais e familiares bem como de suas expectativas* (LONG, 1984, p. 176). Nesses termos, é possível compreender como são definidas as estratégias individuais e familiares, bem como em que medida essas estratégias podem ser investigadas à luz de um sistema social e econômico mais amplo. Nessa perspectiva, o reconhecimento de estilos específicos de agricultura emerge como uma construção típico-ideal capaz de demonstrar os processos de diversificação e diferenciação no meio rural. Por sua vez, sob esta ótica, tais processos ocorrem também pelas escolhas, ações e estratégias estabelecidas pelos agricultores, minimizando, mas não desconsiderando, as perspectivas estruturalistas de mudança social no meio rural (LONG, 1984; LONG; PLOEG, 1988, 1989).

À luz das questões problematizadas, descritas e analisadas acima, cabe a partir de agora resgatar os elementos teóricos que orientam e fundam a noção de *estilos de agricultura* (*farming styles*), uma proposta inicialmente desenvolvida para explorar similaridades e diferenças na condução das atividades agropecuárias no interior dos estabelecimentos.

Conforme Ploeg (1993) a noção de estilos de agricultura (*styles of farming*) foi empregada por Hofstee (1946) para determinar as causas da diversidade da agricultura alemã. Com base no trabalho pioneiro de Hofstee (1946), Ploeg (1993) afirma que a noção de estilo de agricultura refere-se a um repertório cultural, uma composição de idéias normativas e estratégicas sobre como a agricultura é feita, praticada. Envolve um caminho específico de organização do empreendimento agrícola, que pode ser definido como uma estrutura válida de relações entre o produtor e seus objetos e meios de trabalho, reproduzida através do tempo.

A noção de “estilos de agricultura” proposta por Ploeg está baseada em três eixos centrais. O primeiro deles é o eixo normativo, e refere-se à heterogeneidade nas práticas e na organização da unidade produtiva (a unidade de produção e consumo), que é o retrato da natureza do processo de trabalho desenvolvido. As diferenças que emergem nas práticas agrícolas evidenciam o resultado das diferenças nas estratégias adotadas pelas famílias, sua racionalidade e o acesso aos recursos internos e externos (o conjunto de capitais ou acessos disponíveis). O segundo é o eixo prático, e diz respeito à natureza e à relevância, sempre multifacetada, dos processos de mercantilização e incorporação institucional. Esses processos são fundamentais na moldagem da organização do trabalho, das tarefas e das estratégias. O terceiro é o eixo do mercado, e demonstra a capacidade de os agricultores reordenarem suas inserções e interações sociais e econômicas através da possibilidade de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (alocação da força de trabalho).

O argumento central de Ploeg é o de que há espaços para diferentes estilos de agricultura e não somente para a agricultura chamada moderna e de que o processo de modernização tecnológica estaria desconectando à agricultura, como prática construída socialmente, da natureza e da ecologia, da estrutura e da qualidade do trabalho familiar, da organização social específica do tempo e espaço e da própria família, o principal princípio da organização social. O que estaria em jogo seria então a “arte da agricultura”, suas especificidades e sua diversidade empírica e não uma agricultura padronizada, estandarizada.

Há, portanto, uma estreita ligação entre estilos de agricultura e estratégias, na medida em que há uma espécie de lógica reprodutiva em termos de um *calculus* ou de um discurso prático que estabelece os vínculos determinantes desta ligação:

Cada estilo de agricultura contém um *calculus*: uma mais ou menos explícita *estrutura* de conceitos interconectados com os quais se ‘lê’ a realidade empírica relevante e ‘traduz’ em novas ações. Um *calculus* é, como foi, a coluna vertebral de uma estratégia particular. Isto é a ‘gramática’ do processo de tomada de decisão (PLOEG, 2003, p. 137).

Haveria, da mesma forma, um conjunto de especificidades das relações estabelecidas entre as unidades de produção familiar e o mercado que configurariam não um mas vários e distintos padrões de reprodução social<sup>23</sup>. Não obstante, embora analiticamente a separação seja sempre possível, normativamente e operacionalmente, a separação nem sempre é factível e a co-existência dos distintos modos implica esforço importante no que diz respeito à validação e generalização empírica.

A organização do trabalho na agricultura e sua heterogeneidade empírica, sob distintas formas de reprodução e transformação, são dadas pelo caráter plural e interativo dos processos de desenvolvimento agrário e a forma como este se manifesta na organização dos sistemas produtivos. Por isso, criticando as abordagens que vêem a organização do trabalho na agricultura como uma variável dependente, determinada pelo mercado ou pelas tecnologias, Ploeg fundamenta sua análise na idéia de que cada agricultor organiza não apenas o processo de trabalho na sua unidade produtiva, mas também as relações que irá estabelecer com o ambiente econômico e institucional mais amplo que o cerca. Isso torna os agricultores agentes dotados de conhecimento, e não meros executores de uma lógica que lhes é exterior.

A heterogeneidade da agricultura, que pode ser empiricamente observada nos mais diferentes ambientes agrários, não é apenas o resultado de variações ambientais, dos custos de produção e dos ritmos de inovação tecnológica incorporados às atividades agrícolas. A heterogeneidade é o resultado da existência de diferentes padrões de desenvolvimento agrário, conformando distintos "estilos de agricultura". O conceito de trajetória de desenvolvimento diz respeito a como se dá a evolução dos recursos produtivos, que podem ser naturais, humanos, de capital e de informações, e a sua reorganização no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, em um espaço definido, com o objetivo de manter, reproduzir ou

---

<sup>23</sup> Cf. Ploeg (1993, 2006), haveria em princípio dois distintos padrões de reprodução da agricultura. O primeiro deles seria um padrão de reprodução relativamente autônomo e historicamente garantido chamado de *modo camponês*, em que cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Esse padrão representaria uma unidade orgânica de produção e reprodução com preocupação constante da produção de valor de uso e dos objetos e meios de trabalho. O segundo padrão seria o modo empresarial de produção agrícola dependente do mercado. Neste modo, a mobilização dos recursos ocorre fora da unidade de produção, junto aos mercados de insumos, produtos e serviços, fazendo com que as atividades de produção e reprodução sejam crescentemente externalizadas. Isso significa que em um primeiro momento os recursos são mobilizados em seus correspondentes mercados para, em seguida, entrarem no processo de produção como mercadorias.



melhorar as suas condições de vida. Tais condições são determinadas, em parte, pela influência de fatores e de atores internos e pela ambiente externo (SILVA *et al*, 1994 *apud* SABOURIN *et al.*, 1999).

Essa definição e entendimento sobre as especificidades regionais em relação às trajetórias de desenvolvimento configuram-se úteis na medida em que um de seus principais propósitos é identificar o conjunto das transformações econômicas, sociais e técnicas que ocorrem em espaços e tempos diferentes. Nesse sentido, se está de acordo com Sabourin *et al.* (1999), pois na trajetória está explícita a história agrária de uma dada região e a análise dos acontecimentos que influenciaram e determinaram os processos de mudança nos ambientes em que um estudo sobre desenvolvimento se propõe a fazer. As sociedades rurais têm uma história própria e uma lógica econômica e social específicas, em que suas atividades, por uma parte, procedem de uma evolução construída a partir de interações e racionalidades múltiplas, segundo os contextos de produção e, por outra parte, têm uma expressão espacial própria. De tal forma que heterogeneidade e diversificação<sup>24</sup> não se referem apenas às atividades ou rendas, não se restringindo, portanto, à pluriatividade ou plurirendimentos.

O fundamental é ter claro que a constituição de um estilo de agricultura é o resultado das articulações entre o ambiente familiar e o externo, desconsiderando-se qualquer tipo de situação de total autonomia ou dependência de uma esfera em relação à outra. Em trabalho recente, Ploeg expõe seu entendimento sobre padrões de autonomia e padrões de dependência.

Nós temos que elaborar e estender nossa compreensão dos padrões de autonomia e de dependência. A autonomia, e os processos com que é construída, ampliada e/ou reduzida, são cruciais para compreender os funcionamentos do Império e a dinâmica de movimentos contrários. O ponto aqui, naturalmente, é o entendimento, a compreensão de que a autonomia não é uma condição estática, mas que esta representa um complexo de fluxos através do tempo. Contudo a autonomia não deve ser compreendida como o simples antônimo da dependência; a autonomia está ligada principalmente e na maior parte das vezes, em relações específicas da dependência, enquanto as complexas fronteiras são constantemente sujeitas ao fluxo e fluidez. Estas linhas teóricas podem ser mais elaboradas. Naturalmente, para fazer isso com sucesso, nós temos que nos libertar da asfixia das noções da estrutura (PLOEG, 2005, p. 10).

A essência das diferentes estratégias e estilos de agricultura pode ser encontrada na diferença entre *escala* e *intensidade*, expressões da organização técnica dos processos

---

<sup>24</sup> A esse respeito, encontra-se aporte teórico em Lamarche (1993) o qual afirma que a principal característica da agricultura familiar se traduz na sua diversidade decorrente de sua excepcional capacidade de adaptação aos mais diversos ambientes socioeconômicos e políticos. A heterogeneidade não se expressa apenas em relação às práticas cotidianas, mas são essas práticas que orientam as trajetórias sociais, econômicas e técnico-produtivas dos agricultores, configurando situações e realidades distintas.

produtivos. Enquanto *escala* refere-se a índices de produtividade resultantes da incorporação ininterrupta de novas e modernas tecnologias, no clássico esquema da modernização da agricultura, a *intensidade* refere-se aos mecanismos adotados pelas famílias para buscar a eficiência técnica via quantidade e qualidade do trabalho familiar, contribuindo para a heterogeneidade das práticas agrícolas.

Dessa forma, "o que está dentro" e o que "está fora" da unidade produtiva é o resultado de um permanente processo de negociação que se estabelece entre os agricultores e os agentes sociais com os quais se relaciona. Essas interações são regidas não por uma única lógica como, por exemplo, o esforço por atingir um determinado nível de produtividade, mas por múltiplas lógicas. Ploeg identifica, neste sentido, utilizando o exemplo dos agricultores italianos da Emília Romana, a presença de duas lógicas diferenciadas que correspondem, cada uma delas, a um determinado padrão de desenvolvimento das unidades produtivas. Há os agricultores vinculados à uma lógica de "intensificação" que buscam, na atividade agrícola, o maior retorno econômico possível por unidade – monetária ou de trabalho – investida, organizando o processo produtivo em suas propriedades com base nesta premissa. Os produtores que organizam suas explorações agrícolas fundados em uma lógica de "extensificação" têm como meta diminuir custos, mesmo que isso signifique perdas de produtividade, que são compensadas, eventualmente, através de uma ampliação da escala do empreendimento. Cada uma dessas lógicas implica, ao mesmo tempo, um nível diferenciado de incorporação ao mercado.

O que existe são níveis diferenciados de incorporação a diferentes mercados, incluindo o mercado de mão-de-obra, o mercado de insumos e o mercado de sementes, entre outros. Essa incorporação aos circuitos mercantis encontra-se associada no geral, mas não só, ao processo de externalização da agricultura, através do qual um conjunto de tarefas, antes desenvolvidas no espaço da unidade produtiva, são externalizadas, ou seja, remetidas às instituições externas.

### **2.3.2 Estilos de agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**

De acordo com Kageyama (2004), no campo dos estudos rurais três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois.

No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões (KAGEYAMA, 2004, p.383-384).

Convém resgatar, com o cuidado devido, os enfoques sobre desenvolvimento rural apresentados por Kageyama com aqueles formulados por Marsden (2003). Interessa observar que existem padrões ou dinâmicas que analiticamente representam tipos ideais (na perspectiva construída por Max Weber) de desenvolvimento rural e o olhar sobre o que determina tais dinâmicas parece orientar-se na seguinte direção: nem tão endógeno a ponto de ser fomentado exclusivamente pelos atores e recursos locais, nem tão endógeno a ponto de desconsiderar por completo os atributos territoriais.

A própria noção de desenvolvimento endógeno e as formas endógenas de produção podem ser analisadas, de acordo com Norder (2004, 2006), com vistas aos seguintes fatores: origem e composição dos recursos permanentes (capital imobilizado em máquinas, equipamentos e construções); origem e composição dos recursos temporários (externalização de fases dos processos produtivos, gastos como insumos e co-produção); uso da força de trabalho e sua alocação ao longo do ano agrícola; quantidade e qualidade da área ocupada e; a forma de comercialização (riscos, incertezas quanto aos mercados). De toda forma, estas práticas tendem a estar associadas ao que Ploeg (2000, 2001, 2006) chamou de *farming economically* ou agricultura (mais) econômica ou *low-external-input*, marcada pela capacidade de mobilização, uso e reprodução interna dos recursos produtivos.

Por conseguinte, é o balanço entre os elementos internos e externos que aparece como questão central. No entender de Long e Ploeg (1994):

Os padrões de desenvolvimento endógeno se baseiam, principalmente, mas não exclusivamente, em recursos localmente disponíveis tais como as potencialidades da ecologia local, mão-de-obra, conhecimento e padrões locais de ligação de produção e consumo (LONG; PLOEG, 1994, p.1-2).

Murdoch et al. (1995) destacam, entre os principais impasses do modelo exógeno de desenvolvimento rural, a redução drástica na mão-de-obra empregada na agricultura, a erosão da rentabilidade por unidade de área e por unidade de produto, a contaminação do solo, da

água e do ar, a destruição da fauna e da flora, entre outros. Este conjunto de transformações levou ao inevitável questionamento do modelo exógeno de desenvolvimento rural e à emergência da abordagem endógena.

Paulatinamente, assiste-se à passagem da primazia de uma forte intervenção externa (de empresas e mesmo do Estado via políticas de crédito e assistência técnica voltadas ao padrão hegemônico de desenvolvimento agrícola) para a necessária mobilização dos atributos territoriais das economias locais e internos das próprias famílias. Seria tal premissa européia válida para todas as regiões do Brasil? Seria prudente generalizar empiricamente com a mesma intensidade para as regiões investigadas neste trabalho? A resposta, conforme será visto em momento oportuno, é não, na medida em que, em duas das regiões investigadas, é notória a primazia da intervenção externa realizada por empresas e cooperativas que comercializam a produção agrícola nos distantes mercados internacionais. No entanto, a atividade leiteira não pode mais ser tomada como exemplo de atividade que atende apenas aos mercados locais e regionais, dado que inúmeras empresas, como é o caso da Nestlé em Palmeira das Missões, estão se instalando no Norte do Estado, acirrando a disputa pelos produtores de leite, que tem como um dos destinos a exportação, em base pó.

De acordo com Lowe et al. (1995), o modelo de desenvolvimento exógeno apostava na possibilidade do desenvolvimento rural articulado com os processos de urbanização e industrialização, com a clara supremacia do urbano sobre o rural, restando ao meio rural a função clássica de produção de alimentos e fibras. A categoria espacial rural era vista apenas como uma categoria residual e associada exclusivamente ao agrícola. As principais características do modelo exógeno de desenvolvimento rural seriam: economias de escala, concentração e especialização setorial; o dinamismo das áreas rurais seria o resultado da capacidade das economias urbanas de demandar produtos e serviços; as funções das áreas rurais se resumiriam à produção de alimentos para a população urbana.

Lowe et al. (1995) afirmam que as próprias dificuldades e entraves do modelo exógeno de desenvolvimento rural encorajaram a exploração de métodos e práticas que valorizam os recursos específicos de cada território – humanos, naturais e culturais – na construção de um modelo endógeno de desenvolvimento rural, com forte apego à sustentabilidade. A ênfase passaria a ser a diversificação em termos de processos produtivos e estratégias de reprodução. As principais características da abordagem endógena do desenvolvimento rural seriam: os recursos específicos de uma região contêm a chave do desenvolvimento rural sustentável; há uma aposta nas economias de escopo e diversificação; o dinamismo econômico e do mercado de trabalho local é dado principalmente por pequenas e

médias empresas e outras iniciativas locais; as funções do meio rural e da agricultura vão muito além da produção de alimentos e de moradia (adaptado de LOWE et al., 1995; MIOR, 2005).

Nem exclusivamente exógeno ou endógeno. A *dimensão espacial do desenvolvimento rural*, apesar de se aproximar mais de uma proposta endógena, oferece interessante interlocução com a proposta teórica e metodológica deste trabalho. O fundamental é o reconhecimento de que o desenvolvimento rural, enquanto processo multi-nível, está sustentado por tradições históricas, demonstrando que a diversidade se expressa nas mais diversas unidades territoriais e nas mais diversas faces e dimensões, não existindo, conforme destaca Veiga (2002b), o desenvolvimento rural enquanto fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. Por isso, embora existam traços comuns da ruralidade, o meio rural caracteriza-se pela sua imensa diversidade. “*Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento*” (ABRAMOVAY, 2003, p.52).

Retoma-se a contribuição de Jan Douwe Van der Ploeg e um de seus mais recentes trabalhos (Ploeg, 2003) para melhor qualificar o entendimento sobre a noção de desenvolvimento endógeno. Para Ploeg (2003), o desenvolvimento endógeno, quando voltado à agricultura e ao meio rural, pode ser compreendido a partir da articulação dos aspectos técnicos e sociais que envolvem as práticas cotidianas dos agricultores familiares. Entre esses aspectos, o autor cita: a manutenção ou a ampliação dos ingressos econômicos através do maior controle possível sobre o desenvolvimento e utilização dos recursos produtivos, nomeadamente a terra, a mão-de-obra e o capital; o uso múltiplo e flexível desses recursos produtivos, permitindo a recomposição dos meios de trabalho de forma mais ampla; o controle mais abrangente de todas as fases do processo produtivo; o incremento no rendimento líquido por unidade de trabalho e de produto; a constante inovação de bases locais e endógenas; a aproximação do saber científico ao saber local; a ampliação das relações sociais e institucionais com vistas à ampliação dos mercados e; a redução do uso de insumos externos que se revertam em redução da externalização.

Nessa conjuntura, Ploeg (2003) entende que o embate estabelecido entre as partes – agricultores, instituições e mercados – resulta em diferentes respostas locais, ligadas a contextos específicos, em relação às práticas de desenvolvimento endógeno e a recomposição dos meios de trabalho com vistas à manutenção e mesmo reforço da autonomia. Da mesma forma, conforme destaca Norder (2004, 2006), o balanço entre um determinado conjunto de instrumentos de trabalho, a aplicação da força de trabalho, os níveis de rentabilidade e o

montante de insumos mercantis de curto prazo ganham importância central na análise sobre a dinâmica de geração de emprego e renda na agricultura familiar. Para Norder (2004, 2006):

Tendo isto em vista, é preciso avaliar em que medida as estratégias de desenvolvimento rural visando o aproveitamento das potencialidades sócio-ambientais locais e a geração de emprego e renda na agricultura familiar deparam-se com a necessidade de *recomposição dos instrumentos de trabalho* no interior da unidade rural, o que não se confunde com uma completa *mercantilização* dos recursos a serem convertidos no processo de produção. A *recomposição dos meios de produção* na agricultura familiar inclui a aquisição de certas máquinas, implementos, equipamentos e outras mercadorias, mas não se resume a isso. Há ainda todo um conjunto de *matérias-primas* que são convertidas em instrumentos de trabalho, muitas vezes por meio de uma intensa aplicação de trabalho familiar ou comunitário, como é o caso, por exemplo, da construção de instalações produtivas e edificações, da formação de plantios permanentes e do desenvolvimento de sistemas de criação animal (NORDER, 2004, p.11; 2006, p. 65).

Seja qual for o estilo de agricultura a este corresponde certa ordenação dos instrumentos de trabalho e demais recursos produtivos e os resultados em relação aos níveis de rentabilidade também irão variar como respostas a esta ordenação. Se esta ordenação se presta fundamentalmente ao fortalecimento da função produtiva da agricultura, particularmente associada à produção de *commodity* agrícolas, então pode-se considerar que o estilo de agricultura que resulta regionalmente é o espelho do padrão de desenvolvimento rural existente, nesse caso tipicamente exógeno. Se, por outro lado, a ordenação dos instrumentos de trabalho e demais recursos produtivos consegue ser de tal forma “autônoma” que permite abranger e dar conta de diversas outras atividades então é possível considerar que o estilo de agricultura que se forja também reflete um padrão de desenvolvimento rural e local que permite a interação entre os diversos setores produtivos em um movimento mais de complementariedade do que de funcionalidade.

A realização das práticas produtivas no interior de cada estilo de agricultura familiar tende a representar os “espaços de manobra” existentes em termos de definição de estratégias e uso dos recursos produtivos. Isto é o mesmo que dizer que as unidades de produção estão empenhadas em produzir e avançar, com diferentes ritmos e diferentes graus de sucesso *com e através* de suas próprias unidades de produção.

O maior ou menor distanciamento em relação às práticas modernizantes tipicamente exógenas e a criação de espaços de manobra são aspectos fundamentais na identificação e análise da diversificação. A diversidade de práticas locais endógenas tem implicações cruciais para a consolidação de estilos de agricultura mais diversificados e de padrões locais de

desenvolvimento rural-local endógenos. Dessa forma, o reconhecimento da diversidade de processos sociais, tecnológicos e produtivos denota como as práticas de desenvolvimento rural endógeno podem ser interpretadas como estratégias de resistência à integração passiva induzida pela modernização agropecuária convencional (PLOEG, 2003, 2006; NORDER, 2004, 2006).

Portanto, a vinculação social, econômica e produtiva que se apresenta aos agricultores familiares será o resultado da elaboração sistemática da capacidade de uso e ordenação dos insumos e saberes locais e sua vinculação, passiva ou complementar, ao conjunto de práticas que determinam as condições de produção e reprodução social da agricultura familiar.

Ao longo deste capítulo procurou-se deixar claro que o debate brasileiro e internacional sobre desenvolvimento rural está em construção e expressa, acima de tudo, a necessidade de se avançar a respeito de como a diversidade da agricultura familiar se articula com as dinâmicas desiguais de desenvolvimento do capitalismo nos espaços agrários. O que os estudos apresentados ao longo deste capítulo demonstram, e que se constitui em um dos aspectos centrais desta tese, é que o desenvolvimento rural é tributário da diversidade da agricultura familiar e dos diversos mecanismos através dos quais os agricultores viabilizam suas condições de vida e criam espaços de manobra, mais ou menos amplos, em função das condições objetivas a que são constantemente defrontados. Da mesma forma, a diversificação e a diversidade da agricultura familiar também devem ser analisadas à luz do que está fora da unidade de produção, permitindo identificar com mais clareza a articulação das dimensões produtivas e não produtivas, mercantis e não mercantis, agrícolas e não-agrícolas e outras relações que regem a reprodução das formas familiares de trabalho no capitalismo.

Neste sentido, o estudo da diversidade da agricultura familiar requer uma análise multidimensional sobre as formas de organização do trabalho e da produção no âmbito da unidade de produção familiar, entendidas como mecanismos de construção das estratégias de interação que os agricultores estabelecem com a natureza – a forma de fazer agricultura – e o ambiente social e econômico em que estas relações se estabelecem. Portanto, o entendimento da diversidade da agricultura familiar passa pela identificação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, das estratégias individuais e coletivas de reprodução social e das situações de diferenciação social que daí resultam.

Portanto, os meios de apreensão da diversidade da agricultura familiar podem ser diversos tanto quanto as perspectivas teóricas que buscam explicar a sua reprodução no interior do capitalismo. Isto implica no reconhecimento, tal como feito por Ploeg (2006), de que a essência e as principais diferenças entre as formas de agricultura que convivem nos

espaços rurais de todo o mundo não residem tanto nas relações de propriedade, mas principalmente nas diferentes formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas, visto que as principais diferenças residem nas relações que são estabelecidas entre as unidades agrícolas familiares e os mercados, que não se resumem aos mercados de produtos agrícolas. Situações de maior ou menor autonomia nos processos decisórios e maior ou menor diversificação de práticas e estratégias serão o resultado do jogo de forças entre agricultores e mercados, que varia de uma unidade agrícola familiar para outra ou de uma região para outra.



### 3 A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO RURAL DESIGUAL

Com diferenças em nível estadual e microrregional, na região sul do Brasil, a mercantilização produziu uma ampla diversidade de articulações das populações rurais com o ambiente social e econômico. A inserção nos mercados locais e regionais, mesmo que ainda incipientes, foi uma delas e marcou o processo de ocupação e formação das regiões coloniais do Rio Grande do Sul. No entanto, somente a partir da década de 1970 se generalizou a inserção da agricultura familiar nos mercados produzindo, entre outras coisas, disparidades regionais importantes quanto ao formato, intensidade e resultados da modernização da base tecnológica da agricultura. Na agricultura, a modernização da base tecnológica é apenas uma das facetas da mercantilização, um processo muito mais amplo que adentra na vida social e econômica das pessoas e engendra resultados regionais distintos.

À luz do debate sobre a mercantilização enquanto processo histórico e diferencial no espaço e no tempo, este capítulo tem por objetivo apresentar as desigualdades de desenvolvimento rural com base nas dimensões consideradas para cada uma das regiões, deixando a análise agregada do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para o capítulo final. É importante frisar que estas desigualdades se assentam na história das regiões e no modo (particular) pelo qual a mercantilização da agricultura familiar as afetou e foi afetada. Com isso pretende-se testar a primeira hipótese, a de que a passagem de uma “agricultura colonial” para uma agricultura mercantilizada operou-se em graus variados em cada região e deu lugar a estratégias específicas de reprodução social, gerando, por sua vez, processos de desenvolvimento particulares. Em alguns casos, mais diversificado e autônomo endogenamente (Serra) e, em outros, mais especializado e dependente (Missões e Alto Uruguai).

Conforme também o fez Navarro (2002), em relação à agricultura de vastas regiões do Sul do Brasil, pretende-se demonstrar que esse processo mais geral de passagem de uma agricultura relativamente autônoma para uma agricultura mercantilizada e a inserção no mundo dos mercados encontra respaldo no modo particular como ocorreu o processo de mercantilização. Isso só é possível e implica no reconhecimento, tal como estabelecido por Polanyi (2000), da centralidade da história na explicação da passagem de sociedades baseadas na reciprocidade para sociedades regidas pelo mercado. Nesta perspectiva analítica, reforçada

por Bottazzi (1994), a mercantilização se deu com graus variados e sem destituir as relações de troca baseadas na reciprocidade. Interessa aqui ter claro que reciprocidade e mercado são instâncias da agricultura familiar que ajudam a explicar o tipo de desenvolvimento rural nas regiões investigadas, que pode ser mais endógeno e autônomo (gerando economias de escopo e diversificação) ou mais dependente e especializado (gerando economias de escala e especialização).

### 3.1 O LUGAR DA DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Juntamente com a emergência e o fortalecimento do debate sobre a agricultura familiar no Brasil e o esforço em demonstrar o seu tamanho em termos de área, uso da terra e tecnologias e pessoal ocupado, pouca atenção foi dada ao estudo de sua diversidade para além do enfoque econômico e produtivo. Exemplo disso é o estudo INCRA/FAO (2000)<sup>1</sup>, o mais vigoroso esforço no sentido de captar as diversas agriculturas existentes no meio rural brasileiro, que contabilizou para o Brasil um total de 4,8 milhões de estabelecimentos, sendo mais de 4,1 milhões de caráter familiar. O estudo apresenta a abrangência numérica do universo familiar: 85,2% do total de estabelecimentos para o Brasil e 90% para o Rio Grande do Sul. O estudo demonstrou que, no Brasil, 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP); 25,3% do total de recursos de crédito e financiamento e 30,5% da área abrangida dizem respeito ao universo agrícola familiar, com representatividade ainda maior no âmbito do Rio Grande do Sul (57,7% do VBP e 40,9% da área total). De acordo com Guilhoto et al. (2005), o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas respondiam, em 2003, por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e, em média, 23,5% para o Rio Grande do Sul, no período de 1995 a 2003, duas vezes e meia superior a média nacional, que foi de 9,3%.

Alguns trabalhos recentes (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001; NUNES DA SILVA, 2001; JANSEN, 2001; KAGEYAMA, 2005, 2006; VEIGA, 2005; SILVA; BASSO, 2005)

---

<sup>1</sup> Apesar da defasagem, estes dados são os mais atualizados visto que poucos dados do novo Censo Agropecuário foram publicados. Ao comparar os Censos Agropecuários de 2006 com o de 1995/96, no que diz respeito ao Brasil houve acréscimo de 7,1% no número total de estabelecimentos agropecuários, passando de 4,8 milhões para 5,2 milhões de estabelecimentos e redução de 8,5% no número de pessoas ocupadas, passando de 17,9 milhões para 16,4 milhões de pessoas. Em relação ao Rio Grande do Sul, o número de estabelecimentos agropecuários passou de 429.958 para 442.564, acréscimo de 2,9%, tendência não observada quanto ao pessoal ocupado, que apresentou redução de 8,8%, passando de 1,3 para 1,2 milhões de pessoas. Observa-se que, em termos de pessoal ocupado, o Rio Grande do Sul acompanhou a redução ocorrida no Brasil, confirmando a tendência observada nas últimas décadas de queda no número de ativos ocupados na agropecuária.

aportam contribuições importantes sobre o papel da agricultura para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. São estudos que, de modo geral, tratam da agricultura do Rio Grande do Sul, com alguma distinção entre as regiões, mas não se referem, exclusivamente, ao segmento familiar. Apesar dos avanços, há um vácuo em relação aos estudos, particularmente comparativos, no que se refere à diversidade empírica da agricultura familiar no tocante às suas estratégias produtivas e reprodutivas e das causas que as explicam em termos de dinâmicas locais e territoriais de desenvolvimento. Avançar em relação ao conhecimento já produzido sobre a relação entre a diversidade da agricultura familiar e as dinâmicas desiguais de desenvolvimento se constitui em um desafio visto que pode ser tratada como uma lacuna não preenchida pelos estudos até então produzidos.

No trabalho de Veiga (2005), é possível encontrar algumas questões importantes sobre os descompassos entre as dinâmicas de desenvolvimento das regiões do Rio Grande do Sul. O referido trabalho contempla indicações que mostram a necessidade de se avançar no estudo da diversidade da agricultura familiar e de suas relações com as dinâmicas de desenvolvimento regional. Tomando como recorte espacial os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), Veiga (2005) formula a seguinte pergunta, tendo como base um estudo comparativo do descompasso de desenvolvimento entre duas regiões “coloniais”, a Fronteira Noroeste e o Médio Alto Uruguai: Qual seria a explicação dessas desigualdades de desenvolvimento entre duas regiões rurais com processos de ocupação bem parecidos? Para o autor, há uma lacuna sobre o entendimento dos descompassos internos às grandes regiões coloniais, o que dificulta encontrar pistas e formular hipóteses razoáveis em função da aparente homogeneidade de uma agricultura que teve muitas semelhanças, mas que foi se diferenciando ao longo do tempo. Buscar as razões dessa diferenciação espacial contribuirá para esclarecer a existência de estilos de agricultura e sua relação com as dinâmicas de desenvolvimento rural<sup>2</sup>.

### **3.1.1 A agricultura familiar e as dinâmicas desiguais do desenvolvimento regional**

Além destes apontamentos mais gerais, é importante notar que alguns estudos já demonstraram a ocorrência de dinâmicas desiguais da agricultura do Rio Grande do Sul. Um dos mais pioneiros trabalhos foi *25 Anos de Economia Gaúcha*, publicado pela FEE, em 1982.

---

<sup>2</sup> O trabalho de Bandeira (2003a) sobre a evolução das desigualdades regionais do Rio Grande do Sul aponta algumas pistas sobre os descompassos de desenvolvimento e sobre as formas de agricultura existentes no estado,

No volume 3, intitulado *A Agricultura do Rio Grande do Sul*, o trabalho apontou a existência de três segmentos produtivos ou formas de produção na agricultura gaúcha: a lavoura empresarial, a pecuária tradicional e a agropecuária colonial. Este estudo foi realizado com o objetivo de visualizar, única e exclusivamente, o lado funcional da agricultura gaúcha e o comportamento destes segmentos produtivos à luz dos processos e padrões de acumulação de capital no Rio Grande do Sul. Pouco avançou em relação às particularidades do que denominaram de agricultura colonial, sua relação com o desenvolvimento regional e rural dos territórios em que se inseriam e sua diversidade interna, dando a entender que as grandes regiões coloniais do Rio Grande do Sul apresentavam um só estilo de agricultura.

Kageyama (2005) concluiu que, ao longo da história, as trajetórias regionais do desenvolvimento conformaram espaços relativamente bem definidos no Estado do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, aponta para a necessidade de estudos de caso e pesquisa direta em cada uma das diferentes regiões com a finalidade de melhorar a compreensão das trajetórias locais e captar a complexidade do desenvolvimento rural.

Este é um dos limites e ponto de partida que justifica o estudo comparado entre regiões coloniais, já que pequeno é o acúmulo de trabalhos com este enfoque, e a existência de estilos de agricultura familiar em uma mesma região confronta a tese da homogeneidade do espaço rural e da agricultura e suas distintas contribuições para o desenvolvimento, muito além da função clássica de produção de alimentos e fibras.

Em termos gerais, inicialmente, tentar-se-á construir o entendimento da relação entre a agricultura e as dinâmicas de desenvolvimento das regiões. Feito isso, o passo seguinte é apontar as trajetórias da cada uma das regiões e suas implicações territoriais para a compreensão das realidades atuais quanto as suas singularidades e diferenças.

A região Nordeste, constituída pelo eixo Porto Alegre – Caxias do Sul e algumas áreas no seu entorno é a região mais industrializada e urbanizada do Estado do Rio Grande do Sul. Apresenta uma agricultura praticada fundamentalmente nas pequenas propriedades familiares. Contrariamente à região Nordeste, a grande região Norte é fundamentalmente agrária, sendo sua estrutura econômica fortemente influenciada pela imigração de europeus e de descendentes dos agricultores de origem européia das áreas coloniais mais antigas, localizadas na região Nordeste, com base na pequena e na média propriedade. Até recentemente, os estudos regionais no Rio Grande do Sul eram desenvolvidos através da falsa polarização entre “metade sul” pobre e “metade norte” rica, pouco contribuindo para o entendimento das

---

em uma comparação entre as regiões Sul, Norte e Nordeste. No entanto, a comparação das trajetórias da agricultura familiar não foi o objeto contemplado pelo autor.

singularidades sociais, econômicas, culturais e políticas em termos territoriais. Alonso (2006) afirma que quando a comparação é feita fora da proposta de regionalização das macrorregiões Norte, Nordeste e Sul<sup>3</sup> é possível ver que o lado perverso das desigualdades — o baixo crescimento, a estagnação e os índices sociais baixos — estão disseminados por todo o território do estado, contrariando a assertiva “norte rico-sul pobre”. Da mesma forma, Schneider e Waquil (2001) entendem que a falsa polarização entre ‘metade sul’ e ‘metade norte’ do estado presente em estudos regionais esconde que a pobreza rural ocorre tanto em uma quanto em outra metade do Rio Grande do Sul.

Ainda de acordo com Alonso (2006), e concorda-se com ele, uma das condições de reconhecimento e enfrentamento das disparidades regionais de desenvolvimento é a necessidade da superação da controvérsia “endogenia *versus* exogenia”, já que as divergências entre esses dois aspectos do desenvolvimento pouco explicam e contribuem ao debate e por vezes têm razões muito mais ideológicas do que teóricas ou práticas. Isso também é válido e se aplica ao entendimento da contribuição e da relação da agricultura regional com os respectivos padrões de desenvolvimento. Por isso, mais do que acreditar que possa haver regiões ou estilos de agricultura que tenham capacidade endógena absoluta para se desenvolver ou que dependam somente de fatores exógenos para se dinamizar, é a realidade de cada recorte regional, a disponibilidade e qualidade dos recursos produtivos existentes na agricultura, o conjunto de relações desta com os atores, as instituições e os mercados e as opções coletivas da sociedade que definirão a combinação de elementos endógenos e exógenos e seus resultados em termos de fortalecimento do desenvolvimento regional e dos processos decisórios na agricultura.

Por isso, segundo Alonso e Bandeira (1994), as macrorregiões do Rio Grande do Sul apresentam grande heterogeneidade social e econômica interna, ainda que uma agricultura inicialmente muito diversificada tendesse a ceder, paulatinamente, em muitas áreas, espaço para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja. Como exemplo, alguns municípios da macrorregião Norte conseguiram, com o passar do tempo, sediar algum crescimento industrial diretamente vinculado à produção primária, tais como o processamento de produtos agrícolas locais e a produção de insumos e implementos para a lavoura.

Além da necessidade de analisar a diversidade interna aos recortes macrorregionais, ao menos em nível do Rio Grande do Sul, o que se observa é que em geral a compreensão e a análise da diversidade da agricultura familiar e o seu lugar no desenvolvimento regional

---

<sup>3</sup> Esta delimitação das macrorregiões pode ser encontrada em Alonso et al. (1994).

aparece nos estudos de caso e/ou sistemas produtivos. A lacuna a ser preenchida é a falta de estudos comparativos que estabeleçam a relação entre agricultura familiar e desenvolvimento rural e regional nos planos intra e inter-regionais com vistas a tratar o tema relativo ao desenvolvimento em suas várias dimensões. A escolha dos recortes territoriais deste trabalho se inscreve justamente no esforço de superação dos limites sobre o entendimento das desigualdades intra e inter-regionais entre as grandes regiões coloniais. Isso porque, apesar da formação das disparidades regionais ser própria do desenvolvimento capitalista, a ocorrência de padrões regionais representa a diversidade do formato construído, por exemplo, pela agricultura familiar de inserção nos mercados e seus resultados quanto à diversidade de estratégias e estilos. Isso ajuda a identificar e analisar porque mesmo em regiões de agricultura familiar produtora de *commodity*, como é o caso do Alto Uruguai e das Missões, os resultados quanto às dinâmicas de desenvolvimento e da própria agricultura se diferenciam.

Da mesma forma, isto permite o reconhecimento de que o problema da desigualdade e da exclusão das populações rurais mais vulneráveis é de natureza estrutural, já que as desigualdades das regiões investigadas são fortemente associadas às trajetórias de desenvolvimento agrário, agrícola e rural ao longo das últimas décadas que impôs à população rural a busca de alternativas para sua reprodução social. Santos (1993) argumenta que as alternativas frente à exclusão social fortalecida face às transformações tecnológicas na agricultura passaram pela adesão aos projetos de assentamento em outros estados, enquanto que para Navarro (1996), passou pela mobilização e organização social em torno de luta pela terra. Já para Schneider (1994), a solução encontrada por muitos agricultores passou pelas migrações para as regiões de colonização antiga. Mais recentemente, Conterato (2004) e Niederle (2007) constataram que importante alternativa passava pelo fortalecimento de algumas atividades agropecuárias antes secundárias do ponto de vista mercantil, como é o caso da atividade leiteira, conquanto Gazolla (2004) e Grisa (2007) atestaram que o fortalecimento da produção para autoconsumo se constitui em um dos pilares da reprodução da agricultura familiar.

Os universos empíricos investigados se revestem de grande diversidade social, econômica, ambiental e cultural. A microrregião de Caxias do Sul, que se insere na Serra Gaúcha, tendo Veranópolis como município de referência é, dentre as três, a mais dinâmica do ponto de vista socioeconômico, não somente pelo alto nível de desenvolvimento humano, mas, sobretudo, pela densidade das atividades econômicas e do mercado de trabalho. A fruticultura é um dos mais importantes segmentos do setor agropecuário. A título de exemplo, de acordo com o Censo Agropecuário 1995/96, levando em consideração os 10 principais

produtos da agropecuária regional, somente a uva produzida na microrregião de Caxias do Sul era responsável por 22% do Valor Bruto da Produção agropecuária. A região apresenta também produção animal diversificada, porém concentrada em alguns produtos. A contribuição da pecuária leiteira no VBP agropecuário era de 8,3%; do segmento aves, 41,7% e do suíno, 5%. Apenas dois produtos (frango e uva) representavam, em meados da década de 1990, 63,7% do VBP agropecuário.

Por outro lado, o parque industrial da microrregião de Caxias do Sul é bastante diversificado, formado principalmente de pequenas e médias empresas que, intensamente apoiadas no uso da força de trabalho residente nas áreas rurais, é um forte impulsionador do desenvolvimento rural da região. Não obstante, a região apresenta, em comparação às demais, as menos propícias condições agronômicas dos solos (declividade, pedregosidade, etc.), o dinamismo econômico baseado na diversificação (economias de escopo) restringiu a concentração dos meios de produção nas áreas rurais e fez com que a forma familiar de produção fosse não apenas preponderante, mas também apresente uma dinâmica distinta das demais regiões.

A microrregião de Frederico Westphalen, que tem Três Palmeiras como município representativo, trata-se de uma das mais deprimidas zonas da geografia social e econômica gaúcha. A agricultura da região sofreu transformações profundas introduzidas pela modernização tecnológica, sendo uma de suas marcas a consolidação do binômio trigo-soja. Dados do Censo Agropecuário 1995/96 demonstram que a soja representava à época 23,4% do VBP total agropecuário. Além da soja, outros produtos agrícolas se destacam como é o caso do milho (13,6%). Em terceiro lugar aparece a pecuária leiteira, com 11,4% do VBP agropecuário, seguida dos suínos (10,9%) e da mandioca (9,8%). Comparativamente, o VBP agropecuário da microrregião de Frederico Westphalen em 1995 era menos concentrado do que o da microrregião de Caxias do Sul. Apesar dos solos desta região não apresentarem um bom potencial agronômico, não impediu a introdução de culturas exigentes em escalas, fortalecendo a introdução dos monocultivos, vinculando o desenvolvimento regional ao desempenho das grandes culturas comerciais.

Conforme será demonstrado ao longo do trabalho, o diferencial entre as dinâmicas de desenvolvimento rural das regiões reside basicamente em dois aspectos: (1) apesar das microrregiões de Frederico Westphalen e Cerro Largo apresentarem setor agropecuário mais desconcentrado em termos da contribuição de cada produto na formação do respectivo VBP, são justamente os produtos que definem a qualidade e os tipos de mercados que os agricultores familiares acionam e; (2) a dinâmica do desenvolvimento rural e da agricultura

familiar não se dá, exclusivamente, via mercado de produtos agrícolas, pois ser agricultor também significa inserir-se em mercados de trabalho não-agrícola.

Por sua vez, a microrregião de Cerro Largo, localizada no noroeste gaúcho, na região das Missões, que tem Salvador das Missões como município de referência, possui, da mesma forma que as demais regiões, uma agricultura que passou por diversas fases e intensas transformações. Dentre elas destaca-se a introdução da suinocultura, base econômica da agricultura familiar e da própria região principalmente até os anos 1980. A partir da década de 1960, a ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos via expansão da exploração comercial de cereais impôs a esta forma de agricultura a inserção nos mercados mundiais de *commodity*, como também ocorreu no Alto Uruguai. Dados do Censo Agropecuário 1995/96 apontam que a soja, sozinha, contribuía com praticamente 25% do VBP agropecuário. Merece destaque a contribuição da pecuária leiteira (17,7%), da mandioca (16,6%), dos suínos (13,5%) e do milho (7%). A vocação natural de solos possibilitou ampla mecanização das áreas de cultivo, fazendo com que a produção agropecuária e os processos de agroindustrialização se consolidassem como as bases econômicas regionais.

Após esta breve caracterização da agricultura das três regiões, é importante resgatar a contribuição de Schneider (1994) que mostra que, enquanto a agricultura da região norte do estado se modernizou, especialmente estimulada pelo desenvolvimento da cultura da soja a partir dos anos 60, em vastas áreas nas regiões das Colônias Velhas, a agricultura manteve traços coloniais. Uma diferença importante em relação à agricultura do norte gaúcho é que a agricultura da região nordeste sofreu mudanças radicais a partir dos anos 80, não em função da modernização agrícola, mas sim em função do abandono de boa parte da agricultura comercial de grãos para uso das terras para a silvicultura com vistas a alimentar a indústria moveleira e as oportunidades de emprego dos agricultores nas indústrias coureiro-calçadistas, muitos dos quais mantendo uma atividade agrícola em seus estabelecimentos rurais.

Conforme detalhado na Introdução, a hipótese geral é a de que, em função da diversidade social, econômica, técnico-produtiva e cultural da agricultura familiar inserida em contextos regionais distintos, a mesma responde de maneira diferenciada aos desafios a que é submetida, tornando a sua reprodução o resultado de um conjunto de ações e estratégias diferenciadas no espaço e no tempo. Mas é importante comparar e analisar as dinâmicas de transformação de cada região para se buscar entender o que explica o desenvolvimento de uma em relação à outra. Objetivamente, considera-se que nestas regiões há especificidades no que diz respeito às trajetórias de desenvolvimento rural e às dinâmicas da agricultura familiar



as quais possibilitam que sejam consideradas metodológica e analiticamente como *estilos de agricultura familiar* específicos, tal como será apresentado ao longo do capítulo 6.

Lançado este desafio, é necessário ir além do campo dos estudos e referenciais teóricos já existentes no Brasil e avançar no tema da agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento rural. Pretende-se com isso avançar em relação aos estudos de caráter quantitativos (INCRA/FAO, 2000; GUILHOTO et al., 2005) para superar o maniqueísmo agricultura familiar *versus* agronegócio e o debate sobre a relação campesinato *versus* agricultura familiar que marca o debate brasileiro como também as discussões sobre as relações da agricultura familiar com o capitalismo, fugindo de rotulações como relações pré-capitalistas, assalariamento disfarçado, atraso tecnológico, pequena produção, submissão, entre outras.

### 3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: SUAS MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS E REPERCUSSÕES TERRITORIAIS

A evolução das dinâmicas locais e territoriais da agricultura familiar e do desenvolvimento rural e regional, tomando como recortes privilegiados mas não exclusivos as regiões investigadas, será analisada em seus aspectos históricos com o objetivo de captar alguns dos fatores explicativos e determinantes ao melhor entendimento de como se configuraram tais trajetórias. A retratação das dinâmicas de desenvolvimento em uma perspectiva histórica deve permitir encontrar e ao mesmo tempo oferecer subsídios ao entendimento das repercussões territoriais do processo de mercantilização e de que forma o conjunto de mudanças sociais pode ser captado através de indicadores que expressem as dinâmicas desiguais de desenvolvimento do capitalismo no meio rural.

Não é demais lembrar que esta Tese é um trabalho de continuidade de estudos desenvolvidos no âmbito do GEPAD. Inúmeras são as contribuições dos demais estudos ao entendimento das dinâmicas territorializadas da agricultura familiar no Sul do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, que poderiam ser elencadas. Mesmo que sucintamente, é importante apontar algumas dessas contribuições.

Em trabalho anterior (CONTERATO, 2004), analisou-se como o processo de mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai gaúcho reorientou as estratégias dos agricultores familiares e resultou em um processo de diferenciação social e econômico-produtivo desta agricultura com importantes reflexos na autonomia em relação aos processos decisórios, o aumento da externalização e da vulnerabilidade social, agravada face aos

choques e riscos climáticos e ao mercado a que está suscetível qualquer agricultura produtora de *commodity* agrícolas. O estudo de caso realizado por Gazolla (2004), também no Alto Uruguai, e o de caráter comparativo empreendido por Grisa (2007) entre as regiões do Alto Uruguai, Encosta da Serra, Missões e Serra do Sudeste reafirmaram, entre outros aspectos, a importância do autoconsumo (provisão de alimentos na própria unidade de produção familiar) para a reprodução da agricultura familiar e o fortalecimento da sua autonomia frente aos processos de mercantilização e à externalização de forma mais específica.

O trabalho de Radomsky (2006) conseguiu demonstrar a importância dos laços de proximidade e das relações e práticas não-mercantilizadas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural da região da Encosta da Serra e para o município de Veranópolis mais especificamente. Ficou demonstrado que, mesmo mercantilizada, a agricultura familiar se reproduz graças a práticas de reciprocidade com vistas ao fortalecimento da autonomia e das práticas produtivas e das estratégias de reprodução social. A formação de redes sociais de reciprocidade e trabalho, que tem suas raízes na agricultura “colonial”, foi fundamental para determinar a dinâmica regional de desenvolvimento e impulsionar a formação de uma agricultura familiar consolidada e um meio rural dinâmico.

O trabalho de Niederle (2007) pôde demonstrar que os processos de mercantilização da agricultura familiar e do meio rural são diversos e multifacetados, impossibilitando qualquer conclusão no sentido de uniformização das práticas produtivas e dos processos decisórios por parte dos agricultores. O trabalho, realizado na região das Missões, noroeste gaúcho, mostrou que a natureza multifacetada da mercantilização, da diversidade das práticas produtivas e da tomada de decisão por parte dos agricultores, resulta em uma extensa gama de “estilos de agricultura”, mesmo em regiões onde as transformações da agricultura foram intensamente forçadas pelas práticas da modernização.

Em estudo realizado no Sudoeste do Paraná, Perondi (2007), utilizando-se do aporte teórico dos modos de vida no meio rural, demonstrou que as famílias que diversificam as fontes de ingresso monetário possuem rendas mais elevadas e de que quanto maior a diversidade de um meio de vida rural, maior é sua sustentabilidade social. Essa diversificação de renda e atividades só resulta em maior sustentabilidade se estiver vinculada à produtos voltados aos mercados alternativos e não aos mercados tradicionais de *commodity* agrícolas. Nesse caso, mesmo diversificando com base em *commodity*, a vulnerabilidade continua elevada.

As conclusões apontadas pelos respectivos trabalhos são fundamentais para esta tese na medida em que conseguiram demonstrar que variáveis e indicadores realmente influenciam

e conseguem expressar o formato e a intensidade da diversidade da agricultura familiar em cada um dos universos empíricos privilegiados.

É produtivo fazer um resgate histórico da formação do tecido social das regiões que oferecem suporte empírico a este trabalho justamente porque as mesmas constituíram-se como tal a partir de processos de ocupação e repartição da terra assentados na pequena propriedade. Há, nesse sentido, uma questão importante para ser respondida e sua resposta acompanha todo este capítulo. Por que regiões que testemunharam a formação de seu tecido social com base em um conjunto semelhante de práticas e costumes ligados à agricultura familiar foram se diferenciando ao longo de suas trajetórias e atualmente apresentam dinâmicas distintas?

Os trabalhos até o momento citados (seção 3.2), juntamente com outros (ANJOS et al., 2004; COLE, 2003; PLEIN, 2003) serão fundamentais para a elaboração das próximas seções, nas quais se pretende buscar na história a essência daquilo que se julga fundamental ao entendimento dos processos de mudança social no meio rural e suas implicações quanto aos estilos de desenvolvimento e de agricultura consolidados regionalmente.

### **3.2.1 Encosta Superior da Serra e Veranópolis: desenvolvimento (rural) endógeno e diversificação econômica**

A microrregião de Caxias do Sul, por vezes aqui chamada de Serra Gaúcha e mesmo de Encosta Superior da Serra, caracteriza-se atualmente como uma das regiões mais desenvolvidas economicamente do Rio Grande do Sul. De formação cultural predominantemente italiana, talvez seja a região gaúcha de colonização européia que mais conserva os traços da sua formação colonial e agrícola. A manutenção de hábitos, práticas e costumes, materializados através da sociabilidade, dos traços culturais, das práticas produtivas e do saber fazer, podem ser tomados como determinante para o dinamismo social e econômico que acompanha a agricultura e o desenvolvimento regional.

Esta tese está sustentada nos trabalhos de Schneider (2002), Radomsky (2006) e Grisa (2007). Além desses, há um conjunto de outros estudos nos quais se buscou inspiração para reconstruir a trajetória de formação e desenvolvimento da região da Serra Gaúcha. Entre os principais autores e trabalhos podem ser citados Santos (1978), Lagemann (1980), Herédia (1997), Giron (1980) e Dacanal (1980).

A literatura que trata do processo de ocupação e colonização da Encosta Superior da Serra do Nordeste por italianos é ampla e volumosa. Por ser ampla e volumosa é também extremamente rica no seu detalhamento, apesar da certa tendência ao entendimento do

processo de desenvolvimento desta região estar vinculado ao sucesso dos comerciantes e industriais, revelando a primazia de uma visão urbana em relação ao papel desempenhado pela agricultura, na determinação das mudanças de caráter local e regional. No entender de Schneider (2002) e Radomsky (2006) esta história, que ainda está por ser escrita, revelaria que o desenvolvimento dessa região tem laços históricos com o rural e o agrícola e muitas vezes de difícil mensuração, pois não se resumem a relações formais ou contratuais e tampouco possui caráter exclusivamente econômico.

De acordo com Schneider (2002), de um ponto de vista socioeconômico, na região da Serra Gaúcha, consolidou-se, ao longo do tempo, um conjunto de potencialidades e condicionantes estruturais que resultou na emergência de *desenvolvimento rural endógeno de um território*, em uma clara alusão aos estudos desenvolvidos no âmbito dos distritos industriais e da industrialização difusa na Itália. No caso específico da Serra, esse processo pode ser examinado como o resultado da combinação de um conjunto de fatores socioeconômicos e histórico-culturais que levaram ao desenvolvimento de uma matriz produtiva e uma conformação social que se reproduz a partir das sinergias produzidas pelo próprio processo endógeno de acumulação de capital, que não se refere apenas ao capital em forma de mercadorias de troca, mas também às outras formas de valorização do trabalho em um determinado grupo social, nesse caso, os agricultores familiares. Compartilhando desse entendimento, Navarro (2002) considera que, na Serra Gaúcha, e mais especificamente em Veranópolis, a noção de sustentabilidade econômica e social aplica-se de forma exitosa. Esta condição foi possível em virtude dos condicionantes históricos em que a combinação de desenvolvimento de processos produtivos agropecuários, agroindustriais e industriais, que somados à expansão de atividades turísticas e casados com modernização tecnológica dos empreendimentos rurais e notável capacidade empreendedora por parte das famílias rurais resultou em um exemplo emblemático de desenvolvimento agrário de resultados econômicos e sociais extremamente positivos. Particularmente nos últimos cinquenta anos, esta combinação tem produzido um ambiente de sinergia crescente, ativando cada vez mais a inquietação dos atores sociais e a busca de iniciativas que desenvolvam ainda mais a região, em suas potencialidades na consolidação de desenvolvimento rural e regional endógeno e diversificado.

Quais seriam as origens desse processo e quais os principais fatores ou condicionantes que influenciaram a construção desse modelo de desenvolvimento que historicamente permitiu uma articulação entre a dinâmica da agricultura familiar e a industrialização local? A

explicação desse dinamismo, para além das fronteiras estritamente municipais, possui sólidas raízes históricas e serão em parte identificadas e analisadas a seguir.

No Rio Grande do Sul, as primeiras colônias italianas foram Colônia Caxias (1874), Colônia Conde D'Eu (atual município de Garibaldi) e Colônia Dona Isabel (atual município de Bento Gonçalves) constituindo-se como uma continuação da área já ocupada pelos alemães ao norte de Porto Alegre. A região escolhida foi a grande secção do Planalto (Encosta Superior) recortada pelos rios Caí e Taquari, recoberta pela mata de araucária.

No início do processo de ocupação das terras, as “colônias” ou lotes rurais vendidos aos imigrantes correspondiam a uma área de aproximadamente 25 hectares, ainda que na Colônia Caxias o governo tenha vendido lotes entre 5 e 100 hectares. As colônias eram vendidas aos imigrantes e parte desta dívida podia ser paga através de trabalhos como, por exemplo, abertura de estradas. Tal iniciativa de oferecer trabalho aos imigrantes e mesmo remunerá-los foi de grande importância para o desenvolvimento da região, pois era fundamental para consolidar a estrutura produtiva das propriedades e permitir o escoamento da produção para os mercados locais e regionais ainda incipientes (SCHNEIDER, 2002; STORMOWSKYI, 2005; RADOMSKY, 2006).

Desde o princípio, esse modelo produtivo dependia da produção de excedentes comercializáveis, imposição vinculada à necessidade que o colono tinha de quitar suas dívidas e garantir a propriedade do lote. Isso explica porque os canais de comercialização da produção agrícola da Serra desenvolveram-se quase concomitantemente à ocupação das terras e que o sistema produtivo que aí nasce já está inserido nos circuitos mercantis desde o princípio. Segundo Santos (1978), para cumprir as finalidades econômicas do processo de assentamento, desde o princípio os colonos se inseriram na economia mercantil impedindo-se caracterizar a economia colonial como uma economia de subsistência, mas como uma forma de produção simples de mercadorias, pois o “*colono se apresenta ao mercado como vendedor dos produtos de seu trabalho, como vendedor de mercadorias*” (SANTOS, 1978, p.69).

No ano de 1908, a ferrovia alcança as colônias italianas da Serra ligando-as à capital Porto Alegre e ao centro do país pelo norte, o que provoca uma reorientação econômica em toda a região, pois se ampliam drasticamente os canais para comercialização dos produtos coloniais, permitindo que as colônias italianas se inserissem em mercado regional anteriormente conformado e oportunizado graças à formação das colônias alemãs. Não tardou para que a Colônia Caxias se localizasse entre as colônias velhas alemãs e as colônias novas italianas criadas à margem direita do Rio das Antas durante as décadas de 1890 e 1900, como a Colônia Alfredo Chaves, em 1884 (atual município de Veranópolis e emancipado de Lagoa

Vermelha, em 1898), a Colônia e atual município de São Marcos, em 1885 (emancipado de Caxias do Sul, em 1963), a Colônia e atual município de Antônio Prado, em 1887 (emancipado de Vacaria, em 1899), e a Colônia e atual município de Guaporé, em 1892 (emancipado de Passo Fundo e Lajeado, em 1903) (STORMOWSKYI, 2005).

Muitos dos colonos já chegaram ao Brasil com outras profissões, o que possibilitou uma primeira divisão social do trabalho a nível local. Valendo-se dessa especificidade local, Schneider (2002) afirma que conquanto isso caracterizasse ofícios e não atividades industriais é absolutamente notório seu papel dinamizador da economia local devido ao fato de que esses empreendimentos absorviam o excedente produzido pelos colonos, contribuindo para diversificar as atividades produtivas na região.

A primeira fase de evolução da agricultura familiar em Veranópolis vai de 1884, ano em que oficialmente é fundada a Colônia Alfredo Chaves, até 1930. De acordo com Schneider (2002), esse período da história corresponde à fase de ocupação dos lotes e assentamento dos colonos, na qual praticava-se uma agricultura de corte e queimada com comercialização de excedentes. Radomsky (2006) afirma que as práticas de reciprocidade e do interconhecimento entre os colonos foram fundamentais para romper o isolamento inicial dos imigrantes, contribuindo para o fortalecimento dos laços comunitários e das formas de solidariedades vicinais.

As primeiras décadas do século XIX emergem então como um marco no surgimento de atividades comerciais que ganham importância econômica para a agricultura e para as economias locais. No entender de Schneider (2002), a partir da década de 1910, fundamentalmente no pós I Guerra Mundial, as colônias italianas da Serra gaúcha rapidamente abandonaram o extrativismo vegetal como principal fonte de renda monetária, ampliando-se a demanda por produtos alimentares da colônia. A produção agrícola passa a entrar crescentemente nos circuitos mercantis, embora a autonomia dos processos decisórios e a produção policultora de alimentos para autoconsumo se constituam como aspectos centrais.

Nessa fase, ocorrem dois momentos distintos em relação à agricultura. Em um primeiro momento, que vai até 1950, intensifica-se o cultivo de cereais, principalmente o milho e o trigo e ganha força a criação de suínos. Até 1940, observa-se intenso movimento no sentido de aumentar a produtividade dos cultivos através da introdução de equipamentos e práticas até então estranhas, como o arado de tração animal e a utilização de esterco animal para adubação da terra, caracterizando o que Waibel (1949) denominou de sistema de “rotação de terras melhoradas”.

O período entre 1930 e 1940 foi denominado por Schneider (2002) como a “época de ouro” da agricultura de Veranópolis e região, pois houve expansão considerável dos volumes produzidos e os colonos conseguiram se especializar em certos cultivos para venda, mantendo a autonomia alimentar ao produzir os produtos para autoconsumo<sup>4</sup>. A partir de 1950, a criação de suínos, historicamente uma atividade importante para o desenvolvimento da agricultura colonial, entra em crise basicamente pela substituição da banha pelo óleo vegetal extraído da soja, cultura que ganha cada vez mais espaço na agricultura do Rio Grande do Sul. Nesse período, percebe-se um movimento significativo de substituição de cereais pela fruticultura e outros produtos que requerem o emprego mais intensivo de mão-de-obra que são comercializados em nível local e regional, aproveitando-se da demanda crescente em função dos centros urbanos em plena expansão e do escoamento facilitado pela melhoria dos canais de comunicação. Da mesma forma, amplia-se o surgimento de atividades paralelas à agricultura, esboçando-se a formação de estratos sociais que não se dedicavam à produção agropecuária ou artesanal, complexificando a sociedade local no que diz respeito ao trabalho (RADOMSKY, 2006).

Por serem figuras distintas, agricultores e comerciantes tiveram papéis também diferenciados. Devido ao fato de centralizar a produção agrícola e a sua comercialização local e regional, o comerciante foi a primeira categoria social a ascender e se diferenciar socialmente em relação aos colonos. A diferenciação social emerge como um aspecto da complexificação das relações sociais, esboçando-se claramente a formação de estratos sociais que não se dedicavam à produção agropecuária ou artesanal, complexificando a sociedade local no que diz respeito ao trabalho, permanecendo, contudo, a sociabilidade como um dos sustentáculos das comunidades rurais e para os empreendimentos industriais que começavam a emergir.

De acordo com Schneider (2002), o aspecto de maior impacto na vida dos colonos, sobretudo a partir da década de 1940, foi o acesso crescente à renda, que resultou em melhorias significativas nas condições de moradia e nas instalações da propriedade. O incremento da renda pessoal também acabou favorecendo o processo de monetarização de toda a economia local, representando um especial estímulo ao comércio e às atividades da indústria local. Por consequência, o que antes não passavam de pequenos ofícios rurais, a

---

<sup>4</sup> Isso vai ao encontro da percepção de Grisa (2007) no sentido de que a especialização e a intensificação produtiva de fato tornaram mais nítida a separação produtiva entre cultivos destinados à venda e cultivos destinados ao consumo familiar, embora a produção para o autoconsumo continuou estratégica para os agricultores familiares.

partir da década de 1950, passam a se especializar, desaparecendo o caráter pluriativo destes estabelecimentos e configurando atividades industriais típicas.

Interessa sublinhar que, a partir da década de 1950, ocorre um processo de reinvestimento local dos capitais acumulados na agricultura nas décadas anteriores. Face ao fechamento da fronteira agrícola, à limitação de expansão da zona pioneira, ao fortalecimento da especialização produtiva das propriedades e ao incremento de determinadas inovações tecnológicas no processo produtivo agrícola, a alternativa vislumbrada pelos colonos era inserir os filhos no mercado de trabalho local e regional. Por outro lado, havia a alternativa de modificar os padrões de herança assentados no minorato e dividir a propriedade entre todos os herdeiros, mas isso engessaria o sistema produtivo vigente em função da ação antrópica que seria crescente e pela exaustão da fertilidade do solo.

Sob essas condições, as possibilidades mais promissoras para viabilizar a reprodução social das famílias de colonos se apresentavam na indústria e no comércio local, que muitas vezes era propriamente um *negócio em família* devido às relações de parentesco vigentes. Radomsky (2006) também vislumbrou que a relação entre economia e parentesco foi fundamental para o desenvolvimento de Veranópolis e da região da Serra. Essa relação está solidificada nas formas ancestrais da agricultura através de traços camponeses e isso se tornou fundamental para o desenvolvimento de atividades em família. Esta “tradição colonial” mantém-se em muitos empreendimentos não-agrícolas, tanto no meio rural (vinícolas) como no urbano (indústria de roupas, móveis, mercados, armazéns). Embora o tempo imprimisse marcas nas gerações, o fortalecimento mercantil e econômico não rompeu totalmente com o modo de vida no qual a reciprocidade constitui importante referencial. São exatamente as redes de produção e de trabalho forjadas pelas práticas de reciprocidade e de interconhecimento que Radomsky (2006) identifica como uma das principais origens das indústrias e agroindústrias de Veranópolis e seu entorno.

É importante não perder de vista o caráter de alternatividade dos produtos de autoconsumo (GARCIA JÚNIOR, 1983, 1989) existente na agricultura familiar de Veranópolis e região (GRISA, 2007), algo pouco expressivo em relação às demais regiões que compõem esta investigação, onde o caráter mercantil da agricultura familiar foi forjado basicamente pela produção e comercialização de *commodity* agrícolas.

Dessa forma, autonomia e autoconsumo são faces da agricultura familiar que tendem a andar juntas e não raro são determinantes na reprodução social das famílias e na continuidade dos processos produtivos. Isto possibilita que a parte da produção não comercializada possa ser consumida pela família ou no estabelecimento, e o contrário, quando sobra produção para



o autoconsumo, esta pode ser vendida juntamente com outros produtos. No caso de Veranópolis, concomitante a isso, a proximidade dos centros urbanos e a tradição dos fruteiros são veículos que facilitam a comercialização e vinculam-se diretamente à autonomia da agricultura local.

A terceira fase de desenvolvimento da agricultura familiar de Veranópolis e região que vai de 1960 até 1990 representa importante momento de ruptura em relação aos processos anteriores. O período entre 1960 e 1990 foi marcado pelo processo de modernização da base tecnológica da agricultura via motomecanização (principalmente microtratores), na quimificação (fertilizantes, agrotóxicos, etc.), e na utilização de plantas geneticamente modificadas. Contudo, a alteração do perfil técnico-produtivo da agricultura local e regional não se deu nos mesmos moldes tal como ocorreu no Norte do Rio Grande do Sul onde se disseminaram os monocultivos de soja, milho e trigo. A modernização agrícola que ocorreu em Veranópolis e região a partir dos anos sessenta via moto-mecanização, “quimificação”, e utilização de fertilizantes, corretivos e agrotóxicos e variedades de plantas geneticamente melhoradas, foi aplicada em atividades que já existiam anteriormente como é o caso da uva, da maçã e de outras frutíferas.

Por volta de 1950, as indústrias se consolidavam em bases familiares e as redes de comercialização e de trabalho ainda eram essencialmente endógenas. Depois dos anos sessenta, o desenvolvimento econômico (sobretudo industrial e comercial) alcança patamares elevados, sem romper totalmente os círculos de sociabilidade e reciprocidade entre os grupos. Paralelamente à intensificação da inserção das unidades familiares aos mercados, fortalece-se a diferenciação social em função do surgimento de novas atividades econômicas localmente. Destaca-se o processo de integração vertical entre as agroindústrias e os agricultores familiares, fundamentalmente naquelas atividades mais rentáveis, como é o caso da vitivinicultura, suinocultura e avicultura. Outra forma de diferenciação se refere ao surgimento dos fruteiros, agricultores que através da aquisição de um meio de transporte (caminhão ou camioneta) escoam a própria produção agrícola, a dos vizinhos e da comunidade local. A terceira forma de diferenciação deu-se em função da inserção de jovens, filhos de agricultores, ao mercado de trabalho urbano local.

Por razões concomitantes a essas, Schneider (2002) entende que o desenvolvimento rural de Veranópolis e da região vitivinicultura de Caxias, a partir dos anos noventa, somente pode ser apropriadamente compreendido quando se analisa o processo mais geral de desenvolvimento da economia local na medida em que a marca que identifica esse processo é a articulação bem sucedida entre a modernização da base tecnológica de parcela da agricultura

familiar e o crescimento do mercado de trabalho de atividades não-agrícolas, sendo uma das conseqüências a absorção local do excedente de força de trabalho disponível no meio rural. O período mais recente é portanto um período de intensificação e complexificação da divisão social do trabalho nos espaços urbanos e rurais e de ampliação dos horizontes para a inserção individual no tecido produtivo.

Os dados demográficos e econômicos podem ser tomados como aspectos capazes de demonstrar o dinamismo de uma região, como é o caso da região de Caxias do Sul que tem um crescimento típico de uma economia de base industrial. A expansão populacional das três últimas décadas está intimamente ligada ao dinamismo da atividade industrial, que atrai populações de outras áreas do Rio Grande do Sul, e mesmo de outros estados, mas não se resume a isso, pois este sucesso também se deve à articulação do setor industrial com a agricultura, principalmente pela utilização de mão-de-obra proveniente do meio rural.

A avaliação das transformações recentes que afetam o desenvolvimento rural de Veranópolis e das demais cidades da região vitivinicultora de Caxias permite identificar que, enquanto uma parcela cada vez menor dos agricultores familiares trilha o caminho da especialização produtiva, um outro conjunto passa a viabilizar sua reprodução social mediante a inserção de parte dos membros de sua família no mercado de trabalho de atividade não-agrícolas. Dessa forma, o surgimento ou ressurgimento da pluriatividade na agricultura familiar de Veranópolis e região reveste-se de uma complexidade que é própria de regiões onde a diversidade é a principal marca da agricultura e do tecido social e econômico locais.

Portanto, a diversificação encontrada na região de Caxias parece ser um traço de sua formação histórica e não apenas uma característica recente e é isso que confere certo grau de solidez à estrutura econômica regional ao longo do tempo. Nesse sentido, as atividades industriais “tradicionais” que se desenvolveram na região a partir da colonização ao mesmo tempo impulsionaram o desenvolvimento regional e rural, estabelecendo uma relação de complementariedade com as demais atividades econômicas. A diversificação industrial que se conhece atualmente tem, portanto, longínquas raízes e se constitui em uma característica estrutural da economia regional e suas relações com a agricultura e com o meio rural são aspectos indissociáveis deste desenvolvimento.

### 3.2.2 Alto Uruguai e Três Palmeiras: desenvolvimento (rural) exógeno, monocultivos comerciais e vulnerabilidade social

A segunda região de estudo analisada comumente recebe a alcunha Alto Uruguai, também denominada aqui de microrregião de Frederico Westphalen, sendo Três Palmeiras o município representativo de sua dinâmica. Mesmo que a formação do tecido social da região tenha obedecido, senão todos, pelo menos a maioria dos preceitos que nortearam os processos de ocupação e formação social da região de Veranópolis, as transformações na agricultura familiar local e regional foram mais intensas e pode-se até mesmo considerar que ocorreram em um espaço mais curto de tempo. Há um conjunto de trabalhos os quais podem ser tomados como representantes desta perspectiva<sup>5</sup>, todos fundamentais para a reconstituição das fases de evolução da agricultura familiar e seus desdobramentos em termos de desenvolvimento local.

Por constituir-se em um município emancipado recentemente<sup>6</sup>, resgatou-se as origens da agricultura local e regional no processo mais geral de colonização do Norte gaúcho, mais precisamente do Alto Uruguai, iniciado no final do século XIX por colonos de ascendência européia que formaram as chamadas colônias novas ou mistas nas matas do norte gaúcho. Inicialmente esses colonos desenvolviam uma *economia de excedentes*<sup>7</sup> e necessitavam de solos férteis e abundância de terras para poder reproduzir o seu modo de vida colonial. Isso somente foi possível à medida que surgiam novas áreas a serem ocupadas, o que no Alto Uruguai ocorreu até meados da década de 1940. A partir de então, a agricultura colonial foi impactada por problemas estruturais, como a perda da fertilidade do solo, o fechamento da fronteira agrícola, a divisão dos lotes coloniais e mesmo relações comerciais desfavoráveis.

Os primeiros desbravadores chegaram ao município no ano 1902, sendo que o povoamento se intensificou a partir de 1920 devido ao interesse pelas terras de boa fertilidade existentes na região. O primeiro nome dado ao local foi Colônia do Pito, passando mais tarde a se chamar Três Palmeiras em função de existir três palmeiras que partiam de um tronco comum. Juntamente com a chegada dos primeiros colonos, instalaram-se as primeiras casas de comércio e pequenas indústrias de cachaça e sapatos, além de moinhos para beneficiamento de produtos coloniais como o milho e o arroz, à semelhança do que ocorrera

---

<sup>5</sup> Dentre os trabalhos mais recentes podemos destacar os de Ruckert (1997, 2003), Conterato (2004), Gazolla (2004), Carini (2005) e Grisa (2007). Há outros trabalhos que também corroboram essa perspectiva. Dentre estes pode-se citar Waibel (1949), Roche (1969) e Bernardes (1997).

<sup>6</sup> Três Palmeiras tornou-se município desmembrando-se do seu município mãe, Ronda Alta, pela Lei N° 8.631 de 12 de maio de 1988, assinada pelo então Governador Pedro Simon (HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS, s/ano/data).

<sup>7</sup> A economia de excedentes é aquela em que “os participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca de produtos obtidos que excedem às suas necessidades” (MARTINS, 1975, p.45).

nas regiões de colonização mais antiga, como a Serra. Ao contrário das zonas coloniais mais antigas, essas atividades de caráter muito mais artesanal do que industrial não prosperaram ao ponto de se transformarem em grandes plantas industriais, ficando reduzidas a atividades de pequena expressão econômica em termos de volume de produção e uso de mão-de-obra. A distância dos centros consumidores, a precariedade dos meios de transporte e circulação e o formato colonial da inserção mercantil da agricultura impediam qualquer espécie de acumulação mais significativa. Podem ser apontados como alguns dos principais fatores que coibiram processos mais representativos de industrialização em algumas colônias novas, como é o caso do Alto Uruguai. Tomadas em seu conjunto e associados ao processo de modernização da agricultura, é possível apontar os processos históricos que se refletem nas dinâmicas desiguais de desenvolvimento rural observadas atualmente, neste trabalho identificadas através dos Índices de Desenvolvimento Rural (IDR).

A colonização privada no Centro-Norte do Rio Grande do Sul iniciou na última década do século XIX, quando, em 1897, é formada a Colônia Alto Jacuhy. A construção da ferrovia que ligaria o centro do estado (Santa Maria) ao centro econômico do país (São Paulo) representou marco histórico da ocupação da região. Esta ferrovia, que cruzou o Planalto gaúcho a partir de 1895, possibilitou a instalação de redes de comércio e o surgimento de núcleos colonizadores rurais, bem como urbanos através de um esquema simples de expansão da colonização nas matas do Alto Uruguai, onde em um dos extremos da região se estabeleceu a Colônia Erechim em 1908 e no outro a Colônia Santa Rosa, em 1915.

De acordo com Rückert (1997), o incremento dos núcleos de colonização efetiva-se ao longo da estrada de ferro, tornando Passo Fundo um centro coletor da vida econômica e social não só do Planalto Médio, mas também do Alto Uruguai e parte das Missões. Isso incrementou a economia regional, possibilitando aos colonos comercializar determinados produtos, inclusive a madeira. Consolida-se a partir de então um amplo mercado de terras, capaz de oportunizar grandes lucros às companhias particulares, que pressionavam o governo a incentivar a colonização, oferecendo a estas terras baratas e mesmo subsídios à compra e posterior venda aos colonos.

Muitas companhias compravam grandes áreas de terras e as negociavam com os colonos em pequenos lotes. Rückert et al. (1999) apontam que, no início do século XX, o potencial de terras que havia para vender aos futuros pequenos proprietários era grande. A colonização particular, que ocorreu na área denominada Região de Ronda Alta, se acentua a

partir de 1917 com a venda de lotes da Fazenda Sarandi, constituída pela Colônia Sarandi<sup>8</sup>. O loteamento e a venda das terras na região de Ronda Alta foram efetuados pela Firma Gomes, Schering, Sturm e Cia., Empresa Colonizadora Matte, Vargas, entre outras. As colônias privadas que ocuparam extensas áreas geraram posteriormente vários municípios, como Sarandi, Ronda Alta e Rondinha. A abertura das colônias particulares chegou ao fim já ao final do primeiro quarto do século XIX, após a retomada dos trabalhos de medição na Colônia Sarandi. Inicia-se a partir de então a instalação das colônias públicas. A colonização pública estadual no Alto Uruguai, especificamente na região do município de Ronda Alta, obedeceu esta cronologia, sendo particularmente incrementada a partir da segunda década do século XX, com o loteamento das áreas indígenas e as desapropriações para fins de reforma agrária.

A análise dos sistemas agrícolas de produção do sistema colonial demonstra que do sistema mais primitivo, o da rotação de terras, alguns colonos evoluíram para o sistema intensivo de rotação de culturas associado à criação de gado estabulado. Esta evolução, para Bernardes (1997), reside na necessidade de romper o isolamento inicial representado pela precariedade do sistema e dos meios de transporte. Na maioria dos casos, a persistência das dificuldades de contato com os mercados contribuiu para dificultar o progresso econômico, causando longa permanência no sistema primitivo. Tal situação atingiu por vezes mais de uma geração, determinando uma queda no padrão cultural do imigrante.

Ao referir-se à situação socioeconômica dos colonos do Alto Uruguai nas primeiras décadas subseqüentes à ocupação, Bernardes (1997) retratou que, apesar dos agravantes da aplicação do sistema de rotação de terras, o povoamento, encarado em seu conjunto, estava com plena vitalidade, dinamismo e pujança econômica. No entanto, o vigor do sistema produtivo colonial das colônias velhas e, em particular, das colônias novas compromete-se logo após sua instalação. Criam-se condições, que somadas, fazem com que o sistema entre em crise, juntamente com a agricultura colonial, impossibilitando sua reprodução tal como havia conseguido a geração anterior no mesmo lote de terra. As evidências de desestabilização da estrutura colonial, como a herança com sistema de partilha total e a alta densidade demográfica sob pequenos lotes colocam definitivamente a colônia em crise. Tornam-se evidências concretas de que o estabelecimento de colonos em pequenos lotes, associado aos sistemas de cultivo em curto espaço de tempo comprometeria a reprodução social dos colonos. De acordo com Rückert (2003), é a partir dos anos 30 que o êxodo dos

---

<sup>8</sup> No território da Colônia Sarandi constituíram-se posteriormente, os municípios de Sarandi, Rondinha e Ronda Alta, sendo que nas terras em que foram vendidos os lotes coloniais compuseram-se os municípios de Sarandi e

colonos para o oeste catarinense e depois para o sudoeste paranaense torna-se um forte indicador da crise das regiões coloniais.

De acordo com Bernardes (1997), em meados do século XX, o Alto Uruguai era a região do Rio Grande do Sul onde se verificava o maior aumento populacional. Conforme o autor, no agrupamento constituído pelos municípios de Erechim, Marcelino Ramos, Sarandi, Irai, Palmeira das Missões, Três Passos e Santa Rosa verificou-se de 1940 para 1950 um acréscimo total de 201.600 habitantes. Essa tendência de aumento da população total da região não é mais observada nas últimas décadas. A título de exemplo, entre 1991 e 2007, a microrregião de Frederico Westphalen registrou um saldo negativo de 21.915 em relação à sua população total. Somente entre 1991 e 2000 a população total reduziu em 15.043 habitantes. Mas o maior impacto foi no meio rural, que teve sua população reduzida em 36.016 habitantes entre 1991 e 2000.

No entanto, já nos anos 30 do século XX, o Alto Uruguai apresentava problemas em relação ao êxodo populacional para outras frentes pioneiras face à indisponibilidade de novas áreas. A diferença diz respeito à intensidade dos fluxos migratórios contemporâneos implica na redução drástica da população rural e inclusive da população total, que migra para outras regiões do estado e do país não mais na busca por terra, mas por oportunidades de trabalho que não são contempladas pela fragilidade das economias locais e regionais. O envelhecimento das colônias novas no Alto Uruguai identificado por Roche (1969) em meados do século passado, em função da perda da fertilidade do solo e suas conseqüências em relação à qualidade de vida dos colonos, pode ser comparado ao envelhecimento e à masculinização atualmente existente na agricultura familiar desta mesma região, ainda que os problemas de fertilidade do solo tenham sido praticamente resolvidos pelo uso de adubos e fertilizantes químicos e práticas de conservação como é o caso do plantio direto na palha.

A partir da melhoria de algumas condições infra-estruturais e tecnológicas, começam a ser introduzidas algumas culturas comerciais, como o trigo e o centeio como culturas de inverno e o arroz sequeiro no verão. A utilização total das terras dá-se graças à substituição, ainda que parcial, do trabalho humano pelo animal. Com o aumento da produtividade surgem casas de comércio que comprem os excedentes da produção de subsistência. A criação de suínos também se consolida como uma das marcas da agricultura colonial que tendeu a especializar cada vez mais os cultivos e criações com fins mercantis. Paralelamente nesta época consolida-se a figura do comerciante capitalista, que explorando os colonos pequenos

---

Rondinha. O município de Ronda Alta, instituído em 1963, incorporou-se às terras de campo da Fazenda Sarandi, onde foi instalado o projeto de reforma agrária do governo Brizola (GEHLEN, 1983).

proprietários instala-se nas vilas e nas cidades como comprador de mercadorias de origem rural e vendedor de produtos industrializados. Além disto, torna-se também industrialista transformador de produtos da agricultura e do extrativismo madeireiro. Dessa forma, os comerciantes/industrialistas passam a desenvolver crescente especulação dos produtos gerados pelos agricultores familiares, restringindo em muito a possibilidade de que estes acumulassem e reinvestissem o capital em outras atividades econômicas. Esta porta foi praticamente fechada a partir do momento em que os agricultores modernizaram as práticas na condução dos sistemas de cultivo e criações a partir das décadas de 1960 e 1970, o que se tornou uma necessidade imposta pelo padrão atual de agricultura.

A segunda fase de desenvolvimento da agricultura colonial caracteriza-se então pela crescente inserção mercantil dos colonos. Associa-se a este, outros fatores que levaram a uma crise estrutural da agricultura colonial, como a pressão demográfica sobre pequenos lotes de terra, o fechamento da fronteira agrícola estadual e a perda da fertilidade natural dos solos, precarizando as condições objetivas de reprodução. A delimitação dessa fase objetivou apontar alguns elementos de ruptura da agricultura colonial e da sua entrada numa nova fase. Esta fase começa no Alto Uruguai no início dos anos 1960, intensificando-se nas décadas seguintes. A entrada em uma nova fase terá como um dos marcos a introdução da monocultura da soja, símbolo da modernização da agricultura no norte gaúcho e até hoje o principal produto agrícola da região, o aumento no consumo de produtos industrializados, a intensificação da mercantilização, as mudanças na estrutura fundiária e nos padrões de acesso à terra, entre outros aspectos.

Contudo, o que para alguns agricultores significou um salto qualitativo e quantitativo em relação à sua condição original, para outros, foi o início de um processo de exclusão. A partir do momento em que as situações de vulnerabilidade social existentes no meio rural se coadunam às dinâmicas locais e regionais de desenvolvimento, particularmente em relação às impossibilidades de acesso ao mercado de trabalho não-agrícola, as restrições quanto ao crédito rural e o fortalecimento dos monocultivos, criam-se algumas das condições fundamentais para o estabelecimento dos fluxos migratórios rurais-urbanos e suas conseqüências quanto ao esvaziamento, envelhecimento e masculinização na agricultura e no meio rural e ao surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra na região do Alto Uruguai. Perante este cenário quais as implicações para a dinâmica atual de desenvolvimento rural desta região? Os impactos seriam sentidos apenas na agricultura e no meio rural ou nas economias locais como um todo e como isto poderia ser captado? Como forma de estabelecer

entendimento mais amplo sobre estas questões, propôs-se o IDR, conforme será observado ao longo do trabalho.

A reconstituição histórica, mesmo que breve, seria incompleta se desconsiderasse a mobilização política em torno da luta pela terra que ocorre na região a partir da década de 1970, instituindo uma verdadeira agenda de discussões sobre os impactos do desenvolvimento agrário regional. A diferenciação social entre os agricultores foi um dos ingredientes da mobilização e participação política que alimentou os movimentos reivindicatórios e identificam o Alto Uruguai como uma região onde o acesso à terra e a exclusão imposta pelo modelo de agricultura predominante se tornaram bandeiras de luta. A “luta pela terra” nessa região, questão amplamente discutida pela literatura (NAVARRO et al., 1996; NAVARRO et al., 1999; GEHLEN, 1983), demonstra que a mercantilização trouxe a precarização e o solapamento das condições materiais e objetivas de reprodução social dos agricultores familiares demonstrando a fragilidade do padrão agrícola implantado pela modernização da agricultura de promover o desenvolvimento rural.

A partir de meados da década de 1980, a produção leiteira despontou como atividade econômica importante na região, especialmente para as pequenas propriedades. Em parte, a resposta à crise foi essencialmente agrícola através do incremento da atividade leiteira, até os anos 60 e 70 voltada principalmente para o autoconsumo familiar. A redução da área destinada às culturas temporárias na microrregião de Frederico Westphalen na comparação entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1995 foi superior a 39 mil hectares. No mesmo período, a área destinada às pastagens teve incremento de mais e 4 mil hectares, retomando aos mesmos patamares da década de 1970, quando passa a perder espaço para as lavouras de grãos. Na mesma microrregião, dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) e do IBGE demonstram que ao serem comparados os anos de 1995 e 2006 houve redução de praticamente 30 mil hectares na área plantada com soja e de 31 mil hectares na área plantada com milho na comparação do ano 2000 com o ano 1995. Em relação aos mesmos anos, em Três Palmeiras, houve incremento de quase 2 mil hectares na área plantada com soja e redução de 1.900 hectares de milho.

Em relação aos dados de pecuária, em nível microrregional, a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) aponta que o número de vacas ordenhadas em 1995 era de 64.412, passando em 2006 para 70.618 e o volume de leite passando de 88,1 milhões para 119,9 milhões de litros. Em Três Palmeiras, o número de vacas ordenhadas passou de 1.130 em 1995 para 4.500 em 2006, enquanto o volume de leite passou de 1,9 para 8,9 milhões de litros.



Como exemplo local deste movimento na direção do fortalecimento da atividade leiteira pode-se citar a criação, em 1993, no município de Constantina, da Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina Ltda (COOPAC) que veio a se tornar a grande propulsora do crescimento da atividade leiteira, inicialmente em nível municipal, mais tarde, passando a atuar regionalmente. O número de vacas ordenhadas em Constantina passou de 2.000 em 1995 para 4.120 em 2006. O aumento deste rebanho também foi acompanhado pelo aumento do volume de leite produzido, que passou de 2,3 milhões em 1995 para 10,1 milhões em 2006. Convém registrar que este incremento se deve também ao aumento da produtividade diária de cada animal, resultado da melhoria genética do rebanho, da introdução de pastagens melhoradas e do manejo com os animais.

Mais recentemente, a fruticultura tem se destacado como uma atividade de interesse em alguns municípios da região<sup>9</sup>, como é o caso de Planalto, Três Palmeiras, Constantina e Liberato Salzano, este último município auto-denominado “Terra da Diversificação”. Especificamente em relação ao município de Liberato Salzano, exemplo emblemático regionalmente no que diz respeito à diversificação produtiva da agricultura familiar, os dados da PAM dão conta de que as áreas com laranja e uva foram as que tiveram maiores acréscimos de área plantada recentemente. Em 2000, a área cultivada com laranja era de apenas 96 hectares e a com uva de 25 hectares, passando em 2006 para 450 e 50 hectares, respectivamente. Parte dessa produção tem como destino as agroindústrias instaladas no próprio município e em municípios vizinhos e parte é comercializada *in natura* diretamente com os consumidores ou via intermediários. Por sua vez, em Três Palmeiras, apenas a área plantada com uva teve incremento, passando de 10 hectares em 2000 para 35 hectares em 2006. Todavia, a soja continua sendo a produção basilar da agricultura familiar regional, embora esforços significativos venham sendo feitos para diversificar a matriz produtiva agrícola regional que esbarra em limitantes como disponibilidade de recursos, mão-de-obra e abertura de mercados, sem contar com a “cultura da soja” que possui amplo apoio em termos de infra-estrutura interna às propriedades, canais de comercialização e apoio técnico e institucional.

A diversificação possui também sinais menos “nobres” em termos de possibilidades. Chama atenção o incremento da área plantada com fumo, particularmente em nível microrregional, demonstrando a capacidade das empresas fumageiras de buscarem novas

---

<sup>9</sup> Ainda que a introdução da fruticultura na região seja algo mais recente, os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 apontam incremento de 20,8% em relação ao CA de 1985 na área destinada para as lavouras permanentes, um acréscimo de mais de 1.400 hectares.

áreas de cultivo face às restrições impostas recentemente à produção de tabaco<sup>10</sup>. A área plantada com fumo na microrregião de Frederico Westphalen passou de 5.453 hectares em 1995 para 9.849 hectares em 2006, um acréscimo superior a 80%. Em Três Palmeiras, que cultivava em 1995 apenas 2 hectares passou para 19 hectares em 2006.

### **3.2.3 Missões e Salvador das Missões: o viés agrícola do desenvolvimento (rural)**

O terceiro recorte territorial investigado é a região das Missões, também conhecida por Noroeste e neste trabalho também identificada como microrregião Cerro Largo, tendo Salvador das Missões como município representativo da sua dinâmica e trajetória de desenvolvimento. Portadora de uma riqueza historiográfica das mais representativas, os acontecimentos históricos que antecederam à colonização alemã no noroeste do Rio Grande do Sul já foram abordados pela literatura e não cabe no escopo deste trabalho resgatar este período da história da formação étnica e cultural regional. O foco é a reconstituição dos aspectos mais gerais da colonização do noroeste gaúcho como um processo histórico e das transformações da agricultura ao longo de sua trajetória.

A ocupação e colonização do noroeste gaúcho e das Missões pelos ascendentes de origem alemã resulta das políticas migratórias do Governo Estadual que tinha por objetivo formar núcleos coloniais nas áreas ainda “desocupadas”. O sucesso das colônias de ocupação mais antigas (Colônias Velhas) servia como incentivo para a política migratória vigente no último quarto do século XIX que visava as áreas de floresta do Norte gaúcho. De acordo com Rotta (1999), a colonização pública através da criação das colônias oficiais de Ijuí (1890) e Guarani (1891) e a colonização privada através da criação das colônias de Serro Azul (1902), Ijuí Grande (1892), Vitória (1900), Buriti (1908), Timbaúva (1912), Boa Vista (1912) e Steglich (1914) representou a consolidação do projeto de colonização através da introdução de imigrantes europeus não-ibéricos, na sua grande maioria oriundos das Colônias Velhas, no noroeste gaúcho.

Os núcleos de colonização públicas Ijuí e Guarani eram formados por migrantes das mais diversas origens étnicas, como poloneses, eslavos, russos, alemães, italianos. Por sua vez, os núcleos de colonização privada, como foi o caso de Serro Azul, onde atualmente encontram-se os municípios de Cerro Largo e Salvador das Missões, a formação étnica foi distinta, pois havia a preocupação em agrupar pessoas da mesma nacionalidade e religião

---

<sup>10</sup> Ver Scheibler (2006).

evitando conflitos entre os colonos que pudessem desestabilizar as relações sociais. Formando grupos homogêneos, as companhias particulares tinham mais facilidade para organizar as comunidades, os sistemas de ensino e manter as tradições culturais, associativas e religiosas trazidas pelos colonos. Isso representava uma possibilidade maior de alcançar êxito e servir como exemplo de sucesso aos novos compradores de terra.

A gleba Serro Azul foi originada graças a um contrato firmado entre o governo estadual, a Companhia de Estrada de Ferro Alemã (*Northwestbahn*) e a Sociedade de Agricultores Rio-grandenses (*Bauernverein*). A Colônia Serro Azul ocupou uma área entre os rios Ijuí e Comandá que até 1942 constituía o distrito de São Luz Gonzaga vindo, neste mesmo ano, a se tornar o município de Cerro Largo. Originalmente, a colônia foi dividida em 12 linhas, sendo que os lotes vendidos aos colonos eram de 25 hectares (WENZEL, 1997; NIEDERLE, 2007). Os lotes coloniais eram previamente demarcados, inclusive os lotes urbanos que formariam as futuras cidades. De modo geral, a demarcação era feita através de linhas retas formando um traçado uniforme e simétrico com terrenos retangulares de 250 m x 1000 m (ZARTH, 1997). Uma das linhas formadoras da Colônia Serro Azul (linha São Pedro), corresponde ao que compreende hoje a área urbana do atual município de Salvador das Missões, emancipado de Cerro Largo em 1992.

Os primeiros anos de implantação das colônias caracterizavam-se, como ocorrera nas demais regiões deste estudo, pela falta de capital e pela necessidade de obtenção dos meios de sobrevivência. Além da necessidade de pagamento das parcelas de terra adquiridas, os colonos também tinham de acessar recursos para construir suas casas e implantar um capital de exploração inicial, conforme aponta Basso (2004). São evidências de que também no noroeste gaúcho, o colono já conheceu o processo de mercantilização, inicialmente instaurado pelo acesso à terra e depois adentrando nas demais facetas da vida social e econômica, ainda que em graus distintos. Não se trata de reificar ou reivindicar ao mercado, ainda incipiente e inicialmente incorporado às formas de acesso à terra, o papel de agente transformador e motivador das relações sociais, haja vista a também incipiente divisão social do trabalho existente à época nas regiões de colonização, sejam elas antigas ou mais recentes.

Não obstante, é mister registrar que as relações mercantis, nas suas mais diversas formas de expressão, “acompanham” os agricultores familiares do Rio Grande do Sul antes mesmo de sua fixação nos lotes e, aos poucos, foram sendo incorporadas lenta e gradativamente e em graus distintos no cotidiano desses agricultores. Nessas situações, os elementos que identificam e diferenciam as formas sociais familiares de organização do

trabalho e da produção das outras formas de agricultura continuam fundamentais para entender como se estabelece a sua reprodução no interior do capitalismo.

Tal preocupação se deve, fundamentalmente, ao fato de que os estudos sobre o desenvolvimento rural das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul normalmente estão associados, e não raro se confundem, com o estudo da própria dinâmica da agricultura dessas regiões, suas bases históricas e transformações decorrentes. Há estudos em que o entendimento do que venha a ser desenvolvimento rural e agricultura familiar resumem-se a descrições das características físicas de solo, clima, (in)adequação tecnológica entre outros fatores direta ou indiretamente associados aos condicionantes do comportamento humano sobre tais territórios. Ainda que as práticas agrícolas fossem e ainda são moldadas por condicionantes da Natureza, o seu entendimento e desdobramentos territoriais devem ser analisados também em função de razões históricas e socioeconômicas que acabam potencializando as particularidades internas de organização do trabalho e da produção e externas no que diz respeito às relações com a sociedade mais ampla. A segmentação dos mercados e o incremento das relações mercantis são questões que não podem ser entendidas separadamente da trajetória da agricultura familiar. Para Santos (1984), a necessidade dos colonos de quitar as terras além de empréstimos obtidos junto às companhias de colonização para instalação nos lotes, gerou a dívida colonial, ligando o “*colono desde a sua instalação ao mundo da mercadoria*” (SANTOS, p.18).

A relativa homogeneidade na exploração dos lotes só é observada durante o período de instalação das colônias e num espaço curto de tempo posterior a esta fase. Basso (2004) destaca que, até por volta de 1910, as principais diferenças existentes entre os colonos deviam-se mais à forma do loteamento posto em prática pela companhia colonizadora do que às formas de exploração da terra. Os meios de transporte eram extremamente precários, dificultando, mas não impedindo, a venda do excedente agrícola produzidos. Nesta fase, os colonos adotaram uma forma de agricultura influenciada pelos caboclos que viviam na região após a destruição das sociedades guaranis, o que acordo com Seyferth (1991) resultou em uma verdadeira “caboclização” dos colonos imigrantes.

Com a melhoria dos sistemas de transporte e a instalação das primeiras casas comerciais nas sedes distritais, os colonos vão aos pouco aumentando o volume e a variedade de produtos comercializados. Esta fase, que perdura até aproximadamente 1940, é identificada pelo auge da produção e da produtividade das colônias, marcada por uma inserção crescente da agricultura nos mercados e à exportação de produtos agrícolas para outras regiões do país, com destaque para a banha de porco (BASSO, 2004; NIEDERLE, 2007).

Nesta fase, Dudermel (1990 *apud* BASSO, 2004), observou que o principal fator de diferenciação estava associado à adoção progressiva e diferenciada de novas técnicas agrícolas via introdução da mecanização leve dos processos produtivos via tração animal. O que explicaria a incorporação diferenciada destas novas técnicas seria a combinação de fatores agroecológicos dos lotes ao capital e trabalho disponíveis para serem explorados. Sob essas condições, o uso da tração animal permitiu o aumento da produtividade do trabalho particularmente pela ampliação da superfície cultivada. Como um dos principais produtos comerciais da agricultura colonial era a banha suína e a criação do porco dependia diretamente do volume de milho produzido, o aumento da área cultivada tornou-se um dos principais fatores de diferenciação social entre os colonos. Por isso, Basso (2004) entende que o uso do padrão tecnológico representado pela introdução da tração animal que nas primeiras décadas após a formação das colônias foi fundamental para explicar a expansão da agricultura colonial vai se constituir, na década de 1940, em um dos principais fatores que contribuíram para a crise desta mesma agricultura. O adubo orgânico, de produção limitada em função do tamanho reduzido do rebanho bovino e de uso corrente em hortas e pomares, provocava a perda gradativa da fertilidade natural dos solos e o comprometimento dos sistemas de cultivos comerciais. Em seu conjunto, estas mudanças implicaram, para os fins desta pesquisa, na passagem para outra fase de desenvolvimento da agricultura familiar nas Missões.

A segunda fase de evolução da agricultura familiar da região das Missões, que coincide parcialmente com a percepção de Wenzel (1997), pode ser temporalmente recortada entre 1940 e 1960. Neste período, muitos colonos são obrigados a avançar sobre novas áreas de terra, adiantando a frente de colonização em direção ao Alto Uruguai, Grande Santa Rosa, Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná. Aqui reside um aspecto fundamental no entendimento das trajetórias de desenvolvimento rural e de evolução da agricultura familiar das regiões investigadas. Juntamente com o avanço da fronteira agrícola vão os recursos, embora parcos, “acumulados” pelos agricultores a partir do aprofundamento das relações mercantis que não encontravam as melhores condições para serem aplicados na diversificação setorial das economias locais e potencializar o desenvolvimento industrial tal como ocorrera na Serra Gaúcha.

Dessa forma, acredita-se que é de fundamental importância captar em que fase da história agrária regional e porque razões o seu relativo sucesso econômico não se reverteu em um desenvolvimento regional mais significativo. A hipótese é a de que as condições técnicas existentes nas décadas de 1940 a 1960 juntamente com os tipos de mercado aos quais a agricultura familiar da região das Missões se vinculava impuseram aos colonos a necessidade

de migrar ou incorporar recorrentemente novas tecnologias aos processos produtivos, uma realidade que se aprofunda nas décadas seguintes em função das monoculturas, como é o caso da soja e do trigo e vigora até os dias atuais. Isso resultou em uma drenagem dos recursos acumulados na agricultura regional para outras regiões do país ou no fortalecimento de um processo que se pode denominar de desenvolvimento agrícola e com impactos significativos nas economias regionais, abortando processos de diversificação econômica com base nos demais setores de atividade, particularmente o industrial.

Wenzel (1997) afirma que o período entre 1940 e 1960 corresponde à fase de transição da agricultura colonial, pois o esgotamento da fertilidade natural do solo, a deterioração dos preços dos produtos agrícolas e o parcelamento dos lotes exigiam do agricultor estabelecimento de alternativas à crise. A partir da década de 1950, e em particular na década de 1960, a diferenciação social entre os agricultores se acentua. Ao encontro desta perspectiva, Dudermel (1990 *apud* BASSO, 2004) conclui que por razões não necessariamente e exclusivamente técnicas, agricultores que na década de 1940 dispunham de notável capacidade de reprodução e ampliação dos seus sistemas de cultivo não conseguiram reverter o processo de degradação da fertilidade dos solos, o que culminou com a queda dos rendimentos das principais produções e, portanto, constituindo uma época de crise da agricultura regional. Os recursos monetários obtidos nos anos anteriores passam, a partir de então, a ser aplicados prioritariamente na compra de terras na fronteira agrícola, que até a década de 1950 poderia ser feita no Alto Uruguai, mas que nas seguintes somente era possível no Oeste de Santa Catarina e do Paraná. A reprodução da unidade de produção familiar via ampliação de sua superfície agrícola explorada, mesmo que a longas distâncias, era a estratégia mais viável a ser seguida ao invés de se aumentar as performances técnicas das produções através do enfrentamento da questão de fertilidade do solo.

Por outro lado, de acordo com Basso (2004), os colonos que permaneceram em seus lotes de origem assistem ao período de crise da agricultura regional e não conseguem adotar atitudes de enfrentamento. Por conta disso, embora a produção de suínos continuasse importante para a agricultura regional, a perda da fertilidade do solo impôs drástica redução da área plantada com milho, sendo em parte substituído pela mandioca como principal fonte de alimentação dos animais, até hoje um dos produtos mais importantes da agricultura regional. O cultivo da mandioca vai, aos poucos, ganhando espaço na agricultura regional e se tornando um dos principais produtos, pois por ser bem menos exigente em relação à fertilidade do solo, a produtividade é satisfatória (BRUMER, 1994).

Para manter a renda familiar diante de um quadro de queda generalizada dos rendimentos e, portanto, da renda advinda das atividades agropecuárias durante as décadas de 1940, 1950 e 1960 e 1970, os agricultores da região noroeste do Rio Grande do Sul passam a desenvolver novas culturas para fins comerciais. A expansão do mercado para a soja abriu aos colonos a possibilidade de incluí-la como uma alternativa às tradicionais culturas e criações. Em vez de utilizar a soja em alternância com o trigo, os colonos introduziram a soja em substituição ao feijão preto, na consorciação com o milho. Só mais tarde, graças à motomecanização os agricultores adotam o binômio trigo-soja.

É fundamentalmente a partir de 1950 que duas novas culturas entraram em cena na agricultura da região. Em um primeiro momento, destacou-se a triticultura mecanizada. O trigo só mais tarde foi adotado pelos colonos. A partir deste momento, os colonos integraram-se ao processo de modernização da agricultura e substituíram o binômio milho-mandioca, destinado à criação e engorda de suínos, pelo binômio trigo-soja, dirigido à comercialização. Basso (2004) registra que ainda assim o milho continuava importante, pois permanecia associado à produção animal. A soja, por sua vez, passa a ser comercializada pelas cooperativas mistas até que estas sejam incorporadas pelas cooperativas tritícolas ou simplesmente foram liquidadas. O processo de diferenciação se acentua, pois a modernização da agricultura acabou privilegiando, além das regiões, os agricultores mais consolidados.

No entender de Basso (2004), este processo de diferenciação se intensifica a partir do início da década de 1980 com a drástica redução dos subsídios oficiais e a extinção do sistema nacional de crédito rural. Para fazer frente às dificuldades iminentes, a partir de meados da década de 1980 muitos agricultores desta região colonial buscam alternativas produtivas, com destaque para a pecuária leiteira tal como ocorrera no Alto Uruguai. Niederle (2007) encontrou duas explicações para o fortalecimento da atividade leiteira. A primeira, de que os agricultores, ao longo do tempo, vêm mantendo a pecuária leiteira como uma atividade secundária do ponto de vista dos sistemas produtivos adotados, mas fundamental para a reprodução do grupo familiar em períodos de crise, pois representa uma renda mensal da qual se pode lançar mão para quitar taxas como, por exemplo, energia elétrica e telefone. A segunda explicação dá conta de que a pecuária leiteira tornou-se uma atividade rentável, estimulando alguns agricultores a manter, juntamente com as monoculturas, pequenos rebanhos bovinos, quando não dedicando-se exclusivamente à atividade leiteira.

Para exemplificar o avanço da pecuária leiteira e a paralela redução da área destinada às tradicionais *commodity* agrícolas, buscou-se alguns dados secundários relativamente recentes publicados pelo IBGE e que pudessem comprovar esse importante processo em curso

de mudança na matriz produtiva. Em nível microrregional, a redução na área plantada com soja, que em 1995 era de 101.600 hectares caiu para 75.000 hectares em 2006. Em relação ao milho, a área foi reduzida de 52.650 para 44.950 hectares. Em Salvador das Missões também houve redução na área plantada de soja, caindo de 5.500 para 3.900 hectares, enquanto o milho apresentou aumento significativo na área plantada. A mandioca, importante cultivo para a agricultura familiar e que na região das Missões é importante matéria prima para as agroindústrias apresentou, em relação à área plantada, redução na microrregião de Cerro Largo e pequeno incremento no município de Salvador das Missões.

Quanto ao avanço da atividade leiteira, o número de vacas ordenhadas passou de 36 mil em 1995 para 46 mil 2006 em Cerro Largo e de 2.275 para 3.375 em Salvador das Missões, com reflexos na produção total de leite, que passou de 4,3 para 7,2 milhões em nível municipal e de 55 para 81,8 milhões de litros em nível microrregional. A diversificação também tem se dado em outras culturas. O fumo, que em 1995 não apresentava área plantada em Salvador das Missões, aparece em 2006 com 8 hectares. No entanto, em nível microrregional, a área plantada passou de 63 hectares em 1995 para 612 hectares em 2006.

Especificamente em relação ao fumo cabe o questionamento sobre a validade dos esforços depreendidos para a conversão das tradicionais regiões produtoras de fumo do Rio Grande do Sul, como é o caso do Vale do Rio Pardo, se em outras regiões, como é o caso das Missões e mais acentuadamente do Alto Uruguai, parece que a agricultura está na contramão da história ao substituir áreas de soja, milho e trigo pelo cultivo de fumo. Isto se traduz como uma escolha ou como uma necessidade aos agricultores familiares dessas regiões? Qual a margem de manobra da agricultura familiar dessas regiões para fugir da contratualização verticalizada imposta pelo sistema de integração agro-industrial? Por outro lado, é possível diversificar autonomamente?

### 3.3 O DESENVOLVIMENTO RURAL EM UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

Que repercussões territoriais em termos de desenvolvimento rural resultam das trajetórias das três regiões acima caracterizadas? Esforços importantes já foram feitos neste sentido, dentre os quais destacam-se os trabalhos já apontados de Schneider e Waquil (2001) e Kageyama (2005, 2006).

Schneider (1994, 1999) destaca que na região da Serra Gaúcha os processos de *industrialização difusa*, a consolidação de mercados de trabalho não-agrícolas e a agregação de valor à produção primária estruturaram-se como oportunidades para a consolidação de uma



agricultura familiar e de um desenvolvimento rural dinâmico. Com base em indicadores econômicos, sociais, demográficos e produtivos para os municípios do Rio Grande do Sul (FIG. 02), Schneider e Waquil (2001) classificaram os municípios da Serra Gaúcha de pequenos, desenvolvidos e relativamente rurais. Os municípios dessa região não dispõem de solos adequados para as práticas agrícolas, o que não impede que os indicadores de produtividade da terra e da força de trabalho encontrem-se acima da média estadual, permitindo concluir que não há uma relação inexorável entre o tipo de solo e a renda auferida pelos agricultores, embora a qualidade do solo é fator de produção importante para o sucesso dos empreendimentos agrícolas. Por isso, a qualidade de vida, a renda gerada e a preservação dos recursos das unidades produtivas dependem consideravelmente do desempenho produtivo dos estabelecimentos, dos sistemas de cultivo e criações adotados, das competências individuais e de suas inserções em um ambiente social e econômico que lhe seja favorável e permita sua reprodução.

Kageyama (2005, 2006) ao classificar as microrregiões (FIG. 03) do Rio Grande do Sul com base em indicadores populacionais, educacionais, de bem-estar social, meio ambiente e economia e mercado de trabalho afirma que nesta região apesar de comportar os menores tamanhos de propriedade, apresenta máxima renda e mínima pobreza em comparação com as demais regiões, além de elevados índices de escolaridade, menor desigualdade de renda e alta densidade demográfica. Encontra-se também a “produção familiar próspera” e com os melhores indicadores de desenvolvimento rural do estado, com produção agropecuária diversificada e uma trajetória do desenvolvimento rural que, além de favorecer o crescimento econômico, traduziu-se também em melhoria das condições sociais.

**FIGURA 02** - Rio Grande do Sul: grupos homogêneos de municípios com base em indicadores socioeconômicos e produtivos.  
Fonte: Schneider e Waquil (2001, p. 20).

**FIGURA 03** - Rio Grande do Sul: grupos homogêneos de microrregiões com base em indicadores socioeconômicos e ambientais.  
Fonte: Kageyama (2005, p. 45).

De acordo com Kageyama (2005, 2006), as regiões Norte e Noroeste do estado concentram a “produção familiar de soja e trigo”, com algum destaque para a suinocultura e para a produção de fumo. Paralelamente, encontra-se a máxima proporção de população rural ocupada na agricultura, máxima proporção de pobres e renda média mínima, além de 44% da população rural do estado. As cooperativas historicamente desempenham papel importante, onde o núcleo do desenvolvimento rural está vinculado às atividades agrícolas.

Schneider e Waquil (2001) classificaram a imensa maioria dos municípios localizados no norte do estado de “pequenos, pobres e predominantemente rurais”. As principais características destes municípios são a alta proporção da população rural em relação à população total, a predominância de pequenos estabelecimentos e a baixa produtividade da mão-de-obra ocupada e por estabelecimento agrícola.

Com base nos trabalhos de Schneider e Waquil (2001) e de Kageyama (2005) é possível considerar que existe uma associação, de um lado, entre diversificação da economia e agricultura familiar próspera (região da Serra Gaúcha) e, de outro, entre máxima proporção de pessoas ocupadas na agricultura, máxima proporção de pobres e renda mínima e produção familiar de soja e trigo, (região das Missões e Alto Uruguai), economias menos diversificadas e altamente dependentes do desempenho das *commodity* agrícolas. Dessa forma, a capacidade das economias regionais de absorverem a mão-de-obra gerada localmente indica um dinamismo que parece se expressar de maneira diferenciada entre as três regiões.

Esse ambiente diversificado de trocas entre as unidades de produção agrícola familiar e as economias regionais corresponde aos processos de mercantilização ali engendrados, respeitando os determinantes históricos de sua constituição e consolidação, onde os estilos de agricultura e as dinâmicas territorializadas de desenvolvimento rural se configuram. Enquanto nas regiões das Missões e no Alto Uruguai a agricultura diversificada cedeu espaço, em muitas áreas, para as lavouras mecanizadas de trigo e soja, mesmo que com variações importantes, a Serra Gaúcha, e mesmo as áreas no seu entorno, assistiu, já a partir do início do século XX, a instalação de um parque industrial diversificado<sup>11</sup> que foi tomando o lugar da agricultura, passando esta a ter outras atribuições além da produção de alimentos.

---

<sup>11</sup> A instalação das indústrias nesta região foi possível, em grande medida, pelos capitais acumulados pelos comerciantes que adquiriam junto aos colonos uma gama diversificada de produtos que eram revendidos nos mercados consumidores locais e regionais. A estrutura dos mercados da região da Serra e de Porto Alegre e a existência de uma agricultura diversificada certamente foram fatores determinantes dos processos de industrialização das zonas coloniais mais antigas. Análise da constituição e evolução da indústria gaúcha pode ser encontrada em Lagemann (1980) e em Pesavento (1983). Por isso, acredita-se que, inicialmente, são os mercados de produtos agropecuários e, em um segundo momento, de trabalho não-agrícola que em boa medida explicam o desenvolvimento rural da Serra Gaúcha. Nas demais regiões, os mercados de produtos são os que determinam o seu desenvolvimento, com algumas variações em relação aos mercados de trabalho não-agrícola

Por conta disso, desenvolveu-se um indicador sintético, um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), formado por indicadores sociais, demográficos, econômicos, político-institucionais e ambientais capazes de demonstrar, minimamente, a multidimensionalidade do desenvolvimento e do desenvolvimento rural com base nas microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo.

### 3.3.1. O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

A proposta metodológica desenvolvida nesta parte da investigação está baseada em alguns trabalhos recentes (SEPÚLVEDA, 2005; KAGEYAMA, 2004, 2006; MELO; PARRÉ, 2007; SCHNEIDER et al., 2007; WAQUIL et al., 2007). Estes trabalhos, embora expressem visões algumas vezes distintas sobre os processos de mudança social e econômica nos ambientes rurais e suas implicações para o desenvolvimento, possuem algo em comum: propõem um indicador de medida de desenvolvimento para unidades e focos territoriais distintos: territorial sustentável (SEPÚLVEDA, 2005), rural para Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1996), rural municipal (KAGEYAMA, 2004, 2006; MELO; PARRÉ, 2007), e territorial rural (SCHNEIDER et al., 2007; WAQUIL et al., 2007).

O propósito de construir um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) baseia-se na percepção de que as desigualdades regionais do desenvolvimento rural podem ser apreendidas através de simplificações, como é o caso de um índice, sem que isso torne os esforços de compreensão da realidade um trabalho destituído de respaldo teórico. O desenvolvimento, enquanto conceito e processo complexos, inevitavelmente traz consigo inúmeras formas de apreensão e determinantes das suas manifestações. Apesar da diversidade de focos e concepções, privilegiou-se as definições relativamente consensuais em torno do desenvolvimento regional, do desenvolvimento rural e do próprio rural enquanto conceitos agregadores da dimensão espacial do desenvolvimento e das variáveis e dimensões que envolvem a construção do IDR proposto.

No que diz respeito ao aspecto empírico, o IDR inscreve-se no debate sobre a persistência das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul e seus condicionantes (ALONSO, 2005; BANDEIRA, 2003a, 2003b) que implica considerar que as disparidades regionais têm se ampliado persistentemente ao longo das últimas décadas, revelando a

---

que, embora frágeis, são importantes para a agricultura familiar. Sobre os processos de industrialização da zona colonial italiana ver Herédia (1997).

existência de estruturas econômicas cristalizadas nas áreas mais pobres que acabam impedindo que forças sociais e econômicas mais dinâmicas conduzam essas economias regionais para a rota da expansão e do desenvolvimento econômico regional mais autônomo. Esta questão “*é um **velho problema** em algumas regiões já com idade secular e em outras com existência semi-secular*” (ALONSO, 2005, p. 7, ênfase no original).

Esta parte do trabalho constitui-se em um esforço para contribuir com a perspectiva teórica sobre a dimensão espacial do desenvolvimento (VEIGA, 2002b; ABRAMOVAY, 2003) e o reconhecimento de que, embora existam traços comuns da ruralidade e do desenvolvimento rural, estes se caracterizam por suas intensas diversidades empíricas e territoriais. É justamente esta diversidade de dinâmicas que se pretende demonstrar através do IDR, em que os processos evolutivos, interativos e hierárquicos do desenvolvimento rural se materializam nas suas mais diversas facetas (dimensões) e diferenciam-se no plano territorial.

### 3.3.2. Metodologia do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

Para cada uma das dimensões procurou-se definir variáveis que valorizassem a predominância dos elementos rurais, embora o foco esteja mais na dimensão espacial do desenvolvimento rural e não no foco setorial ou normativo. Com este entendimento, elegeu-se variáveis complementares para expressar as dinâmicas regionais de desenvolvimento rural da forma mais ampla possível, mas sem perder as especificidades rurais. Não obstante, registra-se que a valorização dos elementos rurais na composição do índice não significou a exclusão de elementos ou indicadores que caracterizassem as economias e o desenvolvimento regional. A preocupação reside justamente na possibilidade de captar o desenvolvimento rural e regional como reflexo da interação entre o meio rural e as economias locais sem determinar, a priori, qualquer linearidade explicativa das dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Nos quadros abaixo, estão representadas as dimensões, as variáveis, as unidades de medida correspondentes e as fontes dos dados.

Nos trabalhos de Kageyama (2004a, 2004b, 2005, 2006) é evidente a preocupação em diferenciar entre os indicadores e dimensões o que são fatores ou causas de desenvolvimento rural (por exemplo, presença de redes urbanas e cidades médias e pequenas, densidade demográfica e distribuição da ocupação da mão-de-obra por setor da economia) daqueles que são consequências do desenvolvimento rural (por exemplo, mortalidade infantil, índices de analfabetismo e índices de poluição ambiental) e daqueles que podem ser tomados como a expressão do próprio desenvolvimento em um sentido mais amplo (por exemplo, a renda e a

produtividade e da densidade institucional). Neste trabalho, procurou-se assumir esta premissa na medida em que permite não só estabelecer uma análise multidimensional como também ensaiar algumas questões importantes sobre as causas das desigualdades regionais do desenvolvimento rural.

Estabelecidas as considerações metodológicas iniciais, na seqüência expõem-se as dimensões e variáveis consideradas na composição do índice sintético (QUADRO 01). Definidas as dimensões e as variáveis, passa-se então para a definição da base de dados, para a transformação das variáveis em índices e, finalmente, para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), bem como para sua análise e representação gráfica. As dimensões e variáveis do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) são apresentadas nos quadros abaixo. São doze variáveis na dimensão social, nove na dimensão demográfica, três na dimensão político-institucional, doze na dimensão econômica e nove na dimensão ambiental, totalizando 45 variáveis obtidas junto as mais diversas fontes de dados.

Em todas as dimensões podem ser encontradas variáveis e indicadores que podem ser tomados como causas, conseqüências ou expressões do desenvolvimento. As variáveis e componentes da dimensão Social estão vinculadas direta ou indiretamente ao bem-estar e à qualidade de vida domiciliar. A dimensão Demográfica contempla aspectos demográficos mais gerais e outros específicos das populações que deveria favorecer o desenvolvimento rural como, por exemplo, a capacidade das áreas rurais de reter população e o isolamento das áreas rurais e sua relação com oportunidades de emprego não-agrícola, etc. Na dimensão Político-Institucional, a preocupação reside em caracterizar a participação política e o grau de dependência institucional e suas conseqüências econômicas para as regiões. A dimensão Econômica contempla variáveis e indicadores que tradicionalmente representam o conceito de desenvolvimento econômico. Na dimensão ambiental, optou-se por caracterizar de forma ampla as condições mais gerais de uso dos recursos naturais e suas implicações/conseqüências para as populações e atividades econômicas e seus reflexos para o desenvolvimento.

**QUADRO 01**  
Dimensões e variáveis do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

Dimensão	Variável e componentes e sua relação com o desenvolvimento: (+) positiva ou (-) negativa	Indicador	Fonte
Social	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Longevidade (+)	Índice	ADH
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Educação (+)	Índice	ADH
	População rural analfabeta em relação à população rural total (-)	%	CD
	Mortalidade infantil até 1 ano de idade por mil nascidos vivos (-)	nº.	CD
	Leitos hospitalares por mil habitantes (+)	nº.	DATASUS
	Famílias atendidas por transferência de benefícios sociais em relação à população total (-)	Razão	MDS
	Percentual da renda composta por transferências sociais (-)	%	ADH
	Intensidade da pobreza (distância que separa a renda domiciliar <i>per capita</i> média dos indivíduos pobres do valor da linha de pobreza) (-)	%	ADH
	Pessoas de 10 anos ou mais de idade recebem até 1 SM em relação à população total (-)	%	ADH
	Domicílios com abastecimento de água (+)	%	CD
	Domicílios com esgoto sanitário (+)	%	CD
	Domicílios com coleta de lixo (+)	%	CD
Demográfica	Taxa de urbanização (+)	%	CD
	Densidade demográfica (+)	Hab./Km <sup>2</sup>	CD
	População masculina total em relação à população feminina total (+)	Razão	CD
	População com mais de 60 anos em relação à população total (+)	%	CD
	População entre 18 e 24 anos em relação à população total (+)	%	CD
	Variação da PEA ocupada rural entre 1991 e 2000 (+)	%	IPEADATA
	Variação da população rural (-)	%	CD
	Pessoa ocupada por estabelecimento agropecuário (+)	Média	CA
Político-Institucional	População masculina total no meio rural em relação à população feminina total no meio rural (+)	Razão	CD
	Comparecimento nas eleições no 1º turno em relação ao número total de eleitores cadastrados (+)	razão	TSE
	Transferências Intergovernamentais da União em relação à soma das receitas municipais totais (-)	%	FINBRA
Econômica	Número de eleitores analfabetos em relação ao total de eleitores (-)	%	FEEDADOS
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Renda (+)	Índice	ADH
	Índice de Gini – Renda (-)	Índice	ADH
	População por MPE (-)	Índice	MTE/RAIS
	Participação dos setores da economia na formação do VAB (soma dos quadrados das participações de cada setor) (-)	Índice	FEEDADOS
	Rendimento médio da produção agropecuária por hectare (+)	R\$	CA
	Ocupação da mão-de-obra por grandes grupos de ocupação (soma dos quadrados das participações de cada grande grupo de ocupação) (-)	Índice	CD
	Valor Bruto de Produção por estabelecimento agropecuário (+)	R\$	CA
	Valor Bruto da Produção por pessoa ocupada na agropecuária (+)	R\$	CA
	Valor Bruto da produção animal e Valor Bruto da produção vegetal em relação ao Valor Bruto Total (+)	Proporção	CA
	Valor das exportações <i>per capita</i> (+)	US\$ pc	IPEADATA
	Estabelecimentos agropecuários que contraíram financiamento (-)	%	CA
Ambiental	Concentração da produção agropecuária (soma dos quadrados das participações dos 10 principais produtos na formação do VBP agropecuário) (-)	Índice	CA
	Estabelecimentos com práticas de conservação (+)	%	CA
	Lavouras temporárias e em descanso em relação área agrícola total (-)	%	CA
	Matas naturais e plantadas (em relação área agrícola total) (+)	%	CA
	Poluição da água por uso de agrotóxicos (-)	% munic.	IBGE/PMB
	Poluição da água por criação de animais (-)	% munic.	IBGE/PMB
	Contaminação do solo por uso de fertilizantes e defensivos (-)	% munic.	IBGE/PMB
	Prejuízo da atividade agrícola por problemas ambientais (-)	% munic.	IBGE/PMB
	Estabelecimentos com uso de insumos químicos no controle de pragas e doenças(-)	%	CA
	Estabelecimentos com uso de adubação orgânica (+)	%	CA

A definição dos sinais e pesos das variáveis é outra fase crucial da construção do IDR. Conforme retrata o QUADRO 01, as variáveis observadas possuem diferentes unidades de medida, o que requer uma uniformização, transformando as variáveis em índices, permitindo assim a agregação das mesmas nas respectivas dimensões. O procedimento adotado ajusta os valores observados das variáveis a escalas cujo valor mínimo é 0 (zero) e valor máximo é igual a 1 (um), criando condições para a agregação nas respectivas dimensões, a estimação do IDR e a sua representação gráfica.

A escolha das variáveis deve, necessariamente, vir acompanhada do “tipo de relação que cada uma delas tem com o entorno geral” no sentido de estabelecer qual a relação da variável com o próprio desenvolvimento, se negativa ou positiva (WAQUIL et al., 2007). Há, portanto, uma relação positiva que resulta em melhoria do sistema como um todo quando o aumento no valor da variável resulta em melhora do sistema, nesse sentido, indo ao encontro do desenvolvimento, caso o sinal definido seja positivo (+). Contrariamente, entende-se que há uma relação negativa se um aumento no valor da variável resulta em piora do sistema, caso o sinal definido ou atribuído para respectiva variável for negativo (-), nesse sentido, prejudicial ao desenvolvimento.

Para fins de identificação da relação da variável com o processo de desenvolvimento, operacionalizou-se da seguinte forma:

- se a relação da variável com o desenvolvimento é positiva, então:

$$I = \frac{x - m}{M - m}$$

- se a relação da variável com o desenvolvimento é negativa, então:

$$I = \frac{M - x}{M - m}$$

sendo:

***I*** = índice calculado referente a cada variável, para cada microrregião investigada;

***x*** = valor observado de cada variável em cada microrregião investigada;

***m*** = valor mínimo considerado;

***M*** = valor máximo considerado.

Cabe destacar que para obtenção do IDR torna-se necessária a definição dos níveis mínimo e máximo de cada variável, independente se a relação da respectiva variável com o



desenvolvimento for definida como positiva ou negativa. A definição dos valores máximos e mínimos seguiu, basicamente, os seguintes critérios: nas variáveis medidas em valores percentuais (%), índices e razões, os valores mínimos correspondem a zero e os valores máximos a 100, no caso de percentuais, e 1 no caso de índices e razões. Nas demais variáveis, o valor mínimo continua sendo zero (0) e o maior valor deve ser o maior valor observado tomando-se como referência a totalidade das mesmas unidades territoriais de referência encontradas no estado, neste caso, as microrregiões.

Além dessas questões que podem ser consideradas mais objetivas, há questões subjetivas que requerem algum esclarecimento. Basicamente, este é o caso da definição dos sinais atribuídos às variáveis para a constituição do IDR. A definição do sinal, indicando se a relação é positiva ou negativa em relação ao desenvolvimento, ainda que haja certa afinidade ou correspondência, nem sempre é consensual. Na maior parte dos casos, a definição é clara e não carece de maiores explicações. Como exemplos, pode-se citar que maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou maior Valor Bruto da Produção (VBP) por pessoa ocupada na agricultura caracterizam melhorias do sistema indicando, portanto, relações positivas com o desenvolvimento. Da mesma forma, é consenso de que maior mortalidade infantil caracteriza piora do sistema, indicando, neste caso, relação negativa com o desenvolvimento. Das 45 variáveis consideradas, para 26 foi atribuído sinal positivo e para 19 sinal negativo, caracterizando certo equilíbrio na distribuição dos sinais.

Porém, há algumas variáveis em que a atribuição de sinal não é consensual, permitindo dupla interpretação sobre a sua influência no desenvolvimento. Dentre estas pode-se destacar a taxa de urbanização e a densidade demográfica na dimensão demográfica, com sinais positivos; a razão entre famílias atendidas por programas sociais de transferência de renda e a população total e a variável percentual da renda composta por transferências sociais na dimensão social, com sinais negativos; a variável participação das transferências da União na formação da receita total nos territórios, como uma relação negativa, na dimensão político-institucional e; a variável exportações, com sinal positivo, e a variável financiamento, com sinal negativo, na dimensão econômica.

A variável concentração da produção agropecuária recebeu sinal negativo pois entende-se que maior concentração da produção agropecuária significa piora do sistema e, portanto, prejudicial ao desenvolvimento. Isso porque, ainda que a especialização produtiva possa vir a resultar em economias de escala, menor valor por produto gerado e maior competitividade, acredita-se que isso significa aumentar o risco, neste caso, para o agricultor e para as economias regionais. O risco, particularmente das atividades ligadas à agropecuária, é

algo que os agricultores vivenciam continuamente, haja vista as estreitas ligações com a natureza das atividades agropecuárias e as oscilações dos mercados. Da mesma forma, uma economia regional especializada fica mais exposta às oscilações do mercado e, portanto, mais vulnerável<sup>12</sup>.

Há ainda as variáveis estimadas como razões (a razão entre população masculina e população feminina e a razão entre população masculina no meio rural em relação à população feminina no meio rural) que merecem um breve esclarecimento. Estas razões foram calculadas dividindo-se o menor valor pelo maior, de modo que sempre o resultado é menor ou igual à unidade de referência, 1 (um). Assim, a definição de uma relação positiva com o processo de desenvolvimento indica que valores mais elevados (que apontam maior equilíbrio entre o numerador e o denominador da razão) sugerem melhorias dos sistemas.

Além dessas ressalvas e observações, na dimensão econômica, há algumas variáveis e seus índices correspondentes que requerem esclarecimentos específicos. É o caso das variáveis formação do Valor Adicionado Bruto por setor da economia, pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas por grande setor de ocupação e da participação dos 10 principais produtos na formação do VAB agropecuário. O índice correspondente a cada uma destas variáveis foi calculado com o propósito de medir o grau de concentração associado a cada uma delas. A obtenção dos índices partiu da participação individual de cada sub-componente correspondente em relação aos demais sub-componentes na composição total da variável. A título de exemplo: tomou-se o percentual de participação da agropecuária em relação ao percentual de participação dos demais setores da economia e mediu-se o equilíbrio ou desequilíbrio na formação do VAB total e assim por diante em relação às demais variáveis. Quanto maior o desequilíbrio entre os sub-componentes da respectiva variável, maior o índice encontrado e, portanto, estabelece-se uma relação negativa com o desenvolvimento rural, implicando concentração.

### 3.4 AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SEUS ÍNDICES REGIONAIS

O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) foi obtido pela média aritmética dos índices de cada dimensão, os quais foram obtidos pela média aritmética das variáveis consideradas (já

---

<sup>12</sup> O debate sobre especialização ou diversificação das economias regionais e suas implicações para o desenvolvimento regional remonta a trabalhos clássicos desenvolvidos por pesquisadores, fundamentalmente economistas, como Smith e North (PAIVA, 2006).

transformadas em índices para permitir a agregação). Não se encontrou argumentos suficientes que justificassem, por exemplo, que a dimensão social é mais importante que a dimensão ambiental ou que esta é mais importante que a dimensão econômica ou mesmo que uma determinada variável é mais importante do que outra. Este tipo de percepção implicaria na atribuição de pesos diferenciados para cada dimensão ou para cada variável.

Em função de a média aritmética tender a considerar valores altos, baixos e até mesmo nulos de forma indistinta, resultando que um sistema com valores muito desequilibrados (máximos em uma dimensão e mínimos em outra, por exemplo) alcance um índice médio de desenvolvimento, não levando em conta a desarmonia entre as dimensões consideradas, a opção foi por aplicar também a média harmônica para o cálculo do IDR, prezando pelo equilíbrio ou harmonia entre as dimensões estabelecidas e o próprio desenvolvimento. Quanto maior a desigualdade ou diferença nos índices de cada dimensão, maior será a diferença entre a média aritmética e a média harmônica indicando assimetrias em relação ao desenvolvimento rural para e entre as microrregiões.

A representação gráfica do estado de um sistema<sup>13</sup> em um determinado ponto no tempo, como é o caso do IDR, permite a visualização dos diferentes graus ou estágios de desenvolvimento, os aparentes desequilíbrios entre as dimensões, assim como possíveis conflitos existentes, numa espécie de fotografia ou quadro atual das trajetórias históricas de desenvolvimento percorridas. A representação gráfica de cada dimensão é retratada num eixo próprio, todos irradiando a partir do ponto central, em que o valor é 0 (zero) e avançando em direção à extremidade do eixo em que o valor é 1 (um). Outro importante aspecto é de que a imagem resultante da operacionalização da representação gráfica é sensível à ordem das dimensões utilizadas. Todas as representações gráficas devem ser construídas com as mesmas dimensões e na mesma ordem, para que a comparação dos resultados faça sentido.

A primeira etapa da análise consiste em caracterizar cada uma das dimensões que compõe o IDR sem levar em consideração os valores observados de cada uma das variáveis que compõem as respectivas dimensões, o que será feito na parte inicial do capítulo 6. Assim, primeiramente será feita a caracterização e análise das regiões e as diferenças entre elas com base nos índices de cada dimensão e nos índices agregados, tomando-se como dados apresentados em forma gráfica e em tabela. Definiu-se por estabelecer a comparação com base nas variáveis e indicadores na primeira parte do último capítulo, já que isso facilitaria a compreensão da análise relacional entre as dinâmicas de desenvolvimento rural, a intensidade

---

<sup>13</sup> Diferentemente da análise sistêmica ou com a perspectiva dos sistemas agrários.

e o formato dos processos de integração intersetorial da agricultura familiar e a diversidade de seus estilos.

### 3.4.1 Índices e dimensões do desenvolvimento rural

Até o momento apresentou-se a metodologia do IDR e as razões da sua construção. É importante deixar claro que na parte final deste capítulo serão apresentados os índices representativos de cada uma das dimensões e o IDR sintético para cada uma das microrregiões investigadas. A caracterização e análise mais aprofundada das variáveis e indicadores de desenvolvimento é feita na seção 6.1. Com base nos GRAF. 01, GRAF. 02 e GRAF. 03 e na TAB. 01 é possível descrever as diferenças e caracterizar comparativamente situações de *desarmonia* ou *harmonia* em relação ao desenvolvimento rural e regional, o que não se aplica quanto ao grau de (in)sustentabilidade do mesmo. Para caracterizar situações de (in)sustentabilidade seria necessário uma análise histórica de no mínimo dois pontos no tempo, verificando o comportamento (variações) do índice no sentido de melhorias, piora ou estabilidade do sistema e suas implicações para o desenvolvimento rural. Fica em aberta esta lacuna. Enquanto nesta seção a análise recairá sobre as dimensões, na seção 6.1, será sobre as variáveis e indicadores.

A desagregação da representação gráfica do IDR em três figuras, cada uma correspondendo à uma microrregião, constitui-se em operação eminentemente heurística para observar melhor as características e atender aos objetivos e interesses desta parte do trabalho. A representação gráfica nada mais é do que um complemento, uma opção para enriquecer os trabalhos, particularmente os de cunho comparativo, uma ferramenta que permite visualizar mais detalhadamente as desigualdades territoriais do desenvolvimento rural.

Os GRAF. 01, GRAF. 02 e GRAF. 03 abaixo representam graficamente o IDR desagregado por dimensão para as microrregião de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo, informação que consta também na TAB. 01, com a diferença de que na referida tabela também é possível comparar o IDR obtido pela média aritmética e pela média harmônica.

**GRÁFICO 01** - Microrregião Caxias do Sul: representação gráfica do IDR, por dimensão.

**GRÁFICO 02** - Microrregião Frederico Westphalen: representação gráfica do IDR, por dimensão.

**GRÁFICO 03** - Microrregião Cerro Largo: representação gráfica do IDR, por dimensão.

O GRAF. 01 é a representação gráfica, por dimensão, do IDR da microrregião de Caxias do Sul. Existem ao menos três aspectos a serem considerados. O primeiro se refere aos índices desagregados para cada uma das dimensões, elevados quando comparados aos respectivos índices das demais microrregiões. O segundo diz respeito à harmonia entre tais índices, que apresenta a menor diferença (0,329) quando se compara ao maior valor, que corresponde à dimensão político-institucional (0,865) e ao menor valor, que corresponde à dimensão demográfica (0,536) quando a mesma operação é feita para as demais microrregiões. O terceiro aspecto está diretamente ligado ao segundo. Ao apresentar, comparativamente, os maiores índices desagregados de desenvolvimento rural por dimensão e a mais baixa amplitude entre os mesmos, a microrregião de Caxias do Sul se apresenta como a que possui importante complementariedade entre as dimensões do desenvolvimento rural e, conforme poder-se-á observar em outros momentos deste trabalho, de estratégias e estilos mais autônomos e diversificados na agricultura familiar.

Por sua vez, o GRAF. 02 representa as dimensões do IDR da microrregião de Frederico Westphalen. Em outro momento deste trabalho evidenciou-se que as migrações rurais-urbanas intra e inter-regionais impactaram consideravelmente as economias e o desenvolvimento local e se apresentaram como uma estratégia não só para as populações rurais como também urbanas. Não por acaso, o índice demográfico (0,459) é um dos mais baixos na comparação com os demais índices intra-regional, ficando a frente apenas do índice econômico (0,440). Isso nos remete às contribuições desenvolvidas nos trabalhos de Schneider e Waquil (2001) e Kageyama (2005; 2006), os quais permitem a elaboração de uma das hipóteses desta tese, a respeito da fragilidade da economia e da agricultura regionais balizadas pela produção de *commodity* e pela incapacidade das mesmas de reter endogenamente o excedente populacional gerado, seja na agricultura ou nos demais setores da economia. Isto possui reflexos diretos na qualidade de vida da população, representada no IDR pela dimensão social. Note-se que a microrregião de Frederico Westphalen apresenta, na comparação com as demais microrregiões, o menor índice social de desenvolvimento rural (0,587). A condição intermediária em relação à diferença entre o maior e o menor índice interno (0,338) esconde que a microrregião apresenta intra-regionalmente os mais baixos índices desagregados (uma harmonia “inferior”), com apenas um índice acima de 0,6 (dimensão político-institucional).

Por fim, nesta parte do trabalho, cabe caracterizar o desenvolvimento rural da microrregião de Cerro Largo (GRAF. 03). Tal como ocorre na microrregião de Frederico Westphalen, a microrregião de Cerro Largo apresenta considerável desarmonia entre as suas

dimensões. Comparativamente apresenta a maior diferença entre o menor e o maior índice (0,352). Em parte, isto se explica pelo baixo índice demográfico (0,458) e sua correspondência com o índice econômico (0,495), indicando a possível correspondência entre diversidade e dinamismo na agricultura e na economia e dinâmicas demográficas, conforme foi indicado em seções precedentes. A dimensão social do desenvolvimento rural, embora apresente índice inferior à microrregião de Caxias do Sul, é significativamente superior ao registrado para a microrregião de Frederico Westphalen, apesar das semelhanças quanto aos processos históricos. O esvaziamento populacional de regiões setorialmente especializadas e de agricultura monocultora tende a representar um dos principais entraves ao desenvolvimento regional e com impactos diretos na qualidade de vida das pessoas. Neste caso, ao contrário do Alto Uruguai, o viés agrícola do desenvolvimento rural parece ter impactado mais positivamente as economias locais e a vida das pessoas. O empreendedorismo, associado a níveis mais elevados de instrução da população, seja ela rural ou urbana, e seus resultados em termos de diversificação econômica e capacidade de aplicar regionalmente o capital acumulado pode ser uma importante hipótese explicativa.

A TAB. 01 e as figuras 4, 5 e 6 refletem a condição atual do desenvolvimento rural, uma fotografia pontual do sistema. Por sua vez, expressam situações particulares, consequências das trajetórias regionais diferenciadas da agricultura e do desenvolvimento como um todo. Não sendo possível no escopo deste trabalho reconstruir estas trajetórias ao longo do tempo, definiu-se por caracterizá-las contemporaneamente. Por isso, toma-se tais dados e suas representações gráficas como um ponto de partida, visto que o objetivo é o de estabelecer uma primeira comparação entre as microrregiões com base nos índices por dimensão e nos índices agregados, adiantando algumas das questões mais detidamente analisadas ao longo do capítulo final.

**TABELA 01**  
Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Índices de Desenvolvimento Rural, por dimensão.

Microrregiões	Dimensões					IDR	
	Social	Demográfica	Político-Institucional	Econômica	Ambiental	Média aritmética	Média harmônica
Caxias do Sul	0,700	0,536	0,865	0,689	0,558	0,670	0,650
Frederico Westphalen	0,587	0,459	0,778	0,440	0,524	0,558	0,535
Cerro Largo	0,667	0,458	0,810	0,495	0,540	0,594	0,569

Fonte: Dados compilados pelo autor

De maneira geral, os dados da TAB. 01 confirmam o que as figuras 4, 5 e 6 já demonstravam anteriormente. Fica ainda mais evidente que a microrregião de Caxias do Sul apresenta os melhores índices de desenvolvimento rural, em todas as dimensões, com destaque para as dimensões social (0,700), econômica (0,689) e político-institucional (0,865). Comparativamente, a microrregião de Frederico Westphalen apresenta os piores índices em praticamente todas as dimensões em relação às demais microrregiões, exceto na demográfica, superada negativamente pela microrregião de Cerro Largo. Outro importante aspecto é que a microrregião de Frederico Westphalen apresenta dois índices abaixo de 0,500 (dimensão demográfica e dimensão econômica) e nenhum índice acima de 0,700. O mais elevado é o político-institucional, com índice de 0,778. Na microrregião de Cerro Largo, positivamente se destacam as dimensões social e político institucional, com índices 0,667 e 0,810, respectivamente. Os dados da tabela acima indicam uma relativa simetria na dimensão ambiental entre as microrregiões, com destaque positivo para Caxias do Sul e negativo para Frederico Westphalen, ficando Cerro Largo numa condição intermediária.

Quando se analisa o índice agregado de desenvolvimento rural calculado pela média aritmética percebe-se que o referido índice pouco destoa quando calculado pela média harmônica. Apesar disso, podem ser consideradas significativas as diferenças dos índices entre as microrregiões, indiferentemente do tipo de média que o gerou. Ou seja, o desenvolvimento rural é mais desigual entre as microrregiões do que entre as dimensões de uma mesma microrregião.

Tomando-se como referência os IDR, pode-se considerar que o desenvolvimento rural é “harmônico” internamente do ponto de vista de suas dimensões e desigual ou desarmonioso entre as microrregiões. Dito de outra forma, ao comparar os recortes territoriais investigados é possível conceber que o desenvolvimento rural é exógenamente desigual e endógenamente relativamente harmonioso, confirmando a hipótese das suas distintas dinâmicas territoriais.

Graficamente, isto pode ser melhor observando comparando-se os GRAF. 01, GRAF. 02 e GRAF. 03, agregadas no GRAF. 09 (seção 6.2). Pode-se observar que a maior área do gráfico representativo é preenchida pela microrregião de Caxias do Sul e a menor pela microrregião de Frederico Westphalen, reforçando a perspectiva das diferenças regionais de desenvolvimento rural.

Quando cotejados, os dados permitem considerar a importância de se avançar na análise multidimensional do desenvolvimento rural e da significativa relação que existe entre as dimensões. O social se liga ao demográfico, que se liga ao econômico, que por sua vez se liga ao político-institucional que se liga ao ambiental, não necessariamente nesta ordem, mas



com significativa complementariedade. A multidimensionalidade é uma das principais características do desenvolvimento rural contemporâneo, não sendo possível afirmar, categoricamente, qual ou quais dimensões são realmente determinantes da suas dinâmicas.

Ainda que estático no tempo, o IDR representa contemporaneamente as trajetórias regionais do desenvolvimento rural. Demonstra que nas regiões onde o processo de modernização da base tecnológica da agricultura esteve voltado à potencializar a especialização com fins comerciais de alguns cultivos e criações, o desenvolvimento rural se fragilizou e derivou basicamente da capacidade da agricultura de incorporar o padrão tecnológico determinado pelas grandes cadeias agroalimentares. O poder propulsivo das especializações agrícolas restringiu a possibilidade de desempenhos mais satisfatórios em relação ao desenvolvimento rural. Contrariamente, nas regiões onde a agricultura familiar teve papel importante na diversificação dos diversos setores de atividade econômica, os impactos sobre o desenvolvimento a longo prazo se demonstram mais eficientes do ponto de vista social e econômico e de maior capacidade propulsiva na determinação de dinâmicas endógenas de desenvolvimento rural.

Neste sentido, à luz do entendimento sobre a multidimensionalidade do desenvolvimento rural e da hipótese de que a dinâmica de desenvolvimento de uma região depende de sua capacidade de gerar ou potencializar processos de integração intersetorial, o capítulo seguinte demonstra que a intensidade deste processo depende tanto das características endógenas das famílias rurais como das economias locais como um todo e sua capacidade de absorver localmente o excedente econômico e populacional gerado na agricultura e nos demais setores da economia.

## 4 DIMENSÕES E PERSPECTIVAS DA PLURIATIVIDADE NAS REGIÕES DE ESTUDO

Polissêmica, a discussão sobre ruralidade também expressa relativo consenso entre seus formuladores. Converge-se no sentido de que o rural é muito mais amplo e diversificado do que a atividade agrícola *stricto sensu* e qualquer proposta de generalização territorial em relação ao seu significado possui um elevado grau de imprecisão que só teria validade desconsiderando-se a miscelânea de situações que se sobrepõem empiricamente. Neste ambiente relativamente consensual, o desenvolvimento rural passa cada vez mais a ser entendido como um processo multisetorial, que envolve atividades agrícolas e não-agrícolas, e multifuncional, porque cumpre, simultaneamente, funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais.

Este capítulo possui duplo objetivo. O primeiro objetivo é analisar a pluriatividade para além do ângulo eminentemente endógeno, como fizeram Schneider (2001, 2003), Anjos (2003) e Carneiro (1999) e o reconhecimento de que o capital humano por si só não explica o exercício da pluriatividade e o processo de integração intersetorial da agricultura. Nesta perspectiva se inscreve o segundo objetivo, que é o de analisar a pluriatividade sob ângulo exógeno ou externo às famílias através das características das economias locais em termos de mercado de trabalho não-agrícola e diversidade e dinamismo dos setores econômicos. O que implica no reconhecimento tácito de que para que ocorra o processo de integração intersetorial e o exercício da pluriatividade seja algo factível, deve-se analisar as condições objetivas de inserção dos indivíduos em mercados de trabalho que não o exclusivamente agrícola. A questão a ser respondida é: a maior ou menor diversidade das economias locais e regionais (ângulo exógeno) pode ser captada pelo exercício da pluriatividade no meio rural? Ou, a pluriatividade é importante para explicar as diferenças regionais?

A hipótese que orienta este capítulo é a de que a dinâmica de desenvolvimento da uma região é tributária – dependente – de sua capacidade ou das potencialidades de integração intersetorial da economia local. A criação de economias locais diversificadas depende da criação de oportunidades em mercados de trabalho agrícola e não-agrícola capazes de absorver endogenamente o excedente econômico gerado e potencializá-lo através da inovação e diferenciação constante. Por isso, mais do que uma estratégia individual ou familiar, a combinação de atividades produtivas e a diversificação das fontes de renda favorecem à

diversificação das economias locais e a consolidação de um mercado de trabalho para os moradores do meio rural e as diferenças no desenvolvimento rural das regiões também se explicam pela dinâmica dos mercados de trabalho.

A intensidade e as formas de manifestação da pluriatividade também se expressam por conta das diferenças entre as economias locais e regionais. Ou seja, seriam as desigualdades regionais que influenciariam ou mesmo determinariam o exercício de atividades não-agrícolas e da pluriatividade por parte dos agricultores familiares?. Nesta perspectiva, a combinação de atividade agrícolas e não-agrícolas pelos agricultores ficaria circunscrita à capacidade das economias locais de absorver o excedente populacional oriundo do meio rural. Economias locais e regionais pouco dinâmicas ou setorialmente especializadas, especialmente no setor primário, ofereceriam poucas oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas ou mesmo estas ficariam restritas internamente ao próprio setor, caracterizando um tipo de pluriatividade de base-agrária (discussão retomada na seção 6.3.1).

Por outro lado, a quase totalidade dos trabalhos busca compreender o fenômeno da pluriatividade exclusivamente com base nos atributos individuais e familiares, como grau de instrução, idade dos residentes, tamanho da unidade de produção, etc. Em que pese a influência e determinações exógenas, a decisão de combinar atividades agrícolas com não-agrícolas seria uma determinação gestada no seio familiar.

Convém deixar logo em destaque que neste capítulo a análise recairá exclusivamente sobre a intensidade da pluriatividade e suas relações com as características internas e externas às famílias, ficando a análise sobre os tipos de pluriatividade para o capítulo final, conforme adiantado.

#### 4.1 A RURALIDADE E A IMPORTÂNCIA DA PLURIATIVIDADE

Em estudo recente, Martins (2000) fez uma análise do futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida das populações rurais. Martins indicou que estudar as novas ruralidades pressupõe a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, e que o mesmo deve ser entendido tanto como espaço físico, lugar onde se vive e lugar de onde se vê e se vive o mundo. Para Martins (2000), até o momento praticou-se muito mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade e menos uma sociologia propriamente rural na medida em que geralmente o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse de sociólogos rurais muito mais pelo que este representava de negativo e de atrasado e muito pouco por aquilo que as populações rurais

realmente eram e faziam. Portanto, haveria uma tendência em refutar a inserção das populações rurais de maneira singular nos processos sociais e nos processos históricos.

Especificamente no caso brasileiro, Fernandes (1972) e Queiroz (1972) entendem que o exame polarizado das relações entre o rural e o urbano foi tratado por como “falso problema” na medida em que conduzia a explicações errôneas ou insolúveis sobre o rural, já que eram fortemente influenciadas pela Sociologia Rural norte-americana<sup>1</sup> de cunho funcionalista. De alguma forma, entende-se que estas questões foram re-significadas.

No Brasil, as duas últimas décadas foram de intensos debates acadêmicos sobre as transformações do meio rural e ao menos duas perspectivas, não completamente antagônicas, acabaram se sobressaindo nos estudos sobre ruralidade no Brasil. Na primeira, capitaneada por José Graziano da Silva (SILVA, 1999), as diferenças entre rural e urbano são cada vez mais tênues e, em última instância, deixariam de existir, alimentando a teoria do *continuum* em que os processos rurais contemporâneos são uma continuidade espacial dos processos urbano-industrial. A pluriatividade é uma expressão dessa “continuidade”. A segunda perspectiva, em que talvez a maior expoente seja Maria de Nazaré Baudel Wanderley (WANDERLEY, 2000), não desconsidera os processos macrosociais, mas entende que os mesmos não subjugariam o mundo rural a tal ponto de torná-lo homogêneo e uma continuidade do urbano.

Todavia, não se pode atribuir à rápida transformação pela qual vem passando os espaços rurais única e exclusivamente às forças exógenas, como se as mesmas fossem, irreprensivelmente, as únicas capazes de influenciar os processos sociais no meio rural. Dessa forma, parece mais produtivo reconhecer que ao se tornar espaço em que outras atividades além das agrícolas são desenvolvidas e portador de infra-estruturas básicas de bem-estar, não significa que o meio rural se urbanizou e a agricultura deixou de ter centralidade econômica, social, cultural e produtiva.

Não obstante a concisa referência a apenas duas perspectivas e três autores, percebe-se distintas formas de identificar e de se estabelecer as relações causais dos fenômenos potencialmente identificados como constituintes das (novas) ruralidades. Nas duas perspectivas, a emergência da pluriatividade pode ser tomada como exemplo emblemático dos distintos contornos que assume a ruralidade no debate brasileiro contemporâneo. Entre os

---

<sup>1</sup> “Se até agora não se tem falado em “sociedade global brasileira” nos estudos de sociologia rural, é porque grande parte dos trabalhos científicos tem sido feitos segundo a orientação americana dos estudos de comunidade. (...) Na pesquisa européia, ao contrário, o conjunto formado pelas partes de uma sociedade é considerado como influenciando profundamente a estas; se uma parte é estudada, é preciso sempre saber como é

processos sociais em curso no meio rural que ora se investiga toma-se a pluriatividade como uma estratégia de reprodução social dos agricultores familiares que ganha contornos específicos e está associada a ruralidades também específicas.

O avanço das pesquisas sobre as distintas ruralidades tem permitido estabelecer um profícuo diálogo sobre os tipos de pluriatividade na agricultura familiar (SCHNEIDER; CONTERATO, 2005; SCHNEIDER, 2006, 2007) e mesmo sua crítica (CARNEIRO, 2006) e sobre pluriatividade e estilos de agricultura familiar (NIEDERLE, 2007; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2007; PERONDI, 2007).

Convém ressaltar que a pluriatividade, enquanto resultado dos impactos das mudanças societárias no meio rural e a forma com que os indivíduos reagem aos condicionantes exógenos, também deve ser reconhecida como uma estratégia propositiva ou de adaptação por parte dos agricultores familiares, tal como reconhece Ellis (2000).

Hill (1999) considera a ocupação e a renda das famílias rurais uma questão relevante pelo menos por três aspetos que se inter-relacionam: (a) a insuficiência ou rendimentos baixos, que podem conduzir à situações de pobreza e vulnerabilidade social; (b) a equiparação e comparação com as rendas das famílias que se ocupam em atividades similares, mas com situação domiciliar distinta (neste caso, urbana) e; (c) a instabilidade dos rendimentos ao longo do ano, e de ano para ano, aspecto intrínseco às rendas advindas da produção agrícola. No entanto, o reconhecimento não é apenas teórico, pois encontra respaldo empírico.

Os trabalhos de Klein (1992), Weller (1997) e Berdegúe et al. (2001) demonstraram que na América Latina as ocupações em atividades não-agrícolas atingiam em torno de 22% dos residentes no meio rural no final da década de 1980. Na década de 1990, registrou-se um crescimento em todos os países da América Latina dos empregos em atividades não-agrícolas.

Dados analisados por Schneider (2007) para o ano 2005 apontam que, no Brasil, 22,7% das famílias que residem em áreas rurais não metropolitanas foram consideradas pluriativas. Na categoria conta própria/familiares, o aumento foi de 1,7% (a.a.) no período 2001-05. No entanto, o crescimento mais significativo foi registrado entre as famílias domiciliadas no meio rural em que todos os membros estão ocupados em atividades não-agrícolas, com incremento anual de 7,1% entre os conta própria e 5,3%, na categoria empregados, confirmando tendência observada durante as décadas de 1980 e 1990 de maior crescimento entre os ocupados em atividades não-agrícolas e taxas constantes de redução dos ativos ocupados em atividades agrícolas. No caso do Rio Grande do Sul, Souza e Nascimento

---

o todo em que se insere, que lugar ocupa nele, se sempre ocupou essa posição; caso contrário, como foi a mudança e, se possível, como ela se deu” (QUEIROZ, 1972, p. 204).

(2006) identificaram expressivo aumento das famílias pluriativas conta própria, em que pelo menos um membro exerceu uma atividade agrícola e outro, uma não-agrícola entre 2001 e 2004 (9,2% a.a.). Aumento expressivo (5,7% a.a.) foi observado entre as famílias exclusivamente não-agrícolas, ou seja, famílias em que um ou mais membros declararam exercer exclusivamente atividade não-agrícola na semana de referência.

Estudos como os de Schneider (2001, 2003) e Anjos (2001, 2003) demonstraram que a combinação de atividade agrícolas e não-agrícolas dentro de um mesmo estabelecimento seria uma característica intrínseca ao “modo de funcionamento” de unidades de trabalho que se organizam sob a égide do trabalho familiar, e não uma demonstração de fraqueza ou definhamento desta forma social. Além desses, o trabalho de Kageyama (1998) destaca-se na consolidação do debate brasileiro sobre a pluriatividade e a sua importância para as famílias no meio rural. Da mesma forma, as discussões acerca do “novo rural brasileiro” revelaram que um dos aspectos mais relevantes apontados pelos pesquisadores é justamente a presença de atividades não-agrícolas entre os membros das famílias rurais ou dedicadas à agricultura, ou seja, a pluriatividade (SILVA, 1999).

Trabalhos como os de Schneider (2003), Etchezarreta et al. (1995), Berdegúe et al. (2001), Kinsella et al. (2000) e Sofer (2001) têm demonstrado como a pluriatividade pode apresentar-se como uma alternativa à alguns dos problemas que afetam as populações rurais, como a sazonalidade das rendas agrícolas e o seu decréscimo ao longo das últimas décadas e resultar no fortalecimento da própria atividade agrícola e das condições de vida dos agricultores familiares.

Antes de tudo importa “atualizar” o debate sobre as transformações nas relações de trabalho no meio rural para que se possa compreender com mais profundidade os impactos das mudanças societárias e como as formas de agricultura reagem ou se adaptam aos desafios a que constantemente são submetidas. Antes de desenvolver argumentos mais detalhados sobre a pluriatividade e suas contribuições para o desenvolvimento rural, vale a pena uma breve digressão que permita entender alguns dos fatores causais que estão na raiz da emergência das novas formas de emprego e obtenção de rendas para os agricultores (QUADRO 02).

## QUADRO 02

Principais mudanças que impulsionaram o crescimento da pluriatividade.

Enfoque	Entendimento	Autores
<i>A modernização técnico-produtiva na agricultura ou dos sistemas produtivos agrícolas</i>	O intenso processo de modernização tecnológica experimentado pelas atividades agropecuárias e a crescente externalização de etapas dos processos produtivos tornaram as práticas produtivas no meio rural cada vez mais individualizada, resultando em redução da utilização da mão-de-obra das famílias rurais.	Carneiro (1998); Silva (1999); Ploeg (2000)
<i>A queda das rendas agrícolas</i>	Como decorrência do aumento dos custos de produção agrícola e da dependência de inovações tecnológicas, as atividades agrícolas caracterizam-se cada vez mais pelo aumento dos índices de produtividade dos fatores utilizados. Não obstante, o incremento na capacidade técnica e produtiva na agricultura não tem se traduzido em maior rentabilidade, pois os agricultores perdem por completo o controle sobre os custos de produção e ficam à mercê dos preços dos produtos agropecuários estabelecidos nos mercados internacionais.	Silva (1999)
<i>Contenção dos fluxos migratórios com origem no meio rural</i>	Os fluxos migratórios com origem no meio rural decorrem, fundamentalmente, da adoção de processos produtivos pouco intensivos em mão-de-obra, como aqueles existentes nas tradicionais regiões produtoras de grãos e outras <i>commodity</i> agrícolas. Nessas regiões, o exercício conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas tem permitido reduzir as migrações, contribuindo para a manutenção da família e da propriedade.	Perondi (2007)
<i>Mudanças estruturais nos mercados de trabalho</i>	A expansão da pluriatividade no meio rural também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola através de processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em área não-urbanas, permitindo o crescimento de atividades não-agrícolas nos espaços rurais.	Schneider (1999, 2003); Anjos (1999, 2003)
<i>Reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e fortalecimento das economias locais</i>	Estudiosos das transformações contemporâneas do rural passaram a perceber que não só a agricultura familiar tem capacidade de persistir face à crescente mercantilização produtiva e à inserção em mercados como, efetivamente, ela passou a ser a principal forma social presente nos espaços rurais dos países capitalistas mais desenvolvidos. Neste contexto, a pluriatividade passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macro-estruturais na agricultura.	Fuller (1990); Abramovay (1992); Lamarche (1993); Marsden (1995).

Fonte: Adaptado de Schneider e Conterato (2005)

Complementarmente é necessário perfilar argumentos em favor das potencialidades da pluriatividade (QUADRO 03) como um dos caminhos para promover estratégias sustentáveis de diversificação dos modos de vivências das famílias rurais, tal como propõe Ellis (2000).

**QUADRO 03**  
Contribuições da pluriatividade para o desenvolvimento rural.

Enfoques	Entendimento	Autores
<i>Elevar a renda familiar no meio rural</i>	A pluriatividade pode ser considerada uma estratégia de diversificação e combinação de várias fontes de renda, sendo facilmente observável que as famílias com rendimentos não-agrícolas possuem, no geral, uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda agrícola.	Schneider et al., (2006); Perondi, (2007); Niederle (2007)
<i>Estabilizar a renda na agricultura</i>	Devido à sazonalidade das colheitas e mesmo dos imprevistos e imponderáveis climáticos e de mercado, o acesso às rendas advindas de atividades não-agrícolas garante maior estabilidade e periodicidade nos ganhos dos agricultores, reduzindo a vulnerabilidade da família.	Ellis (2000); Sofer (2001); Eikland (1999)
<i>Estratégia de diversificação produtiva e das fontes de ingresso</i>	A pluriatividade amplia as oportunidades de ganhos e o portfólio de possibilidades e alternativas que podem ser acionadas pelas famílias de agricultores. Nesse sentido, famílias pluriativas tendem a ter melhores condições de enfrentar crises ou imprevistos do que aquelas que dependem exclusivamente de uma única atividade e uma única fonte de renda.	Kinsella et al., (2000); Perondi (2007); Salmi (2005); Niederle e Schneider (2007); Craviotti (2005)
<i>Contribuir na geração de emprego no espaço rural</i>	Em território onde se verifica a presença maior da pluriatividade parece haver mais facilidade na alocação da força de trabalho das famílias rurais segundo o interesse dos próprios membros e as possibilidades ofertadas pelo mercado de trabalho. Cria-se, portanto, em nível local, uma interação no mercado de trabalho agrícola e não-agrícola que acaba afetando positivamente a dinâmica da economia.	Silva (1999); Schneider (1999)
<i>Reduzir as migrações campo-cidade</i>	Potencialmente, a pluriatividade representa uma forma de gerar oportunidades de emprego e ocupação para os membros das famílias de agricultores, especialmente as esposas de agricultores e filhos(as) jovens, que muitas vezes encontram-se sub-empregados nas unidades produtivas.	Schneider et al., (2006)
<i>Estimular os mercados locais e desenvolver os territórios rurais</i>	Em locais onde a agricultura familiar se torna pluriativa, a divisão social do trabalho tende a incrementar. Devido à complexificação e diversificação que é gerada em nível local e territorial cria-se um círculo virtuoso de ativação econômica que incrementa a produção e circulação de mercadorias e, por consequência, a ampliação das oportunidades de emprego. Como resultado, conclui-se que a pluriatividade tem um papel fundamental no estímulo às economias locais via diversificação do tecido social.	Saraceno (1994b); Kageyama (1998); Radomsky (2006); Craviotti (2005)
<i>Contribuir para estimular mudanças nas relações de poder e gênero</i>	Estudos sobre os impactos microsociológicos têm demonstrado que as famílias que combinam mais de uma forma de ocupação conheceram alterações nas relações de poder, gênero e de hierarquia familiar a partir do momento em que alguns de seus membros passaram a ter rendimentos e ocupações fora da propriedade. Nesse sentido, os estudos indicam que pluriatividade pode ser considerada um fator que assemelha as características entre as famílias que residem nos espaços rurais das urbanas.	Eikland (1999); Craviotti (2005); Vitelli (2005)
<i>Modificar o sentido da terra e do rural e apoiar a sua multifuncionalidade</i>	Em famílias pluriativas, é comum se relativizar o sentido exclusivamente produtivo da terra, que deixa de ser vista apenas como um fator de produção e passa a ter um sentido patrimonial à medida que cresce sua função como local de moradia da família e não somente como unidade de produção.	Kinsella et al., (2000) Murdoch et al., (2003); Carneiro (2006);

Fonte: Adaptado de Schneider e Conterato (2005)



Convém resgatar que os trabalhos de Kinsella et al. (2000), Sofer (2001) e Eikland (1999) demonstram que a pluriatividade se constitui como um fenômeno estrutural e central para o futuro do desenvolvimento rural. Da mesma forma, Ellis (2000) também considera que a pluriatividade fortalece as estratégias de sobrevivência familiares e contribui para o processo de diversificação dos modos de vida rurais. Nesse sentido, a pluriatividade pode ser considerada como parte constituinte dos modos de vida das populações rurais e não como algo efêmero ou conjuntural e o reconhecimento de sua importância é fundamental para identificar as dinâmicas regionais de reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

É necessário notar que o recurso à pluriatividade expressa uma forma particular de mercantilização da agricultura e tem se apresentado como um dos meios mais recorrentes de fortalecimento do *portfólio* de ações e estratégias, como expressam os autores citados nesta seção. Por isso, entende-se a pluriatividade na perspectiva e na lógica de diversificação, visto que a dinâmica recente do rural e da agricultura familiar mostra um incremento das ocupações não-agrícolas dentro e fora da propriedade, ainda que com variações territoriais importantes. Nesse caso, essas variações se devem ao formato e à intensidade do processo de mercantilização assumido pela agricultura familiar, visto que a inserção dos agricultores nos mercados não é homogênea.

De qualquer forma, entende-se que a pluriatividade permite compreender a forma singular de como se dá a inserção nos mercados não-agrícola, podendo representar tanto uma alternativa construída pelos próprios agricultores, tal como demonstram os trabalhos de Schneider (2003), Niederle (2007) e Perondi (2007) como também uma “alternativa” de diversificação limitada pelo dinamismo dos mercados de trabalho não-agrícola, um indicativo que reflete o quanto as economias locais podem ser diversificadas ou especializadas em termos setoriais. Mesmo com variações regionais importantes quanto ao formato e a intensidade a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas pelas famílias dos agricultores familiares emerge como uma das estratégias de diversificação mais relevantes no universos investigados.

Impulsionada pelas transformações da base técnica da agricultura (CARNEIRO, 2006) ou pelos processos de descentralização industrial (SCHNEIDER, 2003), o caráter multi-ocupacional da agricultura familiar se associa, fundamentalmente, à disponibilidade da mão-de-obra familiar, pela necessidade ou possibilidade complementar a renda familiar em função das oscilações das rendas agrícolas causadas tanto pela deterioração dos preços das *commodity* agrícolas, no caso de regiões especializadas na produção de grãos, e do aumento dos custos de produção, realidade generalizada para todas as regiões e estilos de agricultura.

Esta percepção leva ao reconhecimento do fenômeno da pluriatividade sob diferentes perspectivas, intituladas aqui de perspectiva endógena da pluriatividade e perspectiva exógena da pluriatividade.

#### 4.2 A PLURIATIVIDADE SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS

A construção de tipologias, conforme referências feitas ao longo deste trabalho, tem unicamente o propósito de facilitar a compreensão da realidade investigada. Para Mattei (1999), toda e qualquer tipologia sobre o tema da pluriatividade está sujeita a erros e imperfeições. Isto se deve à heterogeneidade de fatores envolvidos na questão, visto que a finalidade principal da construção de tipologias é a de organizar essa heterogeneidade, com base em um conjunto de informações que podem ser coletadas tanto a partir de pesquisas secundárias (que não é nosso caso), como a partir de pesquisas diretas (como as que originaram os dados analisados na sequência).

Conforme Mattei (1999), Schneider (1994, 2003) e Anjos (1995, 2003), a pluriatividade contém diferentes significados e varia de acordo com os estágios de desenvolvimento de cada sociedade, podendo ser compreendida de diferentes maneiras em relação à sua função, importância e condicionantes ao seu exercício. Deve ser reconhecida não apenas como uma estratégia de sobrevivência, mas também como um dos resultados do *porfólio* das inter-relações entre as dinâmicas das famílias, as características das unidades de produção e do contexto socioeconômico onde as famílias e as unidades de exploração se inserem.

Isso leva ao reconhecimento da pluriatividade como resultado das negociações entre indivíduos, através de suas “capacitações”, com os contextos socioeconômicos locais e regionais, ou seja, os fatores promotores ou mitigadores da pluriatividade. Segundo Mattei (1999), esses fatores podem ser de **natureza econômica** (dimensão das unidades de exploração, patrimônio, níveis de rendimento, inserção nas economias locais, etc.); de **natureza social** (nível de escolaridade das famílias, idade dos membros familiares, melhoria dos níveis de escolaridade dos filhos, etc.); de **natureza pessoal** (aumentar padrões de consumo, buscar outras carreiras, etc.); de **natureza contextual** (disponibilidade de emprego no entorno, ambiente sócio-econômico local, inter-relações técnico-produtivas, etc.); e de **natureza de lazer** (sítios, chácaras de final de semana, turismo rural, áreas de preservação ambiental, etc.).

Essas questões remetem a identificar e analisar a relação que existe entre pluriatividade e mercantilização (diferencial) da agricultura e do rural e entre pluriatividade e desenvolvimento regional (desigual), conforme capítulo anterior. Esta relação pode se dar em distintos níveis, uma vez que a pluriatividade se concatena à trajetória da agricultura regional e as articulações desta com as economias locais, propiciando a constituição de relações de trabalho sólidas ou precárias e de mercados de trabalho não-agrícolas amplos ou restritos. Nesse caso, a dinâmica econômica regional pode tanto promover amplos como restritos processos de desenvolvimento dos setores industrial, comercial e de serviços urbanos, potencializando ou freando a pluriatividade intersetorial.

O caráter endógeno utilizado nesta tese é o reconhecimento das contribuições dos trabalhos produzidos com este enfoque na explicação das transformações da agricultura e do meio rural em que o agricultor familiar emerge como ator decisivo e dotado de condições plenas para definir suas ações com autonomia. Contrariamente, o viés ou caráter exógeno da pluriatividade decorre justamente do reconhecimento das limitações que os indivíduos possuem de estabelecer seu espaço ou margem de manobra, amplamente definido pelas condições externas às unidades familiares ou competências individuais.

#### **4.2.1 Perspectiva Endógena da Pluriatividade**

Antes de adentrar a análise da perspectiva endógena da pluriatividade, convém alguns apontamentos metodológicos importantes. A partir do exposto até aqui convém ressaltar que no escopo deste trabalho a pluriatividade não se baseia unicamente nas atividades do titular da exploração familiar, mas engloba todos os membros da família, indistintamente<sup>2</sup>. No entanto, convém registrar que existem determinados indicadores, como é o caso da idade e do grau de escolaridade ou instrução que são atributos ou capacidades que dizem mais respeito ou são mais facilmente compreendidos quando associados aos indivíduos e não às famílias. Isso não invalida que atributos individuais possibilitem compreender a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas como uma característica familiar. Trata-se, novamente, de uma separação eminentemente heurística com vistas a permitir a análise do fenômeno da pluriatividade.

Para tornar factível a análise das distintas perspectivas da pluriatividade, dividiu-se inicialmente os estabelecimentos pesquisados entre “exclusivamente agrícolas ou

---

<sup>2</sup> Sobre o debate a respeito da “unidade de análise” preferencial nos estudos sobre pluriatividade e suas reinterpretações ver Schneider (1999), Mattei (2005) e Carneiro (2006).

monoativos” e “pluriativos”, para na seqüência reconhecer as famílias pluriativas de base agrária, um tipo específico de pluriatividade, conforme o quadro abaixo, lembrando que a metodologia utilizada nesta parte do trabalho está detalhada na Introdução:

#### QUADRO 04

Descrição dos tipos de famílias segundo a condição de atividade.

Famílias exclusivamente agrícolas ou monoativas	Dedicam-se ao trabalho agrícola no interior da UP, comercializando apenas produtos agropecuários <i>in natura</i> .
Famílias pluriativas intersetorial	Compreende situações em que (a) há combinação de atividades agrícolas dentro e fora da UP; (b) há combinação de atividade agrícola dentro da UP com atividade estranha ao setor agrícola no âmbito da indústria, comércio e/ou serviços.
Famílias pluriativas de base-agrária	Compreende situações em que as famílias combinam atividades agrícolas dentro e fora da UP

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Antes de caracterizar os aspectos endógenos que influenciam no exercício da pluriatividade, cabe inicialmente reconhecer a abrangência da pluriatividade através da comparação entre as famílias onde se identificou a presença deste fenômeno com o universo das famílias monoativas, conforme GRAF. 04 abaixo.

**GRÁFICO 04** - Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Distribuição das famílias, por condição de atividade (2001/02).

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Analisando o GRAF. 04, percebe-se que a pluriatividade assume abrangência distinta entre as três regiões. Abrange 59,3% das famílias rurais de Veranópolis, 46,5% em Salvador das Missões e 28,8% em Três Palmeiras. Chama a atenção que em Veranópolis há mais famílias pluriativas do que monoativas, realidade contrária a de Três Palmeiras onde a grande maioria das famílias (71,2%) dedica-se exclusivamente às atividades de cunho agropecuário. Já em Salvador das Missões, onde também predominam as famílias monoativas (53,4%), também é notória a intensidade da pluriatividade.

Apesar de as famílias monoativas predominarem em relação às demais em dois dos recortes empíricos analisados, verifica-se que a pluriatividade assume uma importante distinção. Ou seja, *a pluriatividade varia de intensidade segundo as regiões*, indicando que a combinação de múltiplas ocupações por pessoas que pertencem a uma mesma família pode não depender apenas da vontade individual dos seus integrantes mas, também, do contexto social e econômico em que se localiza e das características do mercado local de trabalho. Qual o papel do contexto em que ela ocorre?

Feita esta primeira caracterização comparativa da abrangência da pluriatividade entre os casos investigados, passa-se para uma parte fundamental deste capítulo e do trabalho como um todo: assinalar as distintas formas de apreensão da pluriatividade enquanto característica intrínseca ao modo de funcionamento das unidades de trabalho e produção organizadas sob a guarida do trabalho familiar. Ao mesmo tempo em que pretende-se reforçar os argumentos de inúmeros pesquisadores, desde os mais “clássicos” (CHAYANOV, 1974), até os mais contemporâneos (EXTEZARRETA, 1985; CARNEIRO, 1998; ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2003) de que a o exercício da pluriatividade tem determinação por elementos endógenos, despontando como principais a idade e a escolaridade dos indivíduos, o tamanho da família e as dimensões da unidade de produção, espera-se lançar algumas questões na identificação e análise de indicadores externos às unidades familiares que influenciam no exercício da pluriatividade.

Retoma-se Chayanov (1974) para reforçar que o recurso às atividades não-agrícolas passa a se constituir também como uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar e de manutenção da própria agricultura familiar. Sendo a pluriatividade uma estratégia associada às características intrínsecas da unidade familiar, é fundamental recorrer à identificação e à análise dos fatores internos que afetam a sua constituição.

A análise deverá permitir observar se existem diferenças entre as famílias que se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas daquelas que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, se há determinadas regularidades internas entre as famílias

pluriativas e se é possível extrapolar a análise para outros recortes territoriais. *Grosso modo*, a literatura especializada considera que, para haver a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, as famílias devem apresentar três características básicas: maior número de filhos, ou seja, famílias mais extensas; indivíduos jovens na família e nível de instrução mais elevado por parte dos indivíduos “aptos” ao exercício da pluriatividade. Os fatores internos considerados neste trabalho são: idade dos agricultores, nível de instrução, número de residentes, disponibilidade de força de trabalho familiar, tamanho do estabelecimento e superfície explorada.

Conforme Craviotti (2005), apesar do vínculo cada vez mais claro entre pluriatividade e estratégias produtivas ou entre pluriatividade e processos intra-familiares, é difícil resolver a direção da causalidade. Isso se aplica com mais ênfase no caso das estratégias produtivas, que podem ser uma consequência da pluriatividade da família bem como a exploração familiar possuírem determinadas características produtivas que conduzem ou favorecem o exercício de atividades externas. Esforços de estudiosos e pesquisadores têm esbarrado na identificação do sentido desta relação basicamente em dois aspectos: (1) pela heterogeneidade das famílias e das unidades de exploração familiar e; (2) pela heterogeneidade das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e suas implicações no que tange ao mercado de trabalho e outros elementos socioeconômicos.

#### 4.2.1.1 Pluriatividade e idade dos agricultores

Por que a idade é um aspecto importante para entender o fenômeno da pluriatividade? A hipótese é a de que quando a pluriatividade é exercida, fundamentalmente, pelos mais jovens, demonstra a capacidade das economias locais e do mercado de trabalho de absorverem, ao menos em parte, a mão-de-obra excedente gerada no interior das unidades de produção. Seria o mesmo que dizer que a idade dos indivíduos e o exercício da pluriatividade são características de determinados recortes regionais que influenciam o seu modo ou modelo de desenvolvimento. Em caso de confirmação da hipótese para uma determinada região, seria possível e prudente extrapolar empiricamente os resultados?

Nesta parte do trabalho dedicada a análise dos condicionantes internos, a comparação entre as famílias será feita segundo condição de atividade: monoativas e pluriativas. Passemos à análise da TAB. 02 que apresenta a distribuição percentual dos indivíduos, por estratos de idade, por condição de atividade e oferece importantes subsídios para responder os questionamentos feitos acima. Antes disso cabe registro sobre a idade dos indivíduos levados

em consideração na análise. Foram considerados apenas os indivíduos entre 16 e 60 anos de idade que satisfaziam os seguintes critérios: não fossem analfabetos ou apenas soubessem ler ou escrever; que não se dedicassem exclusivamente aos estudos e que não apresentassem algum impedimento físico ou mental. Isso permite identificar a pluriatividade entre aqueles que efetivamente satisfazem uma das condições exigidas pelo mercado de trabalho, a idade.

**TABELA 02**

Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões – Idade dos indivíduos, segundo a condição de atividade das famílias (2001/02).

Estratos de Idade	Veranópolis		Três Palmeiras		Salvador das Missões	
	Mono	Pluri	Mono	Pluri	Mono	Pluri
	%	%	%	%	%	%
16-24 anos	12,5	34,0	17,3	21,7	4,2	25,6
25-30 anos	10,7	18,0	11,8	26,1	4,2	11,6
31-40 anos	20,5	18,0	17,3	4,3	32,6	18,6
41-50 anos	24,1	16,0	29,1	30,4	31,7	34,9
51-60 anos	32,1	14,0	24,5	17,4	27,4	9,3
Total indivíduos	112	50	110	23	95	43
Idade média	41,9	33,2	39,9	36,4	43,6	35,1

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Inicialmente cabe destacar que em todos os casos o número total de indivíduos monoativos entre 16 e 60 anos de idade é superior ao total de indivíduos pluriativos, condição que pode refletir a intensidade do exercício da pluriatividade, conforme GRAF. 04. De acordo com a TAB. 02, em Veranópolis são fundamentalmente os jovens, entre 16 e 24 anos de idade (34,0%), que se dedicam ao exercício da pluriatividade, número que diminui gradativamente na medida em que a idade avança, chegando a 14% entre os indivíduos na faixa etária de 51 a 60 anos. Já em Três Palmeiras e em Salvador das Missões a pluriatividade se concentra nos indivíduos entre 41 e 50 anos, 30,4% e 34,8%, respectivamente, apesar de não ser desprezível o percentual de pessoas entre 16 e 30 anos que exercem atividades não-agrícolas.

É importante acrescentar que em regiões mais desenvolvidas, como é o caso de Veranópolis e da Serra Gaúcha, a inserção em mercados de trabalho não-agrícolas se consolida como uma estratégia viável, inclusive para os jovens oriundos do meio rural. Neste caso, esta relação de dupla atividade emerge como uma estratégia de adaptação em que os indivíduos, principalmente os mais jovens, apoiando-se em graus mais elevados de escolaridade, conseguem inserção em um amplo e diversificado mercado de trabalho não-agrícola, sem que, para isso, seja necessário alimentar os fluxos migratórios para centros urbanos locais ou regionais. Como decorrência dessa estratégia, a média de idade entre os

indivíduos pluriativos de Veranópolis, que é de 33,2 anos, é a menor na comparação com os demais municípios.

Torna-se interessante observar que, em Veranópolis e Salvador das Missões, o número de indivíduos, entre 16 e 24, pluriativos é maior do que o daqueles dedicados exclusivamente às atividades agrícolas. Em Três Palmeiras, chama a atenção o elevado percentual de indivíduos monoativos entre 16 e 30 anos de idade, representando 29,1% do total. Este é um importante indicativo de que os jovens agricultores da região possuem limitadas possibilidades de acessar o mercado de trabalho não-agrícola, realidade que vai se confirmar ao longo do trabalho. Ainda assim, em todos os municípios, verifica-se que os indivíduos monoativos se concentram fundamentalmente nos estratos superiores de idade, particularmente entre 51 e 60 anos. No caso de Veranópolis, isto se reflete na média de idade dos indivíduos monoativos (41,9 anos), a segunda maior entre os casos e praticamente nove anos a mais em relação à dos indivíduos pluriativos do próprio município.

Em Salvador das Missões, dos 43 indivíduos que exercem atividade não-agrícola, 37,2% possui entre 16 e 30 anos de idade, ao passo que dos 95 indivíduos dedicados exclusivamente às atividades agrícolas, apenas 8,4% possui entre 16 e 30 anos. Destacando-se a baixa atratividade que a agricultura representaria para esta faixa etária, não é de se surpreender que haja um alto índice de indivíduos com idade elevada entre os monoativos (43,6 anos), fato que produz suas implicações quanto à sucessão na agricultura familiar<sup>3</sup>. Realidade distinta ocorre em Três Palmeiras, onde há uma parcela muito significativa da população jovem rural exercendo exclusivamente atividades agrícolas e onde a média de idade dos indivíduos monoativos (39,9 anos) é a menor entre os casos, pouco superior à dos pluriativos (36,4 anos). Mais uma vez parece se comprovar a hipótese de que, enquanto em algumas regiões o mercado de trabalho não-agrícola não é suficientemente amplo a ponto de absorver a população proveniente do meio rural, em outras este mesmo excedente é absorvido, ao menos em parte, local e regionalmente, como é o caso de Veranópolis e mesmo de Salvador das Missões.

---

<sup>3</sup> Dados da pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (2003) apontam que entre as famílias exclusivamente agrícolas, Três Palmeiras apresenta o maior percentual de existência provável de sucessor (50,0%), seguida de Veranópolis (45,8%) e Salvador das Missões (45,2%). Entre as famílias pluriativas, 76,5% das de Três Palmeiras responderam que possivelmente ao menos um membro da família dará continuidade ao empreendimento familiar, percentual que cai para 59,3% em Salvador das Missões e 42,9% em Veranópolis. Neste caso, a confiança na existência de sucessor poderia estar associada ao número de indivíduos jovens e à capacitação destes em termos de escolaridade. Ademais, a existência de sucessor parece cada vez mais levar em consideração as possibilidades visualizadas pelos jovens de buscar no mercado de trabalho não-agrícola um padrão de vida superior ao alcançado na agricultura. O grande desafio seria, então, conjugar o exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas, o que nem sempre é o horizonte mais próximo. Disso tudo, conclui-se que o problema da sucessão afeta distintamente a agricultura familiar, desde que respeitada a condição de atividade das famílias.



A relação entre idade e condição de atividade nem sempre é clara, o que nos impede de afirmar, categoricamente, que à medida que a idade avança, menos pluriativos se tornam os indivíduos, embora isso valha nos casos de Salvador das Missões e de Três Palmeiras. Os dados podem indicar que, quando os indivíduos pluriativos são principalmente os mais jovens, estes, ou puderam estudar por mais tempo, distintamente da época dos pais, ou se dedicaram mais às atividades agrícolas por falta de oportunidades no mercado de trabalho não-agrícola, ou mesmo as exercem somente após assumir as responsabilidades de dirigir o estabelecimento, como parece ser o caso de Três Palmeiras<sup>4</sup>.

Em resposta aos questionamentos apontados, os dados permitem considerar que a idade dos indivíduos influencia na possibilidade de acesso a atividades não-agrícolas e ao exercício da pluriatividade. No entanto, é válido considerar também que tal afirmação não pode ser extrapolada para todos os recortes territoriais sem o devido cuidado de se analisar determinadas particularidade locais e regionais, associadas às características socioeconômicas e de mercado de trabalho não-agrícola que serão objeto de análise na próxima seção.

#### 4.2.1.2 Pluriatividade e nível de instrução

O nível de instrução dos agricultores tem alguma incidência sobre a prática da pluriatividade? A TAB. 03 contém informações que permitem avançar no debate a este respeito, utilizando-se, para isso, os anos de estudos médio dos indivíduos monoativos e pluriativos<sup>5</sup>. As famílias pluriativas foram assim classificadas: alta pluriatividade, famílias com três ou mais indivíduos exercendo atividade não-agrícola; média pluriatividade, famílias com dois indivíduos exercendo atividade não-agrícola e; baixa pluriatividade, famílias onde apenas um indivíduo exercia atividade não-agrícola.

Os dados são incisivos em pelo menos quatro aspectos: o primeiro é o de que os indivíduos pluriativos possuem nível médio de instrução maior do que os indivíduos monoativos, com destaque para o município de Veranópolis, onde a diferença é superior a três anos de estudo em favor dos pluriativos; o segundo aspecto é o de que, junto às famílias com alta pluriatividade, os indivíduos que exercem atividades não-agrícolas apresentam nível de instrução maior em relação às famílias com baixa pluriatividade e, principalmente, às com média pluriatividade; o terceiro aspecto diz respeito às diferenças regionais em relação ao

---

<sup>4</sup> Estas considerações também foram apontadas por Etxezarreta et al. (1995) ao analisarem a relação entre a pluriatividade e a idade dos agricultores em três regiões da Espanha (Andalucía, Astúria e Cataluña).

<sup>5</sup> Tipologia adaptada de Etxezarreta et al. (1995).

nível médio de instrução, tanto entre os indivíduos pluriativos como entre os monoativos; chamando a atenção tanto para o baixo nível de instrução em Três Palmeiras, independentemente da condição de atividade (4,94 anos para os monoativos e 6,83 anos para os pluriativos), quanto para o elevado nível de instrução dos monoativos em Salvador das Missões, chega-se ao quarto aspecto; são importantes também as diferenças quanto aos anos médios de estudo, segundo condição de atividade, entre os municípios, merecendo destaque as diferenças tanto dos indivíduos dedicados ao exercício de atividades não-agrícolas como os dedicados exclusivamente às atividades agrícolas de Veranópolis e Salvador das Missões, em comparação com Três Palmeiras.

**TABELA 03**

Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Anos de estudo médio dos indivíduos, segundo a condição de atividade das famílias (2001/02).

<b>Condição de atividade</b>	<b>Veranópolis</b>	<b>Três Palmeiras</b>	<b>Salvador das Missões</b>
Alta Pluriatividade (3 ou + indivíduos)	9,56	7,66	7,84
Média Pluriatividade (2 indivíduos)	8,50	6,91	7,65
Baixa Pluriatividade (1 indivíduo)	8,65	6,46	8,40
Média geral pluriativos	9,09	6,83	8,01
Média geral monoativos	6,02	4,94	6,92

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

De uma maneira em geral, os dados da TAB. 03 vão ao encontro do conteúdo da TAB. 02, uma vez que a pluriatividade é exercida particularmente pelos mais jovens, que apresentam maior nível de instrução. Em Veranópolis isto é ainda mais evidente, pois os indivíduos que exercem atividade não-agrícola possuem em média mais de nove anos de estudo, acima dos oito anos médios de estudo encontrados em Salvador das Missões e aos menos de sete anos registrados em Três Palmeiras.

Os dados permitem considerar que a existência de mercado de trabalho não-agrícola mais atrativo em Veranópolis e em Salvador das Missões serve como estímulo para a busca de maior instrução em relação aos pais, sem que isso resulte, necessariamente, numa condição eminente de migração. De acordo com Ellis (2000), indivíduos que possuem grau de instrução mais elevado tendem a desenvolver capacidade maior (leia-se estratégia) de adaptação às condições do meio externo, particularmente em relação ao mercado de trabalho, via exercício de atividades não-agrícolas, reduzindo, ou mesmo destituindo por completo, o risco da migração. Por outro lado, o fato de os jovens do meio rural de Três Palmeiras ser a parcela mais representativa das pessoas residentes no meio rural pode representar, seguindo a mesma

perspectiva de Ellis (2000), resultado de estratégias de reação às condições impostas pelo ambiente externo, que, cada vez mais exigente em relação ao nível de instrução dos trabalhadores, apresenta-se como barreira aos que permaneceram nos bancos escolares por menos tempo, quase que impondo-se a migração como horizonte possível. Neste caso, o que inicialmente poderia ser reconhecido como positivo, expressiva presença de jovens no meio rural, pode esconder uma condição de vulnerabilidade social.

O baixo nível de instrução dos jovens rurais de Três Palmeiras, aliado a baixa diversidade e a pujança das economias locais, serve como uma barreira para o exercício de atividades não-agrícolas. Comparativamente, tem-se aqui uma situação distinta daquela encontrada em Salvador das Missões, onde os dados apontam que a educação tende a se apresentar como uma porta de saída da agricultura, particularmente entre os jovens que combinam atividades agrícolas com não-agrícolas. Tal como demonstrado por Niederle (2007) e Perondi (2007), escolaridade menor não significa necessariamente agricultura fragilizada, embora cada vez mais a escolaridade se torne condição para que os jovens rurais conquistem o seu próprio espaço. Isto pode se dar tanto pela via da migração, como pela permanência na própria unidade de produção, combinando atividades, uma vez que quanto maior a escolaridade média dos residentes, maior é a possibilidade de exercer outra atividade além da agrícola.

O capital humano mais qualificado, no que diz respeito ao grau de instrução<sup>6</sup>, pode ampliar o leque de opções em relação às estratégias individuais ou familiares de reprodução social, com implicações sobre a diversificação produtiva e de renda, conforme será demonstrado ao final desta tese e já demonstrado por outros pesquisadores (SCHNEIDER et al., 2006; NIEDERLE, 2007; PERONDI, 2007). De acordo com Koppe (2004) e Schneider et al. (2006) a influência da escolaridade é ainda mais significativa quando se isola os filhos dos demais residentes, pois quanto maior a escolaridade entre os integrantes das famílias pluriativas, maior a possibilidade desse indivíduo exercer atividade não-agrícola, chegando à proporção de 80% entre os indivíduos com grau de instrução superior completo, 76,5% com nível superior incompleto, 63,6% com ensino médio completo e 25% com formação técnica completa.

---

<sup>6</sup> Independente da condição de atividade dos indivíduos, constatou-se que em Veranópolis o responsável pelo estabelecimento apresentava escolaridade média de 5,65 anos, ligeiramente superior ao cônjuge, 5,24 anos. Em Três Palmeiras a escolaridade média do responsável era de 4,19 anos, pouco abaixo dos 4,27 anos apresentados pelo cônjuge. Já em Salvador das Missões a relação se inverte, já que o responsável apresenta escolaridade média de 5,51 anos e o cônjuge 6,91 anos.

Em consonância com a análise da relação entre a pluriatividade e a idade dos que a exercem, também se observa uma associação entre a pluriatividade e o nível de instrução. Essa associação indica que indivíduos com nível de instrução mais elevado tendem a exercer com mais “facilidade” atividades não-agrícolas. Neste caso, em resposta à pergunta levantada no início desta seção, os dados apontam que existe uma relação entre escolaridade e atividades não-agrícolas, embora seja difícil determinar o sentido da causalidade<sup>7</sup>.

Neste sentido, concorda-se com Ploeg (2006) que o desenvolvimento endógeno da unidade familiar de exploração possui uma estreita relação com o grau de instrução dos indivíduos e o exercício da pluriatividade, dado que permite diversificar, individual e coletivamente, as estratégias produtivas e reprodutivas, fortalecendo a autonomia dos processos decisórios através de inserção mais qualificada nos mercados de produtos agropecuários, sejam eles tradicionais ou alternativos, e também de trabalho não-agrícola.

#### 4.2.1.3 Pluriatividade, número de residentes e disponibilidade de mão-de-obra

Nesta parte do trabalho, pretende-se demonstrar se há diferenças substanciais entre as três regiões, no que se refere ao tamanho da família e à disponibilidade de mão-de-obra no âmbito da unidade agrícola familiar. Comparativamente, também pretende-se verificar se uma maior disponibilidade de mão-de-obra familiar entre as famílias monoativas leva a combinação de atividades na agricultura.

Com base na TAB. 04, é possível considerar que o número de pessoas residentes e a mão-de-obra familiar disponível contribuem para explicar a condição de atividade das famílias. Outro aspecto importante é o de que, entre as famílias monoativas, observa-se menor diferença entre a disponibilidade de mão-de-obra e o número médio de residentes, indicando que as famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas necessitariam utilizar intensivamente a mão-de-obra disponível, já que se constituem como menos numerosas. As causas disto, conforme já indicado, podem estar associadas à baixa escolaridade entre os indivíduos, apesar do seu duplo caráter em relação ao arrefecimento ou estímulo às migrações de origem rural.

---

<sup>7</sup> Pode-se considerar inclusive que não é uma tradição dos estudiosos sobre a pluriatividade tomar o nível de instrução dos que a exercem como um fator determinante em relação a sua explicação causal. Apenas recentemente é que se observa uma preocupação maior em tomar a escolaridade como um fator explicativo da pluriatividade. Invariavelmente os estudos tentam explicar a pluriatividade com base em aspectos de ordem técnico-produtivos dos estabelecimentos, como adoção de determinados padrões tecnológicos, tamanho do estabelecimento, sistemas de cultivo e criações, entre outros, ainda que fatores de ordem intrafamiliar, como

**TABELA 04**

Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Pessoas residentes e disponibilidade de mão-de-obra familiar, segundo a condição de atividade das famílias (2001/02).

Municípios	Condição de atividade	Número médio de residentes	Até 2 res.	3 e 4 res.	5 e 6 res.	7 ou + res.	UTH fam.total <sup>8</sup> (agr. + ñagr.)
			%	%	%	%	
Veranópolis	Monoativas	3,7	25,0	45,0	25,0	4,2	2,8
	Pluriativas	5,2	2,9	40,0	40,0	17,1	4,0
Três Palmeiras	Monoativas	4,0	26,2	28,6	42,9	2,4	2,9
	Pluriativas	4,0	5,9	64,7	29,4	0,0	3,1
Salvador das Missões	Monoativas	4,0	22,6	41,9	29,0	6,5	2,6
	Pluriativas	5,0	7,4	51,9	25,9	14,8	3,4

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Com exceção de Três Palmeiras, onde o número médio de residentes entre as famílias monoativas e pluriativas é idêntico (4,0), nos demais municípios o tamanho da família ajuda a explicar sua condição de atividade. Neste sentido, isoladamente, em determinadas regiões esta variável demográfica possui pouca capacidade explicativa da diferenciação social e econômica entre as famílias do meio rural. Comparativamente, Veranópolis apresenta o menor número de residentes entre as famílias monoativas (3,7) e o maior número de residentes entre as pluriativas (5,2), enquanto em Salvador das Missões a diferença existe, mas é menos significativa. Esta informação é importante na medida em que contribui para explicar e alimentar o debate sobre os tipos de pluriatividade na agricultura familiar.

De uma maneira geral, as famílias pluriativas se concentram nos estratos superiores em relação ao número de residentes, como ocorre em Veranópolis e em Salvador das Missões. Em Três Palmeiras, todas as famílias pluriativas possuem até 6 residentes, sendo que 64,7% possuem entre 3 e 4 residentes. A heterogeneidade territorial também se revela em relação à composição das famílias monoativas, visto que, em Três Palmeiras, os dados indicam que a parcela mais significativa das famílias (42,9%) possui entre 5 e 6 residentes, enquanto que, em Veranópolis e Salvador das Missões, a parcela mais significativa das famílias monoativas possui entre 3 e 4 residentes, respectivamente 45,0% e 41,9%.

Em estudo de caso realizado em Itapajera D'Oeste, Perondi (2007) verificou que as famílias rurais são compostas por, em média, 4,2 pessoas, sendo que 50,0% possuíam entre 3 e 4 residentes, dentre os quais, 55,0% eram homens com idade média de 39 anos e o restante

número de residentes e idade aparecem como determinantes. A publicação organizada por Neiman e Craviotti (2005) possui vários trabalhos representativos desta perspectiva

<sup>8</sup> A Unidade de Trabalho Homem (UTH) corresponde à unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho. Uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta, ou seja, entre 18

(45,0%) eram mulheres com idade média de 41 anos. Estes são dados que alimentam o debate sobre os novos fenômenos demográficos que acometem o meio rural, neste caso, a masculinização, tal como aparece nos trabalhos de Camarano e Abramovay (2005) e Anjos e Caldas (2005); a sucessão hereditária, presente nos trabalhos de Silvestro et al. (2001), Anjos e Caldas (2006) e no recente trabalho de Spanevello (2008); e a relação entre pluriatividade e sucessão na agricultura familiar presente em Etchezarreta et al. (1995).

A última coluna da TAB. 04 possui uma informação importante no que diz respeito a relação entre condição de atividade e disponibilidade de mão-de-obra. Apesar de a agricultura familiar monoativa de Três Palmeiras apresentar a maior disponibilidade de mão-de-obra familiar (2,91 UTH) em relação às famílias monoativas dos demais municípios, isso não se traduz, necessariamente, na combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, conforme exposto no GRAF. 04, onde apenas 28,8% das famílias do município são pluriativas. Outra informação importante é a de que o pequeno número de indivíduos monoativos entre 16 e 30 anos em Salvador das Missões (TAB. 02) aparece aqui na mão-de-obra familiar disponível (2,6 UTH), comparativamente a menor entre os municípios.

Os dados analisados até este momento permitem considerar que a pluriatividade pode estar relacionada a uma série de fatores internos à unidade familiar de produção. A seguir serão analisados os dois últimos aspectos considerados importantes para investigar a pluriatividade sob a perspectiva endógena: a quantidade de terra e a Superfície Agrícola Explorada (SAU).

#### 4.2.1.4 A pluriatividade, as dimensões e a intensidade de exploração da unidade familiar

Por meio da TAB. 05 pretende-se demonstrar se existe relação entre a pluriatividade e a disponibilidade do recurso produtivo terra, já que existe certa divisão de opiniões entre os especialistas sobre esta relação. Em termos gerais, as famílias pluriativas se distribuem em todos os estratos de área total e superfície agrícola útil<sup>9</sup> (SAU), embora tendam a se concentrar nos estratos medianos de área total, entre 15 e 30 hectares, e nos estratos inferiores de SAU, entre 10 e 20 hectares. Ao mesmo tempo, isso sugere certa tendência de que a intensidade da pluriatividade diminui à medida que aumenta o tamanho do estabelecimento,

---

e 59 anos. UTH familiar total é a soma da quantidade de força de trabalho agrícola e não-agrícola disponível na família.

<sup>9</sup> A Superfície Agrícola Útil (SAU) corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, ou seja, a Superfície Total (ST) da unidade de produção agrícola menos as áreas improdutivas ou que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola.

particularmente entre aqueles com mais de 30 hectares de área total e 20 hectares de superfície explorada.

Feitas estas considerações gerais, cabe estabelecer a comparação entre os municípios. Em Veranópolis, é possível observar que é significativo o percentual de famílias monoativas (33,3%) acima de 30 hectares, o que se traduz na maior área média entre as famílias monoativas (25,5 hectares). A concentração também se observa em relação às famílias pluriativas, visto que 25,8% do total possuem área média acima dos 30 hectares. É importante adiantar aqui que este é um entre os indicadores que possui forte relação com os estilos de agricultura familiar analisados ao final deste trabalho. Constatou-se que o exercício da pluriatividade determinou a formação de um dos estilos de agricultura familiar, que apresenta a maior área média e menor SAU em relação aos demais estilos. A análise de *cluster* apontou que a maioria das unidades familiares que formam este estilo de agricultura familiar predomina em Veranópolis.

**TABELA 05**

Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Área total e superfície agrícola útil, % das explorações, segundo a condição de atividade das famílias (2001/02).

<i>Estrato de área total (ha)</i>	<b>Veranópolis</b>		<b>Três Palmeiras</b>		<b>Salvador das Missões</b>	
	<b>Mono</b>	<b>Pluri</b>	<b>Mono</b>	<b>Pluri</b>	<b>Mono</b>	<b>Pluri</b>
0 a 5	0,0	11,4	4,8	5,9	0,0	11,1
5 a 10	4,2	8,6	14,3	29,4	12,9	11,1
10 a 15	29,2	11,4	28,6	17,6	22,6	25,9
15 a 20	8,3	11,4	26,2	11,8	19,4	22,2
20 a 30	25,0	31,4	7,1	17,6	22,6	22,2
30 a 50	20,8	22,9	2,4	5,9	12,9	3,7
>50	12,5	2,9	16,7	11,8	9,7	3,7
Área total média (ha)	25,5	23,4	23,1	20,8	24,1	16,8
<i>Estratos de SAU (ha)</i>						
0 a 10	28,0	44,1	38,1	41,2	22,6	48,1
10 a 20	48,0	41,2	35,7	35,3	41,9	40,7
20 a 30	16,0	5,9	9,5	5,9	16,1	7,4
30 a 40	4,0	5,9	2,4	0,0	6,5	0,0
40 a 50	4,0	2,9	4,8	0,0	9,7	0,0
>50	0,0	0,0	9,5	17,6	3,2	3,7
SAU média (ha)	16,9	12,4	19,7	17,9	19,9	12,7

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Conforme já referido, a TAB. 05 indica que as famílias pluriativas possuem e exploram áreas de terra menores do que as famílias exclusivamente agrícolas, ou monoativas. Essa constatação vai ao encontro da perspectiva de Kinsella et al. (2000), Murdoch et al.

(2003), Carneiro (2006) e Schneider et al. (2006) a respeito da potencialidade da pluriatividade em atribuir à terra outros significados, além do estritamente produtivo, o que não pode ser extrapolado para as famílias exclusivamente agrícolas.

Não deixa de chamar atenção que as famílias pluriativas de Três Palmeiras apresentam a maior superfície agrícola explorada, em relação às famílias pluriativas dos demais municípios, muito próxima da área média total dos estabelecimentos. Este dado estaria indicando pelo menos duas tendências: a primeira é a de que estas famílias dispõem de recursos produtivos (capital), suficientes para explorar praticamente toda a área disponível; a segunda tendência apontaria na direção de que, devido à “abundância” do recurso produtivo capital, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas dar-se-ia internamente ao setor agropecuário, caracterizando uma espécie de pluriatividade de base agrária. Pode-se considerar que este fator tem desenvolvido papel determinante na opção pelo exercício da pluriatividade, prestando serviços agrícolas nos períodos de plantio, manejo e colheita àquelas famílias que não dispõem de capital em máquinas e equipamentos agrícolas, o que não as impede de produzir *commodity* agrícolas, como é o caso da agricultura familiar do Alto Uruguai e das Missões. Estas questões são objeto de análise ao longo do capítulo 6.

Já em Salvador das Missões o que mais se destaca é a distância que separa a área média dos estabelecimentos da área efetivamente explorada, independentemente da condição de atividade das famílias. Os dados indicam que, neste município, a pluriatividade ocorre ainda mais entre as famílias que exploram pequenas áreas de terra. Isto porque, 88,8% das famílias pluriativas possuem até 20 hectares de superfície agrícola explorada, ante os 76,5% de Três Palmeiras e 85,3% de Veranópolis.

Por terem maior número médio de residentes e, em alguma medida, menores áreas de terra disponível, a busca de atividades complementares que possam ocupar a força de trabalho excedente e garantir acesso à renda torna-se uma alternativa importante e viável. No entanto, com base nos dados da TAB. 05, não é possível afirmar, categoricamente, que a pluriatividade está ligada à escassez de terra ou a explorações decadentes incapazes de se integrar aos circuitos mercantis, como bem observou Niederle (2007) em seu estudo de caso.

Apesar das diferenças no que tange ao tamanho de área total e de área agricultável, até o momento estes foram os indicadores que, talvez, menos demonstram a diferenciação na agricultura familiar por condição de atividade das famílias. Neste caso, esta relativa homogeneidade em relação a um recurso produtivo tão importante como a terra não surpreende, pois se tratam de regiões coloniais que foram palco de processos de colonização



semelhantes, inclusive em relação à repartição da terra, às primeiras práticas produtivas ou às formas de organização social e manifestações de sociabilidade.

Ainda assim, com relação ao recurso produtivo terra, parece que a pluriatividade está associada, em termos amplos, com as explorações familiares pequenas e médias no interior do universo agrícola familiar. Por outro lado, não há elementos suficientes para sustentar que a orientação para o exercício de atividades não-agrícolas dependa mais das condições físicas das unidades de produção e da intensidade da exploração do que das condições do mercado de trabalho não-agrícola. Neste caso, a orientação produtiva dos estabelecimentos familiares é parte integrante e não única da integração intersetorial da agricultura.

Assim, parece produtor reconhecer que o estímulo ao exercício de atividades não-agrícolas não obedece exclusivamente aos fatores de ordem intra-familiar ou endógenos, ao menos em relação aos tratados nesta investigação. Isso implica no reconhecimento de dois aspectos importantes: primeiro, com base nas variáveis analisadas nesta seção, é possível considerar que não é a pluriatividade que explica as diferenças e as desigualdades regionais de desenvolvimento rural e a diversidade de estilos de agricultura; segundo, para avançar nesta explicação, é preciso analisar a pluriatividade sob um ângulo exógeno ou externo às famílias e buscar subsídios ao entendimento da relação entre desenvolvimento rural, diversidade de estratégias e estilos de agricultura familiar.

#### **4.2.2 Perspectiva exógena da pluriatividade**

Nesta seção do trabalho, é importante resgatar a hipótese que norteia este capítulo, qual seja, a de que – para que ocorra o processo de integração intersetorial das economias locais e da agricultura familiar e o exercício da pluriatividade seja algo factível – deve-se analisar sob ângulo mais amplo as condições objetivas de inserção dos indivíduos em mercados de trabalho que não o exclusivamente agrícola, bem como a capacidade destas economias de absorver endogenamente o excedente econômico gerado, a fim de potencializá-lo através da inovação e diferenciação constante. Por isso, acredita-se que, mais do que uma estratégia individual ou familiar, a combinação de atividades produtivas e a diversificação das fontes de renda favorecem a diversificação das economias locais e a consolidação de um mercado de trabalho para os moradores do meio rural.

Neste caso, a indagação a ser respondida é se o exercício da pluriatividade no meio rural pode ser explicado pela maior ou menor diversidade das economias locais e regionais. Ou seja, existem estratégias de reação e estratégias de adaptação que são estabelecidas não só

em função das condições objetivas de reprodução social (ângulo endógeno), mas também em função dos contextos locais e regionais em que os agricultores familiares estão inseridos (ângulo exógeno). Isso requer reconhecer as economias locais e regionais, buscando-se perceber algumas das suas principais características. Estas características serão identificadas com base em indicadores *sócio-demográficos* tais como, variação populacional por situação de domicílio; evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor de atividade; Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc); composição setorial do PIB e rendimento mensal; indicadores sobre *mercado de trabalho e empreendedorismo*, via número de estabelecimentos por setor de atividade econômica; dinâmica recente do mercado de trabalho e número de micro e pequenas empresas em relação à população.

É à luz destas questões que se pretende avançar no debate do desenvolvimento rural enquanto um amplo processo de diversificação, tanto do portfólio de estratégias individuais e familiares, quanto das dinâmicas regionais e territoriais.

Para tanto, ainda que não seja o objetivo deste capítulo retomar a análise do desenvolvimento agrário das regiões, pois esta dimensão já foi contemplada ao longo do capítulo 3, é importante retomar brevemente algumas questões, buscando uma melhor compreensão das realidades regionais investigadas quanto aos indicadores selecionados.

A modernização agrícola que ocorreu no Rio Grande do Sul a partir dos anos cinquenta e sessenta transformou a realidade agrária de muitas regiões e, o estado, em uma das mais importantes unidades da federação, tanto em termos da produção de alimentos como de matérias-primas. No entanto, isto conduziu a processos agrários regionalmente distintos, cujos principais aspectos podem ser destacados com base nos indicadores selecionados.

Em um primeiro momento convém salientar que são inegáveis os efeitos do processo migratório que ocorreu nas últimas décadas sobre a formação e diferenciação dos pólos urbanos regionais. Dentre os pólos e suas “vocações” regionais consolidados no Rio Grande do Sul, pode-se apontar: (1) Região metropolitana, pelo comércio, serviços, indústria de materiais plásticos, química, alimentos e bebida; (2) Vale dos Sinos, com a indústria coureiro-calçadista; (3) Caxias do Sul e Serra, por intermédio da indústria metal-mecânica, móveis, auto-peças e bebidas; (4) Vale do Rio Pardo e Santa Cruz do Sul, com base na indústria tabagista; (5) Noroeste, particularmente Ijuí e Santa Rosa, pela indústria de máquinas e equipamentos agrícolas; (6) Pelotas, Rio Grande e Erechim, com a Indústria de alimentos; (7) Região de Santa Maria e Passo Fundo, com atividades ligadas ao comércio e serviços, entre outros. Em um segundo momento, é importante reconhecer e indicar os reflexos da formação destes pólos regionais nos fluxos migratórios inter-regionais (independentemente de estes

terem sido de origem rural ou urbana) e seus impactos na evolução populacional, na formação da renda e da riqueza, do mercado de trabalho e empreendedorismo, etc.

#### 4.2.2.1 Aspectos econômico-demográficos das economias regionais

As informações acima podem reforçar a hipótese e o entendimento de que o curso da modernização agrícola trilhou caminhos distintos entre as três regiões analisadas, resultando em impactos sócio-demográficos diferenciados. Enquanto que, em algumas regiões, houve uma especialização setorial com base na agricultura, que tornou ociosa uma parcela cada vez maior da população rural, com impactos duvidosos em relação ao desenvolvimento regional, em outras, consolidou-se a diversificação com base na indústria e nos serviços, ampliando e fortalecendo o mercado de trabalho não-agrícola para a população local e também atraindo população de outras regiões. Portanto, os indicadores sócio-demográficos a seguir serão analisados como reflexo de processos históricos anteriores, de importante capacidade explicativa da diversidade atual da agricultura familiar.

A análise sócio-demográfica inicia-se com a caracterização da evolução populacional, segundo sua situação de domicílio. A TAB. 06 apresenta a evolução da população total, urbana e rural, nas microrregiões investigadas, com base nos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. É notória a tendência de esvaziamento populacional do meio rural ao longo das últimas quatro décadas nas três regiões, com destaque para a microrregião de Frederico Westphalen, onde, entre 1991 e 2000, um em cada quatro moradores migrou. Em contrapartida, a população com domicílio urbano cresceu substancialmente em todas as regiões, ao longo de todo o período, aumentando sua participação percentual em relação à população total e, por consequência, as taxas de urbanização.

**TABELA 06**

Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - População total, urbana e rural, segundo situação do domicílio - 1970, 1980, 1991 e 2000.

Microrregiões	População: total e por situação domiciliar	Ano				Variação (%)	
		1970	1980	1991	2000	80/70	00/91
Caxias do Sul	Urbana	176.381	306.171	430.813	557.813	73,59	29,48
	Rural	124.918	102.575	101.918	95.842	-17,89	-5,96
	Total	301.299	408.746	532.731	653.655	35,66	22,70
Frederico Westphalen	Urbana	31.080	50.313	62.682	83.655	61,88	33,46
	Rural	176.073	163.317	137.123	101.107	-7,24	-26,27
	Total	207.153	213.630	199.805	184.762	3,13	-7,53
Cerro Largo	Urbana	12.346	21.458	27.946	32.068	73,81	14,75
	Rural	64.115	57.259	46.606	37.904	-10,69	-18,67
	Total	76.461	78.717	74.552	69.972	2,95	-6,14

Fonte: IPEADATA para 1970 e 1980 e IBGE para 1991 e 2000.

Em 1970, na microrregião de Caxias do Sul a população urbana era maior do que a rural, apresentando em 2000 taxa de urbanização superior a 85,0%, o que, nas demais microrregiões, fica em torno de 45,0%, permanecendo a população rural maior do que a população urbana. Entre os destinos desta população pode-se citar a própria região de Serra Gaúcha e o Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, para trabalhar no setor industrial, os frigoríficos de Chapecó, em Santa Catarina, e os restaurantes e churrascarias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O município de Veranópolis é emblemático para exemplificar este processo.

A partir da década de 1980, como resultado da expansão industrial, Veranópolis se tornou referência para pessoas de outros municípios e regiões do estado, que não encontravam trabalho nos seus locais de origem. Boa parte desta população migrante vinha do Alto Uruguai e tinha a expectativa de ali encontrar trabalho. Não seria equívoco presumir, então, que esta população migrava por falta de pujança e oportunidades tanto da agricultura como da economia regional como um todo. Radomsky (2006), refletindo sobre os processos migratórios a partir da perspectiva teórica das redes<sup>10</sup>, e seus desdobramentos empíricos na formação de redes de reciprocidade e de trabalho e de como estas estruturam as interações entre os atores sociais, constituindo-se num modo de regular os mercados, a concorrência econômica e os conflitos sociais locais, aponta que a concentração de migrantes dos municípios do Alto Uruguai se inscreve num processo amplo de mudanças e permanências nas relações sociais, econômicas e culturais que tornam aquela ponto de partida e a Serra Gaúcha ponto de chegada.

Outro aspecto fundamental a reter da TAB. 06 é que o aumento da população urbana, particularmente entre 1991 e 2000, não foi suficiente para compensar a população que saiu do meio rural. O resultado disso é a redução da população total, que, no período mais recente, foi de 7,53% em Frederico Westphalen e 6,14% em Cerro Largo. Estes são indicativos dos impactos diferenciados que a mercantilização e a modernização da agricultura impuseram aos territórios e suas populações e que, acredita-se, também poderão ser identificados a partir da diversidade de estilos de agricultura familiar.

Além dos aspectos genuinamente demográficos, dados da FEE apontam para diferenças significativas quanto ao perfil das economias regionais. A TAB. 07 apresenta a evolução da estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor de atividade econômica para alguns anos selecionados. Já a TAB. 08 apresenta os últimos dados disponíveis quanto ao PIB, PIBpc e estrutura do PIB.

**TABELA 07**

Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Evolução da estrutura do Valor Adicionado Bruto a preços básicos, por setor de atividade em anos selecionado (%).

Microrregiões	Setores de atividade	Anos selecionados				
		1996	1998	2000	2002	2004
Caxias do Sul	Agropecuária	9,0	7,8	9,2	6,0	5,3
	Indústria	54,0	55,1	53,9	38,5	44,6
	Serviços	37,0	37,1	36,9	55,4	50,1
Frederico Westphalen	Agropecuária	39,3	44,0	44,1	33,1	35,3
	Indústria	5,5	2,3	9,6	9,8	11,7
	Serviços	55,2	53,7	46,6	57,1	53,0
Cerro Largo	Agropecuária	37,4	41,5	41,4	31,2	30,6
	Indústria	7,8	8,3	16,5	15,1	15,1
	Serviços	54,7	50,2	42,2	53,7	54,3

Fonte: FEEDADOS (2007).

Analisando a TAB. 07, é possível identificar o perfil industrial e de serviços da microrregião de Caxias do Sul, além da pequena contribuição que a agropecuária possui na formação do VAB regional, apontando inclusive uma tendência de queda no período considerado. Apesar disso, mais de 95 mil pessoas residem em domicílios rurais (TAB. 06), o que indica que uma ampla parcela da população regional utiliza o espaço rural como local de moradia e trabalho ou apenas como local de moradia. Dados do último Censo Demográfico apontam inclusive aumento no número de domicílios rurais, apesar de os mesmos dados apontarem diminuição da população rural. Neste caso, aparecem indícios de que o espaço

<sup>10</sup> A este respeito, ver as contribuições de Lowe et al. (1995) e Murdoch (2000).

rural próximo às regiões mais dinâmicas economicamente tende a converter parte das áreas agricultáveis para outras atividades produtivas, incluindo casas e chácaras de trabalhadores urbanos que se deslocam até o meio rural nos finais de semana.

Em relação à microrregião de Frederico, os dados são conclusivos em relação ao seu perfil agropecuário e à importância do setor Serviços. Apesar das variações, é importante salientar ao menos dois aspectos. Um deles é que, apesar do perfil agropecuário, este setor estaria reduzindo a sua importância na economia regional, cedendo espaço para a indústria, que em 1996 participava com apenas 5,5% do VAB, mas que passou para 11,7% em 2004. Queda ainda mais acentuada da participação do setor agropecuário com aumento importante da participação da indústria na formação do VAB se observa na microrregião de Cerro Largo. Não parece ser este o caso, mas é importante registrar que em regiões onde a agricultura é fundamentalmente produtora de *commodity*, como nas Missões e no Alto Uruguai, as variações na participação da agropecuária poderiam ser explicadas, ao menos em parte, pelas oscilações que marcam os preços agrícolas.

Para tornar a análise mais contundente, torna-se relevante incorporar à análise alguns dados econômicos recentes. No que tange ao total de riquezas produzidas<sup>11</sup>, os dados indicam que, em 2005, o volume foi superior a 14 bilhões de reais em Caxias do Sul, de 1,3 bilhões em Frederico Westphalen e de quase 600 milhões em Cerro Largo. Tamanha discrepância também aparece na análise do PIB *per capita*, superior a 19 mil reais em Caxias do Sul e em torno de 8 mil reais nas demais microrregiões, caracterizando padrões distintos de geração de riqueza e renda.

**TABELA 08**

Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) e estrutura do PIB.

Microrregiões	PIB (2005) (R\$ mil)	PIBpc (2005) (R\$)	Estrutura do PIB, % (2004)		
			Agr.	Ind.	Ser.
Caxias do Sul	14.199.590	19.474	11,6	57,0	31,4
Frederico Westphalen	1.297.354	7.397	51,9	10,6	37,5
Cerro Largo	570.105	8.536	45,2	15,2	39,5

Fonte: FEEDADOS (2007).

<sup>11</sup> Neste caso, avalia-se como importante retratar os dados ao nível municipal. No ano 2005, de acordo com dados da FEE, o Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, a preços básicos, contribuía com apenas 5,6% do VAB total de Veranópolis, enquanto a contribuição do VAB da Indústria era de 47,5% e do VAB Serviço 46,8%, reforçando os dados encontrados em relação à estrutura da economia regional por setor de atividade econômica. Em Salvador das Missões a maior contribuição vem do setor Serviços (47,8%), seguida do VAB Agropecuário (36,0%) e do VAB da Indústria (16,1%).

De um ponto de vista setorial, mais uma vez, fica evidente que Caxias do Sul se caracteriza por ser uma microrregião com perfil industrial e de serviços, pois em 2004 a Indústria foi responsável por 57% do PIB regional e a agropecuária por apenas 11,6%. As demais microrregiões, com destaque para Frederico Westphalen, possuem um perfil agropecuário, pois apenas 10,6% do PIB regional em 2004 teve origem industrial, contra 51,9% da agropecuária. Já em Cerro Largo, apesar do forte impacto do setor Serviços, é considerável a participação da Indústria, embora a maior contribuição seja a da agropecuária.

Ainda que os dados não permitam uma análise histórica de vários anos ou décadas, é possível afirmar que, quanto maior for o PIB ou o PIB *per capita* regional, menor tende a ser a participação da Agropecuária, enquanto setor de atividade econômica na formação do VAB e do PIB regional. Neste caso, abre-se um campo de discussões acerca das razões históricas que determinaram o perfil econômico regional e como este foi mudando ao longo do tempo, tornando-se causa e consequência de importantes transformações sociais, como urbanização e crescimento das cidades, proximidade de centros consumidores, disponibilidade e qualidade dos meios de transporte. Por isso, a renda acaba expressando estas relações, as quais se estabelecem no âmbito local, regional, urbano e rural.

Diferenças importantes também são observadas quando se compara a renda domiciliar entre as microrregiões (TAB. 09). Os dados apontam que só uma pequena parcela dos domicílios particulares permanentes, da microrregião de Caxias do Sul, tinha rendimento médio de até 1 salário mínimo, independentemente da situação domiciliar. O mesmo pode se dizer em relação aos estratos de 1 a 2 e de 2 a 3 salários mínimos. A maioria dos domicílios urbanos possuía rendimentos médios superiores a 5 salários mínimos (64,2%), o mesmo acontecendo com os domicílios rurais (57,4%), fato que indica uma significativa harmonia nos rendimentos domiciliares entre residentes no meio rural e residentes no meio urbano.

Conforme já vínhamos salientando, isto estaria indicando, além de amplos processos de integração intersetorial do meio rural e da agricultura local com os demais setores de atividade econômica, uma relação de complementariedade entre atividade, ocupações e setores econômicos, ou, nos termos de Veiga (2001b) e Abramovay (2003), uma integração muito mais territorial do que setorial.

**TABELA 09**

Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Classes de rendimento nominal mensal em salários mínimos, por situação de domicílio, 2000 (%).

Classes de rendimentos (salários mínimos)	Localização domicílio	Microrregiões		
		Caxias do Sul	Frederico Westphalen	Cerro Largo
Até 1 SM	Urbano	2,6	12,3	10,6
	Rural	3,4	23,7	23,2
1 a 2 SM	Urbano	6,1	18,1	18,1
	Rural	1,4	27,9	27,9
2 a 3 SM	Urbano	7,4	13,0	14,2
	Rural	8,6	17,1	19,6
3 a 5 SM	Urbano	18,5	18,1	21,4
	Rural	20,3	15,8	17,3
5 a 10 SM	Urbano	32,5	20,7	21,3
	Rural	32,5	11,1	10,0
Mais de 10 SM	Urbano	31,7	16,0	12,8
	Rural	25,0	4,3	3,0
Sem rendimento	Urbano	1,2	1,7	1,6
	Rural	1,2	1,8	1,3

Fonte: IBGE (2000).

Esta integração mais territorial do que setorial não seria uma característica dos setores e atividades econômicas das microrregiões de Frederico Westphalen e Cerro Largo. Nestas, a maioria dos domicílios, particularmente os rurais, situa-se nas classes inferiores de rendimento. Disso decorre que apenas uma pequena parcela dos domicílios possuía, em 2000, rendimentos superiores a 5 salários mínimos. Portanto, é compreensível que estas regiões se caracterizem, conforme proposição de Schneider e Waquil (2001), por possuírem municípios pequenos, pobres e predominantemente rurais, onde as principais características estão relacionadas à ruralidade e à pobreza, ou mesmo pela proposição de Kageyama (2006), que localiza nestas regiões a concentração da produção familiar de soja e trigo que, aliada a outros fatores, determina a máxima proporção de população rural ocupada na agricultura, máxima proporção de pobres e renda média mínima.

Com base nos objetivos e hipóteses deste trabalho, isto nos reporta a discutir as características das economias locais em termos do número de estabelecimentos por setor de atividade econômica e do perfil do mercado de trabalho. Da mesma forma, espera-se avançar no entendimento sobre suas relações com o empreendedorismo regional, uma variável econômico-demográfica com capacidade de representar a relação entre perfil econômico e concentração setorial.



Economias regionais industrializadas potencializam a diversificação econômica nos demais setores de atividade enquanto economias regionais agropecuárias restringem esta diversificação? A seção seguinte tem o propósito de tecer algumas considerações a respeito desta questão e analisar seus reflexos na agricultura familiar regional.

#### 4.2.2.2 Mercado de trabalho e empreendedorismo regional

Outro importante indicador do perfil das economias regionais é o número de estabelecimento por setor de atividade econômica (TAB. 10). Esse indicador permite reconhecer a heterogeneidade das economias regionais quanto ao mercado de trabalho, sua diversificação ou concentração. *Grosso modo*, os dados apenas confirmam o que se identificou em relação à evolução da composição setorial do VAB (TAB. 07) e da estrutura do PIB (TAB. 08) das regiões: forte presença de estabelecimentos do setor de Serviços em todas as microrregiões, seguido de estabelecimentos da indústria, incluída a construção civil, e de estabelecimentos agropecuários<sup>12</sup>.

**TABELA 10**

Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Número de estabelecimento por setor de atividade econômica, em 31 de dezembro de 2006.

Setores e tipo de estabelecimento	Caxias do Sul		Frederico Westphalen		Cerro Largo	
	N	%	N	%	N	%
<i>Indústria</i>						
Transformação	5.698	25,6	458	14,4	161	12,2
Serviços Ind. Utilid. Públ.	34	0,2	25	0,9	6	0,6
Construção Civil	755	3,4	206	6,3	49	3,7
Extração Mineral	45	0,2	13	0,4	1	0,1
<i>Serviços</i>						
Serviços (exceto com. e ad. pub.)	7.459	33,5	761	23,9	368	27,9
Comércio	7.307	32,9	1.536	48,2	619	46,9
Administração Pública	31	0,1	28	0,9	17	1,3
<i>Agropecuária, ext. veg, caça e pesca</i>	913	4,1	158	5,0	100	7,6
Total	22.242	100,0	3.185	100,0	1.321	100,0

Fonte: MTE/Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDTE)/Relações Anuais de Informações Sociais/Estabelecimentos (RAIS) (2007).

A concentração na formação do setorial do VAB e do PIB não é acompanhada com a mesma intensidade na distribuição do número de estabelecimentos, demonstrando que a diversidade econômica e as economias de escopo são ao mesmo tempo causa e consequência

de processos endógenos de desenvolvimento rural e regional. No caso da microrregião de Caxias do Sul, observa-se uma distribuição equânime do número de estabelecimentos entre a indústria de transformação, do ramo dos serviços e do ramo do comércio, o que não se observa nas demais microrregiões.

Outro importante dado a ser analisado é o comportamento do mercado de trabalho com base nas ocupações, pois sua diversidade e comportamento, ao longo do tempo, tendem a retratar as características sociais e econômicas regionais. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDTE), via base de dados das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS), indicam que, em 31 de dezembro de 2006, a maioria absoluta (58,5%) dos estabelecimentos da microrregião de Caxias do Sul possuía até 4 empregados. Para Frederico Westphalen o percentual era de 67,8% e para Cerro Largo de 65,0%.

Através dos dados disponibilizados pelo MTE/PDTE/RAIS (2007) foi possível identificar as ocupações com maiores saldos positivos, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2007, incluindo ainda informações sobre o número de admissões e de desligamentos e sobre o salário médio no momento da admissão do trabalhador. As informações contidas na TAB. 11 são determinantes para apontar os setores ou grupos de atividades econômicas mais dinâmicas em nível regional, permitindo estabelecer parâmetros de comparação com os demais dados analisados até o momento, em relação à perspectiva exógena da pluriatividade no sentido de indicar quais mercados de trabalho não-agrícolas poderiam absorver a população residente no meio rural.

---

<sup>12</sup> No caso dos estabelecimentos agropecuários, são aqueles com registro de CNPJ, que determina o perfil de “empregador”.

**TABELA 11**  
Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Ocupações com maiores saldos positivos, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2007\*.

Microrregiões	Ocupações	Salário Médio Admissão (R\$)	Trabalhadores		
			Adm.	Desl.	Saldo
Caxias do Sul	Alimentador de linha de produção	450,76	58.393	45.431	12.962
	Auxiliar de escritório, em geral	504,20	15.411	13.351	2.060
	Vendedor de comércio varejista	453,97	18.390	16.575	1.815
	Faxineiro	357,81	9.487	8.026	1.461
	Embalador, a mão	380,47	4.780	3.550	1.230
	Montador de máquinas, motores e acessórios (em série)	577,78	2.826	1.638	1.188
	Abatedor	399,15	10.168	9.132	1.036
	Cozinheiro geral	385,12	7.075	6.152	923
Frederico Westphalen	Vendedor de comércio varejista	351,48	1.728	1.559	169
	Auxiliar de escritório, em geral	392,13	773	650	123
	Magarefe	342,67	392	273	119
	Faxineiro	276,98	431	322	109
	Servente de obras	358,55	1.080	988	92
	Motorista de caminhão (rotas reg. e inter.)	573,06	465	375	90
	Repositor de mercadorias	354,39	282	208	74
	Costureiro na confecção em série	324,90	360	294	66
Cerro Largo	Motorista de caminhão (rotas reg. e inter.)	782,86	623	466	157
	Trabalhador da suinocultura	357,55	173	102	71
	Armazenista	420,07	119	63	56
	Auxiliar de escritório, em geral	391,82	360	323	37
	Estivador	384,36	1.572	1.536	36
	Vendedor em comércio atacadista	424,43	70	35	35
	Repositor de mercadorias	346,00	85	51	34
	Vendedor de comércio varejista	358,85	821	797	24

Fonte: MTE/Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho/Perfil dos Municípios (2007).

\* Este é o período recente metodologicamente comparável. Não é possível comparar dados anteriores com dados posteriores a 2003.

A primeira constatação é referente à ocupação com maior saldo positivo<sup>13</sup>. Na microrregião de Caxias do Sul, das 8 ocupações com maiores saldos positivos entre janeiro de 2003 e janeiro de 2007, a que apresentou maior saldo positivo, 12.962 trabalhadores, foi alimentador de linha de produção, ocupação ligada à atividade industrial e com uma das maiores médias salariais no momento da admissão. Outra importante ocupação, vinculada ao setor Industrial – montador de máquinas, motores e acessórios (em série) – apresentou importante saldo positivo, posicionando-se em 6º lugar, com mais de um mil novos trabalhadores contratados e com salário médio de admissão de R\$ 577,00.

Todas as demais ocupações vinculam-se ao setor Serviço ou à atividades ligadas ao comércio que, juntamente com a indústria, são os principais setores de atividades econômicas, responsáveis pela maior parcela de formação do PIB regional. Na microrregião de Frederico Westphalen, as duas ocupações que registraram maiores saldos positivos<sup>14</sup> foram: vendedor de comércio varejista e auxiliar de escritório, atividades ligadas ao setor Serviços. Em Cerro Largo as duas ocupações que registraram maiores saldos positivos foram: motorista de caminhão de rotas regionais e internacionais e trabalhador da suinocultura, uma atividade do setor Serviços e uma do setor Agropecuário, respectivamente.

Além das ocupações que mais admitiram, também é importante identificar as ocupações que mais desligaram, trabalhadores, permitindo uma caracterização mais fiel da dinâmica dos mercados de trabalho regional. Na microrregião de Caxias do Sul, apesar de a

---

<sup>13</sup> No mesmo período de referência (janeiro de 2003 a janeiro de 2007), das 8 ocupações com maiores saldos positivos em Veranópolis, 6 eram ligadas ao ramo industrial, com destaque para a ocupação lavador de peças. As duas outras ocupações ligavam-se ao setor Serviços. Convém destacar que as duas ocupações com maior saldo negativo no mesmo período estavam ligadas ao ramo calçadista, decorrência direta do fechamento da São Paulo Alpargatas, em 2006. Em Salvador das Missões, das 8 ocupações com maiores saldos positivos, 4 eram do setor Serviços, 3 do ramo industrial e apenas uma do setor Agropecuário. Os maiores saldos negativos também ocorreram em ocupações ligadas aos ramos industrial e de serviço. Em Três Palmeiras, das 8 ocupações com maiores saldos positivos, 4 eram ligadas à indústria, todas do ramo calçadista. Das demais, 3 eram do setor Serviços e uma do Agropecuário. Apesar de não ser objetivo deste trabalho, é válido mencionar que, nos últimos 10 anos, há um interessante movimento da indústria coureiro-calçadista em direção aos pequenos municípios do Norte/Noroeste gaúcho que, apesar de essencialmente rurais, apresentam um mínimo de infra-estrutura (acesso asfáltico, mão-de-obra minimamente qualificada), bem como incentivos fiscais dos governos municipais e conseguem atrair empreendimentos do setor industrial. Este movimento em direção a regiões eminentemente agrícolas, pelo que se sabe, ainda não foi objeto de estudo, apesar de ter aproximadamente mais de 10 anos. Os estudos mais conhecidos restringem-se às tradicionais regiões da indústria coureiro-calçadista, como o Vale do Rio dos Sinos (SCHNEIDER, 1994, 1999) ou a Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul (TEDESCO, 2002). Este novo movimento é caracterizado pela terceirização da produção industrial na forma de ateliês prestadores de serviço ao setor coureiro-calçadista, experiência observada em Três Palmeiras e em outros municípios circunvizinhos ao longo dos últimos anos.

<sup>14</sup> No caso da microrregião de Frederico Westphalen, em outubro de 2001, iniciou atividades na cidade de mesmo nome o Frigorífico Mabella. Fundado em 1938 com a instalação da Cooperativa de Produtos Suínos Antônio Ltda, sucedida por Damo S/A em 1961 e pela SADIA S/A em 1989, aproveitou a estrutura deixada por esta última, que encerrou suas atividades em 1996 (Consulta ao site <http://www.mabella.com.br/historia.php>). A reabertura da planta acabou gerando um demanda por trabalhadores especializados no abate de animais junto aos

Indústria ter sido o setor que mais empregou no período considerado, foi a ocupação costurador de calçados à máquina que apresentou o maior saldo negativo no mesmo período (-1.348 trabalhadores). Neste caso, a explicação é bastante “simples”. Em maio de 2006, depois de 29 anos de atividades no município de Veranópolis, a empresa paulista de material esportivo São Paulo Alpargatas fechou suas portas, transferindo suas atividades para o estado da Bahia. Segundo Grisa (2007), essa transferência gerou a demissão de praticamente 1.500 trabalhadores, muitos deles agricultores e filhos de agricultores de Veranópolis e de municípios vizinhos.

Informações veiculadas no jornal de circulação estadual *Correio do Povo*, antes do fechamento das plantas industriais, dão conta de que a unidade de Veranópolis representava praticamente 40% do ICMS municipal e impactava diretamente na economia de vários municípios da região. À época do fechamento, a empresa alegou que as variáveis macroeconômicas, câmbio desfavorável às exportações e a importação de produtos de origem asiática, estavam afetando a competitividade da empresa. Apesar disso, um mês antes do fechamento, os diretores asseguravam que a empresa não fecharia as portas, tendo inclusive planos de expansão via investimento em tecnologia. No entanto, não foi isso o que ocorreu<sup>15</sup>. A guerra fiscal entre os estados e a redução dos custos fixos (especialmente mão-de-obra) foram os principais atrativos para que as unidades da São Paulo Alpargatas se transferissem para a Bahia ou para qualquer outro estado da federação.

Já na microrregião de Frederico Westphalen, a ocupação que apresentou maior saldo negativo foi professor de nível médio, seguida de pedreiro. Por sua vez, na microrregião de Cerro Largo a ocupação que mais excluiu postos de trabalho foi trabalhador agropecuário.

Para finalizar a caracterização do que neste trabalho se está denominando de economias locais, apresenta-se dados a respeito do grau de empreendedorismo ou da distribuição territorial dos pequenos empreendimentos, seguindo a proposta desenvolvida por José Eli da Veiga em alguns dos seus trabalhos (VEIGA, 2002a, 2005b). Nestes trabalhos, Veiga constrói um indicador, sintético e extremamente simples, do grau de empreendedorismo existente nos territórios. Este consiste em dividir a população total (POP)

---

matadouros, que se reflete no incremento da ocupação de Magarefe, terceira maior ocupação geradora de postos de trabalho entre janeiro de 2003 e janeiro de 2007, com salário médio no momento da admissão de R\$ 342,67.

<sup>15</sup> Apesar disso, Grisa (2007) não observou entre os agricultores pluriativos e extensionistas de Veranópolis preocupação generalizada com o fechamento dos postos de trabalho, dada a capacidade de absorção por parte de outras empresas no município, inclusive do mesmo ramo, como a Dal Ponte, demonstrando o dinamismo econômico e do mercado de trabalho local e regional.

de um determinado recorte territorial pelo número das micro e pequenas empresas<sup>16</sup> (MPE) deste mesmo território. O resultado é um indicador da existência de uma MPE para “x” habitantes. A hipótese testada e validada pelos trabalhos do autor é a de que a relação entre a população e o número de MPE (POP/MPE) diminui conforme aumenta o grau de aglomeração populacional. Ou seja, nas aglomerações urbanas ou regiões como graus maiores de urbanização, há relativamente mais MPE/habitantes do que nas áreas com população mais rarefeita ou com população predominantemente rural.

No caso deste trabalho, a hipótese a ser testada vai ao encontro da hipótese de Veiga, acrescentando a perspectiva de que regiões mais desenvolvidas e com perfil industrial tendem a apresentar menor concentração setorial das MPE. Dito de outro modo, regiões mais desenvolvidas (ou com desenvolvimento rural mais harmonioso entre suas dimensões<sup>17</sup>), com taxas de urbanização mais elevadas e com perfil industrial apresentam uma relação entre população e o número de MPE (POP/MPE) menor do que regiões menos desenvolvidas (ou com desenvolvimento rural mais desarmonioso em relação às suas dimensões), com taxas de urbanização mais baixas e com perfil agropecuário, diferenciando-se em relação ao empreendedorismo.

Na microrregião de Caxias do Sul, onde 83,7% das empresas do setor da Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços são consideradas micro ou pequenas empresas, observou-se uma relação POP/MPE de 0,35 (uma MPE para cada 35 habitantes). Frederico Westphalen, onde 80,0% são micro e pequenas empresas, a relação POP/MPE foi de 0,73 (uma MPE para cada 73 habitantes). Já na microrregião de Cerro Largo, onde 75,4% são micro e pequenas empresas, a relação POP/MPE foi de 0,70 (uma MPE para cada 70 habitantes).

Da mesma forma, regiões mais desenvolvidas e com desenvolvimento mais harmonioso, mais urbanizadas, com perfil industrial (mas com importância setorial mais equilibrada na formação do PIB), apresentam um grau de empreendedorismo, ou relação entre MPE/habitantes, menor do que regiões menos desenvolvidas (ou com desenvolvimento menos harmonioso), PIB setorialmente concentrado e com peso predominante do setor agropecuário e com taxas de urbanização mais baixas, confirmando a hipótese anteriormente levantada.

---

<sup>16</sup> Os critérios adotados, neste trabalho, para a identificação do número de micro e de pequenas empresas nas microrregiões investigadas seguiu proposição do Sistema Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A entidade limita a micro as empresas que empregam até 9 pessoas, no caso do comércio e de serviços, ou até 19, no caso dos setores industrial ou de construção civil. Já como pequenas empresas são definidas as que empregam de 10 a 49 pessoas, nos setores do comércio e de serviços, e de 20 a 99 pessoas nos setores da indústria e da construção civil. Não estão contabilizadas as empresas destes setores com zero empregados.

Apesar das diferenças em termos de composição setorial do PIB ou mesmo do grau de empreendedorismo regional, a economia familiar costuma ser diversificada. Não obstante, conforme se esboçou no capítulo 3, com base em Paiva (2006), e agora em Veiga (2001a), o dilema entre diversificação e especialização também se manifesta no âmbito regional e territorial, tendo implicações sobre as dinâmicas de desenvolvimento rural e sobre as estratégias produtivas e reprodutivas da agricultura familiar, como se percebe em Ploeg (2000).

Veiga (2001a) destaca que, quando as tecnologias que foram adaptadas para certa base ecológica e locacional dão mais vantagem à exploração de economias de escala do que de escopo, haverá tendência à especialização, e à conseqüente formação de uma economia local que reagirá apenas aos sinais enviados por um determinado mercado, em geral distante. É o que ocorre nas microrregiões de Frederico Westphalen e Cerro Largo, onde a “vocação” agrícola foi incentivada durante décadas através da introdução de monocultivos (basicamente trigo, soja e milho), e que os mercados formadores de preços, inclusive dos insumos, localizam-se distantes destas regiões produtoras, invariavelmente fora do próprio país. No extremo oposto, quando as vantagens estão ligadas à exploração de economias de escopo, a diversificação levar  a a uma base econômica mais flexível e menos sujeita às oscilações de um único mercado. Esta conjugação de fatores é facilmente encontrada na região de Caxias do Sul, onde a diversificação setorial e de ocupações gera um mercado de trabalho extremamente dinâmico, inclusive para a população residente no meio rural, estimulando o exercício de atividades não-agrícolas e de outras formas de geração de emprego e renda, como o turismo rural e as agroindústrias.

Conforme ficar  a ainda mais evidente ao longo do capítulo final desta tese, as atividades não-agrícolas tendem a se concentrar justamente nos setores mais dinâmicos da economia regional, havendo uma estrita associação entre pluriatividade enquanto estratégia de reação e pluriatividade enquanto estratégia de adaptação às economias e mercados de trabalho não-agrícola regionais. Neste sentido, a capacidade explicativa da pluriatividade, seja endógena ou exógena, em relação às diferenças regionais depende da sua intensidade e dos seus tipos.

Em regiões onde a diversidade das economias locais é um produto da histórica capacidade de a agricultura inovar constantemente em questões tecnológicas,    produtor considerado que a pluriatividade possui papel importante na explicação das suas dinâmicas.

---

<sup>17</sup> Neste caso, resgata-se o esforço depreendido no capítulo 2, quando da construção do   ndice de Desenvolvimento Rural (IDR) e a comprovação das distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural.

Neste caso, economias diversificadas endogenamente tendem a se fortalecer ainda mais à medida que ocorre uma vinculação territorial e não setorial entre o rural e o urbano ou entre o agrícola e o não-agrícola. Por outro lado, quando a pluriatividade surge como um produto de inovações tecnológicas induzidas por agentes externos, a mesma tende a fortalecer o viés setorial do desenvolvimento regional. Isto é, os contextos regionais também têm capacidade explicativa em relação aos processos de integração intersetorial da agricultura.



## 5 ESTATÍSTICA MULTIVARIADA APLICADA AO ESTUDO DA DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

No capítulo anterior ficou demonstrado que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas se constitui como um dos principais aspectos explicativos da diversidade e da diferenciação da agricultura familiar. Igualmente, as noções de heterogeneidade, dinâmicas de desenvolvimento e graus e intensidade de mercantilização permitem investigar e demonstrar as iniciativas que os agricultores estabelecem para viabilizar a reprodução social. Além disso, ficou claro que as diferenças nos processos de desenvolvimento rural de cada região se refletem nas estratégias de reprodução dos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que a pluriatividade contribui para explicar os distintos padrões regionais de desenvolvimento e a formação de economias locais mais especializadas ou mais diversificadas.

São dois os objetivos perseguidos neste capítulo. O primeiro objetivo é compor uma matriz de dados com base em variáveis e componentes que permita analisar a diversidade do universo agricultura familiar, deixando a análise da diversidade em termos de estilos para o capítulo final. O segundo objetivo é caracterizar a distribuição territorial dos grupos homogêneos construídos a partir da análise fatorial e de *cluster*. Paralelamente, serão apresentados os fatores e seus respectivos indicadores bem como a capacidade explicativa dos mesmos em relação a variação total dos indicadores, neste caso as 67 variáveis consideradas. Nesta parte do trabalho, cabe-nos apenas fazer uma caracterização geral dos componentes e variáveis e de suas determinações na diferenciação entre os estilos regionalizados de agricultura.

A hipótese que orienta este capítulo é a de que quanto mais diversificadas e heterogêneas forem as possibilidades das famílias viabilizarem sua inserção em atividades produtivas agropecuárias ou mercados de trabalho não-agrícolas, mais diversificado será o portfólio regional de estilos de agricultura familiar. Ou seja, o que explica a diversidade e as diferenças da agricultura familiar é a forma como se dá a mercantilização e sua relação com as estratégias de reprodução. A partir disso, avançou-se em relação aos primeiros resultados com base no universo, sem estabelecer qualquer tipo de comparação entre os grupos homogêneos identificados. Neste caso, as características fundamentais que determinam as diferenças entre os grupos e a sua regionalização serão apenas identificadas a partir da análise fatorial, deixando-se a comparação entre os grupos para o capítulo seguinte.

A opção metodológica<sup>1</sup> pela análise fatorial e de *cluster*, utilizada neste capítulo, foi de extrema importância no atendimento ao objetivo e à hipótese que nortearam esta parte do trabalho. A opção por uma técnica de análise multivariada, a análise fatorial e o posterior agrupamento pela análise de *cluster*, tem duas metas operacionais que se assemelham aos propósitos metodológicos dos estilos de agricultura. A primeira meta foi a necessidade de identificar um ferramental estatístico que desse conta de um amplo universo de observações e variáveis, sem que isso resultasse em perda de informações essenciais da realidade social investigada. Por sua vez, a segunda meta, que se vincula a primeira, tenta dar conta da amplitude do banco de dados e da diversidade do universo investigado a partir das possibilidades oferecidas pela análise fatorial de explicar o comportamento de um número relativamente grande de variáveis, que por seus vínculos formam um pequeno número de fatores e a construção de grupos homogêneos com base nos vínculos entre as observações (as unidades de agricultura familiar).

Levando em consideração que o fio condutor deste capítulo, e do trabalho como um todo, é identificar as relações entre os processos de desenvolvimento rural, em termos de suas dinâmicas territoriais; os estilos de agricultura familiar, em termos da sua diversidade regional; e as estratégias dos agricultores familiares, buscou-se guardar a metodologia em ferramentas estatísticas já amplamente testadas e validadas. Ao contrário do capítulo 4, onde a condição de atividade das famílias era definida única e exclusivamente pela combinação ou não de atividades agrícolas e não-agrícolas, ou seja, baseada em apenas um critério ou variável, a constituição dos estilos de agricultura se baseia na inter-relação entre todas as variáveis consideradas.

A via de entrada é a definição das variáveis por parte do pesquisador com base em suas convicções teóricas. Esta tentativa de aproximar a análise fatorial da perspectiva dos estilos de agricultura familiar, até onde se sabe, inovadora em termos de Brasil, apresentou-se como um dos principais desafios deste trabalho, particularmente por dois aspectos: o primeiro, pela própria falta de estudos no Brasil com esta proposta e as dificuldades decorrentes em relação à identificação de vantagens e limites; o segundo por incorporar variáveis tradicionalmente não utilizadas nos estudos agrários, como é o caso do grau de escolaridade e

---

<sup>1</sup> Isto teve implicações importantes quanto à forma de fazer a comparação. Até esta parte do trabalho a comparação foi entre municípios e/ou regiões. Neste capítulo, a comparação passa a ser entre variáveis e instâncias ou componentes. Cabe registrar que nesta fase do trabalho a comparação será com base no total da amostra, ou seja, entre todas as variáveis consideradas a partir de estatísticas básicas médias, desvios-padrão, valores mínimos e máximos e coeficiente de variação. Procurando ver, com ressalvas, a capacidade explicativa da média, sempre que possível a caracterização do universo amostral será feita a partir da análise das proporções,

da produção para autoconsumo. Por outro lado, isto permitiu um relativo afastamento da perspectiva que tenta explicar a diversidade e a diferenciação da agricultura com base apenas em critérios econômico-produtivos, assim como uma importante aproximação com a perspectiva do ator-rede e sua percepção da relação entre mercantilização e valores sociais. Ou seja, um estilo de agricultura não foi definido apenas pela quantidade de terra, capital e trabalho.

Além deste repto, pode-se considerar a existência de diferencial metodológico-conceitual. Distintamente do que propõe Jan Douwe van der Ploeg referência em seus estudos, neste trabalho, está-se propondo uma tipologização de “estilos de agricultura familiar” e não da agricultura de um modo em geral. Embora isso pareça um pormenor, é importante frisar que a opção por analisar exclusivamente as formas familiares de agricultura e não todas as formas de agricultura existentes possui implicações importantes na identificação dos estilos e das dinâmicas territoriais, pois resulta em buscar a heterogeneidade das estratégias produtivas e reprodutivas em um universo homogêneo sob a concepção normativa.

Ainda assim, os processos classificatórios (tipologias) e suas definições operacionais, por mais rigorosos que possam parecer, são sempre parciais e redutores. A utilização de simplificações para compreender realidades complexas tem por objetivo estabelecer parâmetros de comparação entre tipos. A elaboração da tipologia, apresentada neste capítulo, valeu-se da contribuição de Wolf (2003) a respeito de as definições estabelecidas pelos processos classificatórios serem sempre ferramentas do pensamento, não sendo possível transportá-las ao longo do tempo sem a necessidade da constante resignificação<sup>2</sup>. Isto implica em reconhecer que os estilos de agricultura familiar identificados neste trabalho representam o “estágio” atual de diversificação ou especialização desta forma social de organização do trabalho e da produção.

Ainda que atualmente permaneçam características de estilos pretéritos da agricultura familiar investigada, os processos históricos operaram mudanças significativas na sua dinâmica regional. É importante registrar que a inserção mercantil acompanha a agricultura das três regiões investigadas desde as primeiras fases da colonização, quanto mais nos aproximamos da realidade atual mais distintas se tornam as dinâmicas da agricultura familiar

---

que apesar de ter um valor médio este é obtido com base em duas variáveis. No decorrer do capítulo 6, a comparação será entre estilos de agricultura.

<sup>2</sup> Isso aparece no trabalho de Wolf (2003) em que o autor apresenta uma discussão preliminar sobre os tipos de campesinatos latino-americanos, baseando-se em três critérios (que seja exclusivamente produtor agrícola, que

e do desenvolvimento rural destas mesmas regiões. O pressuposto é o de que qualquer perspectiva de uma não orientação para o mercado pouco contribui para analisar as formas de agricultura passadas e contemporâneas.

Em função disso, a diferenciação entre os estilos de agricultura familiar dar-se-á, preferencialmente, buscando relacionar as estratégias produtivas e reprodutivas dos agricultores familiares com os processos mais gerais de desenvolvimento rural e regional. Isso deve permitir reconhecer os limites em relação à diversificação produtiva e reprodutiva dos agricultores. Sendo assim, a análise fatorial e de *cluster* se une à perspectiva dos estilos de agricultura. Desta forma, pretende-se avançar na compreensão da diversidade da própria agricultura familiar através da construção de tipologias que permitam reconhecer o portfólio de ações e estratégias que diferenciam as unidades familiares, os padrões de desenvolvimento rural e as próprias regiões.

O equacionamento das esferas de produção e circulação de mercadorias contribui significativamente na concepção de que um estilo de agricultura é uma “construção social”. Resulta do equacionamento das formas de alocação da força de trabalho e dos demais recursos produtivos, com destaque para as tecnologias disponíveis, das restrições ou potencialidades ambientais de uso do solo, da reprodução dos meios de trabalho, do tipo de mercadoria produzida e das suas finalidades e da intensidade das trocas. Nos termos de Ploeg (1990), os padrões de reprodução social das formas de agricultura familiar são modelos “típicos ideais” que representam trajetórias não lineares, de tal forma que o grau de mercantilização da agricultura é um resultado negociado pelos agricultores com outros agentes e interesses.

Deste modo, os “espaços de manobra” definidos por Ploeg (2003) para caracterizar o grau com que os mercados e o padrão tecnológico entram nos processos produtivos permitem avançar consideravelmente na identificação de estilos de agricultura familiar. De acordo com Ploeg (2003) e Vanclay et al. (2006), isso permite reconhecer que um estilo de agricultura não é algo estático, pois da mesma forma que os agricultores podem migrar “livremente” de um estilo para outro, com o passar do tempo, o grau de dependência dos mercados e o padrão tecnológico prevalecente impõem uma constante reconstrução do repertório de estratégias.

Através da construção de grupos homogêneos será possível dialogar com a questão central da tese: a reprodução social da agricultura familiar e o processo de mercantilização a ela associada são diversos e multifacetados mesmo em regiões onde os processos históricos de

---

controle ou tenha a posse da terra e que a produção se destine para a subsistência e não para o investimento) para definição de camponês.

ocupação e de formação do tecido social foram análogos. Isso significa que os processos de diferenciação social no meio rural não são uniformes e obedecem a um conjunto amplo de causas. Ressalta-se que a construção de grupos homogêneos não visa a homogeneizar, mas sim a definir “tipos” sem perder de vista a diversidade.

## 5.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE FATORIAL E DE *CLUSTER*

Esta parte do trabalho é dedicada à apresentação dos aspectos metodológicos que orientam a análise fatorial e de *cluster*. Além da indicação da fonte de dados, dos universos pesquisados e das variáveis e instâncias ou componentes, far-se-á breve apresentação das técnicas de análise multivariada utilizadas.

### 5.1.1 As fontes de dados e os universos pesquisados

As informações que compõem a base de dados sobre a qual se apóia a metodologia utilizada neste capítulo foram coletadas no ano agrícola 2001-2002 nos municípios de Veranópolis (59 observações), Três Palmeiras (59 observações) e Salvador das Missões (58 observações). Para a formação do banco e da base de dados os procedimentos estatísticos (análise fatorial e análise de *cluster*), utilizou-se o programa estatístico SPSS (*Statistical Package Social Science*).

A base de dados é formada por um conjunto de 176 observações ou casos (as unidades de agricultura familiar) e por 67 variáveis. A TAB. 12 apresenta, uma a uma, as variáveis utilizadas, acompanhadas de estatísticas básicas. Com estas 67 variáveis, procura-se apreender o que se poderia denominar de nível de reprodução da agricultura familiar, com base em critérios que vão desde a forma de alocação e intensidade do uso da mão-de-obra e da tecnologia, a unidade doméstica enquanto ambiente onde se definem as estratégias, a unidade de produção e a relação com os mercados, até a diversificação das fontes de renda e dos sistemas de cultivo e criações, etc. Nesta mesma seção, as variáveis, bem como a caracterização para o universo das observações são apresentadas pela primeira vez ao leitor.

Devido ao grande número de variáveis consideradas, e a efeito de utilizar a maior quantidade de informação possível no processo classificatório, realizou-se análise fatorial através da técnica de componentes principais. Foram extraídos 17 fatores, os quais

conjuntamente explicam 85,1% da variância total entre os 67 indicadores utilizados. A partir desse momento, foi possível tornar adequada e compreensível a classificação.

Neste sentido, convém reforçar que as variáveis, sobre as quais recai a análise deste capítulo, foram escolhidas pela capacidade empírica de representarem estilos de agricultura e processo de mercantilização diferencial do meio rural e da agricultura familiar. Na esteira deste debate, assume-se a possibilidade de identificar estilos de agricultura familiar em que sua dinâmica se diferencia, pelo grau de mercantilização, pela maior ou menor diversidade produtiva e de rendas, pelo tipo de produtos e mercados, por uma maior ou menor externalização das etapas ou fases dos processos produtivos, por situações de maior autonomia ou dependência e por determinadas características intra-familiares.

**TABELA 12**  
Estatísticas básicas das variáveis selecionadas

Instância	Variáveis	Média	Des.-Pad.	Mínimo	Máximo	Coef. Var.
(1) Estrutura fundiária e uso da terra	Área total estabelecimento (ha)	22,55	16,71	0,20	90,00	0,74
	Proporção da superfície agrícola útil (SAU) em relação a área total (%)	74,68	19,60	4,17	99,00	0,26
	Área pastagens (nat+cult) em relação a área total (%)	22,48	17,60	0,00	83,33	0,78
	Área matas plantadas sobre área total (%)	2,12	5,07	0,00	40,00	2,39
	Área matas naturais sobre área total (%)	17,12	16,50	0,00	91,67	0,96
	Área lavouras cultiváveis (temp+perm) sobre área total (%)	50,11	22,68	1,33	95,12	0,45
	Concentração uso da terra - soma dos quadrados das participações (índice)	0,04	0,07	0,00	0,54	1,75
(2) Unidade doméstica: demografia e escolaridade	Pessoas residentes (número)	4,35	2,00	1,00	14,00	0,46
	Idade média dos residentes (anos)	40,36	12,95	14,80	73,50	0,32
	Idade média chefe do estabelecimento (anos)	53,07	10,81	27,00	76,00	0,20
	Escolaridade média - exceto pessoas com mais de 60 e menos de 16 anos, analfabetas, apenas lêem ou escrevem (anos de estudo)	5,93	2,87	0,00	15,00	0,48
(3) Uso de recursos produtivos: mão-de-obra e capital	Capital disponível total (R\$)	28.891,30	34.588,11	0,00	206.909,00	1,20
	Superfície agrícola explorada por trabalhador agrícola total - fam.+ cont. (ha)	6,45	5,53	0,09	40,06	0,86
	Superfície agrícola explorada por trabalhador agrícola familiar (ha)	6,94	6,67	0,09	51,18	0,96
	Mão de obra agrícola familiar (UTH)	2,68	1,23	0,33	7,5	0,46
	Mão-de-obra agrícola familiar fora da unidade de produção – pluriat. base agrária (UTH)	0,03	0,13	0,00	1,00	4,33
	Mão-de-obra não-agrícola - pluriatividade inter-setorial (UTH)	0,43	0,86	0,00	5,09	2,00
	Mão-de-obra agrícola total - familiar+contratada (UTH)	2,78	1,28	0,52	7,63	0,46
	Mão-de-obra agrícola familiar + não-agrícola (UTH)	3,14	1,41	0,75	9,76	0,45
	Mão-de-obra total (UTH)	3,23	1,48	0,76	9,96	0,46
	Participação da mão-de-obra não agrícola em relação a mão-de-obra familiar total (%)	11,64	19,85	0,00	91,78	1,71
	Mão-de-obra não agrícola em relação a mão-de-obra total (%)	11,29	19,18	0,00	80,00	1,70
	Mão-de-obra agrícola familiar em relação a mão-de-obra total (%)	85,54	20,57	6,91	100,00	0,24
	Mão-de-obra contratada em relação a mão-de-obra agrícola total (%)	3,06	8,27	0,00	72,46	2,70
(4) Mercantilização, externalização e dependência	Mão-de-obra contratada (UTH)	0,09	0,23	0,00	1,33	2,56
	Mão-de-obra contratada em relação a mão-de-obra total (%)	2,43	5,53	0,00	30,88	2,28
	Consumo intermediários total (R\$)	8.784,28	11.402,31	357,8	92.466,73	1,30
	Consumo intermediário por hectare explorado (R\$)	570,22	637,18	32,43	6.385,00	1,12
	Consumo intermediário em relação ao produto bruto total (R\$)	40,23	22,23	3,68	100,00	0,55
	Insumos da produção vegetal em relação ao CI (%)	47,23	21,17	0,00	91,25	0,45
	Insumos da produção animal em relação ao CI (%)	23,89	17,84	0,00	82,3	0,75
	Insumos da transformação caseira em relação ao CI (%)	1,75	3,81	0,00	38,36	2,18
	Gastos com pagamento de serviços de terceiros e empreitada em relação ao CI (%)	8,59	11,08	0,00	66,54	1,29
	Insumos da produção vegetal em relação ao Produto Bruto Total - intensidade gastos produção vegetal (%)	18,84	14,69	0,00	93,99	0,78

## Continuação....

Instância	Variáveis	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Coef. variação
	Insumos da produção animal em relação ao Produto Bruto Total - intensidade gastos produção animal (%)	10,04	10,85	0,00	59,71	1,08
	Insumos transformação caseira em relação ao Produto Bruto Total - intensidade gastos transformação caseira (%)	0,62	2,05	0,00	25,57	3,31
(5) Produção, mercado e autonomia	Produto bruto autoconsumo total (R\$)	3.850,69	2.431,82	204,00	15.962,15	0,63
	Proporção do produto bruto autoconsumo em relação ao produto bruto total (%)	30,01	22,73	1,50	100,00	0,76
	Proporção do produto bruto total venda em relação ao produto bruto total (%)	69,99	22,73	0,00	98,50	0,33
	Produto bruto vegetal venda em relação ao produto bruto venda total (%)	44,05	31,44	0,00	100,00	0,71
	Produto bruto animal venda em relação ao produto bruto venda total (%)	48,61	33,5	0,00	100,00	0,69
	Produto bruto transformação caseira venda em relação produto bruto venda total (%)	5,07	14,03	0,00	90,88	2,77
	Concentração do produto bruto para venda – vegetal + animal + trans. caseira (índice)	0,66	0,22	0,00	1,00	0,33
	Concentração da produção bruta vendida - 14 principais produtos na formação do PBT venda incluindo transformação caseira venda (índice)	0,40	0,23	0,00	1,00	0,58
(6) Rendimento e remuneração	Produtividade física por hectare explorado (R\$)	882,69	1.012,22	-502,42	5.329,95	1,15
	Produtividade do trabalho por pessoa ocupada (R\$)	3.899,46	4.482,99	-819,57	29.643,79	1,15
	Produtividade do trabalho agrícola (R\$)	4.376,61	4.709,26	-960,00	29.643,79	1,08
	Produtividade trabalho agrícola familiar (R\$)	4.768,59	5.543,98	-963,00	33.670,87	1,16
	Remuneração mão-de-obra disponível no estabelecimento (R\$)	6.010,59	4.876,61	0,00	29.967,71	0,81
	Remuneração da mão-de-obra familiar (R\$)	6.290,79	5.540,32	0,00	34.038,80	0,88
	Remuneração da mão-de-obra agrícola (R\$)	4.132,34	4.600,71	-992,71	28.838,14	1,11
	Remuneração da mão-de-obra agrícola familiar (R\$)	4.473,18	5.330,85	-995,81	32.755,78	1,19
	Remuneração da mão-de-obra não agrícola (R\$)	2.923,57	6.267,49	0,00	53.333,33	2,14
	Remuneração agrícola da SAU (R\$)	846,19	1.013,20	-635,75	5.306,95	1,20
(7) Renda	Renda Agrícola (R\$)	11.658,54	15.553,48	-1.986,64	138.771,40	1,33
	Renda de aposentadorias, pensões e transferências (R\$)	3.334,93	3.704,01	0,00	21.926,71	1,11
	Rendas de outras fontes (R\$)	343,03	1.175,37	0,00	8.160,00	3,43
	Outras rendas do trabalho (R\$)	441,33	1.660,14	0,00	13.500,00	3,76
	Rendas de atividades não-agrícola (R\$)	3.193,82	7.563,18	0,00	53.300,00	2,37
	Renda Total (RT)	19.018,03	17.994,85	0,00	143.624,80	0,95
	Renda total anual per capita (R\$)	4.688,62	4.144,98	0,00	24.106,05	0,88
	Participação da renda agrícola sobre a renda total (%)	57,85	32,17	0,00	100,00	0,56
	Participação da renda de aposentadorias sobre renda total (%)	22,24	25,48	0,00	100,00	1,15
	Participação da renda de outras fontes sobre a renda total (%)	1,54	4,86	0,00	29,28	3,16
	Participação das outras rendas do trabalho sobre renda total (%)	2,55	9,70	0,00	79,68	3,80
	Participação das rendas não-agrícolas sobre a renda total (%)	14,69	25,38	0,00	100,00	1,73
	Concentração das fontes de renda na formação da renda total - soma dos quadrados das participações (índice)	0,65	0,22	0,00	1,00	0,34

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).



### 5.1.2 Método da Análise Fatorial e Análise de *Cluster*

Não cabe no escopo deste trabalho resgatar a literatura a respeito dos métodos de análise fatorial e de análise de *cluster*. Os estudos, enquanto métodos de apreensão da realidade, e a literatura, de um modo geral, que se utilizam destes métodos são amplamente reconhecidos nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive nas Ciências Sociais. Com base em alguns estudos, deter-nos-emos em uma breve sistematização do que constitui a análise fatorial e a análise de *cluster*, enquanto ferramentas de auxílio na compreensão da realidade social.

A análise fatorial, enquanto método estatístico é uma técnica de análise multivariada de dados, que permite explicar o comportamento de um número relativamente grande de variáveis em relação a um pequeno número de fatores. Resume-se na determinação da matriz de correlação entre todas as variáveis; extração dos fatores necessários para representar os dados; rotação dos fatores, de modo que fiquem mais fáceis de ser interpretados; e cálculo dos escores fatoriais (CUNHA; CHILANTE, 2001). Segundo Hoffman (1992), a análise fatorial ou *factor analysis* é um conjunto de métodos estatísticos que, em certas situações, permite explicar o comportamento de um número relativamente grande de variáveis observadas em termos de um número relativamente pequeno de variáveis latentes ou fatores.

Para Hair et al. (2005), a análise fatorial é um nome genérico dado a uma classe de métodos estatísticos multivariados, cujo propósito principal é definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados, permitindo analisar as inter-relações entre um grande número de variáveis e, assim, definir um conjunto de dimensões latentes comuns, chamadas de fatores. É uma técnica de interdependência, na qual todas as variáveis são simultaneamente consideradas, cada uma relacionada com todas as outras. De acordo com Hoffmann (1992), em análise fatorial, variáveis altamente correlacionadas entre si ficarão fortemente associadas com um mesmo fator, visto que a finalidade da análise fatorial consiste em explicar a estrutura de correlação entre as variáveis.

Enquanto técnica multivariada, a principal vantagem da análise fatorial é a sua habilidade em acomodar múltiplas variáveis em uma tentativa de compreender as relações complexas que outros métodos não conseguem realizar. O propósito geral da análise fatorial é encontrar um modo de resumir a informação contida em diversas variáveis originais em um conjunto menor de novas dimensões compostas com uma perda mínima de informação. É uma técnica estatística para identificar um número pequeno de fatores (dimensões não-

observáveis) com o intento de representar relações complexas entre um conjunto de variáveis, pondo em evidência os vínculos entre as mesmas (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001).

Dado que o objetivo é classificar as diversas unidades familiares em termos dos fatores que determinam a mercantilização diferencial das mesmas, revelados pela análise fatorial, será empregada a técnica de análise de agrupamentos ou de *clusters*. Por sua vez, a análise de *clusters* ou de agrupamentos, é um procedimento classificatório, cujo objetivo é identificar grupos homogêneos de indivíduos. Este procedimento põe em evidência os vínculos entre as observações, agrupando-as com base em suas semelhanças. Por isso, os agrupamentos resultantes apresentam alta homogeneidade interna (entre os objetos de um mesmo *cluster*), e alta heterogeneidade externa (entre objetos de *clusters* distintos) (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001). A análise de *cluster* constitui um dos métodos utilizados para o agrupamento das observações de acordo com características (indicadores) semelhantes.

A análise de *cluster* corresponde a um conjunto de métodos através, por meio dos quais se busca reunir os vários indivíduos em grupos, tipos ou classes, tomando como informações, para classificação, as medidas de um conjunto de variáveis, características ou atributos de cada indivíduo (EVERITT, 1977 *apud* SOUZA; LIMA, 2003).

No Brasil, e no âmbito dos estudos socioeconômicos que se valem da análise fatorial e da análise de *cluster* para investigar questões associadas à agricultura, pode-se identificar ao menos dois focos relativamente distintos. Na primeira linha de investigação, à qual se poderia atribuir um foco agrícola, estão os estudos em que a principal preocupação é analisar a intensidade e a dinâmica dos processos de modernização da agricultura e seus desdobramentos na reordenação dos fatores, bem como suas implicações no aumento dos índices de produtividade. Na segunda linha de investigação, a análise recai sobre as mudanças na estrutura agrária ao longo do tempo e sua relação com os processos de modernização da agricultura.

Os estudos de Hoffmann e Kageyama (1985), Hoffmann (1993) e Souza e Lima (2003), Llanillo et al. (2006) podem ser tomados como exemplos da utilização da análise fatorial na caracterização do desenvolvimento da agricultura brasileira e de suas diferenças regionais em relação ao grau de modernização. O desenvolvimento da agricultura aparece, então, como uma consequência do grau em que se operou a modernização técnico-produtiva, particularmente no que tange ao aumento dos índices de produtividade. O recorte empírico destes estudos é a agricultura de um modo geral, sem distinção dos diferenciais normativos

que, não se pode esquecer, surgem no Brasil principalmente a partir de meados a década de 1980 e reorientam os trabalhos de cunho agrário<sup>3</sup>.

Neste sentido, pode-se afirmar que existe uma lacuna no âmbito dos estudos agrários brasileiros que utilizam este ferramental estatístico para investigar especificamente o universo agrícola familiar, qualquer que seja o recorte territorial. Haveria, então, amplo espaço para produção de trabalhos acadêmicos que pudessem captar e as relações causais, certamente não lineares, que competem na determinação das distintas dinâmicas de desenvolvimento da agricultura familiar na perspectiva dos estilos de agricultura e também do desenvolvimento rural numa perspectiva multidimensional.

Por sua vez, o objetivo do procedimento classificatório que permite a formação dos *clusters* é o de identificar grupos (subconjuntos) homogêneos de indivíduos. Assim como a análise fatorial põe em evidência os vínculos entre as variáveis, agrupando-as com base em suas correlações, a classificação põe em evidência os vínculos entre as observações, agrupando-as com base em suas semelhanças. As observações (que, neste caso, são as unidades de agricultura familiar) são divididas em subconjuntos, de acordo com o grau de proximidade (semelhança) entre elas. Este grau de proximidade ou semelhança entre as observações é relacionado com o conceito de distância, isto é, quanto menor a distância entre dois indivíduos, maior é a semelhança (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001). O objetivo desta análise é determinar, a partir das características dos indivíduos, subconjuntos tais que cada indivíduo pertença a um, e somente um, subconjunto; que os indivíduos agrupados em um mesmo subconjunto sejam similares; e, que aqueles pertencentes a grupos distintos sejam diferentes (DURAN; ODELL, 1974 *apud* SOUZA; LIMA, 2003).

Ao contrário de alguns estudos recentes<sup>4</sup> (GAZOLLA, 2004; RADOMSKY, 2006; GRISA, 2007; NIEDERLE, 2007) em que as técnicas qualitativas foram intensamente utilizadas neste trabalho, mais especificamente neste capítulo, não se lançará mão de técnicas qualitativas, tais como entrevistas ou análise de discurso. Não que isso seja desnecessário, mas a proposta metodológica de analisar os dados com base na análise fatorial e de *cluster* é uma etapa relativamente recente na trajetória desta investigação e se demonstra bastante apropriada.

---

<sup>3</sup> A este respeito ver, entre outros, os trabalhos de Kageyama e Bergamasco (1990), Lamarche (1993) e INCRA/FAO (2000).

<sup>4</sup> Estes estudos foram desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD) e representam avanços importantes no debate sobre os processos diferenciais de mercantilização do meio rural e da agricultura familiar. Embora com enfoques distintos, utilizam-se da mesma base de dados sobre a qual recai este trabalho, “finalizando” uma etapa crucial de estudos de caso e lançando muitas das bases para estudos comparativos, como o que ora finaliza-se.

Os trabalhos acima serão recorrentemente citados, pois possuem uma riqueza de dados e informações que serão utilizadas para qualificar a análise feita neste capítulo. Dentre outras justificativas, reconhece-se o fato de que a matriz de dados sobre a qual foi gerada a análise fatorial e de *clusters* permite uma análise inacabada dos estilos de agricultura familiar. Justifica-se isso na medida em que nem todas as possibilidades ou arranjos possíveis de formação da matriz de variáveis foram contempladas, embora tivessem sido exaustivamente testadas.

Os dados serão assim apresentados: primeiramente, serão apresentados os fatores (componentes) e os respectivos indicadores que mais contribuem percentualmente na explicação da variância total dos indicadores. Ao quadro em que se apresenta a composição dos principais fatores extraídos, segue uma breve descrição dos indicadores. Na sequência, é feita uma breve caracterização do universo amostral, com base nos fatores extraídos e em algumas das suas variáveis, tomando como referências os valores médios, máximo e mínimos, sem avançar na comparação. À última parte do capítulo cabe a identificação e a distribuição geográfica do *cluster* ou grupos homogêneos, novamente, sem avançar na comparação entre os mesmos.

## 5.2 APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS PARA O UNIVERSO

Antes de passar à caracterização de algumas das estatísticas básicas do universo considerado na análise, é importante fazer um esclarecimento. Já dissemos que, do processo classificatório, foram extraídos 17 fatores, que conjuntamente explicam 85,1% da variância total dos 67 indicadores. No entanto, há alguns fatores formados por apenas um indicador e de reduzida capacidade explicativa da variância total dos indicadores. Percebendo isto, mesmo reduzindo para 10 o número de fatores considerados na análise, a capacidade explicativa da variância continuaria significativa (70,0%). Logo, decidiu-se por descrever os resultados para o universo das observações (176) com base em apenas 10 fatores, sendo que os fatores 1, 2, 3, 4 e 5 já explicariam 50,9% da variância total dos indicadores (QUADRO 05). Este procedimento permitirá definir onde se encontra ou o que determina a diversidade da agricultura familiar, ao menos nas três regiões selecionadas. A capacidade explicativa de cada um dos fatores individualmente diminui, à medida que aumenta o número de fatores considerados.

**QUADRO 05**  
Composição dos principais fatores extraídos

Fator 1 (Rendimento, remuneração e renda)	Fator 2 (Renda e uso de recursos produtivos não-agrícolas)	Fator 3 (Unidade doméstica, uso de recurso produtivo e autonomia)	Fator 4 (Uso de recursos produtivos e estrutura fundiária)	Fator 5 (Unidade doméstica e renda)	Fator 6 (Externalização de recurso produtivo)	Fator 7 (Externalização via especialização produtiva)	Fator 8 (Uso da terra)	Fator 9 (Agregação de Valor)	Fator 10 (Renda e uso de recurso produtivo agrícola)
VBP_HA	RñAg_EA	PESSRES	CI_EA	RApos	UTHco	InsProVeg_CI	SAU_AT	PBTraCasVe n_PBTranCas VenTo	ORT
VBP_PO	RñAg/RT	ESCORES	CD_EA	RAp/RT	UTHco/UTHto	InsProVeg_PBT	AreaLav_AT	InsTraCas_CI	ORT_RT
RA_EA	UTHñag	UTHagf	SAU_UTHagt	Idade_RE	UTHco/UTHagt			InsTraCasVe n_PBT	UTHag_fora UP
RT_EA	UTHñag_UTHfto	UTHagt	SAU_UTHagf	Idade_CH					
RTpc_EA	UTHñag_UTHto	UTHft	AT_EA						
RA_SAU	RñAg/UTHñag	UTHto	IndCoUT						
RA_UTHagf		PBaut							
RT_UTHfam									
RT_UTHto									
VAL_UTHagt									
VAL_UTHagf									
RT_UTHagt									
% variância explicada (18,3)	% variância explicada (11,5)	% variância explicada (8,9)	% variância explicada (7,0)	% variância explicada (5,2)	% variância explicada (5,0)	% variância explicada (3,8)	% variância explicada (3,6)	% variância explicada (3,4)	% variância explicada (3,2)

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

O fator 1, por exemplo, explica 18,3% da variância e reúne indicadores que medem a renda auferida pelos estabelecimentos, bem como os rendimentos da terra e do trabalho. Em seu conjunto, este fator indica que, mesmo na agricultura familiar, os rendimentos da terra e do trabalho variam significativamente, influenciando de modo direto os rendimentos agrícolas e totais familiares ou individuais. A diferenciação econômica é um dos principais componentes da diversidade da agricultura familiar. O fator 2, que explica 11,5% da variância, é formado exclusivamente por indicadores de renda e pelo uso do recurso produtivo mão-de-obra não-agrícola e atesta a importância que assume as atividades não-agrícolas e a pluriatividade na agricultura familiar. O fundamental a reter é que, para que haja a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, deve-se concretizar uma realocação complementar de outros recursos produtivos e capacidades individuais, como padrão tecnológico e grau de instrução.

Já o fator 3, responsável por 8,9% da variância, caracteriza-se por incluir variáveis demográficas e de disponibilidade de mão-de-obra, além do autoprovisionamento representado pela produção de autoconsumo. Neste caso, consolida-se a importância de alguns dos aspectos não-mercantilizados, que influenciam diretamente a reprodução da agricultura familiar e a contemporaneidade da perspectiva chayanoviana da intensidade e da quantidade de trabalho em relação com o ciclo demográfico. O fator 4, que explica 7,0% da

variância total dos indicadores, representa a centralidade que o uso dos recursos produtivos terra e capital e o consumo de bens intermediários possui junto às formas familiares de agricultura. Neste caso, atesta a importância e a complementariedade existentes entre estrutura fundiária, progresso tecnológico e intensidade das relações intersetoriais. No que se refere ao fator 5, responsável por 5,2% da variância total, este reúne 4 indicadores, todos relacionados à unidade doméstica, em que desponta a importância das transferências sociais na formação da renda familiar. Neste caso, importa reconhecer que se trata de mais um componente da organização interna das famílias rurais com significativo impacto na formação dos rendimentos totais.

Por sua vez, o fator 6 explica 5,0% da variância e nada mais é do que uma medida de externalização (dependência) da agricultura familiar, a partir da necessidade que a mesma apresenta de recorrer à contratação de mão-de-obra de fora do estabelecimento. Geralmente caracteriza a necessidade que parcela importante de agricultores familiares possui de delegar a terceiros etapas ou fases importantes dos processos produtivos, incorrendo na contratação ou no aluguel de serviços de máquina, bem como nos custos que isto representa. O fator 7 explica apenas 3,8% da variância e demonstra a intensidade dos gastos na produção vegetal. Nada mais é do que um indicador do grau de externalização que a produção vegetal, particularmente de grãos, impõe aos agricultores através da necessidade, sempre constante, de aquisição de insumos, como sementes, adubos e defensivos.

Já o fator 8, que explica 3,6% da variância total dos indicadores, expressa a intensidade e o destino do uso do solo. Neste caso, demonstra que a proporção da área efetivamente explorada em relação à área total do estabelecimento está diretamente relacionada com a área destinada às lavouras permanentes e temporárias. Dito de outra forma, a produção de grãos, de frutas e de outros produtos de origem vegetal é, de modo geral, o que orienta e determina o uso do solo na agricultura das três regiões investigadas, embora existam variações territoriais importantes. O fator 9 explica ainda menos a variância total (3,4%) e representa o que o IBGE denomina de “indústria rural”. Os indicadores deste fator demonstram a capacidade e a importância que a agregação de valor possui na agricultura familiar, neste caso específico, aquela destinada para a venda. Por fim, o fator 10, que explica apenas 3,2% da variância total dos indicadores, representa o processo de terceirização de serviços do lado da oferta, ao contrário dos indicadores do fator 6 que representavam a terceirização pelo lado da demanda. Isto reforça, entre outros aspectos, a centralidade do que, neste trabalho, está-se definindo como pluriatividade de base-agrária e que ocorre internamente ao setor agropecuário.

Com o QUADRO 05, tem-se o intuito de demonstrar que, quando tomados isoladamente, os indicadores considerados neste trabalho possuem pouca capacidade explicativa da diversidade da agricultura, a não ser que se busque a diversidade com base apenas em critérios econômicos ou técnico-produtivos. Ou seja, ao mesmo tempo em que se percebe a necessidade de analisar o desenvolvimento rural em uma perspectiva multidimensional, vislumbra-se a importância de investigar a diversidade da agricultura familiar para além dos aspectos puramente econômico-produtivos, que são importantes, mas que sozinhos não representam o que as pesquisas mais recentes têm tentado comprovar: a heterogeneidade de uma forma social amplamente disseminada por todas as regiões do Brasil e sua importância para o desenvolvimento rural e regional.

### **5.2.1 Caracterização do universo agrícola familiar com base nos componentes e variáveis**

Desenvolve-se, na sequência, uma breve caracterização do universo familiar com base em algumas estatísticas referentes ao conjunto de variáveis selecionadas (TAB. 12). O objetivo é fazer alguns apontamentos que permitam esboçar um quadro geral do universo da agricultura familiar, sem avançar na comparação entre os estilos.

Mesmo assim, há que se reforçar a complementariedade entre a identificação e exposição dos fatores e alguns de seus principais indicadores ou variáveis, feita com base no QUADRO 05, indicando as dimensões explicativas e interpretativas fundamentais da diversidade do universo familiar considerado (como um produto da análise fatorial), com as estatísticas básicas de alguns destes indicadores, apresentadas e ordenadas na TAB. 12.

Apesar de, neste momento, não adentrarmos na identificação e na comparação das semelhanças e diferenças entre os estilos de agricultura familiar, construídas com base nos indicadores do QUADRO 05 e suas respectivas estatísticas descritivas presentes na TAB. 12, cabe reforçar que se trata de uma fase fundamental deste trabalho. Mesmo construída com base em valores médios das variáveis, importa observar que muitas destas variáveis apresentam uma grande variabilidade interna, expressa pelas estatísticas que acompanham a média, como é o caso do desvio-padrão (DP<sup>5</sup>), dos máximos e mínimos e do coeficiente de variação (CV<sup>6</sup>), obtido pela divisão entre o DP, e da média aritmética.

---

<sup>5</sup> O desvio-padrão (DP) é uma medida estatística que fornece informações complementares à informação contida na média aritmética. Avalia a dispersão do conjunto de valores em análise atribuídos a determinada variável com base nos desvios de cada valor em relação à média aritmética.

<sup>6</sup> O coeficiente de variação busca basicamente responder se a variabilidade dos dados é grande ou pequena. Sua utilidade é oferecer uma medida para a homogeneidade ou heterogeneidade dos dados. Quanto menor o CV,

A rigor, definiu-se os seguintes parâmetros em relação ao coeficiente de variação: maior que 1, alta ou *grande variabilidade*; maior que 0,5 e menor que 1, média ou variabilidade intermediária e; menor que 0,5, baixa ou pequena variabilidade. Passível de contestação, estes parâmetros servem, exclusivamente, para permitir uma análise comparativa da variabilidade das variáveis consideradas na análise, um aspecto importante na apreensão da diversidade da agricultura familiar.

Como o leitor perceberá, apesar de calculado e apresentado na TAB. 12, o coeficiente de variação, enquanto uma medida descritiva de variabilidade, não foi caracterizado e citado ao longo do texto. Isso não invalida a sua construção, já que o objetivo é unicamente buscar uma complementação das estatísticas básicas apresentadas, como é o caso da média e dos valores máximos e mínimos. Trata-se de um recurso estatístico que em função da necessidade pode ou não ser utilizado.

Convém ressaltar que, para fins analíticos, a TAB. 12 está dividida em 7 dimensões ou instâncias representativas, cada uma delas formada por um conjunto específico de variáveis com base em suas “afinidades”. Por exemplo, na dimensão uso dos recursos produtivos, mão-de-obra e capital, busca-se apresentar as variáveis disponibilidade de mão-de-obra familiar e de capital, sem nenhuma relação estatística. Este é um aspecto que deve ser reforçado. Para a determinação das instâncias da TAB. 12, nenhuma espécie de associação estatística entre as variáveis foi tomada como base, ao contrário do QUADRO 05. Constitui-se apenas como um recurso heurístico de apresentação das diversas faces da agricultura familiar (agrícola, não-agrícola, disponibilidade de recursos produtivos, etc.).

As dimensões ou instâncias de análise, definidas pelo pesquisador e que não condicionam a análise fatorial são: (1) estrutura fundiária e uso da terra, formada por sete variáveis; (2) unidade doméstica: demografia e escolaridade, formada por quatro variáveis; (3) uso dos recursos produtivos: mão-de-obra e capital, formada por treze variáveis; (4) mercantilização, externalização e dependência, formada por doze variáveis; (5) produção, mercado e autonomia, formada por oito variáveis; (6) rendimento e remuneração, formada por dez variáveis e; (7) renda, formada por doze variáveis.

A caracterização que segue será construída de modo a relacionar os fatores e variáveis do QUADRO 01 com as variáveis da TAB. 12, apenas em seus aspectos mais relevantes e de forma descritiva.

---

mais homogêneo é o conjunto de dados. Contrariamente, quanto maior o CV maior é a heterogeneidade dos dados. Se, por um lado, pode ser útil classificar um coeficiente de variação como baixo, médio, alto ou muito



Antes de iniciar a caracterização do Fator 1 e de alguns de seus principais indicadores, convém uma breve observação a respeito dos termos rendimento e remuneração. Embora possa parecer desnecessário, produtividade e rendimento possuem significados distintos, apesar de isso nem sempre chamar a atenção da literatura especializada. Nem mesmo em trabalhos que diretamente tratam das transformações da agricultura (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2000), dá-se ênfase ao tema. Ainda assim, quando se falar em produtividade se está fazendo referência ao volume de produção obtido, por exemplo, por unidade de área, enquanto rendimento será usado para fazer referência aos resultados econômicos obtidos, por exemplo, por unidade de área e pessoa ocupada. Produtividade estaria ligada à produto ou produção, enquanto rendimento estaria ligado a remuneração.

Interessa ressaltar que se decidiu por manter os valores absolutos de remuneração agrícola da mão-de-obra, bem como os rendimentos da terra e do trabalho. Há rendimentos agrícolas negativos, mas não há rendimentos totais negativos. Nas situações em que os rendimentos totais foram negativos, por conta de rendimentos agrícolas negativos, zerou-se os valores, entendendo não ter significado fazer referência a rendimentos ou renda total negativa.

No que se refere ao fator *Rendimento, remuneração e renda* e seus 12 indicadores cabe destacar que, apesar da impossibilidade da comparação, em termos gerais todos apresentam variações importantes. Isso só é possível considerar ao se comparar os valores médios com os valores mínimos e máximos observados para cada uma das variáveis. Como exemplos, menciona-se os indicadores rendimento físico da terra (VBP\_HA), rendimento do trabalho (VBP\_PO), renda agrícola (RA) e renda total (RT).

Em média, o rendimento físico da terra é de R\$ 882,69 por hectare explorado. Porém, oscila entre um valor mínimo negativo superior a 500 reais e rendimento positivo superior a 5 mil reais. Isto aponta para diferenças bem significativas quanto a capacidade das unidades familiares de formação da renda agrícola com base nos rendimentos da terra. No entanto, vale lembrar que o rendimento da terra também depende de outros fatores, como custos de produção, qualidade dos solos, preços dos produtos e também dos condicionantes climáticos. Em relação aos rendimentos do trabalho, de valor médio de praticamente 4 mil reais anuais por pessoa ocupada, observa-se diferenças significativas entre os valores máximos e mínimos. Por sua vez, os rendimentos agrícolas e totais familiares anuais também apresentam significativa variabilidade. A RA média, que é de R\$ 11.658,54, quando somada às outras fontes de renda, resulta numa renda total média familiar superior a 19 mil reais.

---

alto, esta medida pode ser bastante útil na comparação entre duas variáveis ou dois grupos que, a princípio, não são comparáveis em função das ordens de grandeza ou de unidades de medida.

O Fator *renda e uso de recursos produtivos não-agrícolas* é formado exclusivamente por variáveis ligadas ao exercício de atividades não-agrícolas. Neste Fator chama atenção a grande variabilidade interna às variáveis. A renda não-agrícola absoluta (RñA), que é de R\$ 3.193,82 família/ano, variando entre famílias que não percebem este tipo de renda e família onde esta renda é superior a 53 mil reais. Para que isso ocorra, há a necessidade de haver, no núcleo familiar, mão-de-obra disponível ao exercício de atividade não-agrícola. Em média, as famílias dispõem de 0,43 UTH não-agrícolas, com valores que vão de zero a 5,09 UTH não-agrícolas.

De fato, como demonstram trabalhos recentes (SCHNEIDER; CONTERATO, 2005; SCHNEIDER, 2006; PERONDI, 2007; SCHNEIDER, 2007), a diversificação das fontes de renda, embora se traduza em aumento da renda total, não é um horizonte possível para todas as famílias. Fatores como grau de escolaridade, tamanho da unidade familiar, número e faixa etária dos membros, entre outros aspectos, influenciam diretamente na diferenciação entre as famílias no que tange à combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Neste sentido, conforme proposto por Schneider (2007), a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pode representar tanto um recurso para garantir a reprodução social do grupo familiar, como também representar uma estratégia individual de alguns dos membros do grupo. Neste caso, o exercício da pluriatividade está relacionado também com o exercício das capacidades e com o poder de agência dos indivíduos.

No que tange ao Fator *unidade doméstica, uso de recurso produtivo e autonomia*, destaca-se ao menos quatro variáveis. Uma dessas variáveis é o número de pessoas residentes por estabelecimento. Verifica-se que, em média, há 4,35 pessoas residentes por estabelecimento, mas se registram valores que oscilam bastante entre os extremos, respectivamente 1 e 14 pessoas. De acordo com os dados da Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003), 92,1% das famílias possuem até 6 residentes, sendo que 34,1% possuem até 3 residentes e 58,0% entre 4 e 6 residentes.

Outra variável que merece destaque é o grau de escolaridade dos indivíduos entre 16 e 60 anos, conforme critérios já apontados anteriormente. Em média, as pessoas possuem 5,93 anos de estudo, variando entre 0<sup>7</sup> e 15 anos de escolarização. Outra importante variável é a disponibilidade de mão-de-obra agrícola familiar. Em média, as famílias possuem 2,68

---

<sup>7</sup> Cabe uma ressalva. Houve situações em que nenhum dos residentes satisfaz os critérios quanto a identificação do grau de escolaridade. Ou seja, todos os residentes ou possuíam menos de sessenta anos, ou meno de dezesseis anos, ou eram analfabetos, ou apenas sabiam ler e escrever ou, ainda, apresentavam algum impedimento de ordem física ou mental. Isto porém não resultou na exclusão da observação (unidade de produção familiar), o que implicaria na redução da amostra, já que na análise fatorial todas as variáveis são analisadas conjuntamente.

unidades agrícolas familiar, com variações entre 0,33 e 7,5 UTH. Por último, destaca-se o papel assumido pela produção de autoconsumo. Os dados revelam que o produto bruto de autoconsumo familiar é de R\$ 3.850,69, com valores que variam de R\$ 204,00 a praticamente 16 mil reais.

A não configuração de situações de confronto entre manutenção do autoconsumo e crescente mercantilização deve-se, em muito, ao que Heredia (1979) e Garcia Jr (1989) definiram como caráter de “alternatividade” dos alimentos em que à família é facultada a possibilidade de decidir se os alimentos serão consumidos ou comercializados. Ademais, e isso aparece tanto nos trabalhos de Wolf (1976), Chayanov (1979), Heredia (1979), Garcia Jr. (1989) como também em Ploeg (1990) e nos trabalhos recentes de Gazolla (2004; 2006) e Grisa (2007), a produção para autoconsumo permite, inclusive, estabelecer um controle maior sobre os processos produtivos, minimizando os efeitos da sazonalidade de rendas e da instabilidade climática, o que se vincula ao portfólio de estratégias possíveis de serem estabelecidas, como é o caso das atividades não-agrícolas e da pluriatividade.

Na perspectiva de Chayanov (1974), a família é um dos principais fatores na organização social das unidades, denominadas pelo autor e seus seguidores, de camponesas. Para Chayanov (1974) e alguns de seus seguidores no Brasil (GARCIA, JR, 1989; WANDERLEY, 1999), a quantidade de indivíduos (o tamanho da família), as características e a quantidade da força de trabalho empregada possibilitam explicar a diferenciação familiar e seus ciclos quanto às suas trajetórias de reprodução social. A intensidade e a quantidade de trabalho despendido pelos agricultores certamente depende do número de membros (tamanho da família) e do ciclo demográfico, e, cada vez menos isoladamente, isso explica as diferenças entre as famílias na determinação de suas estratégias produtivas e reprodutivas. Neste sentido, Wanderley (2003) destaca que entre a condição camponesa “tradicional” e a agricultura familiar “moderna” há situações típicas de rupturas e continuidades em que situações de integração cada vez mais plenas aos mercados não necessariamente se chocam com a manutenção da unidade doméstica, em que a produção para o autoconsumo aparece com destaque.

O fator *estrutura fundiária e uso de recursos produtivos* é o único que reúne dois dos mais tradicionais indicadores de recursos produtivos considerados na análise da agricultura: terra e capital. Além destes, merecem destaque as despesas dos estabelecimentos agrícolas. A despeito da estrutura fundiária observa-se que a área média das unidades familiares é de 22,5 hectares, sendo que o tamanho médio das propriedades varia de um mínimo de 0,20 hectares a um máximo de 90 hectares. Em relação aos gastos com manutenção e custeio do

estabelecimento, medido aqui pelo consumo intermediário (CI), os dados da TAB. 12 revelam grande variabilidade na inserção da agricultura familiar nos mercados de insumos, produtos e serviços. O gasto médio despendido pelos agricultores familiares com insumos, produtos e serviços foi de R\$ 8.784,28. Mais importante do que isso é a distância entre os valores máximos e mínimos que apresenta a referida variável, reflexo de que a externalização é algo que está presente em todas as unidades de agricultura familiar, embora em graus distintos.

O nível de capitalização dos agricultores, medido pelo capital disponível (CD), indica um valor médio de praticamente 29 mil reais por estabelecimento familiar, variando entre estabelecimentos completamente descapitalizados a estabelecimentos com capital imobilizado superior a 200 mil reais. Por meio deste componente, busca-se retratar o grau de incorporação do progresso técnico e a intensidade da inserção dos agricultores no *treadmill* tecnológico, bem como comprovar que a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições de reprodução social, conforme muito bem definiu Abramovay (1992). Neste caso, consegue-se representar que a ininterrupta busca por inovações tecnológicas se reflete em padrões produtivos diferenciados e que as formas e intensidades de alocação produtivas do trabalho são aspectos importantes, que, muitas vezes, dão a tônica na conformação de estilos de agricultura (PLOEG, 2006).

Dados da Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq, 2003) justificam que a parcela mais considerável de agricultores (39,2%) “opte” por buscar aperfeiçoamento tecnológico para melhorar a produção em face de uma suposta condição de crise na agricultura. Ou mesmo que 34,1% estabeleçam como prioridade continuar a fazer o mesmo e a apostar no fim da crise, uma clara impossibilidade de estabelecer ações e estratégias para fazer frente a essas situações. Conforme Niederle (2007), para estas unidades familiares o espaço de manobra é definitivamente limitado.

Em relação aos demais fatores ou componentes e suas respectiva variáveis, sem adentrar em caracterização mais detalhada de todos, cabe destacar os seguintes. No componente 5, *unidade doméstica e renda*, constituído por 4 variáveis, pode-se mencionar o papel desempenhado pelos recursos da aposentadoria e de outras transferências sociais, representado pela proporção destes na formação da renda total. Representando em média 22,5% da renda total das famílias, constitui-se na segunda mais importante fonte de ingresso monetário, inferior apenas a renda das atividades agrícolas, que, em média, representa 57,8% da renda total. No entanto, ao contrário desta, o percentual da renda oriunda das aposentadorias possui maior variabilidade ou heterogeneidade interna, conforme indica o coeficiente de variação. No caso das transferências sociais, há situações em que a mesma não

representa impacto nenhum, em função de não haver nenhum residente recebendo recursos da previdência social ou qualquer outra fonte de transferência social direta de recursos.

No componente intitulado *externalização via recurso produtivo*, destaca-se que a mão-de-obra contratada represente em média 3,06% da mão-de-obra agrícola total. Apesar de ser relativamente baixo, o percentual oscila de um mínimo de zero, unidades que não recorrem a contratação de mão-de-obra, a 72,46%, onde a maior parte da mão-de-obra agrícola é contratada. Já no componente *externalização via especialização produtiva*, cabe destacar que as despesas com a produção vegetal representam em média 47,23% do total das despesas com manutenção e custeio do estabelecimento. Este dado permite inferir sobre o elevado grau de externalização das atividades de produção vegetal, visto que, segundo dados da Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS, 2003, o insumos da produção animal representam em média 23,89% do total de gastos.

Quanto ao componente *uso da terra*, cabe destacar que a superfície agrícola útil (SAU) representa em média 74,68% da área total dos estabelecimentos, variando entre 4,17% a 99,0%. No penúltimo componente, *agregação de valor*, em que desponta a agregação de valor aos produtos para fins mercantis, em média a transformação caseira para venda representa 5,07% do produto bruto venda total, variando entre casos em que não há produção desta natureza para venda e casos em que os produtos da transformação caseira representam 90,88% da produção total comercializada. Por fim, no componente *renda e uso de recurso produtivo agrícola*, convém destacar a participação das outras rendas do trabalho, que representa os recursos auferidos a partir da prestação de serviços manuais ou mecanizados a terceiros fora do estabelecimento. É o que neste trabalho se define de pluriatividade de base-agrária. Em média, estes recursos representam 2,55% da renda total, com variações entre zero e 4,77%.

Finalmente, cabe, mais uma vez, salientar que estes valores médios apresentam importantes e substanciais variações regionais e é justamente a intensidade destas variações que irá determinar a diversidade de estilos de agricultura familiar.

Mais importante do que tomar uma variável isoladamente é reconhecer que os tipos ou categorias sociais de agricultores familiares que se forjam são um produto das transformações societárias, que apresentam variações regionais em função das características dos agroecossistemas e das relações estabelecidas com os agentes externos. A forma como os agricultores familiares organizam suas atividades no interior de suas unidades de produção corresponde a própria diversidade de situações ecológicas e sociais e também a experiências

acumuladas, reforçando a perspectiva de que um estilo de agricultura é muito mais uma construção social do que o resultado único e imediato de decisões pontuais.

### 5.3 OS GRUPOS HOMOGÊNEOS: IDENTIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

As estatísticas básicas para o universo familiar como um todo somente adquirem poder explicativo efetivo quando é facultada a comparação, a qual é conduzida, neste trabalho, a partir da construção dos grupos homogêneos de estabelecimentos agrícolas familiares. A intensidade e o conteúdo das variações regionais quanto aos estilos dependem de como a mercantilização se expressa e é percebida territorialmente sobre a agricultura e as economias locais.

Antes de captar a intensidade das variações destas dinâmicas nos espaços agrários investigados, faremos a identificação e a distribuição territorial dos *clusters*.

#### 5.3.1 Identificação e distribuição geográfica

O procedimento classificatório por agrupamento resultou na formação de 5 grupos homogêneos. Esta formação não obedeceu qualquer critério de homogeneidade interna às regiões, pois os grupos possuem representatividade em todas elas. Ainda assim, é possível considerar que para cada estilo corresponde, *grosso modo*, a um universo empírico. Isto é, apesar da diversidade intra-regional, há “padrões” regionais de agricultura familiar que podem ser identificados e devem ser ressaltados.

Esta pode ser encarada inclusive como uma ressalva metodológica, pois, no limite, cada observação (estabelecimento familiar) poderia constituir um grupo homogêneo ou estilo de agricultura familiar, o que não faria sentido algum. Isto porque, mais importante do que analisar as unidades familiares isoladamente é estabelecer a comparação entre grupos homogêneos formados por um conjunto de estabelecimentos, a partir de suas semelhanças internas, permitindo a comparação de um vis-à-vis outro. Implica encarar o procedimento classificatório como uma das etapas metodológicas, dado que o interesse reside (1) na diversidade de estilos de agricultura familiar existente em cada universo e (2) que o estilo de agricultura familiar determina o “padrão” ou dinâmica de reprodução social do universo agrícola familiar regional.

Este interesse permite-nos, já de antemão, considerar que a diversidade da agricultura familiar não ocorre apenas quando se elege a comparação entre seus estilos, mas que a mesma

emerge como uma característica própria das regiões e do desenvolvimento regional, o que implica na existência de um modo predominante da “arte de fazer agricultura”, conforme destaca Jan Douwe van der Ploeg. Há, neste caso, uma heterogeneidade regional e local da agricultura familiar, que necessita ser melhor captada para que se possa estabelecer parâmetros mínimos de comparação em relação à sua dinâmica. A análise de *cluster* permite avançar nesta direção, já que possibilita vincular determinado grupo homogêneo, e sua representatividade em relação aos demais e a um determinado recorte territorial.

A GRAF. 05 sumariza o agrupamento das 176 observações, ou unidades familiares, dispostas por *cluster* ou grupos homogêneos. Ao menos dois aspectos merecem considerações. Em primeiro lugar, destaca-se a desigual distribuição das observações entre os *clusters*. Ao mesmo tempo em que um só *cluster* responde por 42,6% das observações, entende-se que há um *cluster* formado por apenas uma observação. Não se está aqui adiantando resultados, mas já é possível identificar ao menos três grandes grupos homogêneos ou estilos de agricultura familiar, abrangendo ao menos três dinâmicas de reprodução social da agricultura familiar. A pergunta a ser respondida até o final deste trabalho é: em que medida estes grandes grupos se ligam às dinâmicas regionais de desenvolvimento rural?

Para avançar neste debate é preciso, primeiramente, identificar a representatividade das observações de cada região na formação individual de todos os clusters, o que corresponde ao conteúdo da TAB. 13.

Voltando ao conteúdo do GRAF. 05, verifica-se que há dois grandes *clusters* (2 e 4), que agregam mais de 75% das observações, um intermediário (5), um pequeno (1) e um de certa forma emblemático (3), pois é constituído por apenas uma observação, neste caso, unidade de produção ou estabelecimento. Quanto à dimensão, amplitude ou tamanho, o *cluster* de maior representatividade é o de número 4, ao qual se agregam 75 unidades familiares, representando 42,6% do total do universo de 176 observações. O segundo *cluster* de maior representatividade é o de número 2, formado por 60 observações e representando 34,1% do total. O *cluster* de número 5 é o terceiro mais representativo, o qual, constituído por 30 observações, representa 17% do total. O *cluster* de número 1 agrega 10 observações, 5,7% do total. O *cluster* de menor representatividade é o de número 3, formado por apenas uma observação e representando apenas 0,6% do total de observações.

Esta configuração, em relação ao número de grupos homogêneos e suas representatividades em relação ao universo, só foi possível a partir do momento em que se assumiu que, tão ou mais importante do que analisar o número de *cluster*, era identificar como cada um deles se distribui no território. Paralelamente a desigual formação dos grupos, há uma desigual distribuição regional das observações que formam tais grupos na escala local. Portanto, cada grupo possui uma espécie de ligação ou vínculo territorial.

A distribuição espacial possui duas características fundamentais: determina qual grupo homogêneo predomina em cada uma das regiões investigadas, sem a necessária coincidência de um mesmo grupo homogêneo predominar em regiões distintas; como ocorre a formação e distribuição de um grupo em relação aos demais no mesmo recorte territorial. Portanto, a análise só ganha sentido quando se estabelece a comparação entre os grupos homogêneos, mas também entre as regiões.



**TABELA 13**

Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - número de estabelecimentos familiares distribuídos em cada *clusters*.

Municípios	Descrição	Casos por grupo homogêneo					Total
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	
Veranópolis	Casos	3	24	1	13	18	59
	%/Município	5,1%	40,7%	1,7%	22,0%	30,5%	100,0%
Três Palmeiras	Casos	6	16	0	33	4	59
	%/Município	10,2%	27,1%	0,0%	55,9%	6,8%	100,0%
Salvador das Missões	Casos	1	20	0	29	8	58
	%/Município	1,7%	34,5%	0,0%	50,0%	13,8%	100,0%
Total	Casos	10	60	1	75	30	176
	%/sobre total	5,7	34,1	0,6	42,6	17,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Observando-se a TAB. 13, pode-se atentar para a distribuição e representatividade de cada grupo homogêneo em relação ao universo investigado, bem como para a especificidade da distribuição e da representatividade de cada um dos grupos em relação a cada universo específico. A primeira consideração é a de que a distribuição dos grupos homogêneos entre os casos é desigual. O *cluster* de número 4, por exemplo, que é o mais representativo, possui uma distribuição espacial desuniforme ou irregular. Das 75 observações que o formam, 33 delas, representando 44% do total, estão localizadas em Três Palmeiras. Isto significa que mais de 50% das unidades familiares pesquisadas deste município pertencem a um mesmo grupo homogêneo.

O *cluster* de número 4 também é o que agrega o maior número de observações do município de Salvador das Missões, com 29 casos, representando 38,6% do total deste grupo e 50,0% dos estabelecimentos agrícola familiares do município. Apenas 13 observações de Veranópolis fazem parte do *cluster* 4, representando 17,3% do total do grupo e 22% do total de estabelecimentos familiares amostrados daquele município.

Também é importante frisar que, quando um grupo é formado por observações das três regiões, este indica, ao menos para aquelas, que a diferenciação social, econômica e técnico-produtiva produzida pela mercantilização comparativamente não é tão expressiva. Neste caso, é semelhante dizer que os resultados do capitalismo na agricultura, em que pese as particularidades no espaço e no tempo, não são tão distintas assim, como tentaram demonstrar alguns estudos “clássicos” e ainda de forte influência em algumas áreas do conhecimento, grupos de pesquisa e pesquisadores no Brasil, que insistem em tratar a diferenciação social na agricultura unicamente pela ótica da expropriação do trabalho pelo capital, ou seja, identificando apenas relações verticalizadas entre agricultores e mercado.

Ao mesmo tempo é necessário considerar que esta aparente homogeneidade inter-regional, ao menos em relação aos resultados produzidos pelos mecanismos estabelecidos pelos agricultores familiares, esconde uma heterogeneidade que se revela em situações importantes de diferenciação social, econômica e técnico-produtiva. Este resultado é uma combinação desigual instituída pelos agricultores em relações aos sistemas de cultivo e criações desenvolvidos, aos padrões de inovação tecnológica incorporados, a qualidade e quantidade dos recursos produtivos existentes, como mão-de-obra, terra e capital, bem como das possibilidades de integração intersetorial da agricultura através da combinação de trabalho agrícola e não-agrícola.

Esta observação é mais um mérito da inovação metodológica adotada neste trabalho, mas não cabe no escopo desta seção aprofundá-la.

O *cluster* 2 é o segundo em número de observações, 60 no total. Neste grupo, a distribuição espacial também é díspar, tal como observado em relação ao *cluster* 4. Das 60 unidades familiares que compõem este grupo, 24 delas, representando 40% do total, estão localizadas no município de Veranópolis e representam 40,7% do total de observações amostradas no município. Em Salvador das Missões estão localizadas 20 destas unidades familiares, representando 33,3% do total do grupo e 34,5% do total das observações do município. O menor quinhão, neste grupo, é o do município de Três Palmeiras, com 16 casos ou 26,6% do total, que representa 27,1% do total das unidades familiares municipais.

O terceiro *cluster* que mais concentra observações é o de número 5, com 30 casos, representando 17% do universo investigado, mas também apresentando uma distribuição desuniforme. Do total de casos, 18, ou 60%, localizam-se em Veranópolis, representando 30,5% das unidades de agricultura familiar do município visitadas. A segunda maior participação, na composição deste grupo, é de estabelecimentos familiares de Salvador das Missões, com 8 casos, representando 26,6% no grupo e 13,8% do total municipal. A menor participação é de unidades familiares de Três Palmeiras, com apenas 4 casos, as quais representam 13,3% do total de observações do *cluster* 5 e 6,8% do total de unidade do município.

O *cluster* de número 1, com 10 observações, representa 5,7% do universo total. A maior parte das observações do *cluster* 1, 6 no total, localiza-se em Três Palmeiras, representando 10,2% do universo municipal investigado. Em Veranópolis encontram-se 3 casos, representando 30% no *cluster* e 5,1% do total municipal. Salvador das Missões contribui com apenas 1 caso, representando 10% do total do grupo e 1,7% do total municipal.

Já de antemão, adianta-se que este grupo apresentou as maiores dificuldades quanto à identificação do seu “perfil” na classificação tipológica desenvolvida no próximo capítulo. Ao contrário dos demais grupos, em que a comparação permitiu identificar diferenças significativas, apesar de formar um grupo em separado, o grupo 1 pouco contribuiu para a compreensão das dinâmicas regionais da agricultura familiar. Por último, formou-se o *cluster* de número 3, composto por apenas uma observação. As razões pelas quais este estabelecimento é tão particular em relação aos demais não serão aprofundadas aqui, pois, representa apenas 0,6% do total das observações e o esforço será canalizado para estabelecer as diferenças entre os demais grupos.

Antes de iniciar o próximo capítulo, é interessante retornar à hipótese que orientou sua construção, qual seja, a de que a mercantilização, enquanto processo responsável por inserir os agricultores em um universo de relações sociais que (re)redefine constantemente suas lógicas reprodutivas, sustenta tanto padrões homogêneos como heterogêneos de estilos de agricultura e de localização territorial. Não sendo um estilo de agricultura algo estático no espaço e no tempo, a diversidade regional de estilos também está em constante reformulação. Neste caso, a identificação da heterogeneidade em sua plenitude é sempre algo parcialmente satisfeito.

## 6 DESENVOLVIMENTO RURAL DESIGUAL, TIPOS DE PLURIATIVIDADE E ESTILOS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo reúne os principais avanços metodológicos em relação ao tratamento estatístico dos dados secundários e primários. Ao longo do capítulo 3, procurou-se dar ênfase para a diferenciação em relação aos impactos territoriais da mercantilização, enquanto processo multifacetado no espaço e no tempo. Concomitantemente, desenvolveu-se os argumentos que justificassem uma proposta de análise multidimensional e um indicador de medida do desenvolvimento rural para as três regiões que compõem este trabalho. Além da metodologia, foi apresentada a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural e os primeiros resultados em termos das diferenças territoriais, a partir das dimensões consideradas na proposta.

Ao longo do capítulo 4, procurou-se reforçar a perspectiva que identifica a pluriatividade como uma das principais manifestações da diversidade da agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento rural. Tratou-se de analisar a pluriatividade sob dois ângulos distintos (endógeno e exógeno), procurando avançar em relação ao debate hegemônico no Brasil que tenta explicar a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas exclusivamente a partir dos atributos individuais e familiares (ângulo endógeno). Neste sentido, foi possível avançar em relação a alguns trabalhos procurando entender em que medida a maior ou menor diversidade das economias locais pode ser captada pelo exercício da pluriatividade e se a pluriatividade pode ser tomada como dimensão explicativa das diferenças regionais de desenvolvimento.

Já no capítulo 5, o esforço foi no sentido de fazer uso de técnica de análise estatística multivariada (análise fatorial e de cluster) nos estudos sobre a diversidade da agricultura familiar, testando sua validade com base nos resultados. As técnicas estatísticas adotadas se demonstraram eficazes e de excelente aplicabilidade. No entanto, talvez a principal contribuição do capítulo tenha sido não só os resultados em termos de fatores ou componentes extraídos, mas também a capacidade explicativa dos indicadores em relação ao total da variância explicada pelo conjunto dos indicadores (67). Deve-se ressaltar ainda que, no capítulo anterior, avançou-se exclusivamente na identificação do número de grupos homogêneos e sua distribuição territorial.

Cumpridas estas etapas, há a necessidade de investir na apresentação, caracterização, análise e comparação dos principais resultados obtidos ao longo dos capítulos 3, 4 e 5. Neste sentido, o objetivo deste capítulo é aportar elementos empíricos e avançar na discussão desenvolvida nos capítulos iniciais da tese explicitando melhor a relação entre desenvolvimento rural, diversidade das formas de integração intersetorial e estilos de agricultura familiar.

Para tanto, o capítulo está assim estruturado. Na primeira parte, retoma-se a análise do IDR e suas desigualdades regionais com base nas variáveis que compõem cada uma das suas dimensões, utilizando-se, mais uma vez, de tabelas e de recursos gráficos para representar as semelhanças e diferenças encontradas. Na sequência, demonstra-se que a mercantilização diferencial implica em processos distintos de integração intersetorial da agricultura, seja em relação à sua intensidade, seja ao seu formato e aos resultados em relação à diversificação das rendas na agricultura. À última parte deste capítulo cabe apresentar a tipologia da agricultura familiar e estabelecer a comparação entre os tipos.

## 6.1 VARIÁVEIS E DIMENSÕES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Convém esclarecer por que o conteúdo das seções 6.1 e 6.2 não fazem parte do capítulo 3, já que é neste capítulo que desenvolveu-se e justificou-se medir o desenvolvimento rural. É importante esclarecer que esta opção se deve ao entendimento de que enquanto o capítulo 3 tinha por objetivo construir uma análise das desigualdades regionais de desenvolvimento com base nas cinco dimensões consideradas enfatizando as possíveis relações com as trajetórias históricas, nesta parte do trabalho pretende-se demonstrar que em seu conjunto, as variáveis e dimensões, permitem uma aproximação analítica mais significativa com as diferenças regionais em relação aos tipos de pluriatividade e estilos de agricultura familiar.

Da mesma forma que se operou na seção 3.4.1, definiu-se por apresentar as representações gráficas do IDR ao leitor logo no início da seção 6.1, para em seguida avançar na análise das diferenças entre as regiões e seus índices, ainda que, para isso, utilize-se principalmente dos dados apresentados nas tabelas. No entanto, ao contrário da seção 3.4.1 em que o IDR foi apresentado a partir de suas dimensões, nesta seção, a representação gráfica foi construída a partir dos indicadores utilizados na construção do referido índice.

A vantagem da representação com base nos indicadores é que fica ainda mais evidente a harmonia e a desarmonia do desenvolvimento rural em cada uma das regiões objeto de análise. A desvantagem é que se perde uma visualização mais clara com base nas dimensões e na comparação entre elas. Porém, como esta questão já foi abordada em outro momento do trabalho, acredita-se que isso não represente prejuízos aos objetivos deste capítulo.

Os GRAF. 06, GRAF. 07 e GRAF. 08 abaixo representam, para cada uma das regiões, os 45 indicadores de desenvolvimento rural utilizados para a construção do IDR. Neste momento, cabe registrar que o traçado da linha (verde para Caxias do Sul, vermelho para Frederico Westphalen e azul para Cerro Largo) que parte do valor correspondente ao primeiro indicador considerado, liga-se aos valores dos demais indicadores, até encontrar o último indicador e seu valor estatístico correspondente. Quanto maior a área formada por estes indicadores, maior será o IDR, conforme ficará mais compreensível quando da análise da GRAF. 09.

Em relação ao GRAF. 06, que representa os indicadores de desenvolvimento rural da microrregião Caxias do Sul, percebe-se uma assimetria menor entre os indicadores, se comparada às demais microrregiões (GRAF. 07 e GRAF. 08). Isto aponta para diferenças regionais em relação aos indicadores de desenvolvimento rural.

**GRÁFICO 06** - Microrregião Caxias do Sul – Representação Gráfica do Índice de Desenvolvimento Rural, por indicador.

**GRÁFICO 07** - Microrregião Frederico Westphalen – Representação Gráfica do Índice de Desenvolvimento Rural, por indicador.

**GRÁFICO 08** - Microrregião Cerro Largo – Representação Gráfica do Índice de Desenvolvimento Rural, por indicador.

Representados graficamente os índices de desenvolvimento rural para cada uma das microrregiões, na seqüência, procede-se a caracterização e análise das variáveis que compõem cada uma das dimensões consideradas para a construção do IDR. Buscar-se-á estabelecer, preferencialmente, uma análise comparativa dos traços distintivos e aglutinadores entre as unidades territoriais de análise. Todas as variáveis possuem o mesmo peso na composição da dimensão correspondente, da mesma forma que estas em relação ao IDR, conforme já indicado em momentos anteriores.

Para não tornar a caracterização demasiadamente longa, a mesma recairá fundamentalmente sobre aquelas variáveis que possuem algum grau de diferenciação empírica. A ordem de exposição das dimensões ou mesmo dos indicadores não possui qualquer associação com a sua contribuição para o desenvolvimento. Será reproduzida a ordenação utilizada para a geração do IDR e de sua representação gráfica.

A TAB. 14, representativa da *dimensão social*, é formada por 12 indicadores. De uma maneira geral, esta é a dimensão em que, comparativamente, observam-se algumas das diferenças mais significativas entre as microrregiões, o que reflete nos índices desagregados da dimensão social (ver TAB. 1). Comparativamente às outras, a microrregião Frederico Westphalen é a que apresenta os piores indicadores sociais de desenvolvimento rural, ocupando a microrregião Caxias do Sul uma posição de destaque e a microrregião Cerro Largo uma posição intermediária. Isso pode ser observado, quando se compara os índices de cada variável.



**TABELA 14**  
Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Social.

Microrregiões	IDH Longevidade	IDH Educação	Pop. rural analfabeta	Mortalidade infantil até 1 ano	Leitos Hospitalares	Famílias Atendidas Bolsa Família
	índice	índice	%/pop. total	Nº por 1000 nascidos vivos	nº por 1000 hab.	Razão
Caxias do Sul	0,83	0,92	14,3	11,2	2,7	0,019
Frederico Westphalen	0,77	0,85	28,7	19,0	4,8	0,074
Cerro Largo	0,79	0,91	16,5	16,8	5,8	0,077

continuação.....

Microrregiões	% Renda composta transf. sociais	Intensidade da pobreza	Pessoas 10 anos ou mais até 1 salário	Abastecimento de Água	Esgoto Sanitário	Serviço de coleta lixo
	%	-	% / total	% dom.	% dom.	% dom.
Caxias do Sul	14,4	34,3	9,4	63,9	21,0	63,0
Frederico Westphalen	19,2	46,9	26,0	39,6	5,7	35,3
Cerro Largo	22,2	43,0	27,2	84,7	6,3	42,2

Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano; Censo Agropecuário 1995/96; DATASUS; Ministério Desenvolvimento Social.

Nos dois indicadores de IDH (longevidade e educação), Caxias do Sul aparece com os melhores índices e Frederico Westphalen com os piores. Tomando-se o percentual de domicílios com abastecimento de água, a microrregião Cerro Largo apresenta o percentual mais elevado percentual de domicílios com acesso a rede de água (84,7%), seguida por Caxias do Sul (63,9%) e Frederico Westphalen (39,7%). Outro indicador de significativo impacto social é o percentual da população rural analfabeta. Em valores percentuais, a microrregião Frederico Westphalen apresenta mais do que o dobro da população rural analfabeta em relação à Caxias do Sul, 28,7% e 14,3%, respectivamente.

Ainda de acordo com a TAB. 14, conforme dados do Censo Demográfico 2000, na microrregião Caxias do Sul, apenas 9,4% do universo de pessoas de 10 anos de idade ou mais recebem até 1 salário mínimo, percentual bem inferior se comparado às demais microrregiões, indicando condições díspares de acesso ao trabalho e à renda. É interessante observar também que parece haver uma relação entre este indicador e os indicadores percentuais da renda composta por transferências sociais e por intensidade da pobreza, desvelando maior vulnerabilidade social em regiões de desenvolvimento agrícola, como é o caso do Alto Uruguai e das Missões.

Em seu conjunto, os indicadores da TAB. 14 indicam que a microrregião Caxias do Sul apresenta os melhores indicadores sociais de desenvolvimento rural, ao passo que Frederico Westphalen se encontra em uma condição de maior vulnerabilidade social,

situando-se Cerro Largo em uma situação intermediária. Conforme já observado, esta hierarquia se reflete no índice desagregado da dimensão social para cada uma das regiões, consolidando-se como segunda dimensão mais desarmônica.

Outra dimensão que compõe o IDR é a *demográfica* (TAB. 15). Observa-se que as microrregiões Frederico Westphalen e Cerro Largo apresentam semelhanças e variações em relação a boa parte dos indicadores. Entre estes, pode-se citar a taxa de urbanização, a densidade demográfica, a variação da população rural entre 1991 e 2000 e a variação da população economicamente ativa ocupada rural entre 1991 e 2000. A variação da população rural, urbana e total já foi tratada na TAB. 06.

É pertinente ressaltar que a população economicamente ativa ocupada rural entre 1991 e 2000 variou negativamente nas microrregiões Frederico Westphalen (-4,7%) e Cerro Largo (-5,5%) e positivamente em Caxias do Sul (8,0%), invertendo o comportamento observado no indicador variação da população rural no mesmo período. Isto é, malgrado a redução da população rural entre 2000 e 1991 ter sido de praticamente 6% em Caxias do Sul, ocorreu um aumento de 8% da população economicamente ativa ocupada e residente no meio rural no mesmo período, demonstrando a capacidade deste meio de oferecer suporte para além da produção de alimentos, como é o caso de lugar de moradia para pessoas de origem urbana. Como um dado que se agrega a isto, ao comparar os Censos Demográficos 2000 e 1991, percebe-se que houve aumento de 5,4% no número de domicílios rurais. Já em relação às microrregiões Frederico Westphalen e Cerro Largo, a redução no número de domicílios rurais, no mesmo período, foi de 15,5% e 5,7%, respectivamente, reforçando que o rural destas regiões é sinônimo de agrícola.

**TABELA 15**  
Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Demográfica.

Microrregiões	Variação da PEA ocupada rural 1991-2000	Variação população rural 1991-2000	Pessoa Ocupada Estabelecimento agropecuário	População total masculina/feminina meio rural
	%	%	nº	Razão
Caxias do Sul	8,0	-5,9	3,4	0,92
Frederico Westphalen	-4,7	-26,3	3,3	0,92
Cerro Largo	-5,5	-18,7	2,9	0,93

continuação...

Microrregiões	Taxa de Urbanização	Densidade Demográfica	População Masculina/Feminina total	População com mais de 60 anos	População entre 18 e 24 anos
	%	hab/km2	Razão	%	% / total
Caxias do Sul	56,1	131,9	0,98	9,2	12,7
Frederico Westphalen	36,8	35,6	0,99	10,8	11,1
Cerro Largo	39,8	30,6	0,99	12,6	10,3

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991 e 2000; IPEA/IPEADATA; IBGE/Censo Agropecuário 1995/96.

A microrregião Caxias do Sul é a única que se constitui como uma região que atrai pessoas economicamente ativas de outras regiões, enquanto as demais expulsam-nas. Conforme Jardim e Barcellos (2004), o COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) Serra apresenta o maior saldo positivo entre imigração e emigração. Tomando como base os dados apresentados ao longo deste trabalho, este fenômeno demográfico resulta do dinamismo do parque industrial e da importância do setor Serviços, que consolida a região como um dos principais pólos econômicos e de desenvolvimento do Estado. Em situação distinta, os COREDES Missões e Médio Alto Uruguai aparecem como aqueles que apresentam os maiores fluxos de migração, configurando economias locais frágeis em relação a capacidade de absorver localmente a população economicamente ativa rural e urbana.

A diminuição dos ativos rurais ocupados nas atividades agrícolas remete a um conjunto de explicações, relacionado às transformações estruturais da agricultura do Rio Grande do Sul. Estas transformações são decorrentes dos avanços do progresso tecnológico, numa relação direta com os efeitos do desenvolvimento tecnológico. De acordo com Schneider (2004), privilegiando exclusivamente o aumento da produção e da produtividade da agropecuária, o padrão tecnológico moderno incorporado às atividades agropecuárias tem provocado uma redução gradual e consistente do emprego e das ocupações rurais agrícolas no

período recente em regiões onde as transformações técnico-produtivas da agricultura foram intensas, como nas Missões e no Alto Uruguai.

Em 1996, na microrregião Cerro Largo haviam 2,9 pessoas ocupadas por estabelecimento agropecuário, abaixo das 3,3 pessoas ocupadas na microrregião Frederico Westphalen e das 3,4 pessoas ocupadas de Caxias do Sul. As diferenças mais significativas entre as microrregiões podem ser observadas nas variáveis densidade demográfica e taxa de urbanização. São informações importantes que emblematicamente refletem as desigualdades territoriais operadas por distintos padrões de desenvolvimento rural. Em algumas regiões aumentando a taxa de urbanização, ao mesmo tempo em que diminui a população total, alimentando fluxos migratórios para regiões de economia mais diversificada e dinâmica. Em outras, consolidando-se como regiões urbano-industriais de atração populacional para pessoas de regiões rurais onde o desenvolvimento rural ainda é uma consequência do padrão moderno de produção agropecuária.

Os primeiros resultados do Censo Agropecuário (2006) convergem com a perspectiva de Schneider (2004) sobre a redução dos ativos rurais ocupados em atividades agropecuárias, lembrando que os dados sobre pessoal ocupado na agropecuária utilizados na composição do IDR correspondem ao Censo Agropecuário 1995/96. Conforme dados preliminares do último CA, havia em média 2,8 pessoas ocupadas por estabelecimento<sup>1</sup>, na microrregião Frederico Westphalen, uma redução importante se comparada ao dado de 1995/96, que era de 3,3 pessoas ocupadas por estabelecimento. Na microrregião Cerro Largo a média para o ano de 2006 foi de 2,6 pessoas por estabelecimento. Caxias do Sul foi a única microrregião que apresentou aumento no número de pessoas ocupadas por estabelecimento agropecuário, passando de 3,4 em 1995/96 para 3,5 em 2006. Os dados recentes convergem sobre os impactos regionais negativos do desenvolvimento agrícola e sobre a necessidade de avançar na construção de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento rural.

A partir desta parte do trabalho, desenvolve-se a caracterização da dimensão *político-institucional* (TAB. 16). Em função dos indicadores utilizados, talvez esta possa ser considerada a dimensão mais frágil na explicação das desigualdades regionais de desenvolvimento rural<sup>2</sup>. Tomados um a um, os 3 indicadores desta dimensão apontariam para

---

<sup>1</sup> Dados preliminares do Censo Agropecuário apontam redução de 1,6% do número total de estabelecimento agropecuários na microrregião de Caxias do Sul no período 1995/96-2006. Na microrregião de Frederico Westphalen a redução foi de 2,3% e na microrregião de Cerro Largo de 9,7%.

<sup>2</sup> Diferentemente do trabalho de Bandeira (2003b) em que aspectos importantes das desigualdades regionais de desenvolvimento no Rio Grande do Sul foram explicadas por indicadores políticos, institucionais e de capital social, neste trabalho não foi possível estabelecer qualquer determinação desta natureza. Mesmo assim, cabe fazer o registro.

algum grau de diferenciação entre as microrregiões. Nota-se que a microrregião de Caxias do Sul aparece como aquela em que a população tende a comparecer mais ativamente na escolha dos representantes políticos, reconhecendo o direito cívico de escolha da classe política como algo importante.

**TABELA 16**  
Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Político-Institucional.

Microrregiões	Comparecimento nas Eleições (nº votantes/nº eleitores) (%)	Receita orçamentária composta por transf. intergov. da União <sup>3</sup> (%)	Eleitores analfabetos em relação ao total de eleitores (%)
Caxias do Sul	94,3	33,3	1,6
Frederico Westphalen	93,1	52,0	7,7
Cerro Largo	93,9	47,0	4,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Ministério da Fazenda (MF)/FINBRA; FEE/FEEDADOS.

De acordo com Bandeira (2003b), o exercício das liberdades individuais e de tomada de decisão coletivas somente resulta em fortalecimento das instituições e do capital social se estiver concatenado com interesses coletivos e não localistas em prol do desenvolvimento. Analisando as diferenças regionais em termos da dotação de capital social a partir dos COREDES, Bandeira (2003b) comprovou apenas parcialmente sua hipótese, segundo a qual os COREDES de regiões caracterizadas por melhores indicadores de capital social apresentariam melhor desempenho do que os localizados em regiões com uma dotação menos favorável de capital social. Para o autor, os baixos níveis de capital social podem influenciar de forma negativa na atuação de alguns dos COREDES, porém, apesar dessa dificuldade, alguns deles conseguiram ter bons níveis de desempenho, pois a escassez de capital social não se constituiu em um obstáculo insuperável para que os COREDES alcançassem tais níveis de capital social.

Neste sentido, é fundamental reter que as diferenças das dinâmicas de desenvolvimento rural e regional não podem ser explicadas exclusivamente em função das diferenças entre densidade institucional e capital social acumulados regionalmente.

A receita orçamentária composta por transferências intergovernamentais da união é tomada aqui como um indicador da capacidade das economias locais de gerar riqueza. Quanto maior for a dependência em relação às transferências intergovernamentais, menor é a capacidade endógena da região de gerar desenvolvimento. Este é um dado que deve ser

analisado de forma agregada aos demais. Chama a atenção que mais de 50% da receita orçamentária da microrregião Frederico Westphalen provém de recursos oriundos de transferências intergovernamentais diretas, percentual que cai para 47% em relação a Cerro Largo.

Neste caso, os dados confirmam o que já vínhamos reforçando sobre a reduzida capacidade de regiões produtoras de *commodity* de gerar desenvolvimento rural e regional, pois se constituem apenas como regiões produtoras de grãos com baixíssima capacidade de agregação de valor. Neste caso, quando a especialização regional se dá em setores de pequena capacidade de agregação de valor e baixa absorção da força de trabalho, então o desenvolvimento regional dependerá cada vez mais de receitas orçamentárias que estão fora da região. O percentual da receita orçamentária da microrregião Caxias do Sul formado por transferências intergovernamentais, quando relacionado aos dados analisados em outros momentos do trabalho, representa uma dinâmica diferente de desenvolvimento, baseada fundamentalmente na diversificação das atividades econômicas.

Uma forma de associar atividade e território do ponto de vista econômico e social é observar a capacidade de inserção nas economias locais e regionais, ou seja, como se dão a interação e a integração das famílias, domicílios, indivíduos ou empresas nas redes econômicas e sociais locais. Analisando os indicadores da *dimensão econômica* (TAB. 17), observa-se que há tendência em reforçar o que as demais dimensões já vêm apontando: um nível de desenvolvimento rural e regional mais elevado na microrregião de Caxias do Sul, intermediário em Cerro Largo e inferior em Frederico Westphalen.

Na dimensão econômica, parte considerável dos indicadores foram escolhidos pela capacidade de expressar o grau de diversificação ou de especialização agropecuária e econômica como um todo. Nos indicadores que expressam essa condição, quanto maior o valor encontrado maior é o grau de concentração observado.

O debate teórico que orienta e confronta os entendimentos sobre especialização e diversificação regional será apenas tangenciado neste trabalho, embora, em termos empíricos, este seja o foco da dimensão econômica do desenvolvimento rural. No entanto, não podemos nos furtar de estabelecer um brevíssimo diálogo com questões tão caras ao debate em economia regional. Independentemente de qual seja a melhor interpretação sobre o significado do termo especialização em economia regional, não há dúvida da sua ambigüidade.

---

<sup>3</sup> O valor médio correspondente a cada microrregião é definido a partir dos valores médios dos municípios que compõem cada uma das microrregiões.

De acordo com Paiva (2006) há uma associação equivocada entre especialização e monocultura ou monoatividade, constituindo-se em uma apreensão limitada da categoria especialização. Uma economia pode ser multiespecializada, desde que a agregação de valor esteja associada à industrialização e ao domínio tecnológico. As economias desenvolvidas tendem à multiespecialização, em contraposição às economias estagnadas e excluídas da divisão inter-regional do trabalho, as quais tendem à diversificação autárquica, e às economias satelizadas, que tendem à monoespecialização.

Para Paiva (2006) as regiões mais urbanizadas e economicamente consolidadas apresentam uma diversificação produtiva interna superior, independentemente de qual tenha sido o padrão de especialização local, pois esta permitiu e alavancou o desenvolvimento regional. Utilizando-se de ferramental teórico-metodológico distinto e mais denso em relação ao nosso trabalho, pode-se considerar que o fundamental a reter é que os indicadores de especialização e diversificação das economias regionais, quando analisados de forma criteriosa, permitem considerações importantes sobre as desigualdades regionais de desenvolvimento. Neste caso, a elevada dependência do PIB da microrregião de Caxias do Sul em relação ao setor industrial não significa que, internamente, este seja especializado, de reduzida capacidade de geração de emprego e renda ou de constante geração de conhecimento tecnológico.

Tomando-se a formação do Produto Interno Bruto (PIB) através dos Valores Adicionados Brutos (VAB) setoriais, o índice observado indica que a microrregião de Caxias do Sul é a que apresenta o maior grau de concentração de geração de riqueza (0,437) em comparação com as demais microrregiões. Tanto em períodos anteriores, como atualmente, isto não resultou na formação de economia local e regional destituída de capacidade de impulsionar até mesmo o desenvolvimento rural. Nesta região, a constante inovação tecnológica, com fortes raízes na agricultura, promoveu a intensificação das relações econômicas de tal forma que as estratégias de reprodução da agricultura familiar passariam por modos de interação social que configuraram uma dinâmica local da divisão social do trabalho inscrita nas relações sociais, políticas, de reciprocidade, de parentesco e de proximidade. Esta imbricação das relações de reciprocidade, trabalho e produção seria responsável por superar tanto a dicotomia do rural *versus* urbano como a do agrícola *versus* não-agrícola. Nas demais regiões, o rural historicamente tem se caracterizado essencialmente como suporte para produção agropecuária de produtos com preços regulados pelas grandes cadeias agroalimentares mundiais, sem contar a dependência crescente em relação ao mercado de insumos.

**TABELA 17**  
Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Econômica.

Microrregiões	IDH Renda	Gini Renda	POP/MPE	Concentração setorial na formação do PIB	Rendimento médio produção agropecuária	Ocupação da mão-de-obra/grandes grupos de ocupação
	índice	índice	índice	Índice	R\$/ha	Índice
Caxias do Sul	0,76	0,46	0,35	0,437	1.104,80	0,232
Frederico Westphalen	0,64	0,55	0,73	0,384	486,65	0,383
Cerro Largo	0,65	0,51	0,70	0,421	504,96	0,361

continuação...

Microrregiões	VBP/estab.a grop.	VBP/pessoa ocupada agrop.	VBP animal e VBP vegetal/VB total	Exportações	Estab. agrop. contraíram finan.	Concentração da produção agrop.
	R\$/ha	R\$/ha	Proporção	US\$ per capita	%	índice
Caxias do Sul	21.356,06	6.208,16	0,76	1.445,08	13,1	0,242
Frederico Westphalen	7.522,23	2.252,17	0,45	126,93	33,5	0,129
Cerro Largo	7.220,02	2.472,61	0,72	156,54	12,0	0,153

Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano; FEE/FEEDADOS; IBGE/Censo Agropecuário 1995/96; IBGE/Censo Demográfico 2000; IPEA/IPEADATA; MTE, 2006.

Em relação ao setor agropecuário, o indicador escolhido para medir o seu grau de especialização/concentração/diversificação foi a contribuição de 10 principais produtos na formação do valor bruto da produção agropecuária microrregional. As tabulações especiais do Censo Agropecuário 1995/96 permitem identificar os 10 principais produtos da agricultura familiar em termos monetários através da contribuição do valor monetário da produção de cada produto. Repetindo o observado na formação setorial do PIB, Caxias do Sul apresenta o maior índice de concentração da produção agropecuária em relação à formação do valor bruto correspondente (0,242).

A especialização econômica se reflete na agricultura. Ou seria a especialização agrícola que determinou a especialização econômica? Retomando os dados do CA, apenas dois produtos, galinhas e uva, representavam, em meados da década de 1990, 63,7% do VAB agropecuário regional da microrregião de Caxias do Sul. O grau de concentração da produção agropecuária era de 0,129, na microrregião Frederico Westphalen, e de 0,153 na micro Cerro Largo. Diferentemente da produção de soja ou milho, a integração agroindustrial e principalmente a uva representam produtos de alta capacidade de agregação de valor.

No entanto, retomando o diálogo com Paiva (2006), o fundamental a reter não é o grau de especialização da economia regional ou de algum setor em específico. Ou seja, em que medida um setor agropecuário mais diversificado resulta em mais desenvolvimento rural?



Outros autores, como Marsden (2003) e Saraceno (1994a) também se colocaram esta pergunta a respeito do que realmente determina uma dinâmica de desenvolvimento rural. Enquanto, para Marsden (2003), múltiplos são os aspectos que determinam as dinâmicas de desenvolvimento nos espaços rurais, com variações territoriais importantes destes aspectos, para Saraceno (1994a), o que importa é a relação que o rural estabelece com o urbano através do que não for agrícola, implicando em relações intersetoriais diversificadas e complementares.

A resposta a pergunta anterior não é simples e tampouco será respondida em sua plenitude no decorrer deste trabalho. Por outro lado, hipoteticamente não basta ter uma produção agropecuária mais diversificada, se a pauta de produtos levados aos mercados é restrita, destituída de qualquer agregação de valor, se seus preços são determinados pelas grandes redes agroalimentares ou se os rendimentos individuais não permitem que os consumidores consumam mais. Estas são algumas das principais características que orientam a produção agropecuária no Alto Uruguai e nas Missões.

Nestas regiões, a produção de *commodity* se inscreve no que Marsden (2003) denominou de cadeias longas, caracterizadas por relações de poder essencialmente assimétricas. Por outro lado, o que se observa na microrregião de Caxias do Sul são inúmeros exemplos de que, além da pauta de produtos levados aos mercados ser mais ampla, a agregação de valor a produção de origem animal e vegetal se apresenta como uma importante estratégia de inserção nos mercados locais e regionais (RADOMSKY, 2006; GRISA, 2007). Não se deve esquecer do caráter de alternatividade dos produtos de autoconsumo (GARCIA JÚNIOR, 1983; 1989), como frutas, verduras e legumes, que além de fundamentais na dieta alimentar das famílias rurais, também são facilmente absorvidos pelos mercados locais, como é o caso dos “fruteiros” identificados por Radomsky (2006) que adquirem tais produtos junto aos agricultores e os levam até mesmo para outras regiões do país. São exemplos do que Marsden (2003) denominou de cadeias curtas, em que o poder de decisão está mais simetricamente distribuído entre seus elos. Neste sentido, mais importante do que constatar o grau de diversificação do setor agropécuario é identificar como isto é feito.

Esta diferenciação territorial em termos de pauta de produtos da agropecuária regional acaba tendo impacto direto no Valor Bruto da Produção (VBP) por estabelecimento e por pessoa ocupada. Na microrregião de Caxias do Sul, que apresenta um setor agropecuario mais concentrado, mas com uma pauta de produtos com valor mercantil agregado maior, o VBP por estabelecimento e por pessoa ocupada é significativamente superior aos registrados nas demais microrregiões, que, apesar da desconcentração do setor agropecuario, têm seu

dinamismo ditado por poucos produtos, destituídos de valor agregado ou de qualquer caráter de alternatividade, indicando que servem tanto para autoconsumo como para venda.

O indicador de densidade empresarial, medido pela relação entre população total (PO) e micro e pequenas empresas (MPE) (POP/MPE), já apresentado quanto a sua metodologia e hipótese orientadora, aponta para diferenças importantes. Na microrregião de Caxias do Sul há uma MPE para cada 35 habitantes, relação que aumenta para cada 70 na microrregião de Cerro Largo e para 73 habitantes em Frederico Westphalen. Complementarmente, parece haver uma relação direta entre este indicador e o indicador ocupação da mão-de-obra por grupo de ocupação. Paralelamente a menor relação POP/MPE, Caxias do Sul apresenta o menor grau de concentração da ocupação da mão-de-obra por grandes grupos de ocupação (0,231), seguida por Cerro Largo (0,361) e por último Frederico Westphalen, com o maior grau de concentração da mão-de-obra (0,383).

O importante é salientar que, apesar da concentração setorial do PIB e da especialização da produção agropecuária, a microrregião de Caxias do Sul é a que apresenta o menor grau de concentração da ocupação da mão-de-obra por grupo de ocupação, demonstrada a falsa relação entre especialização e monocultura ou monoatividade, visto que uma economia regional pode ser especializada, desde que isso advenha da agregação de valor e do domínio tecnológico.

Investe-se a partir daqui na caracterização da quinta e última dimensão que compõe o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), a *dimensão ambiental* (TAB. 18). De acordo com Navarro (2001) o foco prioritário das ações destinadas ao desenvolvimento rural modificou-se no período recente e, embora ainda de restrita aceitação, nenhuma estratégia de desenvolvimento rural poderá se assentar sem uma prioridade ambiental, especialmente no tocante ao manejo de recursos naturais. Os impactos ambientais decorrentes da adoção indiscriminada de certas inovações do campo tecnológico, como é o caso dos insumos de origem industrial (adubos, fertilizantes, etc.), têm implicado no comprometimento dos recursos naturais, das atividades econômicas e da qualidade de vida da população de inúmeras regiões. Mesmo assim, a dimensão ambiental é praticamente excluída dos estudos e propostas de desenvolvimento rural. Apesar das dificuldades na obtenção de dados confiáveis, elegeu-se 9 indicadores para comporem a dimensão ambiental do desenvolvimento rural.

Os indicadores poluição da água por uso de agrotóxico, poluição da água por criação de animais, contaminação do solo por uso de fertilizante e prejuízos das atividades agrícolas são informações disponibilizadas na última pesquisa do IBGE sobre o perfil dos municípios brasileiros, com foco no meio ambiente. Os dados estão disponíveis por municípios,

significando que o valor para a microrregião corresponde ao percentual dos municípios da microrregião que disseram ter situações de poluição da água por uso de agrotóxico e assim sucessivamente.

**TABELA 18**  
Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo - Indicadores da Dimensão Ambiental.

Microrregiões	Estabelecimentos práticas de conservação	Lavouras temporárias e em descanso	Matas (naturais e plantadas)	Poluição da água por uso agrotóxico	Poluição da água por criação animais
	%/total	%/área agrícola total	%/área agrícola total	% municípios	% municípios
Caxias do Sul	40,9	16,1	20,9	41,2	41,2
Frederico Westphalen	78,7	59,5	14,1	26,1	30,8
Cerro Largo	91,8	55,2	11,0	20,0	20,0
continuação...					
Microrregiões	Contaminação do solo por uso fertilizantes	Prejuízo da atividade agrícola por problemas ambientais	Uso de insumos químicos para controle de pragas e doenças	Uso adubação orgânica	
	% municípios	% municípios	% dos estabelecimentos	% dos estabelecimentos	
Caxias do Sul	41,2	5,9	90,0	75,8	
Frederico Westphalen	30,8	26,1	79,1	31,4	
Cerro Largo	50,0	50,0	81,8	59,8	

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 1995/96; IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros. Meio Ambiente 2002.

Contrariamente às dimensões e respectivos indicadores até aqui caracterizados, os indicadores ambientais (TAB. 18) apontam para diferenças menos “consistentes” ou conclusivas acerca das “condições ambientais” de uma determinada microrregião em relação à outra. Algumas variáveis apontam diferenças significativas entre as regiões, como é o caso dos estabelecimentos com práticas de conservação do solo, uso de adubação orgânica, entre outras. Não obstante, inclusive na dimensão ambiental a microrregião Caxias do Sul tende a se diferenciar das demais.

Interessa observar a existência de certas incompreensões internas da dimensão ambiental. Caxias do Sul é a microrregião que apresenta a situação mais desfavorável em relação aos indicadores poluição da água por uso de agrotóxicos (41,2% dos municípios), poluição da água por criação de animais (41,2% dos municípios), uso de fertilizantes químicos para controle de pragas e doenças (90,0% dos estabelecimentos) e estabelecimentos com práticas de conservação (40,9%). Ao mesmo tempo, destaca-se positivamente em relação

a qualquer tipo de prejuízo das atividades agrícolas por problemas ambientais (5,9% dos municípios).

Por outro lado, nas microrregiões de Frederico Westphalen e de Cerro Largo, apesar de o percentual de municípios que declararam serem acometidos por práticas poluidoras ser menor, os prejuízos decorrentes por problemas ambientais são mais evidentes (26,1% dos municípios em Frederico Westphalen e 50% em Cerro Largo), onde também se observa percentual menor de estabelecimentos com uso de fertilizantes para controle de pragas e doenças e uso de adubação orgânica, porém mais estabelecimentos adotam práticas de conservação.

Antes de passar para a representação gráfica, em figura única para as três microrregiões, do IDR desagregado por dimensão (GRAF. 09), é importante registrar que os dados apresentados nesta seção podem ser resumidos no esforço de avançar na compreensão da dimensão espacial e territorial do desenvolvimento rural, não mais através de uma visão ou perspectiva setorial, mas sim da sua natureza territorial, talvez a principal característica do meio rural contemporâneo.

## 6.2 CONTRIBUIÇÕES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA A COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

As representações gráficas podem ser tratadas como uma fotografia do estágio ou quadro atual de desenvolvimento de uma determinada unidade espacial de referência. Sustentado por rigor metodológico, o Índice de Desenvolvimento Rural pode ser considerado uma importante ferramenta na identificação e na análise das variações territoriais do desenvolvimento rural. Enquanto fotografia da realidade atual, pois o IDR não leva em consideração apenas um ponto no tempo, poderiam até mesmo ser consideradas inconclusivas ou parciais, já que não permitem uma análise de trajetória. Por outro lado, as realidades atuais nada mais são do que o produto de determinadas trajetórias pretéritas de desenvolvimento regional.

Portanto, se há diferenças presentes passíveis de serem apreendidas nas mais diversas dimensões do desenvolvimento rural, apesar de as mudanças ocorridas ao longo do tempo terem sido estimuladas por um denominador comum (a mercantilização), os resultados produzidos em termos territoriais reforçam a perspectiva da diversidade histórica que acompanha a agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Por sua vez, isso não destitui a

homogeneização quanto a determinados sistemas de cultivo ou criações. Conforme já adiantado, a diversidade da agricultura familiar é um produto da história e como tal possui avanços e reveses que se traduzem através das relações mercantis e não-mercantis. Por outro lado, os resultados do capitalismo na agricultura explicam muito mais a diversidade da esfera mercantil do que a não-mercantil, apesar de a separação ser apenas um recurso adotado pelos pesquisadores para estabelecer comparações.

**GRÁFICO 09** - Microrregiões de Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo – Representação Gráfica dos Índices do Desenvolvimento Rural, por dimensão.

Fonte: Elaboração do autor

O GRAF. 09 demonstra que uma região está “contida” na outra, visto que a microrregião Caxias do Sul se destacou por apresentar os maiores índices em todas as dimensões consideradas. Por sua vez, a microrregião Frederico Westphalen está “contida” à microrregião Cerro Largo, com exceção da dimensão demográfica. A área correspondente à microrregião Caxias do Sul equivale ao seu IDR médio, que foi de 0,670, ou 67% da área total do GRAF. 09. No caso de Frederico Westphalen, em que o IDR médio foi de 0,558, cobriria 55,8% da mesma figura, enquanto Cerro Largo cobriria uma área corresponde à 59,4%, dado que o IDR médio foi de 0,594.

Neste caso, considera-se que as diferenças encontradas nos índices desagregados por dimensão (social, demográfica, político-institucional, econômica e ambiental) e no IDR sugerem a contraposição entre tipos de trajetórias de desenvolvimento, que pode ser mais *equilibrado* (harmônico) ou mais *desequilibrado* (desarmônico). Não foi possível, no escopo específico desta parte do trabalho, estabelecer nenhum tipo de relação causal entre os fatores determinantes das desigualdades territoriais de desenvolvimento rural e regional observadas. Entretanto, foi possível caracterizar a natureza multidimensional do desenvolvimento rural graças à escolha rigorosa dos indicadores, das dimensões, do tratamento estatístico e do recorte territorial.

A metodologia adotada oferece um significativo potencial pois permite, além da comparação, a identificação das dimensões em que o desenvolvimento rural é mais vulnerável, insustentável e desigual. Ao estabelecer com clareza em que dimensões e por que as desigualdades existem ou persistem, pode-se traçar um interessante canal de comunicação com as proposições de políticas públicas de redução das desigualdades regionais de desenvolvimento. Poder-se-ia avançar, por exemplo, na análise dos COREDES, seja em relação às suas desigualdades internas bem como em relação aos demais COREDES. Não é prescindível lembrar que, no Rio Grande do Sul, até meados da década de 1980, as desigualdades regionais eram amplamente negligenciadas e a visão simplista entre Norte rico e Sul pobre escondia a diversidade interna destas grandes regiões.

Por que isto é importante? Porque os estudos têm indicado que apesar das mudanças significativas da geografia econômica gaúcha das últimas décadas, reforçaram-se algumas tendência históricas, dentre as quais se destacam: (1) consolidação econômica e social dos COREDES a macrorregião Nordeste, com implicações importantes em relação aos fluxos migratórios; (2) continuidade da polarização do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul, agora cada vez mais entre as macrorregiões Nordeste e Norte e seus COREDES e, como um produto disto; (3) continuidade da concentração espacial do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>.

Por fim, o índice proposto permitiu demonstrar que o desenvolvimento rural é um processo multifacetado e multidimensional. As desigualdades regionais de desenvolvimento rural caracterizadas permitem concluir com algum grau de confiança que os processos de mudança social no meio rural não ocorrem com a mesma intensidade e ao mesmo tempo em

---

<sup>4</sup> Vide os trabalhos produzidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), particularmente os publicados na Revista Ensaios FEE, disponível no endereço [http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg\\_revistas\\_ensaios.php](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_revistas_ensaios.php).

todos os lugares, o que requer dos estudiosos constante atualização das questões teórico-metodológicas, particularmente em época de intensas transformações tecnológicas e institucionais. Reforça-se que, em se tomando individualmente as unidades territoriais investigadas, pode-se considerar que o desenvolvimento rural é intra-regionalmente “harmônico” do ponto de vista das suas dimensões e inter-regionalmente desigual. Dito de outra forma, o desenvolvimento rural e regional no Rio Grande do Sul pode ser considerado, no escopo deste trabalho, exogenamente desigual e relativamente harmonioso endogenamente.

### 6.3 TIPOS DE PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

A pluriatividade, seguindo a proposição de Ellis (2000), ao mesmo tempo em que pode ser entendida como uma *estratégia de reação* (coping), em face de situações de risco e vulnerabilidade social e econômica, também pode ser compreendida como uma *estratégia de adaptação*, situação em que é facultada aos indivíduos a possibilidade ou capacidade de optar qual atividade não-agrícola exercer diante um conjunto de oportunidades e possibilidades. Compartilhando desta perspectiva, no entender de Schneider (2007) os estudos até hoje realizados sobre o tema pluriatividade permitem concluir que se trata de um fenômeno estável e diversificado, uma estratégia de reprodução social das famílias rurais que recorrem ao exercício de atividades externas por diferentes razões (adaptação, reação, estilo de vida) e de que a pobreza não é o único e nem necessariamente o fator determinante.

Ao longo do segundo capítulo buscou-se evidências teóricas que comprovassem o quanto diverso, multifacetado e diferencial é o processo de mercantilização da agricultura e do meio rural. Concomitantemente, aludiu-se que a mercantilização da agricultura não se dá, única e exclusivamente, via inserção nos mercados de produtos e serviços, ou seja, por seu viés agrícola. Embora reconhecendo que também o viés agrícola da mercantilização é histórico e diferencial, via de regra, associando-se aos níveis de externalização, não se pode restringir os seus impactos sobre a agricultura de tal forma que apenas um ângulo seja reconhecido. A inserção em mercados de trabalho não-agrícolas também, e cada vez mais, é reconhecida pela literatura como um componente importante do processo de mercantilização e diferenciação que ocorre na agricultura e no meio rural.

Para compreender a ampla diversidade de formas que assume a pluriatividade em face dos condicionantes internos à unidade familiar e ao ambiente social e econômico em que esta

se encontra, considera-se necessário e adequado recorrer à uma classificação destas famílias segundo o tipo de atividade. Até recentemente, a maior parte dos estudos, especialmente europeus, focalizou a pluriatividade apenas como aquela situação em que pessoas de uma mesma família rural combinam a ocupação nas atividades agrícolas com outras não-agrícolas vinculadas a outros setores e ramos econômicos como a indústria, o comércio, os serviços, etc. Este tipo de pluriatividade configura a situação “*clássica*” de interação intersetorial da agricultura com outras atividades econômicas.

Respeitando os critérios de classificação tipológicos das famílias pluriativas (QUADRO 04), observa-se diferenças significativas regionalmente quanto aos seus tipos. De acordo com o GRAF. 10, em Veranópolis predomina a pluriatividade “clássica” ou intersetorial (91,4%), com apenas 8,6% das famílias na condição de pluriativas de base-agrária. Em Salvador das Missões, 77,8% das famílias pluriativas são de cunho intersetorial e 22,2% de base-agrária. Já em Três Palmeiras, 52,9% são de cunho intersetorial e 47,1% de base-agrária. Os dados do GRAF. 10 comprovam que a pluriatividade não muda apenas quanto à sua intensidade (GRAF. 04 ), mas também em relação aos seus tipos.

**GRÁFICO 10** - Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões - Distribuição percentual dos estabelecimentos pluriativos e pluriativos de base-agrária (2001/02).  
Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).



Esta diferenciação em relação aos tipos, demonstra que a combinação de atividades também ocorre no escopo do próprio setor agropecuário, sem necessariamente representar uma atividade avessa à agricultura.

Enfatizando o desenvolvimento histórico da pluriatividade e sua dinâmica ao longo do tempo, Kinsella et al. (2000) identificaram três tipos de pluriatividade no interior da Irlanda. Com base na história de vida das famílias pluriativas, os três tipos de pluriatividade foram assim classificados: (1) pluriatividade tradicional (*old pluriactivity*), representada pelas famílias engajadas em atividades não-agrícolas por mais de uma geração, vista como uma espécie de continuidade de formas tradicionais de pluriatividade; (2) pluriatividade moderna (*modern pluriactivity*), representada pelas famílias para as quais o exercício de atividades não-agrícolas é um fenômeno relativamente recente, exercido por pessoas mais jovens, resultado de suas escolhas, servindo inclusive para fortalecer a própria agricultura através da realocação de recursos; (3) pluriatividade nova (*new pluriactivity*), em que a própria agricultura, juntamente com a pluriatividade são atividades novas, um novo modo de vida, desenvolvido pelas pessoas que originalmente viviam nos centros urbanos.

Com a disseminação de estudos sobre a pluriatividade no Brasil, começaram a aparecer questionamentos e críticas baseadas no argumento de que a situação típica da pluriatividade intersetorial somente seria encontrada em algumas regiões específicas. Basicamente, o argumento se assenta na idéia de que a pluriatividade seria um fenômeno absolutamente dependente e tributário do ambiente social em que se insere. Não havendo ali a possibilidade de integração intersetorial entre os mercados de trabalho agrícola e não-agrícola, não haveria a pluriatividade. Tendo em vista que, no Brasil, existem várias regiões que dependem fundamentalmente da agricultura para se desenvolver, nestes contextos, a pluriatividade jamais poderia aparecer e se constituir como uma estratégia de ocupação e renda para as populações. Ou seja, em regiões de desenvolvimento agrícola não haveria as condições para que as famílias pudessem combinar atividades agrícolas ou não-agrícolas.

Neste trabalho, pretende-se demonstrar que, mesmo nas regiões que são fortemente dependentes e tributárias da agropecuária para gerar empregos e ocupações, pode aparecer o fenômeno da pluriatividade, ainda que de forma distinta daquela amplamente reconhecida pela literatura. Alguns estudiosos passaram a argumentar que, mesmo nas situações em que não ocorre a integração intersetorial clássica, podem ser encontradas formas de combinação de atividades e ocupações que caracterizariam um novo tipo de pluriatividade, denominado de *pluriatividade de base-agrária*.

Ao que se conhece, os trabalhos de Sampedro Gallego (1996) e Etxezarreta et al. (1995) foram os primeiros a se referirem a este tipo de pluriatividade, reconhecendo a combinação de atividades diretamente ligadas à agropecuária dentro e fora do estabelecimento<sup>5</sup>. Sampedro Gallego (1996) identifica esta combinação de atividade como uma espécie de pluriatividade “interna” ao setor agropecuário, que se expressa principalmente em sistemas agrários caracterizados por uma estrutura de posse das propriedades e dos fatores de produção muito desequilibrada, desvelando, na maioria das vezes, uma realidade de intensa diferenciação social e econômica na agricultura e no meio rural.

As atividades que caracterizam a pluriatividade de base agrária, como a venda de serviços de máquina ou equipamentos agrícolas ou mão-de-obra em períodos de plantio, colheita ou manejo, representam “extensões” do espaço laboral da exploração agropecuária, pois sua realização se dá pelo uso de fatores, meios de produção e outros recursos existentes no próprio estabelecimento agropecuário.

No Brasil, as pesquisas sobre a pluriatividade de base-agrária ainda são embrionárias, carecendo de estudos mais aprofundados para que se reconheça esta forma de pluriatividade como uma realidade no meio rural. Os trabalhos até o momento realizados, no país, indicam que a pluriatividade de base-agrária emerge em ambientes social e econômico em que predomina um padrão exclusivamente agrícola de desenvolvimento, impulsionando a expansão da terceirização de etapas ou fases do processo produtivos na agricultura, que antes eram realizadas pelos membros da unidade familiar no interior da unidade de produção (LAURENT, 2000; CONTERATO, 2004; NIEDERLE, 2007). Laurenti (2000) mostrou como a terceirização é uma prática corrente no meio rural brasileiro, principalmente naquelas regiões onde predominam os cultivos de *commodity*, como soja, milho e trigo, ou outras culturas exigentes em tecnologias e poupadoras de mão-de-obra.

No entender de Schneider (2007), os processos de terceirização e sub-contratação se ampliaram rapidamente, no Brasil, nas últimas décadas, paralelamente a organização e gestão do setor agropecuário ao esquema das cadeias produtivas, desde a produção, beneficiamento, distribuição e comercialização de alimentos e fibras. De tal forma que a pluriatividade se manifestaria de três distintas formas: (1) famílias residentes no meio rural que realizam atividades agrícolas e que durante alguns períodos do ano prestam serviços através de máquinas e equipamentos agrícolas aos agricultores que não dispõem dos mesmos

---

<sup>5</sup> Isto não significa que outros termos como “atividades complementares”, “prestadores de serviços” e outros não tenham sido utilizados por estudiosos para caracterizar o mesmo fenômeno. O fato é que estes tipos de atividades não eram consideradas como pluriativas pelo fato de ocorrerem no setor agropecuário.

equipamentos; (2) agricultores familiares que se vêem forçados a vender a força de trabalho, não raro em condições de informalidade e precariedade, como diaristas, venda porta-a-porta, comércio informal, etc e; (3) agricultores que se dedicam a atividades de processamento, beneficiamento, transporte, comercialização, entre outras atividades ligadas ao setor agropecuário, como tratoristas.

Não obstante, em situações onde a agricultura familiar se dedica principalmente aos monocultivos, a combinação de atividades no interior do setor agropecuários tende a revelar processos significativos de diferenciação social e econômico-produtiva.

### **6.3.1 Pluriatividade intersetorial e pluriatividade de base-agrária**

A intensidade e a predominância absoluta da pluriatividade intersetorial em Veranópolis reforça a perspectiva de que há uma relação entre as formas de inserção laboral no mercado de trabalho não-agrícola e as dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Esse dinamismo se reflete não apenas pela intensidade do exercício de atividades não-agrícolas, mas também pelos setores econômicos em que se dá a integração intersetorial. De acordo com o GRAF. 11, na agricultura familiar de Veranópolis, 27,7% das ocupações não-agrícolas se dão em setores da indústria, 20% no comércio e 13,8% no setor Serviços, demonstrando o dinamismo do mercado de trabalho não-agrícola local. As demais ocupações<sup>6</sup> se dividem quase que igualmente, com algum destaque para os serviços pessoais (9,2%), serviço público (7,7%) e serviços agrícolas (9,2%), indo ao encontro dos dados apresentados no GRAF. 10, sobre a predominância quase absoluta de pluriatividade intersetorial em detrimento da pluriatividade de base-agrária.

---

<sup>6</sup> A fim de retratar com mais fidedignidade a separação entre pluriatividade intersetorial e pluriatividade de base-agrária, definiu-se por uma tipologia diferenciada das ocupações ligadas ao setor de serviços, como é o caso dos serviços agrícolas. Além disso, operou-se outra classificação secundária no grande setor Serviços, a do serviços pessoais. Entende-se que não há como classificar da mesma forma um indivíduo que trabalha como garçom

**GRÁFICO 11** - Setores de inserção laboral (%) dos indivíduos pluriativos em Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões (2001/02).  
Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Nas demais regiões, a dinâmica econômica regional não promoveu significativo desenvolvimento das ocupações ligadas ao setor industrial, comercial ou mesmo de serviços, restringindo a intensidade da pluriatividade intersetorial. Ainda assim, observa-se que as ocupações não-agrícolas ligadas a tais setores representam 30,1% do total em Salvador das Missões, sendo 11,3% na Indústria, 7,5% no Comércio e 11,3% no setor Serviço. A pluriatividade em Salvador das Missões possui outras facetas interessantes. A principal delas é que a pluriatividade de base-agrária, neste caso, via prestação de serviços agrícolas, possui uma participação significativa (18,9%) na intensidade do fenômeno da pluriatividade.

A segunda diz respeito a abrangência dos serviços pessoais, que representam 17% das ocupações não-agrícolas. Neste caso, seriam atividades ligadas a carpintaria ou a pequenos reparos em benfeitorias e instalações. Em Salvador das Missões, 15,1% das ocupações se dão via um tipo de pluriatividade, denominada por Schneider (2006) de *pára-agrícola*, que ocorre por meio do beneficiamento e/ou processamento da produção agrícola obtida dentro de um mesmo estabelecimento ou obtida, em parte ou na totalidade fora, e destinada à comercialização. Desenvolvida fundamentalmente pelas mulheres, Niederle (2007) reconhece esta como uma das mais importantes manifestações da agricultura familiar, pois representa o

---

(empregado pelo grande setor Serviços) e um indivíduo autônomo que faz serviços pessoais de carpintaria (Serviços Pessoais).

saber-fazer acumulado e repassado de geração para geração, contribuindo significativamente para dinamizar as economias familiares.

Já em Três Palmeiras, apenas 3,8% das ocupações não-agrícolas se dão via integração intersetorial propriamente dita, graças à sua inserção no setor Serviços. O próprio setor agropecuário acaba sendo o grande impulsionador da pluriatividade em Três Palmeiras, neste caso de base-agrária. Resulta que 42,3% das ocupações foram identificadas como prestação de serviços agropecuários, seja via prestação de serviços de máquina como também serviços braçais fora da unidade familiar. São as atividades “autônomas” as que aparecem em segunda ordem de importância nas ocupações não-agrícolas, representando 34,6% do total, seguida do serviço público (11,5%), da construção civil (3,8%) e da transformação artesanal (3,8%).

É importante deixar claro que a terceirização dos serviços agrícolas não se dá apenas por empresas ou cooperativas especializadas na prestação de serviços. Esta relação se dá, essencialmente, via compromissos informais contraídos entre parentes ou vizinhos próximos, embora sempre norteadas por valores monetários que correspondem a um determinado percentual da produção total colhida. No caso da soja, do milho e do trigo, o percentual médio cobrado pelo “prestador de serviço” para colher e transportar o produto até uma unidade de recebimento varia entre 8% e 11% do total colhido. Em relação aos serviços prestados na época de plantio e manejo (pulverizações e outros tratos culturais), o cálculo é estabelecido com base na hora/máquina, que, em média, varia entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00.

A fim de qualificar melhor a diferenciação da condição de atividade das famílias entre monoativas, pluriativas e pluriativas de base-agrária, passa-se a reconhecer o que esta diferenciação implica em relação à diversificação das fontes de renda. Outros estudos desenvolvidos no âmbito do GEPAD (RADOMSKY, 2006; PERONDI, 2006, 2007; NIEDERLE, 2007) também depreenderam esforços no sentido de reconhecer a importância da diversificação de estratégias e os impactos sobre a formação da renda.

De acordo com Perondi (2007), o processo de diversificação produtiva decorre das distintas inserções mercantis que possuem os sistemas de cultivo e criações, permitindo qualificar o entendimento da qualidade da diversificação agrícola e da integração intersetorial. Para o autor, existem formas diferenciadas de diversificação que podem ser operacionalizadas, por exemplo, em um viés endógeno ou setorial ou em um viés exógeno ou intersetorial. As distintas trajetórias de diversificação encontradas por Perondi (2007), 11 no total, dão a idéia do quão vastos e heterogêneos podem ser os meios de vida rurais, não se resumindo exclusivamente aos tipos de renda ou estratégias produtivas.

No âmbito deste trabalho, não foi possível estabelecer uma análise aprofundada entre diversificação endógena e diversificação exógena, para além das práticas produtivas e das fontes de renda. Neste caso, se a diversidade é uma característica intrínseca da agricultura familiar mercantilizada, tal como propõe Ploeg (2003), ela não se explica exclusivamente pela capacidade que os atores possuem em diversificar seus ativos e os resultados obtidos por esta equação, tal como propõe Ellis (2000).

Nesta seção do trabalho, propõe-se a analisar o processo de diversificação da agricultura familiar através do que Perondi (2007) denominou de viés exógeno ou intersetorial, bem como investigar a diversidade por intermédio da proposta metodológica de Ploeg (2003, 2006), que compreende a relação entre as diversidades produtiva e reprodutiva e o processo de mercantilização, ingredientes fundamentais na conformação empírica da idéia de desenvolvimento endógeno da unidade de produção familiar. Passa-se à caracterização da diversificação intersetorial da agricultura familiar via fontes de ingresso monetário, limitando-se ao reconhecimento das múltiplas fontes de ingresso monetário, bem como de seus impactos na renda final por condição de atividade das famílias.

Para tanto, é necessário retomar a proposta da pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (2003) para caracterizar o conjunto de rendimentos auferidos pela família: a) *Renda Agrícola (RA)*: proveniente das atividades agropecuárias realizadas dentro da unidade de produção; b) *Renda Não-Agrícola (RñA)*: oriunda de atividades não-agrícolas, podendo ser auferidas fora ou dentro da unidade de produção, na condição de empregado, empregador ou conta-própria; c) *Outras Rendas do Trabalho (ORT)*: obtidas necessariamente fora da unidade de produção e de atividades inerentes ao setor agropecuário; d) *Rendas de Outras Fontes (ROT)*: aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos e doações; e) *Rendas de Aposentadorias/Transferências Sociais (RAP)*: aposentadorias, pensões e programas assistenciais e; f) *Renda Total (RT)*: somatório das rendas.

Os GRAF. 12, GRAF. 13 e GRAF. 14, apresentadas na sequência, contêm a distribuição do valor médio das rendas anuais por condição de atividade das famílias, permitindo comparar as rendas das famílias monoativas, pluriativas e pluriativas de base-agrária entre os três municípios, autorizando-nos a avançar nas considerações acerca da diversificação dos rendimentos como um dos mais importantes indicadores da diversidade da agricultura familiar.

Cabe ao GRAF. 12 apresentar a distribuição do valor médio das rendas anuais entre as famílias monoativas de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões. A figura abaixo permite importantes considerações sobre os resultados do trabalho agrícola na composição da

renda média anual entre aquelas famílias que se dedicam exclusivamente ao trabalho na agricultura. Em um primeiro momento, é relevante reforçar as considerações feitas na seção 6.1, a respeito dos indicadores de especialização setorial do setor agropecuário e seus impactos sobre o desenvolvimento rural. Através de dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário 1995/96 ficou claro que, mesmo em regiões onde uma pauta reduzida de produtos responde pela maior parte do valor bruto total da produção agropecuária, não implica em uma agricultura familiar e desenvolvimento rural menos dinâmicos. Por outro lado, quando as *commodity* agrícolas de certas regiões se tornam o principal produto mercantil da agricultura, os resultados em termos de formação da renda familiar são bastante duvidosos.

Com base nestas informações, fica clara a diferença entre os rendimentos anuais nas famílias monoativas dos municípios pesquisados. Em Veranópolis a renda total média das famílias monoativas (R\$ 23.557,43) é 2,5 vezes superior a renda total média das famílias monoativas de Três Palmeiras (R\$8.778,85), enquanto em Salvador das Missões a renda média total destas famílias alcança a cifra média de R\$ 18.400,62. Porém, o que mais chama a atenção, neste caso, é a diferença entre os rendimentos médios totais das famílias monoativas de duas regiões tipicamente agrícolas, como é o caso do Alto Uruguai e das Missões. Este parece ser um forte indicativo das diferenças regionais que orientam até mesmo a produção de *commodity*, que podem analisadas em termos de disponibilidade e qualidade dos recursos produtivos e de suas implicações quanto ao grau de autonomia e dependência para as famílias.

**GRÁFICO 12** - Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões – Distribuição do valor médio das rendas anuais das famílias monoativas (2001/02).  
Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Produzir *commodity* de posse da terra, do capital e do trabalho, como é mais recorrente nas Missões, é significativamente diferente de produzir *commodity* de posse da terra e de frágil dotação de recursos humanos e tecnológicos, como ocorre com frequência no Alto Uruguai, gerando elevado grau de externalização. Por isso, os recursos da previdência social são tão importantes para as famílias monoativas de Três Palmeiras, representando 21,5% da renda total, percentual que cai para 17,8% em Salvador das Missões e aumenta para 24,6% em Veranópolis, embora, nestes dois municípios, tanto os recursos da previdência social como a renda agrícola sejam significativamente superiores em relação à Três Palmeiras.

Tomando por base o valor do salário mínimo de março de 2002, que era de R\$ 180,00, pode-se estabelecer algumas comparações importantes. No caso de Três Palmeiras, isso significa uma renda familiar *per capita* de 4,06 salários mínimos e individual de 1,01 salários mínimos, já que o número médio de residentes por família monoativa era de 4 pessoas. Os valores para as famílias monoativas de Salvador das Missões, que têm em média 4 residentes, apresenta algumas mudanças importantes. Neste caso, a renda familiar *per capita* sobe para 8,5 salários e a *per capita* individual para 2,2 salários mínimos. As diferenças em relação às famílias monoativas de Veranópolis são ainda maiores, já que a renda média total é a mais elevada, enquanto o número médio de residentes é o mais baixo, 3,7. Desta forma, a renda



média per capita sobe para 10,9 salários mínimos e a *per capita* individual para 2,9 salários mínimos.

O GRAF. 13 representa o valor médio das rendas anuais das famílias pluriativas. Da mesma forma que em relação às famílias monoativas, observa-se diferenças substanciais entre os municípios. A primeira delas é que Salvador das Missões, onde a renda média das famílias pluriativas é de R\$ 18.743,28, é o único município no qual a renda não-agrícola é maior do que a renda agrícola, representando em média 47,8% da renda total. Mesmo assim, em nenhum dos municípios a renda das atividades agrícolas é superior a 50% da RT.

**GRÁFICO 13** - Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões – Distribuição do valor médio das rendas anuais das famílias pluriativas (2001/02).

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Além deste primeiro aspecto, é relevante analisar a renda total das famílias pluriativas. Enquanto em Veranópolis a RT média das famílias pluriativas é superior a 30 mil reais anuais, indicando a importância da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, em Três Palmeiras, onde a combinação de atividades é mais restrita, a RT média é inferior a 10 mil reais anuais. Mesmo entre as famílias pluriativas, a participação dos recursos da previdência social continua em destaque, com variações locais em termos absolutos e percentuais significativos.

Outro importante aspecto a ser ressaltado é que, entre as famílias, ocorre uma distribuição mais equilibrada dos ingressos monetários, indicando que as ocupações não-

agrícolas permitem não apenas diversificar e elevar, mas também estabilizar as fontes de renda, conforme já demonstraram os trabalhos de Schneider et al. (2006), Sofer (2001) e Eikland (1999). No entanto, a contribuição das rendas não-agrícolas na formação da renda total varia significativamente entre os municípios. Neste caso, pode-se indicar três aspectos: (1) os setores de atividade econômica em que ocorre a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas; (2) certa precariedade da pluriatividade intersetorial, particularmente em Três Palmeiras e; (3) a capacidade da agricultura de remunerar seus ativos, como é o caso de Salvador das Missões.

Por último, cabe analisar o valor médio das rendas anuais das famílias pluriativas de base-agrária (GRAF. 14). Ao menos duas importantes considerações podem ser anotadas. Em primeiro lugar, convém destacar que, em Três Palmeiras, é entre as famílias pluriativas de base-agrária que se observam os maiores rendimentos, tanto totais como agrícolas.

**GRÁFICO 14** - Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões – Distribuição do valor médio das rendas anuais das famílias pluriativas de base-agrária (2001/02).

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Apesar de proporcionalmente representar um universo bem mais restrito em relação ao número de famílias monoativas e seus rendimentos do mesmo município, os valores agrícolas e totais auferidos são significativamente maiores, inclusive em relação às famílias pluriativas de base-agrária dos demais municípios. No caso de Três Palmeiras e Salvador das Missões, que representam quase a totalidade da pluriatividade de base-agrária em relação ao universo

investigado, os valores apontariam que se tratam de unidades familiares que, apesar dos valores absolutos, a contribuição na formação da RT é percentualmente modesta.

Uma análise pormenorizada dos dados relativos às famílias pluriativas de base-agrária permite ver a questão por outro ângulo. Mesmo se configurando como uma pluriatividade interna ao setor agropecuário, a pluriatividade de base-agrária pode ser considerada como um aspecto fundamental no entendimento da diversidade das formas de integração setorial da agricultura, que ganha contornos distintos na medida em que distintos forem os recortes territoriais em questão.

Os dados até aqui analisados confirmam o que Perondi (2007) e Niederle (2007) concluíram em seus trabalhos. Famílias que diversificam suas estratégias exógenas e endógenas possuem rendimentos superiores às famílias que dependem exclusivamente da agricultura. Perondi (2007) vai além e conclui que uma maior diversificação das estratégias endógenas e exógenas, além de contribuir para o aumento da renda, coopera para reduzir riscos, otimizar recursos e melhor distribuir a renda entre os residentes da família.

Feita a caracterização da distribuição do valor médio das rendas anuais por condição de atividade e tipo de pluriatividade entre os municípios investigados, é necessário avançar na identificação dos estilos de agricultura familiar. Do total de 48 indicadores que compõem o QUADRO 05, responsáveis por explicar 69,9% da variância total dos fatores, elegeu-se um total de 19 indicadores-chave para se estabelecer os parâmetros de homogeneidade e diferenciação entre as variáveis que formam os estilos e que lhes caracterizam como um tipo.

#### 6.4. OS ESTILOS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Neste trabalho as estratégias produtivas e reprodutivas e os estilos de agricultura familiar identificados se aproximam mais daquilo que Ploeg (1990, 1992) denominou de um conjunto de práticas dos agricultores e menos de uma concepção mais hermenêutica que aparece em Ploeg (1993; 1994). Esta concepção mais hermenêutica está fundada nos discursos interpretativos e representacionais dos agricultores em relação a si mesmos e aos demais, caracterizando o que Whatmore (1994) definiu como processos comportamentais.

Cabe destacar que não há correspondência entre cada unidade familiar e uma única estratégia. Da mesma forma em relação aos estilos de agricultura, os quais também se sobrepõem, podendo as estratégias e os estilos se interconectarem da mesma forma que cada unidade agrícola familiar pode expressar um conjunto variado de situações empíricas, como também ponderou Niederle (2007).

As informações que constam na TAB. 19 permitem identificar a formação de cinco grupos de estabelecimentos agrícolas familiares, cujas características permitem estabelecer a seguinte tipologia: agricultores familiares altamente descapitalizados e economicamente vulneráveis, correspondendo ao grupo 1; agricultura familiar capitalizada, altamente especializada e mercantilizada, correspondendo ao grupo 2; agricultura familiar voltada para o autoconsumo e dependente das transferências sociais, que corresponde ao grupo 3; agricultura familiar descapitalizada e dependente da produção de *commodity*, que corresponde ao grupo 4; agricultura familiar diversificada na perspectiva não-agrícola e altamente capitalizada, que corresponde ao grupo 5.

**TABELA 19**  
Médias das 19 variáveis segundo os grupos homogêneos de unidades agrícolas familiares

Variáveis explicativas	Média do universo	Estilos de agricultura e valores médios das variáveis				
		1	2	3	4	5
Área total estabelecimento (ha)	22,55	15,01	24,84	33,00	19,39	28,05
SAU em relação a área total (%)	74,68	71,99	75,15	21,97	79,55	64,23
Pessoas residentes (n°)	4,35	3,90	4,48	4,00	3,95	5,27
Escolaridade média (anos estudo)	5,93	5,29	5,94	0,00	5,34	7,78
Mão-de-obra agrícola familiar (UTH)	2,68	2,09	3,13	1,92	2,61	2,15
Mão-de-obra não-agrícola (UTH)	0,43	0,68	0,14	0,33	0,17	1,60
Mão-de-obra contratada (UTH)	0,09	0,02	0,07	0,01	0,03	0,30
Capital disponível total (R\$)	28.891,30	12.333,17	37.344,43	23.242,00	17.873,43	45.237,39
Consumo intermediário total (R\$)	8.784,28	6.734,97	11.286,21	5.728,40	6.424,33	10.465,22
Produto bruto autoconsumo total (R\$)	3.850,69	2.464,27	4.560,29	4.044,44	3.345,22	4.150,85
Produtividade física por hectare explorado (R\$)	882,69	1.205,85	1.013,47	-255,03	755,21	870,06
Produtividade do trabalho por pessoa ocupada (R\$)	3.899,46	455,35	5.197,87	-819,57	3.524,43	3.545,57
Remuneração agrícola da SAU (R\$)	846,18	1.159,44	986,68	-263,72	727,55	794,36
Renda Agrícola (R\$)	11.658,54	1.605,85	17.339,12	-1.911,96	8.802,54	11.240,61
Renda de aposent., pensões e transf. sociais (R\$)	3.334,93	2.769,03	4.539,22	7.280,13	1.858,34	4.674,95
Rendas de atividades não-agrícola (R\$)	3.193,82	5.966,00	1.097,92	6.500,00	894,81	12.098,87
Renda Total (R\$)	19.018,03	11.201,63	23.982,04	13.780,13	12.398,55	28.418,80
Renda de aposentadorias sobre renda total (%)	22,24	31,29	30,38	52,83	15,82	17,96
Rendas não-agrícolas sobre a renda total (%)	14,69	30,18	5,35	47,17	9,33	40,53

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

#### **6.4.1 Estilo 1: Agricultura familiar altamente descapitalizada e economicamente vulnerável**

Este grupo representa apenas 5,7% do total de observações e é caracterizado pela presença de unidades familiares descapitalizadas, de rendas médias anuais baixas, particularmente a agrícola, e altamente dependentes dos recursos da previdência social. Os estabelecimentos ficaram assim distribuídos: 30,0% em Veranópolis, 60,0% em Três Palmeiras e 10,0% em Salvador das Missões. Os estabelecimentos agrícolas familiares deste grupo apresentam baixo grau de incorporação tecnológica, visto que o capital imobilizado em máquinas, equipamentos e benfeitorias é de pouco mais de 12 mil reais, que corresponde a menos de 50% em relação à média das observações.

Outro aspecto relevante a ser destacado é a situação de vulnerabilidade social decorrente do valor médio das rendas anuais percebidas, bem como da produção de autoconsumo. A renda agrícola (R\$1.605,85) representa apenas a sétima parte em relação a renda agrícola geral. Apesar dos acréscimos em relação à renda agrícola, os ganhos anuais com as rendas de atividades não-agrícolas e com as transferências sociais não implicam em rendimentos totais muito significativos (R\$ 11.201,63), os quais ficam bem abaixo da renda média geral. Ainda assim, a agricultura, enquanto atividade econômica e de remuneração da força de trabalho, estaria perdendo sua centralidade para as atividades não-agrícolas e para as transferências sociais que representam, respectivamente, 30,17% e 31,29% da renda total anual.

A produção de autoconsumo, apesar de o grupo apresentar o menor número médio de residentes (3,90), também é baixa (R\$ 2.464,27), o que representaria, em termos *per capita*, um valor médio anual de R\$ 631,86. Os relativamente baixos níveis de capitalização em termos de estrutura produtiva (capital disponível) e de intensidade do uso da terra (superfície agrícola explorada em relação a área total dos estabelecimentos) também são acompanhados da área média dos estabelecimentos, que é de 15,01 hectares.

Resumidamente, pode-se considerar que este estilo de agricultura familiar caracteriza-se por estabelecimentos familiares menores em relação à área de terra disponível e de pessoas residentes, que exploram menos intensivamente a terra, com baixo rendimento do trabalho e com reflexos sobre a renda agrícola e a renda total, que por sua vez é composta primordialmente pela contribuição das transferências sociais e pelos rendimentos das atividades não-agrícolas. O grau de mercantilização pode ser considerado intermediário, porém, são estabelecimentos altamente descapitalizados em relação à estrutura produtiva. A

vulnerabilidade que este estilo de agricultura familiar apresenta advém, particularmente, da importância que a agricultura parece ter e da dependência das transferências sociais na composição da renda familiar.

#### **6.4.2 Estilo 2: Agricultura familiar capitalizada, altamente especializada e mercantilizada**

Este grupo concentra 34,1% do universo de estabelecimentos agrícolas familiares e reúne características significativamente distintas em relação ao primeiro, assim distribuídos: 40,0% em Veranópolis, 26,7% em Três Palmeiras e 33,3% em Salvador das Missões. Entre os traços distintivos mais salientes, pode-se destacar o fato de que se trata de um grupo formado por estabelecimentos familiares de considerável nível de capitalização em termos de estrutura produtiva, devido ao montante em capital imobilizado (R\$ 37.344,43) se apresentar bem acima da média geral das observações, o que não ocorre em relação à área média dos estabelecimentos (24,84 hectares), o número de pessoas residentes (4,48) e a escolaridade (5,94 anos).

Por outro lado, a maior disponibilidade de mão-de-obra agrícola familiar (3,13 UTH), permite reconhecer a exigência dos sistemas de cultivo e criações desenvolvidos por estes agricultores de potencializar o uso de mão-de-obra agrícola familiar. Da mesma forma, chama a atenção os elevados índices de produtividade da terra e do trabalho, tanto quanto seus reflexos diretos na composição do valor médio da renda agrícola anual, que é de R\$ 17.339,12. Tudo isso se resume em uma considerável capacidade de remuneração dos ativos agrícolas disponíveis na família, superior a 5 mil reais, e da superfície agrícola explorada (R\$ 986,68), mesmo em face do montante de gastos com manutenção e custeio do estabelecimento (R\$ 11.286,21), o que demonstra grau de externalização acima da média. Neste caso, apesar do *squeeze* de que trata Ploeg (2006), há uma importante margem de manobra que permite um grau de autonomia significativo.

Não obstante à externalização, é visível a preocupação com a produção para autoprovisionamento, representada pelo autoconsumo, que também apresenta valores *per capita* familiares e individuais médios significativamente acima da média, respectivamente R\$ 4.560,29 e R\$ 1.017,92. Neste caso, há que se reforçar que, mesmo com o intenso uso de mão-de-obra e com a elevada externalização dos processos produtivos, não ocorre enfraquecimento de uma das principais dimensões explicativas da agricultura familiar mercantilizada, a produção de alimentos para o autosustento.

É importante atentar para a dimensão não-agrícola e para o papel das transferências sociais deste grupo. A renda média familiar não-agrícola recebida pelas famílias (R\$ 1.097,92) corresponde a um terço da média geral e impacta em apenas 5,35% na formação da renda total. Resta aprofundar as razões ou causas que inibem o exercício de atividades não-agrícolas neste grupo. Ensaaiou-se uma hipótese, a ser testada em estudos futuros. A hipótese é a de que quanto mais intensivo no uso de mão-de-obra forem os sistemas de cultivo e criações, menor será o recurso à pluriatividade por parte dos indivíduos, desde que as economias locais sejam suficientemente dinâmicas a ponto de absorver endogenamente a mão-de-obra local.

Levando em consideração a localização territorial das observações que compõem este grupo e o histórico de desenvolvimento destes territórios, é possível estabelecer algumas considerações sobre a relação entre exercício de atividades não-agrícolas e sistemas de produção. Alguns estudos (CONTERATO, 2004; NIEDERLE, 2007) apontaram que em algumas das regiões a atividade leiteira tem se consolidado como uma espécie de “alternativa” em relação à produção de grãos e o seu elevado grau de dependência e exposição das famílias a situações de vulnerabilidade social. Neste caso, as atividades de produção animal, que não raro se resumem à atividade leiteira e por vezes aos sistemas de integração de aves e suínos, caracterizam-se por serem altamente demandadoras de mão-de-obra. No entendimento deste autor, isto estaria inibindo ou restringindo o exercício de atividades fora da agricultura, mesmo em regiões potencialmente propícias a tal combinação. Por isso, entende-se que não é a maior diversificação produtiva que inibe o exercício de atividades não-agrícolas, tal como defendido por Guanzirolí et al. (2001), mas sim a especialização produtiva em sistemas de cultivo e criações que demandam mais mão-de-obra.

Neste caso, entende-se que o exercício de atividades não-agrícolas não é apenas o resultado do “custo de oportunidade” exercitado mentalmente pelo agricultor e de que o crescimento da oferta das ocupações não-agrícolas seja reflexo exclusivo da descentralização industrial e da expansão imobiliária, dando a entender, por exemplo, que em regiões de modernização agrícola não haveria espaço para ocupações não-agrícolas. Deve-se ter claro que o exercício de atividades não-agrícolas não necessariamente põe em xeque a agricultura enquanto forma social. A busca de fontes complementares de renda não tem como causa única situações de pobreza, pois seus fatores determinantes são diversos.

Por fim, cabe o registro de que além da contribuição da renda agrícola nos rendimentos médios anuais totais deste grupo, que alcançam a cifra média de praticamente 24 mil reais, soma-se basicamente a contribuição das rendas da previdência social (R\$ 4.539,22).

Por esta razão, pode-se considerar que se trata de um estilo de agricultura altamente orientado pelo viés agrícola, porém, com resultados econômicos que permitem não só manter as pessoas residindo no meio rural e remunerá-los de forma razoável, como também potencializar constantemente os demais recursos produtivos.

#### **6.4.3 Estilo 3: Agricultura familiar voltada para o autoconsumo e dependente das transferências sociais**

Este “grupo” é formado por apenas um estabelecimento agrícola familiar. Essa observação, que representa apenas 0,6% do total, está localizada no município de Veranópolis. Por este motivo, não contribuiria em nada analisar os valores médios de uma única observação e comparar com as médias gerais. Algumas variáveis ilustram bem esta incoerência comparativa e se tornam complementares. A escolaridade média é zero. Isso significa que todos os residentes tinham menos de 16 ou mais de 60 anos, ou eram analfabetos, ou apenas sabiam ler e escrever ou apresentavam algum problema de ordem física ou mental. Isto se reflete na disponibilidade de mão-de-obra, na produtividade do trabalho e da terra, na renda agrícola e fundamentalmente as rendas de aposentadorias, mais de duas vezes superior a média geral. Nota-se também que apenas 21,97% da área total é explorada com alguma atividade, contra 74,68% do total da amostra.

#### **6.4.4 Estilo 4: Agricultura familiar descapitalizada e dependente da produção de *commodity***

O que faz com que os estabelecimentos se aglutinem e formem este grupo é a afinidade na produção de *commodity* com base em parques e débeis recursos produtivos. Este é o maior dos grupos, representando 42,6% do total investigado, obedecendo a seguinte distribuição territorial: 17,4% em Veranópolis, 44,0% em Três Palmeiras e 38,6% em Salvador das Missões. A área média dos estabelecimentos que formam este tipo é de 19,39 hectares, pouco abaixo da registrada para o conjunto dos estabelecimentos. Por outro lado, necessitam explorar mais extensivamente a área disponível, pois a superfície agrícola explorada representa quase 80,0% da área total dos estabelecimentos.

Uma das características distintivas mais evidentes é o baixo nível de capitalização em termos de estrutura produtiva, visto que o capital disponível, que é de R\$ 17.873,43, está bem



abaixo da média geral observada. A disponibilidade de ativos também é reduzida (2,61 UTH), como também é reduzido o número médio de residentes (3,95) e a escolaridade média (5,34 anos de estudo). É indicativo de certa impossibilidade de reproduzir internamente alguns dos principais recursos produtivos, como é o caso da força de trabalho, traduzindo-se dificuldade de estabelecer relações mínimas de *co-produção*, tal como define Ploeg (2006).

Uma avaliação rápida poderia indicar processos de afastamento em relação aos mercados de produtos e serviços agropecuários, visto que os gastos com manutenção e custeio (R\$ 6.424,33) estão abaixo da média, o que poderia se traduzir em resultados mais positivos em relação à renda agrícola e de maior autonomia nos processos decisórios. Neste grupo, o “afastamento” dos mercados parece se dar muito mais pelas dificuldades de incorporar o padrão tecnológico moderno de fazer agricultura do que uma ação deliberada. Ou seja, baixo consumo intermediário não é necessariamente sinônimo de maior autonomia, podendo indicar inclusive situações de exclusão e de fragilidade social, como parece ser o caso deste grupo.

Outro aspecto importante e complementar são os resultados obtidos em termos de produtividade. A produtividade da terra, que é de R\$ 755,21 por hectare explorado, está abaixo da média, como também ocorre em relação à produtividade do trabalho, que é de R\$ 3.899,46 por pessoa ocupada. O denominado *squeeze* (aperto) da agricultura modernizada (PLOEG, 2006) é ainda mais evidente e mostra uma das suas faces mais severas, pois o aumento dos custos e a estagnação, ou mesmo a diminuição, do valor total da produção significa decréscimos importantes dos retornos do trabalho.

Este desempenho possui reflexos diretos na composição das rendas, como é caso da renda agrícola, que apresenta valor médio anual de R\$ 8.802,54 e representa praticamente 70,0% dos rendimentos anuais totais. Neste caso, não bastasse a renda agrícola estar abaixo da média geral, é fundamentalmente dela que as famílias dependem para formar o orçamento doméstico. Se a renda agrícola é baixa e representa mais de dois terços da renda total, que é pouco superior a 12 mil reais, então, a contribuição das rendas não-agrícolas e das transferências sociais também está abaixo da média, representando, respectivamente, 9,33% e 15,82% da renda total.

#### **6.4.5 Estilo 5: Agricultura familiar diversificada na perspectiva não-agrícola e altamente capitalizada**

Este grupo representa 17% do universo das observações, das quais 60,0% em Veranópolis, 13,4% em Três Palmeiras e 26,6% em Salvador das Missões. O principal traço

distintivo deste grupo é o papel exercido pelas atividades não-agrícolas na diversificação das estratégias e seus impactos na formação da renda. Além deste, há outros aspectos relacionados.

O grupo é formado por unidades familiares que alcançam a mais alta área média (28,05 hectares), desconsiderando-se o grupo 3 formado por apenas um estabelecimento. Ainda no aspecto estrutura fundiária, apenas 64,23% da área total é explorada, significativamente abaixo da média geral, que é de 74,68%. Porém, isto não é impeditivo para a centralidade da produção para autoconsumo, que é superior a 4 mil reais.

Além da área média, também apresenta o maior número médio de residentes (5,27) e de anos de estudo das pessoas entre 16 e 60 anos. É o único grupo em que a escolaridade aparece com algum destaque (praticamente dois anos acima da média geral) e que se caracteriza pela importância da pluriatividade. Neste caso, o nível de instrução dos residentes aparece associado a situações de ampla combinação entre atividades agrícolas e não-agrícolas. Isto nos autoriza a reconhecer este como um dos principais elementos de diferenciação entre as famílias no meio rural. O grau de instrução é um componente endógeno que potencializa a diversificação das estratégias na perspectiva não-agrícola.

Outro importante aspecto de diferenciação se deve ao fato de este grupo apresentar uma elevada e consolidada estrutura produtiva, que é de R\$ 45.237,39, muito acima da média geral. Este alto nível de capitalização parece ser complementar em relação a centralidade que assume a pluriatividade, haja visto a disponibilidade de ativos dedicados as atividades agrícolas (2,15 UTH), muito próximo da média para o Estado, atividades não-agrícolas (1,60 UTH), bem acima do valor observado para o conjunto das observações.

A centralidade da agricultura enquanto atividade produtiva pode ser comprovada pelo volume de gastos com manutenção e custeio (R\$ 10.465,22), significativamente acima da média e da renda agrícola (R\$ 11.240,61), que praticamente se equivale à média. A mesma centralidade vale quando se toma como referência a produtividade por hectare explorado e por pessoa ocupada. Neste caso, isso se traduz em uma considerável capacidade de remuneração dos ativos agrícolas, mesmo que a relação entre superfície explorada e área total seja baixa.

Outro aspecto central e distintivo é que o valor médio das rendas não-agrícolas, que alcança o valor de R\$ 12.098,87, não apenas é maior do que a renda agrícola média, como também é três vezes maior do que a renda não-agrícola média. Isso se traduz em uma elevada capacidade de remuneração dos ativos não-agrícolas. Em termos percentuais, a renda de atividades não-agrícola representa em média mais de 40,0% das rendas anuais, contra menos de 15,0% para o Estado. Às rendas agrícolas e não-agrícolas soma-se a renda da previdência

social, que impacta em praticamente 18,0% a renda total, percentual baixo, mas que em valores absolutos está bem acima do valor médio geral.

Tomando-se como referência as características apresentadas para cada um dos cinco grupos homogêneos ou estilos de agricultura familiar encontrados, elaborou-se um quadro sintético (QUADRO 06) com algumas das variáveis consideradas mais relevantes entre o conjunto dos indicadores selecionados. O objetivo é tornar mais didático o entendimento da classificação tipológica adotada com base na análise fatorial e na análise de *clusters* realizada até aqui, discutidos com base em valores médios.

### QUADRO 06

Caracterização dos grupos homogêneos com base em variáveis selecionadas.

Variáveis	Grupos Homogêneos				
	1	2	3	4	5
Área total estabelecimento (ha)	Pequena	Média	Grande	Média	Grande
Produtividade da terra	Alta	Alta	Baixa	Baixa	Média
Produtividade do trabalho	Baixa	Alta	Baixa	Média	Média
Escolaridade média (anos estudo)	Baixa	Média	Baixa	Baixa	Alta
Mão de obra agrícola familiar (UTH)	Baixa	Alta	Baixa	Média	Média
Capital disponível total (R\$)	Baixo	Alto	Médio	Baixo	Alto
Consumo intermediário total (R\$)	Baixo	Alto	Baixo	Baixo	Alto
Produto bruto autoconsumo total (R\$)	Baixo	Alto	Médio	Médio	Alto
Renda Agrícola (R\$)	Baixa	Alta	Baixa	Baixa	Média
Rendas de atividades não-agrícola (R\$)	Média	Média	Alta	Baixa	Média
Renda Total (R\$)	Baixa	Alta	Baixa	Baixa	Alta

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

O QUADRO 06 confirma o que já havia sido identificado, a configuração de pelo menos três grupos (grupo 2, 4 e 5) com claras diferenças que nos permite tratá-los como tipos. Os grupos 1 e 3, menos representativos enquanto em relação ao universo das observações, não permitem que se avance mais detalhadamente em relação às características que os configuram como um tipo.

Desta forma, o QUADRO 06 possibilita identificar que o grupo 2 se define por indicadores que contribuem significativamente para configurar um quadro social, econômico e produtivo marcado pela intensa mercantilização, elevada capacidade de inovação tecnológica enquanto estrutura produtiva, com viés essencialmente agrícola, mas que permite potencializar os recursos produtivos já existentes e remunerar os ativos agrícolas bem acima da média.

Por sua vez, o grupo 4 apresenta indicadores sociais, econômicos e produtivos que configuram um quadro de relativa vulnerabilidade socioeconômica em que a especialização produtiva de *commodity* impede resultados mais elevados tanto em termos de renda e de potencialização dos ativos quanto em termos dos demais recursos produtivos, como é o caso da capacidade instalada em máquinas, equipamentos e benfeitorias.

Por fim, o grupo 5 representa uma condição socioeconômica e técnico-produtiva de estreita vinculação com as combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Esta combinação somente é possível, afora as características das economias locais, pelo papel exercido pela Educação, que permite não só potencializar os recursos produtivos existentes, mas também produzir acréscimos consideráveis nos rendimentos médios anuais, de tal forma que a pluriatividade se confirma como uma característica intrínseca do modo de funcionamento das unidades produtivas organizadas sob a égide do trabalho familiar.

A identificação e caracterização dos grupos homogêneos ou estilos de agricultura familiar fortaleceu a percepção de que diversidade agrícola familiar e dinâmicas regionais de desenvolvimento rural são aspectos que se complementam. Porém, esta não é uma novidade ou uma descoberta recente. Basicamente, a relevância de abordar este aspecto reside na necessidade de avançar no debate a respeito da diversidade da agricultura familiar e dos mecanismos que a mesma estabelece para viabilizar-se social e economicamente a partir de três questões centrais, explicitadas pelos dados secundários e primários.

A primeira é a de que em regiões onde o padrão ou modelo agrícola de desenvolvimento rural é hegemônico, a agricultura familiar se viabiliza através da especialização produtiva com base em *commodity*, em um padrão tecnológico socialmente excludente, em um sistema de crédito que faz “mas de lo mismo”, tal como afirmam Schejtmann e Berdegué (2003) a respeito dos impactos do Pronaf, ficando refém das grandes cadeias agroalimentares mundiais. A segunda, possibilitada pela comparação, é a de que a diversidade também advém dos mecanismos acionados pelos agricultores familiares para se distanciar, tanto quanto for possível, das situações de risco, fragilidade e vulnerabilidade a que estão expostos, quer seja por adversidades climáticas ou incertezas quanto a determinação dos níveis de renda por conta da flutuações dos preços dos insumos e dos produtos agrícolas levados aos mercados. A terceira é a diversidade que resulta a partir do que não é agrícola, ou seja, o mercado de trabalho não-agrícola. Nestas situações, tende-se a se consolidar uma forma diferenciada, porém complementar, de organização dos ativos e recursos produtivos e múltiplos meios de viabilizar as condições de vida e (re)criar os espaços que garantem a reprodução social.

A comparação, baseada nos estilos de agricultura familiar de diferentes regiões, permite considerar que importantes dimensões da agricultura familiar, como a qualidade de vida, a renda gerada, a preservação dos recursos e ativos agrícolas e, conforme Ellis (2000), as possibilidades de inovar em ambientes hostis dependem, entre outros fatores, do desempenho produtivo dos estabelecimentos, dos sistemas de cultivo adotados, da competência individual e, cada vez mais, de sua inserção em um ambiente social e econômico que lhe seja favorável e permita sua reprodução. Neste caso, a construção e o fortalecimento da autonomia se torna o resultado de um conjunto de práticas agrícolas e não-agrícolas com capacidade de diversificar as economias locais e as práticas endógenas de desenvolvimento rural.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término deste trabalho significa o término de uma etapa e o início de outra. Muitas inquietações foram resolvidas, outras sequer foram explicitadas e outras, ainda, surgiram, como se, em cada pergunta, objetivo ou hipótese levantados houvesse sempre a impressão da parcialidade da(s) resposta(s), o que de fato se confirmou. O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar, comparativamente a partir de três regiões, as distintas formas pelas quais os agricultores familiares mobilizam seus recursos produtivos em ambientes de generalizada, porém diferencial, mercantilização da vida social e econômica, resultando em distintos, porém não antagônicos, estilos de agricultura familiar. Este estudo permitiu investigar as implicações em termos de dinâmicas territoriais desiguais de desenvolvimento rural, de estratégias de reprodução social e diversidade de estilos de agricultura familiar. Os “descompassos” quanto à intensidade, os graus e os resultados da mercantilização da agricultura nos universos empíricos investigados foram, desta forma, apreendidos em distintos níveis empíricos.

Empiricamente, nesta tese, tinha-se o objetivo de confrontar o que trabalhos, particularmente os desenvolvidos na Europa, trazem sobre os distintos impactos do capitalismo no espaço agrário e a diversidade de formas (estilos) que adquire o universo agrícola familiar. O desafio, e problemática de pesquisa, era responder como a mercantilização implica na consolidação de estilos e de estratégias agrícolas familiares em universos sociais, econômicos e culturais ao menos aparentemente semelhantes. De um lado, emergia a mercantilização, enquanto processo generalizado, com suas determinações quanto aos impactos distintos sobre a agricultura e o meio rural. De outro, a construção de estilos de agricultura familiar como manifestações empíricas da sua diversidade, mesmo em ambientes hostis quanto às formas de inserção nos mercados.

Conforme pressupunha a hipótese geral, constatou-se que há relação entre a diversificação das estratégias das famílias de agricultores familiares e as dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural, na medida em que, quanto mais diversificadas forem as possibilidades de ingresso dos agricultores em mercados de trabalho agrícolas e não-agrícolas, mais dinâmicas serão as economias locais. Ao mesmo tempo, as características históricas comuns (estrutura fundiária, etnia, etc.) não dão conta de explicar os processos de diversificação e diferenciação experimentados ao longo do tempo.

Analiticamente, neste trabalho, buscou-se estabelecer um diálogo entre o desenvolvimento rural e a diversidade de estilos da agricultura familiar. Neste diálogo, tratou-se de investigar as dimensões e a importância que a diversidade e a diversificação assumem na reprodução social e econômica na agricultura familiar. As dimensões se referem à hipótese, presumida na teoria e na maioria dos trabalhos sobre este tema, ou seja, de que a principal característica e vantagem da agricultura familiar é a sua capacidade de diversificação produtiva e de diversidade empírica. Não obstante, já no início das considerações finais é importante pontuar que aqui talvez resida uma das principais contribuições deste trabalho, e que precisa ser melhor detalhado, ao confirmar apenas parcialmente o que os trabalhos citados ao longo do texto foram categóricos em considerar: a intensidade e o formato da diversidade da agricultura familiar. Seria plausível que a generalização empiricamente da diversidade da agricultura familiar fosse decorrência do uso rigoroso de ferramental metodológico, uma vez que cada unidade ou estabelecimento familiar pode ser tomado, a priori, com base na disponibilidade e arranjo dos recursos produtivos, um estilo específico de agricultura familiar. Neste caso, a comparação perderia seu sentido explicativo, já que o objetivo sempre foi o de identificar e comparar estilos regionais de agricultura familiar e não unidades familiares isoladas territorialmente.

Estaríamos, desta forma, negando todo o acúmulo teórico e metodológico dos trabalhos desenvolvidos até o momento sobre a diversidade da agricultura familiar? Evidentemente que não. Foi possível ensaiar ao menos duas respostas a esta pergunta. Em um primeiro momento, convém reforçar que a categoria social e recorte empírico privilegiado foi a agricultura familiar. Neste caso, analisou-se única e exclusivamente agricultores familiares de três regiões do Rio Grande do Sul. Nos trabalhos de Jan Douwe van der Ploeg e outros pesquisadores não há a preocupação em privilegiar a análise de uma forma de agricultura em detrimento da outra. Isto faz uma diferença crucial, na medida em que Ploeg e outros pesquisadores nunca se propuseram a investigar exclusivamente os agricultores familiares da Europa ou de qualquer outra parte do mundo. Portanto, em que pese os riscos das generalizações empíricas, a agricultura européia é mais diversificada, mesmo que apenas em termos da disponibilidade dos recursos produtivos (terra, mão-de-obra e capital) do que a agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Os trabalhos de Ploeg recobrem um universo empírico que vai desde a produção de Queijo Parmesão (*Parmigiano Reggiano*), no interior da Itália, ao “simples” produtor de leite na Suíça, chegando ao produtor de flores na Holanda e à produção orgânica no interior da Alemanha, independentemente de se tratar de agricultores familiares. Isso implica, além da diversidade, uma grande *variabilidade* em

termos de rendimento, uso de tecnologias, disponibilidade e formas de organização do trabalho e demais recursos<sup>1</sup>.

Na variabilidade reside a segunda resposta em relação à generalização empírica da diversidade da agricultura familiar. Se, por um lado, nenhuma unidade de agricultura familiar é igual à outra, há que se deter sobre como se organiza, no interior destas, os recursos produtivos e suas implicações em termos da diversificação produtiva e de fontes de renda, para não tornar a comparação algo destituído de sentido explicativo. Portanto, se não há significativa variabilidade nas variáveis consideradas (que são as mesmas para todas as unidades familiares), não há significativas diferenças entre as unidades familiares (observações) o que implica em poucos estilos de agricultura familiar. Neste trabalho, foram identificados cinco estilos de agricultura familiar, sendo apenas 3 de grande representatividade empírica.

Não obstante, isso não implica tratar a agricultura familiar como uma categoria social desprovida de diversidade em termos de estratégias, formas de organização coletiva ou dos usos dos recursos produtivos. Neste caso, cabe salientar que a diversidade é recurso, causa e consequência de situações familiares e territoriais específicas. Se os dados permitem muito mais uma generalização analítica<sup>2</sup>, então a metodologia proposta teve o duplo mérito de identificar a intensidade e o formato da diversidade da agricultura familiar e também de apontar as razões através das quais a diversidade depende tanto da capacidade dos agricultores, enquanto atores, de mobilizarem os recursos disponíveis, como do ambiente social e econômico onde estes se encontram e seus determinantes em termos de restrições e possibilidades.

É por conta disso que, para Long (2001), torna-se difícil integrar a perspectiva estruturalista com a do ator, como também é difícil integrar distintas unidades de análise. Este trabalho de tese, desde seu início, buscou inspiração teórica e metodológica em um marco analítico que fosse minimamente capaz de conjugar a análise do desenvolvimento rural, da agricultura familiar e da diversidade de estilos de agricultura em ambientes altamente mercantilizados, porém em intensidades e formas distintas. Não privilegiando a perspectiva orientada aos atores, nem a perspectiva estruturalista da mercantilização, enquanto “moinho satânico”, este estudo procurou dialogar fundamentalmente com o referencial neomarxista

---

<sup>1</sup> Isso explica, por exemplo, a insistência ao longo das últimas décadas da construção por parte de Ploeg de tipos ideais de estilos de produção na agricultura, o modo camponês e o modo empresarial. Em seus trabalhos, Ploeg afirma que os estilos de produção e seus padrões de coerência é que definem a heterogeneidade nos sistemas agrícolas.



sobre mercantilização realizado no interior da Sociologia da Agricultura e sua declarada inspiração chayanoviana, sem que isso representasse qualquer privilégio a uma ou outra perspectiva.

Em um primeiro momento isso significou distanciamento em relação a qualquer aporte determinista, linear ou estruturalista acerca dos aspectos que, em seu conjunto, orientam a reprodução da agricultura familiar em ambientes rurais diversos. Da mesma forma, não significou a adoção de algum tipo de perspectiva exclusivamente microeconômica da reprodução social à la Chayanov, em uma espécie de microeconomia do campesinato. Para estabelecer o diálogo entre diferentes perspectivas, foi fundamental eleger a família e as economias locais como unidades de análise distintas, porém complementares.

Cabe registrar que a perspectiva chayanoviana é aquela que oferece os principais argumentos da estrutura analítica proposta por Ploeg para investigar os mecanismos de reprodução da agricultura familiar em ambientes mercantilizados. Da mesma forma, as contribuições de Ellis foram fundamentais para consolidar a compreensão de que o desenvolvimento rural e as estratégias adotadas pelos indivíduos são resultados de uma negociação constante entre agricultores, mercados e instituições e que, conforme salienta Ploeg e Marsden, não há uma teoria do padrão único de desenvolvimento rural. Tampouco deve-se esperar que as ações, estratégias e estilos de agricultura possam ser generalizados enquanto respostas exclusivamente decorrentes do ambiente micro (família) ou macrosocial.

Desse debate emerge a concepção da natureza multifacetada, multi-nível e multi-ator do desenvolvimento rural e sua intrínseca característica multidimensional. No capítulo 3, foi possível confirmar a hipótese de que a mercantilização diferencial estabeleceu múltiplas, particulares e por vezes contraditórias dinâmicas de desenvolvimento rural entre as regiões investigadas e com desdobramentos importantes quanto à diversidade de práticas, estratégias e estilos de agricultura familiar. O conjunto de variáveis e dimensões analisado confirmou o entendimento de que em alguns casos o desenvolvimento rural possui uma dinâmica mais diversificada e autônoma endogenamente (Serra Gaúcha e Veranópolis) e, em outros, possui uma dinâmica marcada pela especialização produtiva e setorial, que se mostra dependente das oscilações dos mercados mundiais de *commodity* (Missões e Alto Uruguai). Confirmou-se assim a hipótese de que o tipo de mercantilização explica o tipo de desenvolvimento rural: mais endógeno e autônomo (gerando economias de escopo e diversificação) e, mais dependente e especializado (gerando economias de escala e especialização), com implicações

---

<sup>2</sup> Utilizando o mesmo banco de dados, porém exclusivamente para o município de Salvador das Missões, Niederle (2007) chegou a mesma conclusão.

importantes quanto à capacidade de diversificação endógena e exógena da agricultura familiar.

Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) foi uma tentativa de medir o desenvolvimento rural em uma perspectiva multidimensional e demonstrar as suas contradições internas em relação às suas dimensões e às diferenças entre as regiões. Igualmente, o IDR teve o propósito de endossar o debate sobre a dimensão espacial do desenvolvimento (VEIGA, 2002a; ABRAMOVAY, 2003), menos temática e setorial e mais territorial e rural (KAGEYAMA, 2006). Entre outras constatações, ficou claro que, quanto maior a desarmonia entre as dimensões e entre as regiões, mais desequilibrado é o desenvolvimento rural e mais significativas são as diferenças em termos de vulnerabilidade e diversidade da agricultura familiar. Comprova-se, dessa forma, que a reprodução social da agricultura familiar é um processo dinâmico enquanto forma social de organização do trabalho e da produção e desigual enquanto estratégias e formas de integração com os agentes econômicos e não-econômicos regionais.

Ainda assim, convém ressalvas importantes, pois as considerações a respeito das dinâmicas de desenvolvimento rural caracterizadas com base no IDR, embora sustentadas por rigor metodológico, ainda podem ser consideradas inconclusivas ou parciais. Os dados impedem uma análise das trajetórias das regiões investigadas, permitindo apenas uma análise estática e pontual. Talvez a concepção mais adequada fosse *uma fotografia atual do desenvolvimento rural com base em indicadores e dimensões* sem que isso necessariamente representasse uma completa ruptura com os processos precedentes. Se o desenvolvimento rural é mais harmônico na região de Caxias do Sul, apresentando inclusive um IDR mais elevado, então pode-se considerar se tratar de uma situação contemporânea que reflete uma dinâmica mais diversificada e autônoma da agricultura familiar e do rural ao longo do tempo.

Destarte, as diferenças encontradas nos índices desagregados por dimensão (social, demográfica, político-institucional, econômica e ambiental) e no IDR agregado sugerem a contraposição entre trajetórias de desenvolvimento (rural), que pode ser mais *equilibrado* (harmônico) ou mais *desequilibrado* (desarmônico). Embora fosse possível caracterizar a heterogeneidade do desenvolvimento rural, sugerindo com isso distintas trajetórias, não foi possível, a partir da elaboração do IDR, estabelecer estatisticamente uma relação causal entre os fatores determinantes das desigualdades territoriais de desenvolvimento rural observadas. Pode-se inclusive tomar essa compreensão como um desafio para estudos futuros.

Tomando-se individualmente as unidades territoriais investigadas, pode-se considerar que o desenvolvimento rural é intra-regionalmente “harmônico” do ponto de vista de suas

dimensões e inter-regionalmente desigual. Dito de outra forma, exogenamente desigual e relativamente harmonioso endogenamente, mesmo que comparativamente tal harmonia endógena não seja necessariamente sinônimo de uma condição ampla de desenvolvimento rural. A harmonia relativa entre as dimensões do IDR não coloca a microrregião de Frederico Wetphalen em condições de igualdade, em relação à microrregião de Caxias do Sul.

Ao demonstrar a tendência não-linear em termos de dinâmicas, também ficou explícito a não linearidade em termos de estratégias individuais ou familiares. Nesse sentido, demonstrou-se que a efetivação de economias locais diversificadas permite criar oportunidades em mercados de trabalho agrícola e não-agrícola com importante potencial de absorver endogenamente o excedente econômico e populacional gerado. Por isso, a combinação individual ou familiar de atividades produtivas e a diversificação das fontes de renda são importantes indicadores da consolidação de um mercado de trabalho para os moradores do meio rural sem a necessária migração para os centros urbanos. Dessa forma, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (a diversificação exógena), via integração intersetorial da agricultura, apresentou importantes e significativas variações empíricas, confirmando as hipóteses 2 e 3. Igualmente, a diversificação exógena da agricultura acompanha a dinâmica das economias locais e do mercado de trabalho não-agrícola, conforme observado no capítulo 4. Em Veranópolis e na microrregião de Caxias do Sul, onde se consolidaram economias alavancadas particularmente pelas atividades industriais e de serviços, são esses setores que absorvem parte considerável da mão-de-obra existente no meio rural, impulsionando a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Economias endogenamente diversificadas possibilitam o que Ploeg chamou de alargamento do espaço de manobra e Ellis caracterizou como um portfólio de opções para que aos agricultores familiares exista a possibilidade real e factível de diversificar suas estratégias.

Nas demais regiões, com algumas variações, predomina uma espécie de integração intersetorial parcial, pois a combinação de atividades ocorre, predominantemente, no interior do próprio setor agropecuário, caracterizando o que a literatura denominou de pluriatividade de base-agrária. Esta particularidade regional alia-se ao perfil econômico agropecuário das regiões das Missões e do Alto Uruguai, onde o setor agropecuário, ao mesmo tempo em que dita os rumos do desenvolvimento rural, possui claras limitações em relação à capacidade de absorver endogenamente o excedente econômico e populacional gerado localmente e de potencializar a diversificação agrícola. Isso significa que em regiões onde o desenvolvimento rural permanece assentado em bases agrícolas, a pluriatividade se expressa com características

diferenciadas, ocorrendo mais vinculada às atividades agrícolas, tais como plantio, colheita e práticas de manejo, sejam elas manuais ou mecanizadas.

Também vale a pena reforçar que a combinação de atividade agrícolas e não-agrícolas e o exercício da pluriatividade só é possível quando se verifica a combinação das características individuais ou familiares com condicionantes conduzidos pelas economias locais. Isso significa que, a intensidade e a predominância de um tipo de pluriatividade em relação a outro reforça a perspectiva de que há relação entre as formas de inserção laboral no mercado de trabalho não-agrícola e as dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

Em relação às práticas de diversificação e seus impactos sobre os rendimentos, os dados analisados confirmam o que Perondi (2007) e Niederle (2007) também concluíram em seus trabalhos. Famílias que diversificam suas estratégias exógenas e endógenas possuem rendimentos totais superiores às famílias que dependem exclusivamente da agricultura ou que se especializam em determinados sistemas de cultivo ou de criação.

Ao longo deste trabalho e, mais especificamente no capítulo 5, pode-se observar que maior diversificação e combinação de práticas e estratégias nem sempre está ao alcance de todo agricultor familiar. Mesmo que esse seja o “desejável”, o exercício e a combinação de determinadas atividades são, ao mesmo tempo, causa e consequência do arranjo interno dos recursos produtivos e das características das economias locais. Nesse sentido, maior disponibilidade de mão-de-obra no meio familiar se constitui-se como fator decisivo à diversificação, mas não impede que parte dessa força de trabalho migre ou mesmo que seja “impedida” de exercer atividade não-agrícola por falta de qualificação ou mesmo pelo baixo nível de instrução. Igualmente, maior disponibilidade de terras pode permitir o aumento do número de cultivos ou criações como também ser um estímulo à especialização (de cultivos e criações), liberando parte da força de trabalho para possível exercício de atividades não-agrícolas, o que caracteriza as situações de especialização endógena ou setorial com diversificação exógena ou intersetorial. Isso nos leva a concluir que a busca de maior diversificação pode estar associada tanto a situações de escassez como de abundância de recursos.

A combinação ou o ordenamento dos recursos produtivos é fundamental no alargamento da margem de manobra que os agricultores familiares possuem. Variações ao longo do ano são bastante prováveis, determinando as possibilidades e limites de alocação, em termos de quantidade e qualidade, do trabalho, da terra e do capital disponíveis. Não sendo possível estabelecer uma combinação “ideal” dos recursos, não há inexorabilidade de uma

suposta necessidade de diversificar. A combinação “ideal” pode se dar via especialização, seja ela setorial ou intersetorial.

Quando a combinação dos recursos permite dupla diversificação, se dá geralmente em função de dois aspectos centrais: o primeiro é a disponibilidade de força de trabalho jovem e com graus mais elevados de instrução, fomentando o exercício de atividades não-agrícolas e potencializando os recursos já disponíveis através da agregação de valor ou busca de mercados alternativos; o segundo aspecto é a disponibilidade de capital mínimo (incorporação tecnológica) que permita desenvolver determinados sistemas de cultivo e/ou criações sem recorrer à contratação de mão-de-obra. Este segundo aspecto tende a caracterizar situações de especialização produtiva sem diversificação exógena. A diversificação endógena raramente aparece associada à produção especializada de *commodity*, particularmente quando o grau de externalização é elevado e a qualidade dos recursos produtivos é baixa, confirmando a quarta hipótese de que em regiões de desenvolvimento agrícola tende-se a observar a ocorrência de estilos de agricultura familiar mais especializados tanto endógena como exogenamente, restringindo a autonomia e a diversificação e tornando sua agricultura mais vulnerável social e economicamente. Por outro lado, em regiões de desenvolvimento rural mais harmônico e dinâmico, tende a prevalecer estilos de agricultura familiar mais diversificados tanto setorial como intersetorialmente, fortalecendo a autonomia e a diversificação.

Em regiões de desenvolvimento rural “pleno”, como é o caso de Veranópolis, a diversificação das estratégias apresenta forte componente endógeno quanto aos recursos produtivos (qualidade e quantidade) e forte componente exógeno quanto às possibilidades de inserção nos mercados. Nesse caso, tende a se concretizar o que Ellis (2000) denominou de estratégias de adaptação e, por conseguinte, a determinação de estilos de agricultura familiar mais autônomos, porém não menos mercantilizados. São situações claras de que os determinantes que influenciam a definição de tais estratégias possibilitam escolhas *voluntárias* e/ou *proativas*, as quais permitem aumentar ainda mais a diversidade dos ativos ou capitais, tendo como algumas das conseqüências maior diversificação das fontes de renda, elevação dos níveis de ensino, aumento do capital físico, etc.

Também foi possível reconhecer que, em regiões de desenvolvimento agrícola, a especialização dos sistemas de cultivo e/ou criações também pode se apresentar como uma alternativa aos limites e determinações ditados pela modernização agrícola e o grau de industrialização que a acompanha, conforme recorrentemente trata Jan Douwe van der Ploeg. Nesse caso, a velocidade e a intensidade com que as práticas modernizantes adentram no interior da unidade de produção não impedem que se constituam movimentos em termos de

distanciamento da produção de *commodity*, símbolo maior da modernização da agricultura em regiões como o Alto Uruguai e as Missões.

Com variações regionais importantes, identificou-se que esse movimento contestatório é mais vigoroso no município de Salvador das Missões do que em Três Palmeiras, via atividade leiteira e, em Veranópolis, via sistemas de integração agroindustrial em aves e suínos. Mesmo que estas práticas não permitam afastamentos consideráveis dos mercados de insumos, produtos e serviços e mesmo intensificando-se tais relações mercantis, a especialização endógena não é sinônimo de vulnerabilidade social e econômica, pois permite, entre outras coisas, remunerar melhor a força de trabalho familiar. O que não ocorre em situações em que a agricultura familiar é fundamentalmente produtora de *commodity* em unidades familiares de menor extensão de área e intensamente externalizadas, implicando em situações de baixa autonomia e elevada vulnerabilidade social.

É fundamental, no entanto, sublinhar que essas situações de vulnerabilidade social são atenuadas através da produção para autoconsumo, que em todos os recortes territoriais e estilos de agricultura familiar analisados possui papel central e determinante na constituição das estratégias. Independente das formas de organização do trabalho e dos demais recursos produtivos, a produção para autoconsumo é entendida pelos agricultores familiares como algo fundamental na reprodução social.

A elevada externalização, o baixo nível de instrução e o reduzido número de residentes, bem como de disponibilidade de mão-de-obra familiar, e ainda o baixo nível de incorporação de progresso técnico e as restrições em termos de tamanho e qualidade das terras, quando em seu conjunto são mobilizados para produção de *commodity* agrícolas, resultam em reduzida capacidade de diversificação endógena e mesmo endógena e reforçam a face mais impiedosa do desenvolvimento agrícola: a pobreza rural. Não por acaso é nas regiões de desenvolvimento agrícola que se observa padrões desarmônicos de desenvolvimento, particularmente nas dimensões econômicas e demográficas, apesar da oferta de bens e serviços públicos básicos (saúde e educação) ter apresentado avanços consideráveis ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, as variações demográficas tendem a refletir o comportamento do mercado de trabalho local e regional, quer seja na agricultura ou nos demais setores de atividade econômica. Em regiões de mercado de trabalho não-agrícola restrito e baixos rendimentos *per capita* individuais e familiares, observa-se a continuidade de fluxos migratórios rural-urbano.

Os dados apontam que em regiões de especialização agrícola de base exportadora de *commodity*, caso específico do Alto Uruguai e das Missões, onde a soja ainda é o principal

produto mercantil da agricultura familiar, encontram-se os mais baixos indicadores de desenvolvimento rural. Isso significa, em outras palavras, a insuficiente capacidade fomentadora da soja e mesmo de outras *commodity* em induzir o desenvolvimento das regiões onde é produzida. Não é demasiado reforçar que a produção de *commodity*, em especial a soja, induz o agricultor familiar a buscar nos mercados quase a totalidade dos “insumos” utilizados para produzir tal leguminosa. É uma externalização de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que necessita adquirir quase a totalidade dos insumos no período de plantio e tratamentos culturais, o agricultor tem que se submeter às regras do (instável) mercado na hora da comercialização, já que não possui qualquer gerência sobre o preço final do produto, determinado nos distantes e instáveis mercados internacionais. Estes são alguns dos principais ingredientes de um estilo de agricultura familiar de reduzida margem de manobra, em que as possibilidades de fazer frente a tal situação de vulnerabilidade econômica tendem a se concentrar na disponibilidade e qualidade dos recursos produtivos existentes na unidade de produção.

Mesmo o viés agrícola do desenvolvimento rural, representado pela pecuária leiteira e/ou sistemas de integração em aves e suínos, existente particularmente na Serra, mas com alguma representatividade nas Missões e no Alto Uruguai, pode ser encarado como uma alternativa, uma condição mais “confortável”, mesmo que represente ou configure situações de especialização agropecuária. Estilos de agricultura familiar caracterizados por estes tipos de especialização agropecuária apresentam resultados econômicos em termos de renda significativamente superiores aos resultados produzidos por estilos de agricultura familiar fundados na produção de soja.

Em relação ao arcabouço teórico sobre desenvolvimento rural, é necessário enfatizar que, embora de crescente aceitação acadêmica, trata-se de um debate em construção e por isso requer ainda mais cuidado no uso de noções e termos. Cunhado no ambiente acadêmico europeu, uma transposição direta para a realidade brasileira desprovida de uma visão crítica, implicaria em aceitação tácita de seu conteúdo heurístico. Polissêmico, o debate sobre desenvolvimento rural ainda requer um fio norteador que permita, mesmo face à diversidade de dinâmicas, fugir do maniqueísmo que no Brasil ainda dá o tom das discussões.

Avançando nas considerações em relação à diversidade de estilos de agricultura, é relevante sublinhar que a análise fatorial e a análise de *cluster* se demonstraram ferramentas extremamente importantes e de excelente aplicabilidade para os propósitos deste trabalho. A complementariedade permitiu não apenas reconhecer os padrões de heterogeneidade

existentes como também determinar em que recorte empírico, em termos de representatividade, predominava um estilo de agricultura familiar.

Ainda assim é importante registrar que o debate respeitante aos estilos de agricultura também emerge carregado de novas possibilidades de interpretações sobre a agricultura e o meio rural contemporâneos. Enquanto concepção teórica, os estilos de agricultura representam, no debate europeu, certo “fracasso” dos pressupostos da modernização. Enquanto concepção metodológica, trata-se de vigorosa ferramenta de apreensão das realidades empíricas. No entanto, como qualquer outra ferramenta metodológica, deve vir resguardada de arcabouço teórico, sob o risco de se recair em empiria. Da mesma forma, os estilos de agricultura devem ser tomados como ponto de partida para investigações mais aprofundadas sobre a diversidade das formas de agricultura e seus mecanismos de perpetuação.

Tal como o desenvolvimento rural, a construção de estilos de agricultura deve valer-se de uma perspectiva multidimensional, permitindo assim apreender o quão diversas e multifacetadas são as formas de agricultura. O repertório de ações e estratégias que conforma um determinado estilo de agricultura não se constitui apenas através da (re)composição dos recursos produtivos (terra, capital e trabalho). Neste trabalho, privilegiou-se uma noção de estilo de agricultura relacionada à disponibilidade e uso dos recursos produtivos com vistas à definição de determinadas estratégias produtivas e reprodutivas, buscando-se sempre valorizar a heterogeneidade, ao contrário de concebê-la como sinônimo de um conjunto de práticas agrícolas e relações com os mercados construídos pelos agricultores ao longo de suas trajetórias como respostas a situações particulares. O ponto de vista adotado implica afirmar que vários estilos de agricultura podem co-existir em uma mesma região, representando um repertório de visões de mundo e estratégias possíveis.

A criação de tipologias, tão recorrente nos trabalhos e pesquisas sociais sobre agricultura, mais uma vez demonstrou ser uma ferramenta consistente metodologicamente. Mas é preciso deixar claro que as tipologias ou estilos de agricultura tiveram papel complementar na medida em que, por meio delas, foi possível comprovar empiricamente o que um conjunto de outros trabalhos já haviam feito, porém em outros recortes territoriais. Mais uma vez convém reforçar que as tipologias constituíram-se como um meio e não um fim. Os estilos de agricultura familiar foram construções tipológicas respaldadas pelas estratégias individuais e familiares dos agricultores, projetando a construção de tipologias com base nos discursos e nas representações para trabalhos futuros.



Por fim, tentando fechar esta janela e ao mesmo tempo abrir outras, é importante que se faça uma breve reflexão sobre o aprendizado que se constitui por meio deste trabalho. Em primeiro lugar e como aspecto central, é importante ressaltar o esforço na identificação e contemplação da diversidade da agricultura familiar fora do escopo eminentemente normativo ou operacional em que se baseiam grande parte dos trabalhos produzidos no Brasil. Essa característica se reveste de fundamental importância na medida em que as políticas públicas para a agricultura familiar em funcionamento no Brasil desconsideram justamente o que deveriam levar em consideração como aspecto central: a diversidade que não se resume à renda bruta, ao tamanho de área do estabelecimento ou à amplitude da força de trabalho contratada. A estes critérios, eminentemente técnicos, deveriam ser agregados outros, tais como a especificidade dos sistemas de cultivo ou criações que o agricultor desenvolve e o grau ou intensidade da externalização gerados, o nível de agregação de valor aos produtos, a existência de complementariedade no interior da unidade de produção entre os sistemas de cultivo e criações desenvolvidos, entre outros. Isto implica em uma agenda de pesquisa que permita identificar o grau de mercantilização, externalidade e de retorno, monetário e não-monetário, em termos de valor agregado para os produtos da agricultura familiar das mais diversas regiões brasileiras e suas implicações no que tange ao desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica”. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. SP, Eduneps/Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, Anpocs; Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Campinas, v.1, n.1, p.66-83, junho 1986.

ALONSO, J. A. F. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. Porto Alegre, **Indicadores Econômicos FEE**, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, n.4, v.33, 2005.

ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, J. A. F. *et al.* **Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994.p.213-227.

ALONSO, J. A. F.; *et al.* **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EDUFPEL, 2003.

ANJOS, F. S. dos; *et al.* Abrindo o caixa-verde. Estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional. 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2004. CD ROM.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

ARNALTE ALEGRE, E. Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española: viejas e nuevas líneas de diferenciación. In: GOMES BENITO, C.; GONZÁLES

RODRIGUES, J. J. **Agricultura y sociedad en la España contemporánea**. MAPA, CIS, 1997.

\_\_\_\_\_. Estructuras de las explotaciones agrarias y externalización Del proceso productivo. **Revista de Economía**, Madrid, n. 666:101-107, feb. 1989.

BANDEIRA, P. S. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. In: GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, C. A. (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora Unesp; ANPUR, 2003a, p. 519-548.

\_\_\_\_\_. **O capital social e a atuação dos conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003b.

BASSO, D. **Desenvolvimento Local e Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais: Abordagens sobre o desenvolvimento rural na região Noroeste do Rio Grande do Sul**. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.

BERDEGUÉ, J. L. *et al.* La creciente importancia del empleo y el ingreso rurales noagricolas. In: ECHEVERRIA, R.G. (Ed.) **Desarrollo de las economías rurales**. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.

BERNARDES, N. **Bases Geográficas do Povoamento de Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora UNIJUÍ/AGB, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

BERNSTEIN, H. Capitalism and petty commodity production. **Social Analysis: The International Journal of Cultural and Social Practice**, New York, n. 20, p. 11-28, Dec. 1986.

\_\_\_\_\_. African peasantries: a theoretical framework. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 6, n. 4, p. 420-444, 1979.

BOTTAZZI, G. Le développement local ou la remontée du “local”: considérations pour une définition de l’espace local? In: **NOUVEAUX dynamismes industriels et économie du développement**. Grenoble : IREPD, 1994. p. 423-447. (Série actes de colloques).

BOURGEOIS, L. L’agriculture et les services: divorce ou symbiose? **Économie Rurale**, Paris, n. 177, p. 10-18, jan./fev. 1987.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**, 1995/96. N. 22, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Brasil. Cd-rom.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos**, 1991, 2000. Rio de Janeiro, Brasil. Cd-rom.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros. Meio Ambiente 2002**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Sade: Banco de dados da agricultura familiar**. 2004. Disponível em: <http://200.252.80.30/sade/>. Acesso em: ago. 2006.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF). Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios - 2005**. Disponível em: [http://www.stn.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/index.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp). Acesso em: 10 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS). **Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acesso em: 11 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizsrch.asp>. Acesso em: 12 de mar. 2007.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ). Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Consulta de Resultados Eleitorais - 2006**. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET). **Bases Estatísticas Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED)** – Acesso online. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/PDET/Acesso/RaisOnLine.asp>. Acesso em: 30 ag. 2007.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IPEADATA**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2007.

BREITBACH, A. C. M. O Desenvolvimento da Região de Caxias do Sul. **1º Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre, 2002**.

BRUMER, A. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. **Cadernos de Sociologia**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, vol. 6, p. 89-111, 1994.

BUTTEL, F. Some Reflections on Late Twentieth Century Agrarian Political Economy. **Sociologia Ruralis**, V. 41(2), p. 165-181, 2001.

BUTTEL, F. H.; *et al.*,. **The sociology of agriculture**. New York: Greenwood Press, 1991.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. dos. Agricultura familiar e políticas públicas: a previdência social em debate. 2005, Porto Alegre. In: **1º COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Grupo de Estudo Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. **Anais...** Porto Alegre, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IBASE, 1999. (Texto para Discussão, n. 621).

CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI, H. P. **Los metodos de la historia: introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social**. São José: Universidad de Costa Rica, 1975.

CARINI, J. J. **ESTADO, ÍNDIOS E COLONOS: o conflito na reserva indígena de Serrinha - norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da Agricultura do Brasil: uma reflexão crítica. In.: SCHNEIDER, S. (org). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Significados da pluriatividade para a família rural. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Brasília, agosto de 2005. Texto para Discussão.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos: sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.52-75, out. 1998.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21 st century**. IDS Discussion Paper , 1992.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

\_\_\_\_\_. **Las organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora: Nueva Vision, 1974.

COLE, D. M. **Colonos, agricultores familiares e pluriatividade**: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguay/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. WAQUIL, P. D. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 163 -195 mai./ago. 2007.

CRAVIOTTI, C. Pluriactividad y agentes sociales agrarios: el partido de Pergamino (1999). In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Compiladores). **Entre el campo y la ciudad – Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Fundación Centro Cultural Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS), p. 137-160, 2005.

CUNHA, M. S.; CHILANTE, C. A. T. Caracterização da agropecuária paranaense na década 90. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.101, p.3-16, 2001.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JUNIOR, J.C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 225-250.

EIKLAND, S. New rural pluriactivity? Household strategies and rural renewal. In: Norway. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.39, n.3, 1999, pp.359-376.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

\_\_\_\_\_. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of development studies**, London (UK), v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development policy review**, Oxford (UK), v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

ETXEZARRETA, M.; *et al.* **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias**. Madrid: MAPA, 1995.

FERNANDES, F. Anotações Sobre o Capitalismo Agrário e a Mudança Social no Brasil. In.: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

FRIEDMANN, H. Patriarchal commodity production. **Journal of Cultural and Social Practice**, New York, n. 20, p. 47-55, Dec. 1986.

\_\_\_\_\_. Simple commodity production and wage labour in the American plains. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

FRIGORÍFICO MABELA CARNES. **História**. Disponível em: <http://www.mabella.com.br/historia.php>. Acesso em: 20 mar. 2008.

FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, n.6, v.4, p. 361-373, 1990.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **FEEDADOS**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/fontes.asp>. Acesso em: 25 mai. 2007.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. v. 31, 2001. Cd-Room.

\_\_\_\_\_. 25 anos de economia gaúcha. Vol. 3. **A agricultura do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre, 1982.

GARCIA JUNIOR, A. R. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

\_\_\_\_\_. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.

\_\_\_\_\_. **Terra de trabalho:** trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GEHLEN, I. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi.** 1993. Tese (Doutorado Antropologia, Política e Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

GIRON, L. S. A Imigração italiano no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (Org.). **RS: imigração e colonização.** Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

GIRON, L. S.; BERGAMASCHI, H. E. **Colônia: um conceito controverso.** Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil.** São Paulo, Hucitec, 1997.

GOODMAN, D., WATTS, M. (Eds.). **Globalizing Food: agrarian questions and global restructuring.** London, Routledge, 1997.

GOODMAN, D.; WATTS, M. Reconfiguring the rural or fording the divide? capitalist restructuring and the global agro-food system. The **Journal of Peasant Studies**, v. 22, n. 1, p. 1-49, 1994.

GOODMANN, D.; REDCLIFF, M. Capitalism, petty commodity production, and the farm enterprise. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 15, n. 3/4, p. 231-247, 1985.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUANZIROLI, C.; *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** São Paulo, Garamond/FAO/MDA, 2001.

GUILHOTO, J. M. *et al.* **Agricultura Familiar na Economia – Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD, 9).

HAIR, J. *et al.* **Análise Multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEREDIA, B. M. **A Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana**. Caxias dos Sul: EDUCS, 1997.

\_\_\_\_\_. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HILL, B. Farm household Incomes: perceptions and Statistics. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 15, n. 3, p.345-358. 1999.

HOFFMANN, R. A dinâmica da modernização da agricultura em 157 microrregiões homogêneas do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.30, n.4, p.271-290, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO (FAO). **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília, 2000.

JANSEN, S. L. **Identificação e caracterização das atividades agropecuárias nos municípios gaúchos: uma comparação com indicadores sócio-econômicos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). **II Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre, FEE/PUC-RS, 2004.

KAGEYAMA, A; BERGAMASCO, S. M. P. “A estrutura da produção no campo em 1980”. **Perspectivas**, V.12, p.55-72, São Paulo, 1990.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. In: 1º COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Grupo de Estudo Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. **Anais...** Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: **XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Movimentos de globalização e localização do desenvolvimento rural**. Mato Grosso: Cuiabá, julho 2004a.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004b.



\_\_\_\_\_. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. **Economia Aplicada**, v.2 n.3, p.515-551, 1998.

KINSELLA, J. *et al.* Pluriativity as a livelihood strategy in Irihi farm Households and its role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, Netherlands v. 40, 2000, n. 4: 481-496.

KLEIN, E. El Empleo rural no agrícola en America Latina. Santiago, PREALC/OIT, **Documento de Trabajo** N° 364, 22 p, 1992.

KOPPE, L. R. **A estratificação social e a pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2004, Monografia. (Conclusão de curso). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), UFRGS, Porto Alegre, 2004.

LAGEMANN, E. Imigração e Industrialização. In: LANDO, A. M. (org). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto – Série Documenta 4, 1980.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar II: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **A agricultura familiar I: comparação internacional**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1993.

LLANILLO, R. F.; *et al.* Regionalização da agricultura do Estado do Paraná, Brasil. **Ciencia Rural**, vol.36, n.1, Santa Maria, Jan./Feb, 2006.

LAURENTI, A. C. **Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**. Londrina, PR: IAPAR, 2000.

LLAMBI, L. La Economia Política del Campesinado: apuntes para una nueva agenda teorica y de investigación. **Estudios Rurales Latinoamericanos**, Vol. 13, nº 3, 1990.

\_\_\_\_\_. Las unidades de producción campesina en el sistema capitalista: un intento de teorización. **Estudios rurales latinoamericanos**, Vol. 4, nº 2, 1981.

LIMA, A. J. P. *et al.* **Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1995.

\_\_\_\_\_. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR DAS MISSÕES – RS. **Relatório de Pesquisa**. 2007. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de Estudos Agrários. Curso de Agronomia. Ijuí, out. de 2007.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

\_\_\_\_\_. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, Norman; LONG, Ann (Ed.). **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**, London: Routledge, 1992. p. 16-43.

\_\_\_\_\_. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N.; et al. **The commoditization debate: labor process, strategy and social network**. Netherlands, Agricultural University of Wagening, 1986, p. 8-23.

\_\_\_\_\_. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. **Sociologia Ruralis** 24(3/4): 168-184, 1984.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Sociologia do Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editora, 1980.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (ed.) **Rethinking Social Development: theory, research and practice**. England, Longman, 1994, p. 62-90.

\_\_\_\_\_. New challenges in the sociology of rural development. **Sociologia Ruralis** 28(1): 30-41, 1988.

\_\_\_\_\_. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis** 29(3/4): 226-249, 1989.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: PLOEG, Jean Douwe Van Der; DIJK, Gerrit Van. **Beyond modernization: the impact of endogenous rural development**. Assen: Royal Van Gorcum, 1995. p.87-106.

MARSDEN, T. **The condition of rural sustainability**. Assen, The Netherlands, Van Gorcum, 2003.

\_\_\_\_\_. Reestructuting Rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.29, n.3/4, p.312-317, 1989.

MARSDEN, T. *et al.* Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v.11, n.03, 1995, p.285-296.

\_\_\_\_\_. **Rural Restructuring: global processes and their responses**. London: David Fulton Publishers, 1991.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. Editora CAETÉS, São Paulo, 1987.

MARTINS, J. de S. **O Sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. “O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural”. In: CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., ago. 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta.** SP. Ed. Hucitec, 2ª Edição, 1999.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 3ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural. XLIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Ribeirão Preto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina.** 1999. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MARX, K. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital. (Capítulo 2 O Processo de Troca). Volume 1, Tomo 1. 2º Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985 (Série Os Economistas).

MAY, T. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos.** 3. ed. Porto alegre: ARTMED Editora, 2004.

MELO, C. O. de.; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. Brasília, **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Vol. 45, n. 02 arb/jun 2007.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** São Paulo: Zahar, 1978.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

MOORE Jr., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MULLER, P. Vers une agriculture de services? **Économie Rurale**, Paris, n. 202-203, p. 67-70, mars/juin 1991.

NAVARRO, Z. Do 'mundo da roça' ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil. Brasília: NEAD, **Relatório de pesquisa**, 2002.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados. **Revista Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, dezembro de 2001.

NAVARRO, Z. *et. al.* Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: Medeiros, L. S, de; Leite, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. (p. 19-68).

\_\_\_\_\_. **Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Compiladores). **Entre el campo y la ciudad – Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Fundación Centro Cultural Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS), 2005

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões, RS. 2007**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. As bases endógenas da geração de empregos na agricultura familiar. **XXVIII Reunião da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**. Caxambu, Minas Gerais, 2004.

NUNES DA SILVA, P. R. **Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **TERRITORIAL INDICATORS OF EMPLOYMENT – Focusing on Rural Development**. Paris, France, 1996.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Índice Desenvolvimento Humano, IDH**. Rio de Janeiro, 2000. Cd-Rom.

PAIVA, C. Á. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, **Indicadores Econômicos**, n.1, v.34, 2006.

PEÑAFIEL, A. P. P. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da Região de Pelotas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. The dimensions of access and rationality in livelihoods research: na opportunity to the Brazilian rural sociology. In: THE ECONOMIC SOCIOLOGY RESEARCH NETWORK CONFERENCE, 2006, Lisbon. **Anais...** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

PESAVENTO, S. J. RS: **Agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto – Série Documenta 17, 1983.

PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PLOEG, J. D. van der. Empire and the peasant principle. In: XXI Congress of the European Society for Rural Sociology, Keszthely, Hungary, August 22-26, 2005. Disponível em: [http://www.esrs.hu/confs/ESRS\\_annual/2005\\_Keszthely/keynote1.pdf](http://www.esrs.hu/confs/ESRS_annual/2005_Keszthely/keynote1.pdf). Acesso em: 11 jun. de 2007.

\_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006a. p. 13-56.

\_\_\_\_\_. Agricultural production in crises. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (Ed.). **Handbook of rural studies**, London: Sage, 2006b. p. 258-277.

\_\_\_\_\_. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**. Assen: Van Gorcum, 2003.

\_\_\_\_\_. Farming economically to revitalise agriculture. **Leisa Magazine**, [S.l], p. 26-27, July 2001.

\_\_\_\_\_. Revitalizing Agriculture: farming economically as starting ground for rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 497-511, 2000.

\_\_\_\_\_. From Structural development to structural involution: the impact of new development in Dutch agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van. (Org). **Beyond modernization: the impact of endogenous development**. Assen: Van Gorcum, 1995. p. 109-45.

\_\_\_\_\_. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

\_\_\_\_\_. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia ruralis**, Oxford, v. 32, n. 2. p. 240-246, 1993.

\_\_\_\_\_. El Proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMAN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia**. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 153-195.

\_\_\_\_\_. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

\_\_\_\_\_. New challenges in the sociology of rural development: a rejoinder to Peter Vandergest. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 28, n. 1, p. 30-41, 1988.

\_\_\_\_\_. Patterns of farming logic, structuration of labor and impact of externalization: changing dairy farming in northern Italy. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 25, n. 1, p. 5-25, 1985.

PLOEG, J. D. van der.; *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural development: The state of the art. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A; BANKS, J. (Editors). **LIVING COUNTRYSIDES: rural development in Europe – the state of the art**. Netherlands, Elsevier, 2002.

PLOEG, J. D. van der; RENTING, H. Behind the 'Redux': A Rejoinder to David Goodman. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 44, n.2, p. 233-242, 2004.

\_\_\_\_\_. Impact in Potential: e comparative review of European development practices. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 529-543, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural ao urbano no Brasil. In.: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

RADOMSKY, G. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RAGIN, C.; ZARET, D. Theory and method in comparative research: two Strategies. **Social Forces**, USA, Nº 61, Vº 3, 1983, p.731-754.

REIS, J. *et al.* How 'Rural' is Agricultural Pluriactivity? **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 6. n. 4, p. 395-399, 1990.

REIS, J. **Os espaços da Indústria. A regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal**. Portugal: Edições Afrontamento, 1992.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento. Análise de um "modelo" de interação entre regional e global: a experiência da Grande Santa Rosa**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.

RÜCKERT, A. A. **A Trajetória da Terra Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 – 1931**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

\_\_\_\_\_. **As Metamorfoses do Território: A Agricultura de Trigo-Soja no Planalto Médio Riograndense, 1930/1990**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.

RÜCKERT, A. A. *et al.* **A construção do território na região de Ronda Alta: ocupação e colonização: 1831-1996**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta, 1999.

SABOURIN, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte, 2005a.

\_\_\_\_\_. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte, 2005b.

SABOURIN, E. *et al.* Estudo de trajetórias de desenvolvimento local e da construção do espaço rural no Nordeste semi-árido. **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA, n° 2 vol. 1, p. 5-27, 1999.

SANTOS, J. V. T. dos. **Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.

\_\_\_\_\_. Cantineiros e colonos – a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 135-155. (Série documenta, 4).

SARACENO, E. Urban-rural linkagens, internal diversification and external integration: a European experience. **Políticas Agrícolas**, 1998.

\_\_\_\_\_. **“O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia”**. Programa de Seminários INEA sobre DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS RURAIS. Métodos de análise e políticas de intervenção: Roma, CRES Udine, 1996.

\_\_\_\_\_. Recent trends in Rural Development and their conceptualisation. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 10, n.4, p. 321-330, 1994a.

\_\_\_\_\_. Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. **European Review of Agricultural Economics**, v.21 p.451-474. Berlin, 1994b.

SARTORI, G., MORLINO, L. **La comparación en las ciencias sociales**. Madri, Alianza Editorial, 1994.

SCHEIBLER, J. L. **A Emergência de Fóruns Reguladores Globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco**. 2006. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SCHNEIDER, S. Trends and matters in rural development studies in Brazil. XXIIInd Congress of the European Society for Rural Sociology. “**Mobilities, Vulnerabilities and Sustainabilities: new questions and challenges for rural Europe**”. Wageningen, the Netherlands, 20 - 24 August 2007.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do Ceam**, UnB. v. 5, nº 17. 2005.

\_\_\_\_\_. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **REDES**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Vol. 9, nº 3 – set./dez./ de 2004.

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial do desenvolvimento e suas articulações externas. **I FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA**, Fortaleza/Ceará, 2003. *Anais...*Fortaleza, Ceará, 2003b.

\_\_\_\_\_. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica local e territorial do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**: um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste. Porto Alegre, 2002. Relatório técnico de pesquisa.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos sociedade e Agricultura**. Nº 16, abril, p.165-184, 2001.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O Uso do Método Comparativo em Ciências Sociais. Porto Alegre, **Cadernos de Sociologia**, v.9, p.49 - 87, 1995.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V. 39, 2001, n. 3, p. 117-142, jul/set.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Compiladores). **Entre el campo y la ciudad – Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Fundación Centro Cultural Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS), p. 307-349, 2005.

SCHNEIDER, S. *et al.* **Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais – Brasil**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, IICA, 2007.

SCHEJTMANN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: Chile, Documento de trabajo, RIMISP, 60p, 2003.



SCOONES, I. Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis', **IDS Working Paper 72**, 1998.

SEYFERTH, G. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, p. 31-63, 1991.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: Instituto Inter-Americano de Cooperação Agrícola, 2005.

SHANIN, T. **Chayanov e a questão do campesinato**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural. Textos de Estudo: N° 07/89, 1989.

SILVA, J. G. da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD: José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem “**O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**”. Brasília, MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, J. G. da (org.). **O Novo rural brasileiro. Vol. 1**. Jaguariúna/São Paulo, Embrapa/Unicamp, 2000, p. 79-101.

SILVESTRO, M. L.; *et al.* **Os impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

SOFER, M. Pluriactivity in the Moshav: family farming in Israel. In: **Sociologia Ruralis**, Oxford, v.17, 2001, pp.363-37.

SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A. do. Evolução das ocupações e comparação das rendas das famílias rurais no Estado do Rio Grande do Sul: 2001-2004. **3º Encontro de Economia Gaúcha**. FEE/PUCRS, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, P. M.; LIMA, J. E. Intensidade e Dinâmica da Modernização Agrícola no Brasil e nas Unidades da Federação. **Revista Brasileira de Economia** 57(4): 795-824, out/dez 2003.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STORMOWSKYI, M. S. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Programa de Pós-Graduação em Agronomia; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e**

**pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade** – AFDLP. Porto Alegre, Pelotas, 2003. Projeto de Pesquisa.

TARGA, L. R. P. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 12(1), 1991, 265-271.

TEDESCO, J. C. Terceirização industrial no meio rural: racionalidades familiares e empresariais. **Revista Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v.10, n.9, p.139-164, 2002.

TOURINHO, M. M.; CRUZ, L. Sociologia da Agricultura: um novo enfoque para a Sociologia Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.24, n.2, p.251:266, 1986.

VANCLAY, F.; *et. al.* The social and intellectual construction of farming styles: testing Dutch ideas in Australian agriculture. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 46, n. 1, p. 61-82, jan. 2006.

VANDERGEEST, P. Commercialization and commoditization: a dialogue between perspectives. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 25, n. 3, p. 7-29, 1988.

VEIGA, J. E. da. Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural. Texto prévio de conferência no Seminário “**Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**”, CEAM-NEAGRI, ICS – Departamento de Sociologia, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2005a.

\_\_\_\_\_. Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. **UNIMONTES CIENTÍFICA**. Revista da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, v.7, n.2 – jul./dez., p. 13-45, 2005b.

\_\_\_\_\_. Variações espaciais de empreendedorismo no Brasil rural. **Revista do SEBRAE**, Brasília, DF, p. 96-108, set. 2002a.

\_\_\_\_\_. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, A.C. **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro, Ed. Mauad/BNDES, 2002b.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília – DF. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Texto para Discussão nº 01, 2001a.

\_\_\_\_\_. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. São Paulo, Universidade de São Paulo. **Estudos Avançados**, n.15 v.43, 2001b.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

VITELLI, R. Mujeres rurales, trabajo y pluriactividad. El caso uruguayo. In: NEIMAN, Guillermo; CRAVIOTTI, Clara (Compiladores). **Entre el campo y la ciudad – Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Fundación Centro Cultural Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS), p. 283-303, 2005.

WAIBEL, L. Princípios de colonização européia no sul do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 11, n.º 2. IBGE, Rio de Janeiro, 1949. p. 159-222.

WANDERLEY, M. N. B. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo”. **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, p. 87-146, 2000.

\_\_\_\_\_. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2º ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-56.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. **Revista de la Cepal**, Nº62, p.75-90, 1997.

WENZEL, E. G. **Memória e identidade teuto-brasileira em Cerro Largo, Rio Grande do Sul**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

WHATMORE, S. Farm household strategies and styles of farming: the utility of farm typologies. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development**. Assen: van Gorcum, 1994. p. 31-37.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos: Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA. n. 33. 2003.

\_\_\_\_\_. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.3, jul/set.2000.

WOLF, E. **Antropologia e Poder**. Brasília: Editora UNB: São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZARTH, P. A. **História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850 – 1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

## APÊNDICE - Questionário padronizado aplicado junto aos agricultores familiares

### AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLURIATIVIDADE: a emergência de uma nova ruralidade

Entrevistador:.....

Data:.....

<b>Município</b>	<b>Localidade</b>	<b>Nº Questionário</b>

#### Estrutura Fundiária, Capital e Produção

##### 1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)				
	Própria	Em Parceria		Arrendamento	
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro

1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? .....

1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? .....

1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]? .....

1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]? .....

##### 2) Como o Senhor obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)

	Quantidade de área
( ) através de herança	.....
( ) compra de parentes	.....
( ) compra de terceiros	.....
( ) através de doação	.....
( ) as terras são de posse provisória	.....
( ) por atribuição (colonização, etc)	.....
( ) outra	.....

##### 3) **SE HOUVE HERANÇA** (parcial ou total da propriedade), assinalar quem foram os herdeiros:

- ( ) o marido herdou a terra de sua família  
 ( ) a esposa herdou a terra de sua família  
 ( ) ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade atual  
 ( ) outra

##### 4) Como o pai do Senhor procedeu na distribuição de sua propriedade aos seus filhos (no caso a ele próprio e eventuais irmãos)?

- ( ) Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança (IGUALITÁRIA PARA TODOS)  
 ( ) Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS)  
 ( ) Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA)  
 ( ) A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA)  
 ( ) A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA)  
 ( ) Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO)  
 ( ) Não houve herança  
 ( ) Outra forma

**5) Atividades de produção vegetal – roça [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Especificação	Superfície Área Plan-tada (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)			
			Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
			Quantidade	Valor/Unidade (R\$)		
<b>Arroz</b>						
<b>Batata – Doce</b>						
<b>Batatinha</b>						
<b>Cana Açúcar</b>						
<b>Feijão</b>						
<b>Fumo</b>						
Mandioca						
Milho						
Soja						
Trigo						

**Legumes e Verduras [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em horta]**


**Frutas [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]**

<b>Uva</b>						
<b>Pêssego</b>						
Pastagem Plantada						
Pastagem Nativa						

**Reflorestamento e extração de madeira**

<b>Acácia-negra</b>						
<b>Eucalipto</b>						
<b>Pinus</b>						
<b>S A U Total</b>						

Matas e Florestas Naturais		<b>OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.</b> <b>OBS. II – Solicite PRIMEIRO a informação sobre a área em terras inaproveitáveis (banhados, penhascos, etc.), DEPOIS sobre benfeitorias e o restante da área incluir em matas e florestas.</b>
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)		
Terras Inaproveitáveis		
<b>Área Total</b>		

**6) Aquisição de insumos para produção vegetal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade
<b>Sementes</b>		
<b>Mudas</b>		
<b>Adubos</b>		
<b>Adubo químico (NPK, etc.)</b>		
<b>Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)</b>		
<b>Uréia</b>		
<b>Calcário</b>		
<b>Óleo diesel</b>		
Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida, formicida).		

**7) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal? (assinalar apenas uma alternativa)**

- ☐ venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres    ☐ para poder público – município, etc.  
☐ para cooperativa    ☐ para o intermediário – atravessador  
☐ para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado    ☐ não vende  
☐ outro \_\_\_\_\_

**8) Possui HORTA? Sim ( ) Não ( )**

8.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim ( ) Não ( )

8.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....

8.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

- |                                    |                                  |                                  |                                     |                                   |                                |
|------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> alface    | <input type="checkbox"/> cenoura | <input type="checkbox"/> repolho | <input type="checkbox"/> radite     | <input type="checkbox"/> pimentão | <input type="checkbox"/> ..... |
| <input type="checkbox"/> beterraba | <input type="checkbox"/> couve   | <input type="checkbox"/> tomate  | <input type="checkbox"/> rúcula     | <input type="checkbox"/> moranga  | <input type="checkbox"/> ..... |
| <input type="checkbox"/> cebola    | <input type="checkbox"/> salsa   | <input type="checkbox"/> alho    | <input type="checkbox"/> couve-flor | <input type="checkbox"/> brócoli  | <input type="checkbox"/> ..... |

**9) Possui POMAR? Sim ( ) Não ( )**

9.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família? Sim ( ) Não ( )

9.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....

9.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

- |                                  |                                    |                                 |                                    |                                |                                |
|----------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> uva     | <input type="checkbox"/> laranja   | <input type="checkbox"/> pêra   | <input type="checkbox"/> figo      | <input type="checkbox"/> ..... | <input type="checkbox"/> ..... |
| <input type="checkbox"/> pêssego | <input type="checkbox"/> bergamota | <input type="checkbox"/> goiaba | <input type="checkbox"/> limão     | <input type="checkbox"/> ..... | <input type="checkbox"/> ..... |
| <input type="checkbox"/> maçã    | <input type="checkbox"/> abacate   | <input type="checkbox"/> caqui  | <input type="checkbox"/> tangerina | <input type="checkbox"/> ..... | <input type="checkbox"/> ..... |



**14) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

**15) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc
Açúcar				
Coalho				
Tripas				

**16) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica? (assinalar apenas uma alternativa)**

- ☐ venda direta para consumidores – nas casa ou em feiras livres      ☐ para poder público – município, etc.  
☐ para cooperativa      ☐ para o intermediário – atravessador  
☐ para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado      ☐ não vende  
☐ outro \_\_\_\_\_

**17) Benfeitorias e instalações [levantar todas disponíveis no estabelecimento]**

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m <sup>2</sup>
Açudes				
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Estufa plástica				
Estufa fumo				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesianos				
Secadores leito fixo				
Silo				
Outros (especificar)				

\* Para efeito de depreciação considerar

Alvenaria com menos de 50 anos – 1952

Madeira com menos de 30 anos – 1972

Mista com menos de 40 anos – 1962



**18) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]  
(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)**

Especificação	Quantidade	Idade
<b>Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20 anos-1982)</b>		
Mercedes 608		
Caminhonete Ford F1000 até F4000		
<b>Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)</b>		
<b>Trator (com menos de 20 anos-1982) [indicar a marca e a potência em HP]</b>		
Trator > 80 Hp		
Trator < 80 Hp		
<b>Microtrator</b>		
<b>Equipamentos (com menos de 15 anos-1987)</b>		
Arado de tração animal		
Arado de tração mecânica		
Capinadeira de tração animal		
Grade aradora de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensiladeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordenhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Engenho de cana		
Triturador de cereais		
Carroça		
Picador de pasto (forrageiras)		
Máquina de costurar fumo		
Outros (especificar)**		

(\*\*) Saber quantidade e valor de: ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá.

**DESPESAS**
**19) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			

(\*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(\*\*) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

**20) Outros gastos (valores anuais) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica para Unidade de Produção	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	

**21) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> adubação verde             | <input type="checkbox"/> adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos |
| <input type="checkbox"/> curvas de nível            | <input type="checkbox"/> reflorestamento de áreas degradadas                        |
| <input type="checkbox"/> plantio direto             | <input type="checkbox"/> controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças      |
| <input type="checkbox"/> rotação de culturas        | <input type="checkbox"/> Não realiza nenhuma prática conservacionista               |
| <input type="checkbox"/> consorciamento de culturas |   |

### FAMÍLIA E TRABALHO

**22) Composição da família (Informar todos os componentes da família)**

Nome	Relação com o chefe (A)	Idade	Tipo de Trabalho (B)	Estado civil (C)	Escolaridade (D)

(A)
1 Resp/Chefe
2 Cônjuge
3 Filho
4 Filha
5 Genro
6 Nora
7 Netos
8 Avô
9 Avó
10 Irmão
11 Irmã
99 Outros

(B)
1 Trab tempo integral na UP (*)
2 Trab tempo-parcial na UP
3 Trab na propriedade e estuda
4 Trab tempo integral fora UP (*)
5 Somente estuda
6 Criança menor de 8 anos
7 Idoso maior de 65 anos
8 Não trabalha pq deficiente ou inválido
9 Trab doméstico – tempo integral
10 Trab doméstico – tempo parcial
11 Desempregado

(C)
1 Casado
2 Solteiro
3 Viúvo
4 Divorciado / Desquitado
99 Outros

(\*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

## ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

**[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]**

23) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP **[Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

(\*) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(\*\*) Atividades Para-Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.

(\*\*\*) Atividades Não-Agrícolas: considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

**24) Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?**

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Não sabe/não respondeu

24.1) Se sim, indique com que frequência:

( ) regularmente      ( ) às vezes  
 ( ) quando sobra tempo      ( ) quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)  
 ( ) outra situação \_\_\_\_\_

**25) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?**

.....  
 .....  
 .....

**26) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?**

( ) Sim      ( ) Não      ( ) Não sabe/ não respondeu

**27) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas.** Assinale apenas 1 alternativa:

( ) para investimentos na propriedade      ( ) tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico  
 ( ) para o sustento (subsistência) da família      ( ) nas despesas pessoais de todo tipo  
 ( ) para aumentar o conforto da casa      ( ) não sabe/não respondeu  
 ( ) outra \_\_\_\_\_

**28) SE HOUVE**, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R\$
( ) Aquisição de terras	
( ) Aquisição de veículos (utilitários)	
( ) Aquisição de equipamentos ou máquinas	
( ) Aquisição de terreno na cidade	
( ) Construção e reforma da casa	
( ) Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
( ) Outros investimentos (especificar)	

**29) SE HOUVE**, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002).

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
( ) Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
( ) Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
( ) Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
( ) Pensões judiciais	
( ) Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
( ) Juros de aplicações financeiras ou poupança	
( ) Outras rendas (especificar)	

## POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

**30) Assinale de quem recebeu assistência técnica (assinalar todos)** [Ano agrícola setembro 2001 a agosto 2002]

( ) Não recebeu assistência técnica      ( ) ONGs  
 ( ) Cooperativa de produção      ( ) Empresas integradoras  
 ( ) Sindicato      ( ) Assistência técnica particular (liberais)  
 ( ) Secretaria Estadual de Agricultura      ( ) EMATER  
 ( ) Secretaria Municipal de Agricultura

**31) [SOMENTE para assistidos da EMATER]** Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:

( ) muito satisfeito  
 ( ) satisfeito  
 ( ) insatisfeito  
 ( ) não sabe/não respondeu

32) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas	Sim ( )	Não ( )
Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo	Sim ( )	Não ( )
Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias	Sim ( )	Não ( )
Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários	Sim ( )	Não ( )
Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais	Sim ( )	Não ( )

33) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Sim ( )      Não ( )      ( ) Não sabe/não respondeu

**33.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):**

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)	(B)		
1 Custeio	1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

34) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim ( )      Não ( )      ( ) Não sabe/ não respondeu

**34.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?**

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)

**Códigos**

(A)	
1 Aposentadoria	2 Pensão

**35) No último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto de 2002) o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?**

Sim ( )      Não ( )      ( ) Não sabe/ não respondeu

**35.1) Se sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:**

- ( ) Custeio da atividade produtiva da família  
 ( ) Compra de máquinas e/ou equipamentos  
 ( ) Outro. Especificar qual? \_\_\_\_\_

**36) Qual sua religião?**

- ( ) Católica  
 ( ) Protestante/evangélica - IECLB  
 ( ) Pentecostal – “Crentes”  
 ( ) outro \_\_\_\_\_

**INFRAESTRUTURA BÁSICA****37) Composição da moradia**

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

**37.1) Instalações sanitárias (Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Banheiro completo (*)	( )
Banheiro incompleto (**)	( )
Casinha ou latrina	( )
Nenhuma	( )

(\*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(\*\*) Incompleto: Vaso ou chuveiro

**37.2) Tipo de piso predominante**

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Concreto	( )
Chão batido	( )
Madeira	( )
Outro	( )

**37.3) Tipo de cobertura predominante**

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Telha de barro	( )
Telha de amianto (Brasilit)	( )
Capim ou palha	( )
Zinco ou outro metal	( )
Outra	( )

**37.4) Tipo de parede externa predominante (Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Tijolo com revestimento	( )
Tijolo sem revestimento	( )
Tábuas	( )
Tapumes ou chapas de madeira	( )
Folha de zinco	( )
Barro ou adobe	( )
Outra	

**38) Abastecimento de água**

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Poço artesiano	( )
Nascente ou vertente com poço	( )
Córrego/Açude	( )
Cacimba	( )
Água do vizinho	( )
Outro tipo	( )

**39) Destino dos dejetos humanos**

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Fossa simples (seca)	( )
Fossa séptica/poço absorvente	( )
Direto no solo	( )
Direto nos cursos d'água	( )
Não tem	( )
Outro destino	( )

**40) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?**

- ( ) rede geral  
 ( ) gerador próprio  
 ( ) não possui  
 ( ) outro \_\_\_\_\_

## 41) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som			
02 Automóvel		12 Máquina de lavar roupa	
03 Batedeira		13 Moto	
04 Bicicleta		14 Parabólica	
05 Ferro elétrico		15 Rádio	
06 Fogão a gás		16 Televisor	
07 Fogão à lenha		17 Vídeo cassete	
08 Forno elétrico/microondas		18 Linha de Telefone fixo	
09 Freezer		19 Celular	
10 Geladeira			
11 Liquidificador			

## AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

## 42) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim ( ) Não ( )
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim ( ) Não ( )
03 Sindicato de trabalhadores	Sim ( ) Não ( )
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim ( ) Não ( )
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim ( ) Não ( )
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim ( ) Não ( )
99 Outros tipos de entidade (especificar)	
	Sim ( ) Não ( )
	Sim ( ) Não ( )

## 43) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]:

- ☐ na própria comunidade onde residem  
☐ no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem  
☐ na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)  
☐ outra localidade \_\_\_\_\_

## 44) Em quem o Senhor deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

- ☐ nos técnicos da Emater  
☐ no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)  
☐ nos Vereadores do município  
☐ nos dirigentes do seu sindicato  
☐ no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta  
☐ nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha  
☐ nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola  
☐ nos vizinhos  
☐ Não sabe/não respondeu

**45) Em quem o Senhor NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE** (assinalar apenas uma alternativa):

- ☐ nos técnicos da Emater
- ☐ no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
- ☐ nos Vereadores do município
- ☐ nos dirigentes do seu sindicato
- ☐ no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
- ☐ nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
- ☐ nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
- ☐ nos vizinhos
- ☐ Não sabe/ não respondeu

**46) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:**

- ☐ Muito satisfeito      ☐ Insatisfeito
- ☐ Satisfeito      ☐ Não sabe/não respondeu

**47) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores** (assinalar apenas uma alternativa):

- ☐ uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas
- ☐ uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
- ☐ uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral
- ☐ Não sabe/ não respondeu

## **REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO**

**48) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual** (assinalar apenas uma alternativa):

- ☐ melhorou muito, em todos os aspectos      ☐ está pior do que antes, nada melhorou
- ☐ melhorou, em algumas coisas      ☐ não se aplica (os pais não eram agricultores)
- ☐ não sabe/ não respondeu

**49) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?**

- ☐ Sim    ☐ Não      ☐ Não sabe/ não respondeu

**50) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:**

- ☐ Sim      ☐ Não      ☐ Não sabe/ não respondeu

**51) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?**

- ☐ Sim      ☐ Não      ☐ Não sabe/ não respondeu

**52) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê** (assinalar apenas uma alternativa):

- ☐ continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
- ☐ deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
- ☐ buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
- ☐ procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
- ☐ Não sabe/ não respondeu



53) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA **(explorar aspectos do trabalho e produção)?**

- ( ) Muito satisfeito  
 ( ) Satisfeito  
 ( ) Insatisfeito  
 ( ) Não sabe/não respondeu

54) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL **(perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?**

- ( ) Muito satisfeito  
 ( ) Satisfeito  
 ( ) Insatisfeito  
 ( ) Não sabe/não respondeu

55) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa **(assinalar apenas uma alternativa)?**

- ( ) a paisagem  
 ( ) os animais e as plantas  
 ( ) os vizinhos e a comunidade em que vive  
 ( ) o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos  
 ( ) a tranquilidade  
 ( ) Não sabe/não respondeu

56) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

- ( ) Sim      ( ) Não      ( ) Não sabe/ não respondeu

**56.1) Se sim, apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:**

.....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....

57) Em época de eleição, o Senhor costuma votar em candidatos que defendem e/ou apresentam propostas para agricultura e o meio rural?

- ( ) Sim      ( ) Não      ( ) Não sabe/ não respondeu

58) Qual destas propostas o senhor normalmente (em todas as eleições de que participa) leva em consideração na escolha do candidato ou partido? **(assinalar apenas uma alternativa)**

- ( ) melhoria de acesso ao crédito e financiamento      ( ) melhoria da assistência técnica  
 ( ) melhoria das estradas, da água e da luz      ( ) melhoria da segurança, saúde e educação  
 ( ) não sabe/ não respondeu

59) Na hora de votar, o Senhor atribui maior importância:

- ( ) ao partido      ( ) as propostas apresentadas  
 ( ) ao perfil do candidato      ( ) não sabe/ não respondeu

60) O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida de sua família? (pedir para destacar o aspecto mais importante)

.....  
 .....

